UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

BRUNO BALTIERI DARIO

Impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração no
Brasil: o caso do setor avícola

Ribeirão Preto

2018

BRUNO BALTIERI DARIO

Impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração no
Brasil: o caso do setor avícola

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão original.

Área de concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito

Orientador: Profa. Dra. Flavia Trentini

Ribeirão Preto

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
e Seção Técnica de Informática da FDRP/USP,
com os dados fornecidos pelo autor

D218i Dario, Bruno Baltieri
Impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de
integração no Brasil: o caso do setor avícola / Bruno Baltieri Dario;
orientadora Flavia Trentini. -- Ribeirão Preto, 2018.
336 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito)
-- Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São
Paulo, 2018.

1. CONTRATO AGROINDUSTRIAL DE INTEGRAÇÃO. 2.
AVICULTURA. 3. DIREITO AGRÁRIO. I. Trentini, Flavia, orient.
II. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: DARIO, Bruno Baltieri.

Título: Impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração no Brasil: o caso do setor avícola.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências - Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para Raquel, Peter, Eliana e Marina, minha
família, minha razão de ser.*

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento deve ser obrigatoriamente aos avicultores que me receberam com cordialidade ímpar e disponibilizaram tempo de seu trabalho para discutir e conversar o sistema de integração. Muito mais do que a coleta de dados, esse contato permitiu um conhecimento único sobre histórias de vida, de luta e das dificuldades diariamente enfrentadas na vida no campo.

Agradeço especialmente à minha noiva, Raquel Moraes Barros Chaddad, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando em todos os momentos. Sem você nada disso seria possível!

Agradeço à minha família, em especial aos meus avós, exemplos de honestidade, que sempre lutaram por uma vida melhor e me ensinaram o valor do trabalho no campo. Agradeço aos meus pais, Eliana Maria Baltieri e Peter Willians Dario, que sempre incentivaram a realização desta pesquisa e que muito contribuíram com conhecimentos agronômicos.

Agradeço à Professora Flavia Trentini, além de brilhante orientadora, uma grande amiga que me acompanha desde a Graduação. Agradeço pela paciência e pela confiança depositada. Professora e pesquisadora exemplar, tenho seus ensinamentos para a vida e como modelo para meu desenvolvimento acadêmico. Não poderia deixar de agradecer também ao Professor Alexandre Nicolella, com quem aprendi verdadeiramente a pesquisar o mundo rural. Agradeço também à pequena Clara, que tornou as reuniões de pesquisa muito mais divertidas.

Agradeço à Professora Mariagrazia Alabrese, que carinhosamente me recebeu em Pisa durante os meses de janeiro e fevereiro de 2017, tendo fundamental importância para concretização do estudo que desenvolvi no Istituto di Diritto, Politica e Sviluppo della Scuola Superiore Sant'Anna. Não poderia deixar de agradecer à Professora Eloisa Cristiani, com quem cursei a disciplina Diritto Ambientale, e que a todo momento se esforçou para garantir que compreendesse todos os seus ensinamentos.

Agradeço ao Professor Paulo Eduardo Alves da Silva, responsável por despertar a paixão pela pesquisa empírica em Direito, sempre solícito em discutir técnicas de pesquisa e que muito contribuiu para o direcionamento deste trabalho na avaliação de qualificação.

Agradeço ao Professor Gustavo Saad Diniz, por quem já nutria distinta admiração desde a Graduação, como docente exemplar e profundo conhecedor do direito comercial brasileiro. Tive a honra de tê-lo presente em todas as etapas de desenvolvimento deste trabalho, proferindo fundamentais contribuições na banca de ingresso ao mestrado e na banca qualificação, possibilitando a interseção do agrário com o comercial, e, ao final, como avaliador do resultado dessa pesquisa.

Agradeço aos Professores Alessandra di Lauro e Luc Bodiguel, pela presteza em avaliar este trabalho. É uma grande honra e uma grande responsabilidade ser avaliado por agraristas de tamanha magnitude.

Agradeço à Associação dos Avicultores do Sul Catarinense, inicialmente Rosileia Inocenti Bresciani, que aceitou de imediato me receber para a realização das entrevistas, e a todos que cordialmente me receberam em Lauro Müller, Lucia Cimolin, Alcimar De Brida, Emir Tezza e André Tartarê.

Agradeço, por fim, ao fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que tornou possível a exclusiva dedicação ao mestrado nesses dois anos, possibilitando, também, a realização das entrevistas no Estado de Santa Catarina, que contribuíram de modo significativo para o cumprimento dos objetivos deste trabalho.

*“Farming looks mighty easy when your plow is a pencil, and
you're a thousand miles from the corn field”.*

*(A agricultura parece muito fácil quando seu arado é um
lápiz, e você está a mil milhas do milharal).*

Dwight D. Eisenhower, 1956.

RESUMO

DARIO, Bruno Baltieri. **Impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração no Brasil**: o caso do setor avícola. 2018. 336 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

O objetivo do trabalho é verificar os impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração no setor avícola, partindo da perspectiva apresentada pela Nova Economia Institucional. Para isso, foram utilizados como fonte de dados pesquisa bibliográfica e dados secundários oficiais. Além disso, realizou-se pesquisa documental de instrumentos contratuais e entrevistas com avicultores em duas regiões, localizadas no Estado de São Paulo e Santa Catarina. Utilizou-se como marco teórico as premissas da Nova Economia Institucional, relacionando-se as estruturas de governança com a regulação do contrato. Os objetivos do trabalho voltaram-se para: *i)* analisar a formação e a tipificação dos contratos à luz da Nova Economia Institucional; *ii)* estudar o contrato de integração; *iii)* verificar os impactos jurídicos da Lei n. 13.288/2016 para o setor avícola brasileiro. Os resultados mostram a opção do legislador por estabelecer regras de conduta em contrapartida às normas imperativas que regem os contratos agrários típicos do Estatuto da Terra. Apesar da importante previsão de órgãos colegiados de formação paritária e de mecanismos de transparência, a lei mostrou-se insuficiente para coibir abuso de dependência econômica. Por fim, verificou-se que, mesmo após dois anos de sua publicação, os avicultores pouco têm ciência sobre a sua existência e o seu conteúdo, não sendo respeitada na relação contratual de integração.

Palavras-chave: Contrato agroindustrial de integração. Avicultura. Direito Agrário.

ABSTRACT

DARIO, Bruno Baltieri. **Legal impacts of the typification of contract farming in Brazil:** the case of the poultry farming sector. 2018. 336 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

The objective of this study is to verify the legal impacts of the typification of contract farming in the poultry farming sector, starting from the perspective presented by the New Institutional Economics. For this purpose, bibliographic research and official secondary data were used as data source. In addition, documentary research on contractual instruments and interviews with poultry farmers were carried out in two regions, located in the States of São Paulo and Santa Catarina. The premises of the New Institutional Economics were used as theoretical framework, relating the structures of governance with contract regulation. The objectives of the study were: *i)* to analyze the formation and regulation of contracts in the light of the New Institutional Economics; *ii)* to study the integration contract; *iii)* to verify the impacts of Law n. 13,288/2016 on the Brazilian poultry farming sector. The results show the legislator's option to establish rules of conduct in contrast to the mandatory rules that govern the typical agricultural contracts regulated by Law 4,504, 30th November 1964. Despite the important prediction of collegiate bodies of parity formation and mechanisms of transparency, the law has proved insufficient to curb abuse of economic dependence. Finally, it was found that, even after two years of the law's publication, the poultry farmers are not aware of its existence and content, and it's not being respected in the contractual relationship of integration.

Keywords: Contract farming. Poultry farming. Agrarian Law.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema de indução das formas de governança	35
Figura 2	Setores do agronegócio	70
Figura 3	Sistema produtivo típico do agronegócio (simplificado)	194
Figura 4	Resultado final da participação do produtor integrado	222

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da produção brasileira de carne de frango (milhões ton)	138
Gráfico 2	Projeção de produção de carnes no Brasil (2017-2027) (mil ton)	139
Gráfico 3	Produção mundial de carne de frango por país (2016) (milhões ton)	140
Gráfico 4	Exportação de carne de frango por país (2016) (milhões ton)	141
Gráfico 5	Evolução das exportações brasileira de carne de frango (mil ton)	142
Gráfico 6	Evolução da participação das exportações sobre a produção anual de frangos no Brasil	142
Gráfico 7	Exportações brasileiras por região de destino (2016) (milhões ton)	144
Gráfico 8	Entrevistados filiados à associação de avicultores	156
Gráfico 9	Grau de concordância sobre a existência de outro parceiro viável na região	159
Gráfico 10	Utilização de financiamento destinado à atividade avícola	161
Gráfico 11	Distribuição de financiamentos (R\$)	162
Gráfico 12	Tempo de dívida dos avicultores	162
Gráfico 13	Bens oferecidos em garantia	164
Gráfico 14	Número de empresas com que celebrou contrato de integração desde o início da atividade	164
Gráfico 15	Razões para a troca do integrador	165
Gráfico 16	Grau de satisfação em relação ao atual integrador	166
Gráfico 17	Grau de satisfação em relação aos produtos e/ou serviços prestados pelo integrador	167
Gráfico 18	Vantagens do sistema de integração	168
Gráfico 19	Desvantagens do sistema de integração	169
Gráfico 20	Ciência sobre a existência da Lei n. 13.288/2016	171
Gráfico 21	Grau de concordância sobre a contribuição positiva da Lei n. 13.288/2016 para o sistema de integração avícola	172
Gráfico 22	Produtores integrados com problemas na relação contratual	173
Gráfico 23	Problemas identificados e relatados na relação contratual	174
Gráfico 24	Meio utilizado para a solução de conflitos	177
Gráfico 25	Grau de satisfação em relação à solução do problema	177
Gráfico 26	Percepção sobre o Poder Judiciário	178
Gráfico 27	Ciência sobre a criação de CADEC na região	179
Gráfico 28	Grau de concordância sobre a influência do integrador determinação da decisão	180
Gráfico 29	Percentual sobre o custo operacional, desconsiderando financiamento e depreciação	181
Gráfico 30	Razões para não adquirir o seguro	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentual do valor da produção agropecuária Norte Americana mediante contratos	72
Tabela 2	Evolução do percentual da produção de commodities sob contratos, entre os anos de 1991-2008, na agropecuária Norte Americana	72
Tabela 3	Percentuais de remuneração do contrato de parceria	103
Tabela 4	Produção mundial de carne (2015)	137
Tabela 5	Produção brasileira de carne (2016)	137
Tabela 6	Abate de frango por Estado (2016)	144
Tabela 7	Perfil dos avicultores entrevistados	155
Tabela 8	Reivindicações realizadas pela Associação dos Avicultores do Sul Catarinense	158
Tabela 9	Custo de produção	169
Tabela 10	Energia em Santa Catarina	182
Tabela 11	Energia em São Paulo	185
Tabela 12	Contratos analisados	192
Tabela 13	Nomenclatura das partes	197
Tabela 14	Principais obrigações do integrador	198
Tabela 15	Principais obrigações do produtor integrado	199
Tabela 16	Propriedade dos insumos	201
Tabela 17	Quantidade de aves alojadas	203
Tabela 18	Hipóteses expressas de variação da quantidade alojada de “pintos de um dia”	204
Tabela 19	Responsabilidade pela apanha para carregamento	208
Tabela 20	Pesagem das aves	213
Tabela 21	Prazo de vigência e notificação para rescisão	215
Tabela 22	Prazo de alojamento das aves	217
Tabela 23	Prazo de intervalo entre lotes	218
Tabela 24	Hipóteses expressas de aumento do intervalo entre lotes	219
Tabela 25	Prazo e forma de pagamento	223
Tabela 26	Prazo de vigência e notificação para rescisão	227
Tabela 27	Hipóteses de resolução imediata sem aviso prévio	231
Tabela 28	Cláusula de eleição de foro	238

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAI	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AVICULTORES INTEGRADOS
ABCS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS
ABPA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL
AVISULSC	ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CADEC	COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONCILIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO
CELESC	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA
CERLAM	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE LAURO MÜLLER
CERTREL	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE TREVISO
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CNA	CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
COOPERA	COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO
COOPERMILA	COOPERATIVA MISTA DE LAURO MÜLLER LTDA
COORSEL	COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL
CPC	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
DIPC	DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL
ECT	ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO
FAO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FONIAGRO	FÓRUM NACIONAL DE INTEGRAÇÃO
IPESE	INSTITUTO DE PESQUISA SOCIOECONÔMICA APLICADA
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PECUÁRIA
MPT	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
NEI	NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL
PL	PROJETO DE LEI
PLS	PROJETO DE LEI DO SENADO
RIPI	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO INTEGRADA

SAG	SISTEMA AGROINDUSTRIAL
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STJ	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TJSC	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA
TJSP	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
TRF	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
TRT	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
TST	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
UBABEF	UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
2	INSTITUIÇÕES E CONTRATO	31
2.1	NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	32
2.2	CONTRATO.....	40
2.2.1	Concepções sobre contrato	41
2.2.1.1	Liberalismo.....	41
2.2.1.2	Estado Social	43
2.2.1.3	Neoliberalismo	46
2.2.2	Funções socioeconômicas do contrato	47
2.2.3	Contratos atípicos	49
2.2.4	Regulação contratual.....	53
3	INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL	61
3.1	INTEGRAÇÃO VERTICAL X INTEGRAÇÃO CONTRATUAL.....	62
3.1.1	Razões econômicas para a integração vertical.....	63
3.1.2	Vantagens e desvantagens econômicas da integração vertical	65
3.1.3	Desverticalização	67
3.2	SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS E INTEGRAÇÃO	69
3.3	DEPENDÊNCIA ECONÔMICA	74
3.4	CONTRATO AGROINDUSTRIAL DE INTEGRAÇÃO	81
3.4.1	Características	81
3.4.2	Diferenciação com outros tipos contratuais	84
3.4.2.1	Compra e venda.....	84
3.4.2.2	Empreitada	85
3.4.2.3	Sociedade	86
3.4.2.4	Trabalho subordinado.....	86
3.4.2.5	Parceria.....	88
3.5	ASPECTOS LEGAIS	89
3.5.1	Histórico legislativo	91
3.5.2	Nomenclatura.....	92
3.5.3	Conceitos legais	93
3.5.4	Princípios.....	97
3.5.5	Conteúdo mínimo	99
3.5.6	Órgãos colegiados	106

3.5.6.1	Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC)	107
3.5.6.2	Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO)	111
3.5.7	Mecanismos de transparência	113
3.5.7.1	Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC)	115
3.5.7.2	Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI)	118
3.5.8	Propriedade dos insumos	119
3.5.9	Responsabilidade ambiental	120
3.5.10	Obrigações sanitárias	123
3.5.11	Recuperação judicial e falência	124
3.5.12	Foro	125
3.5.13	Regulamento	127
3.5.14	Vigência	128
4	ANÁLISE EMPÍRICA	131
4.1	MÉTODO E JUSTIFICATIVA	132
4.2	SETOR PESQUISADO	134
4.2.1	Panorama da avicultura mundial e brasileira	136
4.2.2	Sistema de integração avícola	145
4.3	ENTREVISTAS	150
4.3.1	Procedimentos para coleta de dados	152
4.3.2	Procedimentos para organização e análise de dados	154
4.3.3	Resultados	155
4.3.3.1	Caracterização dos avicultores entrevistados	155
4.3.3.2	Contrato de integração	158
4.3.3.3	Lei n. 13.288/2016	170
4.3.3.4	Solução de conflitos	173
4.3.3.5	Energia	181
4.3.3.6	Seguro	187
4.4	ANÁLISE DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS	190
4.4.1	Objeto e Finalidade	194
4.4.2	Partes	196
4.4.3	Obrigações das Partes	197
4.4.3.1	Obrigações do integrador	197
4.4.3.2	Obrigações do produtor integrado	198
4.4.3.3	Propriedade dos insumos	201

4.4.3.4	Quantidade de aves alojadas	203
4.4.3.5	Manejo pré-abate	206
4.4.4	Prazos.....	213
4.4.4.1	Prazo de vigência do contrato	214
4.4.4.2	Prazo de alojamento do lote	217
4.4.4.3	Prazo de intervalo entre lotes	218
4.4.5	Preço e Forma de Pagamento	220
4.4.5.1	Auxílio baixa produtividade.....	224
4.4.5.2	Descontos automáticos e retenção.....	224
4.4.6	Extinção	225
4.4.7	Disposições gerais	234
4.4.7.1	Obrigações ambientais e sanitárias	234
4.4.7.2	Utilização de mão de obra infantil ou escrava	236
4.4.7.3	Boa conduta na relação contratual	236
4.4.7.4	Confidencialidade.....	237
4.4.7.5	Cláusula de eleição de Foro	238
4.4.8	Considerações finais sobre a análise dos contratos	240
4.5	IMPACTOS DA TIPIFICAÇÃO PARA O SETOR AVÍCOLA	242
4.5.1	Tipificação	244
4.5.2	Dependência econômica	245
4.5.3	Contrato de integração.....	248
4.5.4	Solução de conflitos	249
4.5.5	Responsabilidade ambiental	251
5	CONCLUSÃO	253
	REFERÊNCIAS	257
	APÊNDICE A - QUADRO COMPARATIVO PROJETOS DE LEI.....	277
	APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA.....	297
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	305
	ANEXO A – CONTRATO BRF.....	307
	ANEXO B – CONTRATO JBS.....	319
	ANEXO C – CONTRATO AGROVÊNETO.....	325
	ANEXO D - FÓRMULA DE REMUNERAÇÃO BRF.....	327
	ANEXO E - FÓRMULA DE REMUNERAÇÃO JBS	329
	ANEXO F - FÓRMULA DE REMUNERAÇÃO AGROVÊNETO	331
	ANEXO G - SUGESTÃO DE REGIMENTO DA CADEC - AVES E SUÍNOS (ABPA/CNA).....	333

1 INTRODUÇÃO

O contrato agroindustrial de integração é resultado do processo de modernização da agricultura, que deixa de ser atividade eminentemente primária, voltada para a subsistência, e passa a se inserir no mercado. As mudanças operadas pela agricultura alteraram as relações do agricultor com os demais agentes econômicos, contribuindo para a especialização da produção e para a modernização dos modelos industriais e de comercialização (PAIVA, 2010).

O sistema de produção integrado ganhou importância no Brasil na década de 1960, na avicultura catarinense. O modelo contratual tornou-se fundamental para o crescimento e desenvolvimento de diversas atividades agrárias, destacando-se a avicultura, suinocultura, fruticultura e piscicultura. Criado pelas necessidades socioeconômicas dos agentes da produtivos, foi tipificado no Brasil no ano de 2016, pela Lei n. 13.288 (BRASIL, 2016)

Desse modo, este trabalho busca verificar quais são os impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração para o setor avícola brasileiro. A análise do setor avícola justifica-se pela sua importância econômica e social, bem como pela utilização preponderante do contrato de integração no desenvolvimento da produção.

O Brasil apresenta-se como o segundo maior produtor de aves do mundo, totalizando 12,9 milhões de toneladas no ano de 2016. Além disso, apresenta-se como líder do ranking mundial de exportação há dez anos, comercializando aproximadamente 40% da carne de frango exigida pelo mercado mundial, exportando para 150 países. O setor da avicultura gera, direta e indiretamente, 3,5 milhões de empregos. No campo, 130 mil famílias proprietárias de pequenos aviários produzem em um sistema totalmente integrado com as agroindústrias exportadoras.

O sistema de integração permite a coordenação da produção, garantindo à agroindústria o alcance da demanda quantitativa e qualitativa da matéria-prima ou do produto, possibilitando o planejamento da produção sem a necessidade de investir na atividade agrícola, propriamente dita. Para o produtor, por outro lado, destaca a garantia de comercialização de toda a sua produção, antes mesmo de iniciar o ciclo produtivo.

Na avicultura, de maneira geral, a agroindústria é responsável pelo fornecimento de pintos de um dia, ração, medicamento, vacina e pela prestação de assistência técnica e veterinária. Ao final do período de criação dos frangos, quando estiverem em condições ideais para abate, a seu critério, responsabiliza-se pela apanha e carregamento das aves, bem como pelo transporte até o abatedouro.

O produtor integrado, por sua vez, é responsável pelo manejo da produção, ou seja, fornece galpão adequado com equipamentos de aquecimento e ventilação, além de água, energia e mão de obra, recebendo os pintos de um dia e entregando as aves quando estiverem prontas para o abate, seguindo os critérios do integrador.

O contrato agroindustrial de integração é caracterizado pela repartição de riscos e pela renúncia por parte do produtor integrado de parcela de seus poderes de autodeterminação em favor do integrador por meio da assunção de obrigações, dentre as quais as mais comuns são as de submeter-se às regras técnicas, ao controle e à produção exclusiva de certos bens condicionada pela indústria (PAIVA, 2010).

Em razão do desequilíbrio do poder contratual existente entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, agravado pela transformação tecnológica no campo, o presente estudo se faz necessário pela possibilidade de mitigação da liberdade de transações, verificada na ocorrência de abuso de dependência econômica.

Desse modo, a Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) buscou garantir segurança jurídica ao sistema de integração, trazendo algumas inovações, como a determinação para criação de órgãos colegiados, como a Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC), com objetivo de acompanhar o sistema de integração e dirimir questões e solucionar litígios mediante acordo, e o Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO), com competência para estabelecer metodologia de cálculo para o valor de referência para a remuneração do produtor integrado.

Além disso, criou dois instrumentos acessórios ao contrato de integração, o Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC) e o Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI), com a finalidade de garantir maior transparência na relação contratual.

Desta forma, o trabalho busca responder ao problema de pesquisa: quais são os impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração para o setor avícola brasileiro? Já os objetivos específicos são: *i)* analisar a formação e a tipificação dos contratos à luz da Nova Economia Institucional; *ii)* estudar o contrato agroindustrial de integração; *iii)* verificar os impactos da Lei n. 13.288/2016 para o setor avícola brasileiro.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, uma vez que objetiva a melhor compreensão dos fatos e não a sua mensuração. Assim, além do acesso à informação, busca identificar as demandas dos avicultores que atuam no sistema de integração avícola. Pode ser classificada também como exploratória-descritiva. Exploratória pois o tema é pouco explorado em âmbito jurídico, necessitando esclarecimento dos problemas. Descritiva, por sua vez, pois também apresenta a finalidade de descrever as características do sistema de integração avícola, a partir da percepção dos produtores integrados e da análise de contratos.

Além disso, a análise empírica realizada pode ser caracterizada como uma documentação direta mediante pesquisa de campo. A documentação direta consiste no levantamento de dados diretamente no local onde os fenômenos ocorrem, ao passo que a pesquisa de campo tem a finalidade de obter informações e conhecimentos a respeito de um problema para o qual se procura resposta e descobrir fenômenos ou relações entre eles.

Por fim, quanto às técnicas utilizadas para a coleta de dados, empregou-se pesquisa bibliográfica, análise de dados secundários, entrevistas e análise documental de instrumentos contratuais. As duas primeiras técnicas foram utilizadas para o levantamento dos problemas e hipóteses de pesquisa, bem como para apresentar um panorama sobre o tema em estudo. Por sua vez, as entrevistas tiveram como objetivo o acesso a informações não disponíveis na literatura e nos bancos de dados analisados, bem como verificar as percepções dos produtores integrados sobre o sistema de integração. Por seu turno, a análise documental de contrato possibilitou a verificação com exatidão do arranjo do sistema de integração e a sua conformação em relação às disposições da Lei n. 13.288/2016.

O presente trabalho está estruturado em três partes, correspondentes aos três objetivos específicos.

Na primeira parte, o objetivo é analisar a formação e a tipificação dos contratos à luz da Nova Economia Institucional. Apresenta-se como um referencial teórico necessário para a compreensão do objetivo geral de pesquisa. Busca-se, assim, compreender a relação entre as instituições, que incluem as regras sobre contratos, e as escolhas de forma de governança. Em um segundo momento será realizado estudo sobre os contratos, quanto à sua definição, às funções socioeconômicas, à classificação de contratos típicos e atípicos e à sua tipificação.

Na segunda parte, será estudado o contrato agroindustrial de integração, partindo da teoria jurídico-econômica a ele aplicada. Serão diferenciados os conceitos de integração vertical e integração contratual, aprofundando as razões, vantagens e desvantagens e riscos da integração vertical, além da tendência de desverticalização. Por fim, será abordada a relação dos sistemas agroindustriais com a integração, verificando-se a caracterização da dependência econômica, para analisar, assim, as características do contrato de integração e as disposições previstas na Lei n. 13.288/2016.

Por fim, na terceira parte, a finalidade é verificar os impactos da Lei n. 13.288/2016 para o setor avícola brasileiro. Desse modo, corresponde a uma análise empírica sobre o setor avícola, utilizando duas técnicas de pesquisa empírica, análise de dados secundários e entrevistas, conjugada com uma análise documental mediante estudo de instrumentos contratuais de integração celebrados entre agroindústria e avicultores. Ao final desta terceira parte, será realizada uma triangulação das discussões apresentadas no trabalho, com o objetivo de verificar os impactos da tipificação do contrato agroindustrial no setor avícola.

2 INSTITUIÇÕES E CONTRATO

O objetivo deste capítulo é o estudo da Nova Economia Institucional e do contato, como referenciais teóricos para a compreensão da estruturação da relação contratual, além da concepção dos impactos econômicos e sociais de sua tipificação. O contrato¹, como relação jurídica bilateral, é influenciado diretamente pelas instituições² que permeiam o seu desenvolvimento, podendo promover ou restringir a contratação e modificar o seu conteúdo. Entretanto, essa relação tem sido pouco estudada pelos teóricos jurídicos do contrato, assentados em um modelo tradicional baseado no consentimento e na troca.

Ricardo Lorenzetti (2014, p. 90) aponta três razões principais para explicar o distanciamento da teoria contratual tradicional em relação à influência das instituições: *i)* a teoria da ação racional toma em conta um sujeito isolado, prescindindo das influências prévias nesta decisão; *ii)* tradição do Direito Privado de se considerar independente do Direito Público; *iii)* temor do intervencionismo do Estado sobre as liberdades individuais.

Aprofundando a análise das razões descritas, Ricardo Lorenzetti (2017, p. 91) entende que a consideração do sujeito isolado pela teoria da ação racional é uma decisão metodológica, adotada para a construção de um modelo de estudo dos contratos. Isso não significa dizer que o contexto não existe ou não influencie, pois, na tomada de decisão, um indivíduo pode ser livre ou sofrer pressões econômicas; pode ser um sujeito instruído ou um ignorante. A principal preocupação da teoria contratual, por seu turno, reside nos elementos intrínsecos da relação contratual. Entretanto, o ordenamento jurídico reconhece a existência de racionalidade limitada e de falhas de mercado, prevendo normas de ordem pública e de direção econômica, com o papel de promover ou restringir o contrato.

Quanto ao segundo argumento, Ricardo Lorenzetti (2014, p. 91) postula a progressiva referenciabilidade pública das normas privadas, ou seja, que o Direito Privado deve reconhecer a existência da inter-relação entre o marco institucional e os comportamentos individuais,

¹ O contrato pode ser definido como “acordo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos (BEVILÁQUA, 1950).

² As instituições correspondem ao conjunto de restrições formais e informais que regulam a interação humana na sociedade. O ambiente institucional é definido pelo conjunto das regras políticas, sociais e legais que estabelecem as bases para produção, troca e distribuição, i.e., as próprias regras do jogo social (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 160).

transcendendo a ideia de *sujeito isolado* para uma concepção de *sujeito situado*. Nesse contexto, as regras institucionais devem fixar preceitos mínimos para coordenar a relação do sujeito com os demais indivíduos e com os bens públicos.

Por fim, Ricardo Lorenzetti (2014, p. 91) identifica dois temores relativos ao intervencionismo do Estado sobre as liberdades individuais: *i*) possibilidade da ocorrência de distorções voluntárias, uma vez que o Estado pode adotar medidas que premiem riqueza ou restrinjam as liberdades individuais; *ii*) possibilidade da existência de defeitos involuntários, em razão da dificuldades encontradas por um organismo centralizado de conhecer o suficiente e a um custo razoável o comportamento e valores dos indivíduos.

Dessa forma, pode-se observar que a relação contratual não se desenvolve em um sistema hermético, restrito aos contratantes. Pelo contrário, a contratação e o seu conteúdo são influenciados pelas instituições que os permeiam. Assim, a análise do contrato por meio da Nova Economia Institucional mostra-se um instrumento complementar ao estudo jurídico. Conforme destaca Fernando Araújo, (2007, p. 14) “são visões que não se excluem nem se desmentem”.

2.1 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional tem seu fundamento nos estudos de Ronald Coase (1937; 1960), que aproximou os conceitos de mercado³ e firma⁴ de suas dimensões jurídicas. No primeiro estudo, *The nature of the firm* (1937), evidenciou como os custos de transação promovem as formas organizacionais e as instituições do ambiente social. Já no segundo, *The problem of social cost* (1960), demonstrou que os custos de transação são positivos e que as instituições induzem o comportamento dos agentes econômicos.

³ Ronald Coase (1937, p. 388) identifica o mercado como mecanismo de preços em concorrência perfeita, constituindo em conjunto com o empresário meios de efetuar a alocação dos recursos produtivos, ou seja, modos alternativos de coordenar a produção (PONDÉ, 2007, p. 13)

⁴ João Luiz Pondé (2007, p. 13) apresenta a concepção de firma para Ronald Coase (1937), segundo o qual “ênfatiza as especificidades dos arranjos contratuais que compõem a sua essência e como estes diferem dos contratos estabelecidos para a troca de produtos nos mercados. As firmas se constituem quando determinados agentes, ao adquirirem serviços de fatores de produção, obtêm o direito de dirigir a sua utilização, e consequentemente, tomar decisões acerca das maneiras como os recursos produtivos são alocados. Tal relação entre os empresários e os proprietários dos fatores é distinta daquelas estabelecidas entre produtores independentes, onde são tomadas decisões alocativas autônomas, apenas guiadas e coordenadas pelo mecanismo de preços”

Os custos de transação, segundo Oliver Williamson (1996) os custos *ex-ante*, de preparar, negociar e salvaguardar um acordo, bem como os custos *ex-post*, dos ajustamentos e adaptações que se resultam quando a execução de um contrato é afetada por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas. Em suma, são os custos de conduzir o sistema econômico (WILLIAMSON, 1996). Yoram Barzel (1997) sintetiza como os custos de transferir, capturar e proteger os Direitos de Propriedade.

Nesse sentido, Ronald Coase (1937; 1960) demonstrou que os mercados e a organização interna da firma não funcionavam a custo zero. Os custos de funcionamento dos mercados, por sua vez, poderiam exceder os custos da organização interna, resultando em uma visão da firma com um *feixe de contratos*. Isso porque a escolha do de organização, via mercado ou via hierárquica, depende da comparação entre alternativas de menor custo, tendo as instituições papel fundamental na redução dos custos de transação. Nesse cenário, o Estado possui a função de garantir as instituições, dando segurança e criando condições para o funcionamento dos mercados e outros arranjos institucionais (ZYLBERSZTAJN; SZTAJN, 2005, p. 6).

Ao identificar a *firma contratual*, Ronald Coase (1937; 1960) propõe a substituição da função de produção pelo nexo de contratos. Desse modo, as organizações podem ser compreendidas como relações contratuais coordenadas por instrumentos desenvolvidos pelos agentes produtivos. Assim, problemas relacionados com quebra e salvaguardas, além de instrumentos para manter a relação contratual e resolver problemas de inadimplemento, passam a ser relevantes também para a Economia. Isso porque tais aspectos influenciarão o desenho dos arranjos institucionais das empresas, pois percebendo os riscos futuros potenciais inerentes ao ambiente institucional, procuram criar salvaguardas (ZYLBERSZTAJN; SZTAJN, 2005, p. 7).

Decio Zylbersztajn (2005, p. 397) aponta duas vertentes analíticas complementares aplicáveis ao estudo das organizações resultantes da Nova Economia Institucional: macrodesenvolvimentista e microinstitucional.

A vertente macrodesenvolvimentista pode ser atribuída a Douglass North (1990), que realizou um estudo sobre a origem, a estruturação e as mudanças das instituições. Tal perspectiva influenciou diretamente os estudos sobre Direito e Desenvolvimento a partir da década de 1990, buscando-se compreender como as instituições influenciam o desenvolvimento, alterando a

noção de mero crescimento econômico em direção a uma perspectiva em que a sustentabilidade ambiental e melhores condições sociais devem ser perseguidas simultaneamente.

Douglass North (1990) contribuiu para o estudo da Economia, Direito e Organizações ao identificar que as organizações são concebidas para buscar eficiência e a que a sua estrutura é modelada pelo ambiente institucional. Elizabeth Farina (2005) afirma que o estudo de Direito e Economia possui tradição na área de Antitruste e Defesa da Concorrência, entretanto, a relação entre justiça e eficiência tem se tornado cada vez mais importante para as demais áreas, já que os arranjos institucionais não são neutros em relação ao uso dos recursos econômicos. Dessa forma, o arcabouço legal e as decisões judiciais produzem efeitos sobre a eficiência econômica, impactando diretamente o desenvolvimento de um país.

Para Daron Acemoglu e James Robinson (2012), as instituições políticas e econômicas de um país devem ser inclusivas, possibilitando um crescimento sustentável, pois somente uma sociedade verdadeiramente livre tem condições de fomentar a inovação capaz de promover o desenvolvimento. No mesmo sentido, a perspectiva de desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen (2010), que afirma ser a própria liberdade “o argumento mais imediato em favor da liberdade de transações de mercado”.

Por outro lado, a vertente microinstitucional é representada pela economia das organizações, cujo foco é voltado para a natureza explicativa dos diferentes arranjos institucionais (ZYLBERSZTAJN, 2005, p. 397). Diversos autores contribuíram para essa perspectiva, com destaque para Oliver Williamson (1985), Claude Menard (1995) e Yoram Barzel (1997). Decio Zylbersztajn (2005, p. 397) explica que as “operações das firmas vistas como arranjos institucionais são pautadas pelas regras do jogo (instituições), o que confere a ligação entre as duas vertentes”.

Nesse sentido, o mercado é entendido como uma instituição, necessitando regras definidas para o seu funcionamento, a fim de se garantir eficiência. Isso porque o comportamento oportunista dos agentes econômicos e o choque entre direitos de propriedade resultam em custos para o mercado, intensificando os custos de transação.

A eficiência apresenta duas perspectivas: *i*) possibilidade de elaboração de contratos completos, com expressa vinculação ao pressuposto neoclássico de racionalidade plena; *ii*) proposição

decorrente da Economia dos Custos de Transação, de que os contratos são incompletos por sua natureza, em virtude do pressuposto da racionalidade limitada. Essa segunda vertente, aprofundada por Oliver Williamson (1985), faz parte das premissas que buscam explicar o alinhamento entre as características das transações e as formas de governança⁵, com objetivo de minimizar os custos de produção e de transação. Assim, conforme aponta Decio Zylbersztajn (2005, p. 398), “os contratos surgem como estruturas de amparo às transações que visam controlar a variabilidade e mitigar riscos, aumentando o valor da transação.

Oliver Williamson (1985) buscou explicar a relação existente entre as características das transações e as formas de governança, pautando-se pelos objetivos de comportamento eficiente e de minimização dos custos de produção e de transação. Identificou, nesse estudo três indutores de formas de governança: ambiente institucional, características da transação e pressupostos comportamentais.

Figura 1. Esquema da indução das formas de governança

Fonte: ZYLBERSZTAJN (1995, p. 23)

O pressuposto fundamental, a partir da teoria de Ronald Coase (1937; 1960), é a existência de custos na utilização do sistema de preços, assim como na celebração de contratos. Outro pressuposto é a interferência das instituições nos custos de transação, na medida em que as transações se verificam em um ambiente institucional estruturado e que as instituições não são neutras. O ambiente institucional pode ser entendido como o conjunto de normas que afetam o

⁵ João Luiz Pondé (2007, p. 16) explica que as “estruturas de governança correspondem a formas institucionais particulares, que diferem em termos dos mecanismos de monitoramento, incentivo e controle de comportamentos, possuindo capacidades distintas em termos de flexibilidade e adaptabilidade em cada ambiente econômico particular”.

processo de transferência dos direitos de propriedade, dentre elas regras legais, sociais e políticas (ZYLBERSZTAJN, 1995, 16).

Além disso, dois pressupostos comportamentais são fundamentais para a compreensão da Economia dos Custos de Transação: Racionalidade limitada e Oportunismo. Herbert Simon (1961) afirma que os atores econômicos desejam ser racionais, mas apenas conseguem sê-lo de forma limitada.

Racionalidade limitada refere-se ao comportamento que pretende ser racional mas consegue sê-lo apenas de forma limitada. Resulta da condição de competência cognitiva limitada de receber, estocar, recuperar e processar a informação. Todos os contratos complexos são inevitavelmente incompletos devido à racionalidade limitada (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 17).

O oportunismo apresenta uma conotação ética comportamental dos indivíduos, que agem na busca do seu autointeresse, partindo de um princípio de jogo não cooperativo, onde a informações que um agente possa ter sobre a realidade não acessível a outro agente pode permitir que o primeiro desfrute de algum benefício. A simples possibilidade de que um indivíduo aja dessa forma expõem os contratos a ações que demandam monitoramento, o que agrega um custo na transação (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 17).

Para a Economia dos Custos de Transação, os contratos são incompletos por natureza, em razão da racionalidade limitada, o que não seria um problema se não fosse a característica comportamental esperada do oportunismo. Ademais, as transações caracterizam-se por três elementos: frequência, risco e especificidade dos ativos que serão fundamentais na indução das formas de governança.

A frequência na qual determinada transação ocorre é importante para determinar a possibilidade de internalizar determinada etapa produtiva sem perder eficiência relacionada à escala⁶. O risco

⁶ De acordo com Maria Silvia Possas (1993, p. 70-71), “há economias de escala quando o aumento do volume da produção de um bem por período reduz os seus custos. Esta redução pode se dar pela possibilidade de utilização de métodos produtivos mais automatizados ou mais avançados, mas também pode estar relacionada a ganhos em propaganda, marketing, P&D, financiamento, enfim qualquer etapa da produção e comercialização. Até a recentemente a ocorrência de economias de escala de grande porte era em geral associada à produção, por maior de processos contínuos, de insumos de uso generalizado, para os quais não cabe diferenciação do produto”. Decore dessa caracterização a noção economias de escopo, referindo-se a um conjunto de bens e não apenas um só. Segundo Robert Pindick e Daniel Rubinfeld (1992, p. 222), “economias de escopo estão presentes quando a produção conjunta de uma única firma poderia ser obtida por duas firmas diferentes cada uma produzindo um único produto”. Nesse sentido, Cláudio Szwarcfiter e Paulo Roberto Dalcol (1997, p. 123) apontam que o conceito

afeta a divisão do ônus entre os participantes da transação. Por fim, o indutor mais importante da forma de governança é a especificidade, uma vez que ativos mais específicos estão associados a formas de dependência bilateral que implicará na estruturação de formas organizacionais apropriadas. A existência de ativos específicos pode provocar a ação oportunista dos atores. (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 23).

Desse modo, são três os fatores que induzem a escolha da forma de governança: ambiente institucional, características da transação e pressupostos comportamentais. O ambiente institucional é marcado pela tradição legal, existência de leis de proteção intelectual, tradições de arbitragem para a solução de conflitos, aspectos culturais. (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 24) Os pressupostos comportamentais indicam os motivos pelos quais o contrato firmado poderá não conter as características desejadas após um determinado período, em razão do oportunismo e da racionalidade limitada. Por fim, as características da transação, frequência, risco e especificidade, são fatores preponderantes para a escolha da governança.

A estrutura de governança adotada deverá compatibilizar os custos associados à celebração dos contratos aos incentivos associados a cada arranjo contratual e aos custos burocráticos associados. Observa-se, desse modo, que as relações jurídicas contratuais são fundamentais para o desenvolvimento da organização, na medida em que, segundo a teoria de Coase (1937; 1960), a firma se configura como um conjunto de contratos, e as suas relações resultam em um exame de custos de produção e custos de transação.

Portanto, a opção por produzir internamente, de forma integrada, ou adquirir no mercado⁷, por meio de arranjos contratuais, resulta da análise dos custos de transação. Dessa modo, do ponto de vista econômico, os contratos podem ser compreendidos como um facilitador da circulação

de economia de escopo não é novo, mas as inovações tecnológicas permitiram uma diferente operacionalização: “o novo fator-chave baseado na microeletrônica permite a exploração de economias de escopo em setores onde isso antes era impensável, com destaque para os bens de consumo duráveis - liderados pela indústria automobilística. Outrossim, torna-se mais fácil e barato o controle de qualidade com a crescente automação, assim como a coordenação do fluxo de produção”.

⁷ João Luiz Pondé (2007, p. 17-18) explica que as *hierarquias* têm como característica “a submissão dos comportamentos dos agentes a relações de autoridade e a introdução de adaptações nas interações a partir de sistemas administrativos de monitoramento, incentivo e controle a estas associados”. Já nos *mercados*, “a coordenação resulta espontaneamente das adaptações em suas condutas que os agentes introduzem a partir da busca do lucro privado”. Têm-se, assim, a identificação de transações instantâneas, marcadas por contratos de curta duração, como, por exemplo, a compra e venda para entrega imediata. Pode-se fazer um paralelo com o mercado spot, ou seja, transações imediata de entrega do produto e pagamento do preço. Por fim, as *formas híbridas* “consistem em contratos de longo prazo apoiados em salvaguardas adicionais e um aparato para disponibilizar informações e resolver disputas”.

de titularidades de valores, possibilitando a circulação de bens e serviços em direção a quem revele maior necessidade e capacidade de obtê-los. Em razão da disposição descentralizada dos bens e serviços, o acesso a tais recursos, por quem não seja titular, dependerá de trocas, mediante o pagamento de um preço (ARAÚJO, 2007, p. 18).

Ricardo Lorenzetti (2004, p. 92) identifica três relações entre as instituições e os contratos: regulação da entrada e saída do mercado; distribuição de informação; promoção de previsibilidade ou de incerteza. Em primeiro lugar, as instituições podem facilitar ou dificultar a entrada no mercado. Nesse sentido, observa-se no ordenamentos jurídico brasileiro, por exemplo, a Lei n. 4.595/1964 (BRASIL, 1964), que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, e a Lei n. 9.656/1998 (BRASIL, 1988), que regula os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Em segundo lugar, ao distribuir informação, as instituições podem incrementar ou diminuir os custos de transação. Douglass North (1990) aponta que os custos de informação são a chave dos custos de negociação, compostos pelos custos em se medir os atributos valorativos do que se está negociando e os custos de proteger e fazer cumprir o acordo. Observa-se uma clara relação entre o dever colateral de informação e a sua distribuição assimétrica. Assim, as instituições devem ser coerentes com o contrato, permitindo a livre circulação de informação e diminuindo os custos de sua busca (LORENZETTI, 2004, p. 92)

Por fim, as instituições podem promover a previsibilidade, mas também a incerteza. Ricardo Lorenzetti (2004, 93) exemplifica com a atividade agrária, tradicionalmente conhecida por sua estabilidade e seguridade, mas que atualmente deixou de ser. Os mercados de produtos agrários se transformaram em especulações sobre *commodities*, submetidos a uma instabilidade própria das bolsas. Assim, o homem do campo se rende aos preços por seus produtos determinados pelo mercado financeiro, sujeito a grandes oscilações. Os custos também lhe são alheios, escapando de sua capacidade de decisão, como ocorre com os tributários, de combustível e de exportação, já que muitos são cotados em dólar e também sujeitos a sua flutuação. No mais, a rápida transformação tecnológica o obriga a realizar elevados investimentos e adiantar-se às mudanças, para que consiga competir no mercado. Esse marco institucional ao qual está submetido redimensiona o contrato agrário, fazendo-se necessário a adoção de mecanismos de cobertura de risco frente ao incremento da incerteza externa, uma vez que a incerteza pode resultar em recessão econômica.

Com o contributo da teoria de Ronald Coase (1937; 1960), a firma pode ser configurada como um feixe de contratos, e as relações entre elas resultam em um exame de custos de produção e custos de transação. Desse modo, a análise dos custos de transação irá determinar se produzirá internamente, de forma integrada, ou buscará no mercado, por meio de arranjos contratuais⁸. Assim, o contrato assume um papel fundamental para o desenvolvimento da organização, pois pode ser compreendido como um facilitador da circulação. Nesse ponto, as instituições também desempenham um papel primordial, em garantir a previsibilidade e diminuir a incerteza, fatores essenciais ao desenvolvimento.

Ressalta-se que Joaquim de Souza Ribeiro (2007, p. 74) identifica uma forte pressão invasiva de racionalidade econômica ao direito dos contratos. Entende que a reflexão excessiva de determinantes econômicas parece reservar ao direito dos contratos um papel meramente instrumental em relação às *leis do mercado*. Entretanto, não foi este o propósito desta análise, mas sim a complementariedade apontada por Fernando Araújo (2007, p. 14)⁹. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo foi estudar a Nova Economia Institucional como referencial teórico para compreensão das formas de governança e, conseqüentemente, da estruturação da relação contratual, pressupostos para a análise dos impactos econômicos e sociais de sua tipificação.

Para que entre o jurídico e o econômico se estabeleça a “interação circular” necessária à estabilidade e equilíbrio geral do sistema, a intervenção constitutiva e reguladora do direito nas estruturas e processos das “transações” deve fazer-se na sua linguagem própria, sem abandono das suas próprias valorações. Só assim desempenhará, com eficácia, a sua função de instância mediadora entre exigências sociais contraditórias (RIBEIRO, 2007, p. 74)

Para tanto, no *item 2.2* serão estudados os contratos, sua definição, as concepções econômicas modernas, suas funções socioeconômicas, a classificação de contratos típicos e atípicos e a regulação contratual, analisando a autonomia privada, a ordem pública e a tipificação do contrato. Esses temas são essenciais para a compreensão do objetivo geral da pesquisa, de analisar os impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração para o setor avícola brasileiro.

⁸ Nessa hipótese, haverá duas opções: *mercado*, com a celebração de contratos de curto prazo, de execução imediata, ou *formas híbridas*, caracterizadas por contratos de longa duração com o estabelecimento de mecanismos de coordenação.

⁹ Fernando Araújo (2007, p. 14) entende que a análise econômica do contrato contrapõe visões que não se excluem e nem se desmentem, mostrando-se um instrumento complementar ao estudo jurídico.

2.2 CONTRATO

A noção de contrato sofreu significativo impacto das transformações sociais e políticas, da internacionalização da economia e das inovações tecnológicas ocorridas sobretudo a partir do século XIX. Em poucos anos, em razão da mudança do clima político, a figura contratual sofreu forte desconfiança como símbolo da dominação liberal, passando a ser considerado em setores tradicionalmente destinados a prevalência do interesse público e coletivo.

As novas formas de estruturação, gestão e controle da relação econômica, marcadas pela velocidade do progresso de todas as relações na sociedade, resultam em um caminho de superação da prática, da lei e da interpretação dos contratos. A regulamentação do contrato desigual se coloca como momento essencial da reestruturação das relações econômicas segundo a nova fisionomia do mercado.

Nesse sentido, Fabrizio Di Marzio (2004, p. 6) afirma que a desigualdade entre as partes se apresenta como pressuposto da disciplina, como horizonte do novo direito dos contratos e como sua fronteira. Assim, a preocupação legislativa com a contratação desigual ocorre sobretudo na categoria dos contratos de consumo, mas também pode ser verificada nos contratos empresariais. O Código Civil (BRASIL, 2002) apresenta uma tutela generalizada da parte vulnerável, aprofundada nas leis setoriais, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A tutela incondicionada da autonomia e da lei privada deu espaço a um controle do Estado. A teoria liberal não foi verificada na prática, resultado na incapacidade político-jurídica de se restituir a credibilidade e a legitimação ao contrato como mecanismo de troca econômica baseada na liberdade de autodeterminação, visto, em muitos casos, como instrumento de dominação econômica.

Apesar da evolução caminhar para o sentido contrário, Orlando Gomes (2008, p. 8) entende que o modelo liberal ainda é encontrado nos compêndios de Direito Civil, amarrados à definição do Código Civil (BRASIL, 2002), alheia à profusa legislação especial, que a contradiz e a contesta. Desse modo, conforme Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 9), o contrato pode ser compreendido como a “manifestação de duas ou mais vontades, objetivando criar,

regulamentar, alterar e extinguir uma relação jurídica (direitos e obrigações) de caráter patrimonial”.

Do ponto de vista econômico, Robert Cooter *et al.* (1999, p. 205) apresentam duas acepções sobre o termo contrato: *i*) contrato como operação econômica; *ii*) contrato como veste jurídica da operação econômica. Enquanto operação econômica, o contrato revela uma forte vocação de promoção da eficiência, porque favorece a tendência dos recursos de deslocar-se para usos mais rentáveis (ROPPO, 2001). Por outro lado, enquanto formalização jurídica de operações econômicas, o termo contrato se refere ao conjunto de regras que regulamentam as atividades negociais, ou seja, o direito dos contratos.

Para Robert Cooter *et al.* (1999, p. 205), parece razoável supor que essas regras são inspiradas no objetivo de garantir a vocação eficientista do contrato. A partir dessa crença está enraizada a tentativa de se delinear uma teoria econômica do contrato. A análise econômica do direito, conforme aponta James Boyd White (1986, p. 161), nasce da constatação de que juristas e economistas se ocupavam dos mesmos problemas: externalidades negativas e positivas, monopólios, custos de transação, assimetria de informação, bens públicos, dentre outros.

Ultrapassando a mera definição legal, a concepção sobre a figura contratual sofreu alterações em razão das ideias dominantes, nos planos econômico, político e social em determinado período, influenciando a interpretação dogmática e a criação de instrumentos legais conexos, de cunho protetivo ou libertário.

Nesse sentido, se a vertente microinstitucional explica a adoção dos diferentes arranjos em razão da conjuntura institucional do Estado, a vertente macrodesenvolvimentista mostra como o modelo econômico adotado pelo Estado irá influenciar a própria concepção sobre o contrato e, consequentemente, o seu regramento legal. Assim, o *item 2.2.1* terá como objetivo a análise das modernas concepções sobre o contrato, em determinados modelos socioeconômicos, a partir dos estudos de Ricardo Lorenzetti (2004): liberalismo, estado social e neoliberalismo.

2.2.1 Concepções sobre contrato

2.2.1.1 Liberalismo

Patrick Atiyah (1979) identifica o liberalismo como a *idade de ouro* da liberdade contratual. Nesse sentido, Orlando Gomes (2008, p. 7) aponta que a ideologia individualista dominante e o processo econômico de consolidação do regime capitalista de produção contribuíram para formação da concepção moderna do contrato, como acordo de vontades mediante o qual as pessoas instituem um vínculo jurídico a que se sujeitam.

Para Ricardo Lorenzetti (2004, p. 24), o corpo congruente de princípios e regras que deram origem à concepção amplamente aceita sobre contrato foram resultados de uma enorme elaboração teórica no campo filosófico, econômico, sociológico, político e jurídico, tendo como principais características: autonomia e prevalência da vontade; consensualismo; conduta adversarial; força de lei entre as partes; efeito relativo.

A autonomia da vontade, personificada pela liberdade, é ponto central para o liberalismo político, uma vez que o indivíduo somente se obriga quando assim o desejar, expressando uma vontade livre (LORENZETTI, 2004, p. 24). Essa autonomia se referia à possibilidade de contratar ou não, de selecionar o contratante e de determinar o conteúdo do vínculo. Desse modo, apenas a vontade expressamente declarada seria obrigatória.

Além disso, Ricardo Lorenzetti (2004, p. 24) entende que o contrato refletia um modelo de conduta adversarial, tendo em vista duas pessoas com interesses contrapostos que negociam para maximizar o benefício pessoal, sendo lícito que cada uma busque obter o máximo proveito. Nesse modelo, seria legítima a astúcia, o engano e o *dolus bonus*. Incorporando o respeito à palavra empenhada, assegurando-se o consentimento pleno, a função dos tribunais deveria se limitar a aplicar a o contrato, a “lei” para as partes.

Nesse sentido, verificava-se a prevalência da forma obrigatória do convencionado, não se admitindo a modificação judicial ou legislativa do acordado. A lei deveria garantir segurança jurídica e o livremente acordado era considerado justo e não revisável (LORENZETTI, 2004, p. 25). Por fim, agregando-se a esse entendimento, o efeito relativo dos contratos apresentava-se como princípio essencial, no qual os efeitos jurídicos só produziriam efeitos entre as partes, não podendo afetar terceiros.

Portanto, a função do direito dos contratos, conforme Patrick Atiyah (1979, p. 681), era refletir o modelo das transações no mercado e ser um instrumento de descentralização das decisões

econômicas baseadas na iniciativa privada. Durante o desenvolvimento do processo econômico capitalista, o contrato foi alçado a instrumento jurídico por excelência da vida econômica, pois exigia-se a generalização e a abstração das relações de troca. Assim, Orlando Gomes (2008, p. 7) discorre que “o contrato surge como uma categoria que serve a todos os tipos de relações entre sujeito de direito e a qualquer pessoa independentemente de sua posição ou condição social”.

Nesse cenário, não se distinguia se o objeto do contrato era um bem de consumo ou um bem essencial, um meio de produção ou um bem voluptuário¹⁰. Assim, conforme Ricardo Lorenzetti (2004, p. 7), a preocupação legislativa era a de criar regras de orientação, já que os resultados seriam meras consequências e seriam os melhores se essas regras fosse eficientes. Entretanto, Orlando Gomes (2008, p. 7) entende que a ideia basilar de que todos são iguais perante a lei e devem ser igualmente tratados, e a concepção de que o mercado de capitais e o de trabalho devem funcionar livremente, favoreceram a dominação de uma classe sobre a economia.

Deste modo, a concepção liberal de contrato foi consolidada no século XIX com as grandes codificações, mas entrou em crise durante a segunda metade do século XX, com a manifestação do estado social. Entretanto, foi revivida no final do século XX com o afloramento do neoliberalismo.

2.2.1.2 Estado Social

No início do século XX, a concepção liberal de contrato foi contrastada com o modelo keynesiano da economia (KEYNES, 1936), que resultou na planificação estatal e na regulação dos contratos com base na ordem pública, impactando os princípios liberais que regiam os contratos.

A autonomia da vontade passou a ser considerada um direito que poderia ser limitado, e não mais anterior à própria organização do Estado. Desse modo, Ricardo Lorenzetti (2004, p. 26) aponta que a liberdade de estabelecimento do conteúdo do contrato sofreu enormes modificações, com os institutos da lesão, da onerosidade excessiva, da causa, da frustração do

¹⁰ Bens voluptuários são aqueles relacionados com a satisfação de desejos (SCHMIDT NETO, 2014, p. 64).

fim, do abuso de direito e da boa-fé. Assim, observa-se que a ordem pública passou a interferir nas obrigações acordadas pelas partes.

O consensualismo, por sua vez, passou a ser limitado, pois muitas obrigações não eram decorrentes da vontade das partes, mas sim na própria lei. No mesmo sentido, a força obrigatória perdeu soberania, permitindo-se que os juízes revissem o pactuado e que os legisladores intervissem no caso de emergência econômica. Por fim, observou-se um retorno ao formalismo com finalidade protetora, restringindo-se a informalidade, principalmente nos contratos comerciais e internacionais (LORENZETTI, 2007, p. 27)

Orlando Gomes (2008, p. 9) identifica três fatores das transformações ocorridas na teoria geral do contrato nesse período: *i)* insatisfação de grandes estratos da população pelo desequilíbrio entre as partes, atribuído ao princípio de igualdade formal; *ii)* modificação na técnica de vinculação por meio de uma relação jurídica; *iii)* intromissão do Estado na vida econômica.

Observou-se que a simples igualdade formal entre os indivíduos não garantia o equilíbrio entre os contratantes. Assim, o desequilíbrio mostrou-se patente nas relações contratuais celebradas entre partes de diferentes níveis sociais e econômicos, com evidente desvantagem para a parte vulnerável, como nos contratos de trabalho. Para corrigir tais distorções e retornar a uma condição de real de equilíbrio, a teoria contratual começou a examinar a justiça intrínseca das transações (HORWITZ, 1977).

Nesse sentido, Ricardo Lorenzetti (2004, p. 27) afirma que o próprio direito do Estado social configurou-se como instrumental, ou seja, como meio para o desenvolvimento dos objetivos ou diretrizes políticas. Em razão da planificação centralizada, o contrato passa a ser visto como um instrumento dentro da ordem pública de direção econômica, sendo regulado frente aos resultados, e não mais pelas regras para obtê-los.

Por sua vez, Orlando Gomes (2008, p. 8) ressalta que a crescente complexidade da vida social resultou em novas técnicas de contratação, com a simplificação do processo de formação, observada nos contratos em massa, e a acentuação do fenômeno da despersonalização. Essas técnicas contribuíram para o aumento da interferência do Estado na vida econômica, na limitação da liberdade de contratar e na redução da autonomia privada, sobretudo na liberdade em se determinar o conteúdo da relação contratual.

A interferência do Estado nas relações contratuais teve como objetivos a proteção de determinadas categorias de pessoas, a tentativa de compensar juridicamente a debilidade da posição contratual de seus componentes e eliminar o desequilíbrio. Para tanto, desenvolveu-se uma legislação de apoio a essas categorias, impondo o conteúdo de certos contratos, proibindo determinadas cláusulas e exigindo, para sua formação, a autorização do Estado (GOMES, 2008, p.8-9).

O tratamento jurídico desigual como técnica para se assegurar a igualdade material tem aplicação mais nítida nas relações de trabalho e de consumo, mas também pode ser encontrada no direito agrário. A lógica vigente na legislação agrária, sobretudo no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), segue a tendência restritiva característica do Estado de bem-estar, com objetivo de se proteger o pequeno agricultor, que trabalha diretamente a terra.

Assim, o Estatuto da Terra e seu decreto regulamentador (BRASIL, 1966)¹¹ determinam expressamente, como normas de ordem pública, a formação do preço, o modo de pagamento, o prazo mínimo, o direito de preferência, a renovação automática do contrato, deixando pouco espaço para a autonomia das partes. Seguindo essa lógica, o Poder Judiciário interpreta a legislação agrária de forma a proteger a parte vulnerável, permitindo-se, nessa circunstância, o tratamento desigual, como pode ser verificado na decisão do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.447.082, que entendeu não ser aplicável as normas do Estatuto da Terra à empresa de grande porte, visto a ausência de vulnerabilidade da parte.¹²

¹¹ Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964); Decreto n. 59.566, de 14 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966).

¹² RECURSOS ESPECIAIS. CIVIL. DIREITO AGRÁRIO. LOCAÇÃO DE PASTAGEM. CARACTERIZAÇÃO COMO ARRENDAMENTO RURAL. INVERSÃO DO JULGADO. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. ALIENAÇÃO DO IMÓVEL A TERCEIROS. DIREITO DE PREFERÊNCIA. APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA EM FAVOR DE EMPRESA RURAL DE GRANDE PORTE. DESCABIMENTO. LIMITAÇÃO PREVISTA NO ART. 38 DO DECRETO 59.566/66. HARMONIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA JUSTIÇA SOCIAL. SOBRELEVO DO PRINCÍPIO DA JUSTIÇA SOCIAL NO MICROSSISTEMA NORMATIVO DO ESTATUTO DA TERRA. APLICABILIDADE DAS NORMAS PROTETIVAS EXCLUSIVAMENTE AO HOMEM DO CAMPO. INAPLICABILIDADE A GRANDES EMPRESAS RURAIS. INEXISTÊNCIA DE PACTO DE PREFERÊNCIA. DIREITO DE PREFERÊNCIA INEXISTENTE. 1. Controvérsia acerca do exercício do direito de preferência por arrendatário que é empresa rural de grande porte. 2. Interpretação do direito de preferência em sintonia com os princípios que estruturam o microssistema normativo do Estatuto da Terra, especialmente os princípios da função social da propriedade e da justiça social. 4. Proeminência do princípio da justiça social no microssistema normativo do Estatuto da Terra. 5. Plena eficácia do enunciado normativo do art. 38 do Decreto 59.566/66, que restringiu a aplicabilidade das normas protetivas do Estatuto da Terra exclusivamente a quem explore a terra pessoal e diretamente, como típico homem do campo. 6. Inaplicabilidade das normas protetivas do Estatuto da Terra à grande empresa rural. 7. Previsão expressa no contrato de que o locatário/arrendatário desocuparia o imóvel no prazo de 30 dias em caso de alienação. 8. Prevalência do princípio da autonomia privada, concretizada em seu consectário

Ainda no âmbito dos contratos agrários, também é possível verificar a aplicação de novas técnicas de constituição das relações jurídicas, como a massificação dos contratos, determinando-se a uniformização de suas condições ou cláusulas. Observa-se com frequência a imposição dos termos contratuais pelas agroindústrias, sem ser dada oportunidade aos produtores rurais para se discutir suas cláusulas, em uma clara tendência de despersonalização dos contraentes, sobretudo em relação ao agricultor.

Em suma, Orlando Gomes (2008, p. 9) identifica três modificações no regime jurídico do contrato como tentativas para se corrigir o desequilíbrio: *i*) promulgação de leis de proteção à categoria de indivíduos mais fracos econômica ou socialmente, compensando-lhes a inferioridade fática com uma superioridade jurídica; *ii*) intensificação da legislação de apoio aos grupos organizados, como os sindicatos, para enfrentar em igualdade o contraente mais forte; *iii*) dirigismo contratual, exercido pelo Estado por meio de leis que impõe ou proíbem conteúdo a determinados contratos ou sujeitam sua conclusão ou sua eficácia a uma autorização do poder público.

A vertente ativa do Estado na regulação da atividade econômica, no Brasil, ainda persiste em âmbito contratual. Entretanto, a partir da década de 1990, observou-se uma retomada de princípios liberais, com a manifestação do neoliberalismo, que impactou, em certa medida, este papel interventivo do Estado.

2.2.1.3 Neoliberalismo

A política intervencionista do Estado social gerou uma forte reação nas últimas décadas do século XX, que atingiu seu ápice na década de 1990. Criticava-se a abundância de regulações e o excesso de intervenção, pois gerariam ineficiência. Desse modo, pregava-se a volta dos princípios liberais: liberdade e iniciativa privada.

De acordo com Ricardo Lorenzetti (2004, p. 27), postulava-se o retorno da autonomia privada irrestrita, para que cada indivíduo retomasse o controle sobre sua vida. Um sistema de livre

lógico consistente na força obrigatória dos contratos ("pacta sunt servanda"). 9. Improcedência do pedido de preferência, na espécie. 10. RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS. (STJ, REsp 1447082/TO, Terceira Turma, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, d.j. 10/05/2016).

troca de bens seria mais eficiente, uma vez que a propriedade das coisas terminaria sob o domínio de quem mais a valorizava e estava disposto a pagar o preço mais alto. As principais características desse período são: *i)* exaltação da liberdade e do mercado; *ii)* desregulação; *iii)* respeito à autonomia privada; *iv)* restrição da atividade dos juízes na revisão e na modificação do contrato; *v)* possibilidade de limitar indenizações; *vi)* refutação dos instrumentos protetivos, como o abuso de direito e a lesão.

No Brasil, constata-se a coexistência entre as concepções neoliberais e do Estado social. Na década de 1990, o neoliberalismo teve forte influência na diminuição da restrição da atividade econômica pelo Estado, com uma onda de privatizações e desregulamentações. Entretanto, no âmbito contratual, foram criadas leis especiais protetivas, pós-Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pautando-se pelas regras gerais da função social do contrato e da boa-fé, com objetivo de promoção da igualdade material e proteção da parte vulnerável, preceitos legitimados no Estado de bem-estar. Pode-se citar como exemplos o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990) e o novo Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002).

Conclui-se, assim, que as funções desempenhadas pelos contratos, em determinado ordenamento jurídico, são influenciadas pelas concepções político-econômicas vigentes no país, em um certo período de tempo. Dessa maneira, após a análise das concepções sobre o contrato a partir do século XIX, serão estudadas as funções socioeconômicas desempenhadas pelo contrato de acordo com a atual teoria jurídico-econômica.

2.2.2 Funções socioeconômicas do contrato

Em primeiro lugar, antes de se estudar as funções do contrato, apresenta-se necessária a análise das funções do direito dos contratos. Para Patrick Atiyah (p. 2000, 35), o direito dos contratos possui como principal função proteger as expectativas razoáveis geradas pelos contratos. Isso cria um incentivo para a celebração de contratos, no entendimento de Wolfgang Friedmann (1972, p. 121), na medida em que se assegura a repartição de riscos previsíveis compactuados pelas partes.

Outra função é a de facilitar a contratação, levando a execução dos acordos e impedindo restrições indevidas. Como instrumentos de eficiência econômica (ATITYAH, 2010, p. 3), o

ordenamento jurídico deve estabelecer regras básicas para garantir o funcionamento e a segurança de um sistema de trocas entre indivíduos livres e iguais.

Uma terceira função, identificada por Claudia Lima Marques (1999), é a protetiva, já que o direito do contrato pode funcionar como uma licença dada a uma das partes para explorar a outra, mas também como uma proteção da parte vulnerável.

Retomando as prescrições da Nova Economia Institucional, o direito contratual pode beneficiar a sociedade diminuindo os custos de transação, facilitando a atividade econômica, fazendo-a mais eficiente e promovendo a evolução dos recursos para seu uso mais valioso. Para que isso ocorra, o Direito contratual auxilia as partes, promovendo modelos de atuação, termos *standards* e instrumentos para solução de conflitos (BROWSWORD, 2000, p. 25). Assim, pode-se concluir que o direito dos contratos apresenta-se como uma experiência social consolidada em regras de caráter supletivo e imperativo (LORENZETTI, 2004, p. 154).

Analisando-se especificamente as funções do contrato, Anna Carolina Resende de Azevedo Maia (2004) identifica duas como primordiais: econômica e social. A função econômica é configurada pelo auxílio à circulação de riquezas, ao passo que a função social é caracterizada pelo papel civilizatório do contrato.

Orlando Gomes (2008, p. 22) afirma que todo contrato tem uma função econômica, na medida em que o ambiente econômico é regido por uma imensa rede de contratos que o ordenamento jurídico disponibiliza aos sujeitos para que regulem seus interesses com segurança. Desse modo, Fernando Araújo (2007, p. 13), compreende que os arranjos contratuais estabelecidos entre indivíduos, em uma relação colaborativa, não são apenas o liame da coesão social e da divisão de tarefas, mas são também o meio pelo qual os indivíduos coordenam livremente as condutas da atividade econômica.

Em razão das funções econômicas que desempenham, Orlando Gomes (2008, p. 22) classifica os contratos em seis espécies: a) para promover a circulação de riqueza; b) de colaboração; c) para prevenção dos riscos; d) de conservação e acautelatórios; e) para prevenir ou dirimir uma controvérsia; f) para a concessão de crédito; g) constitutivos de direitos reais de gozo, ou de garantia, observando-se que no direito brasileiro o contrato não basta de forma isolada para constituir direitos reais, sendo indispensável a tradição ou a transcrição.

Já a função social do contrato, para Gino Gorla (1954, p. 206) significa que ele deve ser socialmente útil, de modo que haja interesse público na sua tutela. Por outro lado, Orlando Gomes (2008, p. 24) interpreta a função social do contrato como a função típica desempenhada por cada contrato, ou seja, a função que serve para determinar o tipo ou os caracteres típicos de cada contrato, assim, por exemplo, na compra e venda, sua função típica é a da troca entre dinheiro e bens.

De todo modo, a função econômica e social do contrato pode ser entendida como a razão determinante de sua proteção jurídica. Em sentido contrário, os contratos que regulam interesse sem utilidade social, fúteis ou improdutivos, não merecem proteção jurídica, pois reservada àqueles com função econômico-social reconhecidamente útil (GORLA, 1954 p. 199).

Por fim, destaca-se que a complexidade da atividade econômica e das relações sociais, observadas nos dias atuais, faz com que os contratos definidos e disciplinados na lei não atendam plenamente as necessidades das partes. Por conta disso, o ordenamento jurídico admite arranjos e combinações atípicas, ampliando-se, assim, imensuravelmente, a esfera dos contratos (GOMES, 2008, p. 23). Dessa forma, o *item 2.2.3* terá como objetivo o estudo dos contratos atípicos no ordenamento jurídico brasileiro, para se compreender a sua natureza e o seu objetivo, além da eventual necessidade de sua tipificação.

2.2.3 Contratos atípicos

O ordenamento jurídico brasileiro permite que o sujeito de direito crie obrigações, por meio de vínculo contratual. Isso porque não está adstrito a usar os tipos contratuais definidos na lei, desfrutando a liberdade de contratar ou obrigar-se (GOMES, 2008, p. 119).

A lei prevê e disciplina diversos tipos de contratos (compra e venda, empréstimo, locação, prestação de serviço, seguro etc.), que correspondem às operações econômicas mais propagadas na sociedade, e são diferenciados entre si, pois cada um reflete um regime particular de operação, ou seja, um tipo. Quando esse regime é previsto e regulado pela lei, pode-se falar em tipo legal. Assim, os contratos que correspondem a um tipo legal são denominados contratos típicos.

Desse modo, quando duas partes precisam regular interesses patrimoniais, na maioria das vezes, bastará recorrer a um contrato típico. Entretanto, em alguns casos, nenhum tipo legal se mostra adequado para regular seus interesses. Para essa hipótese, o ordenamento jurídico permite que as partes elaborem um contrato que não corresponde a nenhum dos esquemas previstos e regulados pela lei. Esses contratos, criados pelas partes fora dos tipos legais, são denominados contratos atípicos.

A liberdade para celebrar contratos atípicos não é absoluta, mas sim subordinada às limitações impostas pela lei. O Código Civil (BRASIL, 2002), no artigo 425, permite às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais do próprio código, respeitando-se, assim, as normas de ordem pública, os bons costumes e os princípios gerais de direito¹³.

Pedro Arruda França (2000, p. 47) explica que contratos atípicos surgem das necessidades socioeconômicas para a realização de negócios e circulação de riquezas, uma vez que seria impossível a regulamentação de todas as formas de relações intersubjetivas (AZEVEDO, 2009, p. 69).

Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 109) explica que as relações jurídicas existem desde os primórdios da civilização, principalmente as convenções, sendo o contrato tão antigo quanto o próprio ser humano. Destaca, assim, que as regulamentações legais dos institutos jurídicos ocorreram após a sua existência, reafirmando-os perante a sociedade, que o concebeu pelos usos e costumes.

Os primeiros contratos eram verbais e suas regras decorriam dos usos e costumes do local. Ao longo do tempo, com a sedimentação desses contratos e com o aumento da complexidade das relações socioeconômicas, exigiu-se uma regulamentação sistêmica, aperfeiçoada até os dias atuais (AZEVEDO, 2009, p. 110).

¹³ As normas de ordem pública ou cogentes são aquelas de aplicação obrigatória, pois interessam à coletividade, não podendo ser afastadas pela autonomia privada (TARTUCE, 2014, p. 32). Pode-se citar como exemplo os direitos de personalidade, artigos 11 a 21 do Código Civil (BRASIL, 2002), e nulidade absoluta dos negócios jurídicos. Já os bons costumes, conforme Carlos Alberto da Mota Pinto (1996), referem-se a um conjunto de regras éticas, com peso social relevante, aceitos por pessoas corretas e de boa-fé, vinculando-se ao conceito de moral social dominante. Por fim, os princípios gerais de direito, conforme a lição de Carlos Roberto Gonçalves (2014, p. 66) são constituídos de regras, de caráter genérico, que orientam a compressão do sistema jurídico, estando ou não incluídas no direito positivo. Afirma que em sua maioria estão implícitos no sistema jurídico civil, como por exemplo, que *ninguém pode valer-se da própria torpeza* e que *boa-fé se presume*.

Entretanto, novas figuras contratuais foram surgindo em decorrência das necessidades das partes e observou-se a impossibilidade do legislador em regulamentar todas as possíveis formas contratuais que poderiam existir. Desse modo, privilegiou-se a liberdade de contratar, com a permissão para a criação de contratos pelos indivíduos, que atendessem as suas necessidades. Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 110) constata que “a liberdade no âmbito contratual revolucionou os meios jurídicos, e foi responsável, ainda, pelo desaparecimento dos formalismos exagerados vindos dos romanos”.

A liberdade de contratar apresenta-se como uma particularização do princípio da autonomia da vontade, que significa, de acordo com Orlando Gomes (2008, p. 25), “o poder dos indivíduos de suscitar, mediante declaração de vontade, efeitos reconhecidos e tutelados pela ordem jurídica”. Manifesta-se, assim, sobre um tríplice aspecto: *i)* liberdade de contratar propriamente dita; *ii)* liberdade de estipular o contrato; *iii)* liberdade de determinar o conteúdo do contrato.

Entretanto, a liberdade de contratar não é absoluta, uma vez que pode se transformar em um instrumento de dominação da parte vulnerável. Assim, Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 111) atenta que ela “está condicionada a certos princípios de convivência intersubjetiva, para que não se verifiquem abusos e para que se reafirme, sempre, a ideia de que o Direito não pode ser a própria Justiça, mas para ela deve tender”.

Portanto, os contratos atípicos são aqueles que não se enquadram nos moldes estabelecidos pela lei. Assim, Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 69) entende que “a tipicidade significa presença, e a atipicidade ausência, de tratamento legislativo específico”. Será atípico, dessa forma, o contrato não disciplinado por lei, que não se enquadrar em nenhum dos tipos legalmente definidos, mas não necessariamente desprovido de denominação. Isso, porque, apesar de legalmente atípicos, são socialmente típicos, apresentando um nome e um regramento decorrente dos usos e costumes.

Os contratos atípicos podem ser criados a partir de elementos originais ou serem resultado da fusão de elementos próprios de outros contratos. De acordo com Orlando Gomes (2008, p. 120), podem se formar “pela modificação de elemento característico de contrato típico, pela eliminação de elementos secundários de um contrato típico ou estabelecidos livremente pelas partes, sem a observação de um padrão”.

Desse modo, podem ser classificados como atípicos puros ou atípicos mistos. Os atípicos puros são os que decorrem da livre criação pelas partes, sem fazer referência a elementos de contratos existentes. Já os contratos atípicos mistos resultam da fusão de elementos próprios de contratos típicos, ou conjugados com elementos criados pelas partes.

A classificação externa importância prática, pois na celebração de um contrato atípico, as partes devem tomar o cuidado de minuciar ao extremo suas cláusulas, porque falta a sua regulamentação legal. Além disso, Caio Mário da Silva Pereira (2011, p. 52) atenta que “na solução das controvérsias que surgirem, o julgador ou intérprete terá de invocar, em suprimento do conteúdo das cláusulas próprias, os princípios relativos ao contrato típico mais próximo”.

Dessa maneira, um dos principais problemas dos contratos atípicos refere-se à aplicação do regime jurídico apropriado. Enquanto não receberem uma tutela legal específica, o contrato deverá ser interpretado de acordo com as normas do próprio instrumento e as normas gerais das obrigações e contratos, previstas do Código Civil (BRASIL, 2002). Por fim, pode-se utilizar como parâmetro interpretativo as normas dos contratos típicos com os quais, segundo a análise do caso concreto, mais se aproxime.

Nesse sentido, segundo Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 70), incumbe ao Poder Judiciário a tarefa de “controlar os excessos contratuais que desfiguram os interesses normais dos contratantes e fazem das convenções verdadeiros instrumentos de escravização do homem”. Por sua vez, incumbe ao Poder Legislativo, quando se demonstrar necessário, regular o contrato atípico, estabelecendo legalmente o seu conteúdo.

Isto, porque, a liberdade pode ser limitada para que não se configurem abusos. Assim, a lei deve trazer uma orientação segura para os contratos atípicos, mas também vesti-los com a tipicidade, quando o seu exercício representar um risco aos indivíduos vulneráveis. Acentua-se que no processo de tipificação, o legislador deve estar ciente de que uma lei restritiva pode gerar a criação de outros contratos atípicos, formados com a finalidade de desobrigar-se da interferência estatal.

Esse fato pode ser observado na formação de contratos agrários atípicos, como o contrato de fornecimento com corte, carregamento e transporte, e o de agroindustrial de integração, que,

em alguns elementos, aproximam-se dos contratos típicos de arrendamento e parceria, mas também deixam de se obrigar a cláusulas contrárias aos seus interesses.

Desse modo, no *item 2.2.4* será estudada a regulação contratual como limitadora da autonomia da vontade. Assim, pretende-se discutir como o processo de tipificação deve ocorrer para evitar a criação de novos contratos atípicos, como forma de esquivar-se de leis restritivas. Em suma, como o Estado deve proceder na tipificação de um contrato atípico.

2.2.4 Regulação contratual

A crescente limitação da liberdade contratual pelo poder público é um dos aspectos mais significantes da moderna evolução do direito do contrato, assim como do próprio direito privado. O fenômeno relaciona-se às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram a passagem do Estado liberal para o Estado social.

No Estado liberal, Vincenzo Roppo (2010, p. 436) aponta que o princípio da absoluta liberdade de iniciativa econômica (*laissez-faire*) trazia consigo o corolário da absoluta liberdade contratual. Assim, os indivíduos eram livres para celebrar entre si contratos, da maneira como gostariam, sem que o poder público intervisse, controlando ou limitando o acordado. Entretanto, em razão da profunda desigualdade existente entre as diversas categorias de contratantes, os vulneráveis nos planos econômico e social gozavam de uma liberdade apenas formal, porque, em substância, a sua liberdade era esmagada pelo poder contratual superior dos mais fortes (COSENTINI, 1911).

Já no Estado social, afirmou-se a ideia de que compete ao poder público assegurar aos indivíduos liberdade e igualdade, não apenas no sentido formal, mas fundamentalmente em sentido substancial, impedindo que a perseguição de interesses meramente privados violem interesses gerais.

Nesse sentido, verificou-se a multiplicação de intervenções públicas limitadoras da liberdade contratual, com objetivo de proteger o interesse geral e os interesses de categorias sociais vulneráveis. Isso, porque, reconheceu-se que a desigualdade econômica-social entre as partes se traduz em uma disparidade de poder contratual, pela qual a parte vulnerável não possui a

efetiva possibilidade de proteger adequadamente os seus interesses através do contrato (ROPPO, 2010, p. 437).

Para atingir essa finalidade, Orlando Gomes (2008, p. 36) pontua três técnicas que o Direito Positivo utiliza para impedir as consequências da aplicação absoluta dos interesses individualistas: *i)* conversão de leis supletivas em leis imperativas; *ii)* controle da atividade de certas empresas; *iii)* discussão corporativa. Pode-se observar, assim, que a intervenção do Estado na economia não ocorre apenas nas formas tradicionalmente reconhecidas, como o controle da atividade empresarial ou das relações de trabalho, mas também na imposição do conteúdo contratual.

De acordo com Orlando Gomes (2008, p. 36) “o processo de conversão de leis supletivas em imperativas ensejou a elaboração de novo princípio do Direito Contratual, o da regulamentação legal do conteúdo dos contratos”. Dessa maneira, em razão das disposições legais imperativas, as partes são obrigadas a aceitar determinado conteúdo, não podendo pleitear efeito jurídico diverso, o que configura um estreitamento da autonomia e da liberdade. Seguindo o estudo de Louis Jossierand (1938), tais circunstâncias representariam a *publicização do contrato*, instrumentalizada pelo que denominou *contrat dirigé*¹⁴.

O dirigismo contratual, de acordo com Caio Mário da Silva Pereira (2011, p. 24), pode ser considerado sinônimo da intervenção do Estado na vida do contrato e deve ser analisado sobre três aspectos: *i)* imposição da contratação, como nos casos da prorrogação da locação de prédio urbano, segundo artigo 46 da Lei n. 8.245/1991 (BRASIL, 1991) ou da prorrogação do arrendamento rural em caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, de acordo com o artigo 95, I, do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964); *ii)* instituição de cláusulas coercitivas, insuscetíveis de derrogação pelas partes, conforme observado em diversos elementos dos contratos agrários de arrendamento e parceria, como o prazo mínimo de duração, previsto no artigo 13, II, a, do Decreto n. 59.566/1966 (BRASIL, 1966); *iii)* concessão legal ao juiz da faculdade de rever o contrato e estabelecer condições de execução, substituindo a vontade dos contratantes, projetando a sentença como se fosse a declaração volitiva da parte.

¹⁴ Louis Jossierand (1933, p. 223) entende por dirigismo contratual a intervenção estatal no direito dos contratos, com a finalidade de adequar adequá-los aos fenômenos sociais e econômicos imprevistos. Baseia-se, assim, em duas premissas: *i)* primazia de normas de ordem pública predeterminando o seu conteúdo; *ii)* possibilidade de revisão judicial para sua modificação, em razão de mudanças econômicas.

No mesmo sentido, Darcy Bessone (1960, p. 54-55) comunga da noção ampla de dirigismo contratual, ao classifica-lo em: *i)* intervenção legislativa, por intermédio da regulamentação detalhada, contrariando os princípios tradicionais; *ii)* intervenção judicial, permitindo-se aos juízes revisarem os contratos; *iii)* intervenção do legislador e do juiz, com a utilização dos princípios da equidade, da solidariedade e das teorias humanizadoras do direito – lesão, imprevisão, abuso de direito e enriquecimento sem causa.

Ressalta-se que o dirigismo contratual pode atuar em dois estágios: anterior ou posterior à celebração do contrato. O dirigismo anterior à celebração do contrato engloba a fase pré-contratual e a de sua formação, representado na criação de tipos fixos de contratos, na regulação legislativa minuciosa e na imposição de contratos padrões ou na observância de certas cláusulas, compreendidas como de ordem pública. Já o dirigismo posterior à celebração do contratual abrange a fase da execução, da dissolução e a pós-contratual, correspondendo ao princípio da revisão dos contratos, assegurado pelas teorias da imprevisão, do abuso do direito, da lesão e do enriquecimento sem causa.

Em suma, o dirigismo contratual reconhece que a existência de desigualdade social e econômica entre as partes favorece o abuso do mais forte. Desse modo, de acordo com Orlando Gomes (2008, p. 37), pretende-se corrigir essa situação, compensando a inferioridade econômica ou circunstancial de uma das partes com uma superioridade jurídica.

Caio Mário da Silva Pereira (2011, p. 25) entende que a intervenção do Estado na vida do contrato não representa o seu fim, mas apenas um novo capítulo de sua evolução. Afirma que o jurista não pode desprender-se das ideias dominantes no seu tempo, como ocorre com a redução da liberdade de contratar em benefício da ordem pública. O referido movimento tem como principal objetivo efetivar os interesses coletivos sobre os de ordem privada.

Por outro lado, além da proteção do contratante vulnerável, Fernando Araújo (2007, p. 106) entende que a regulação contratual deve garantir a estabilidade do pactuado, ou seja, garantir o empenho dos contratantes na prossecução de interesses partilhados, na medida em que a essência do contrato é a adstrição a uma conduta, a vinculação obrigacional. Entretanto, a gestão simultânea desses objetivos pode se demonstrar uma complexa empreitada.

De acordo com Fernando Araújo (2007, p. 106), a tutela jurídica do contrato, por meio de uma teoria normativa, deve facilitar a promoção simultânea de três grandes valores de eficiência que se almejam na contratação: *i)* gestão do risco entre as partes, promovendo a sua concentração nas mãos do *least-cost risk bearer* (CHEUNG, 1969; STIGLITZ, 1974); *ii)* alinhamento dos incentivos, quando verificada a assimetria de informação ou a amplitude das margens de oportunismo (HART; HOLMSTRÖM, 1987); *iii)* redução dos custos de transação, incluindo os custos iniciais de busca e os custos de prevenção e de combate ao oportunismo e ao *holdup* contratual, proporcionando supletivamente cláusulas eficientes, elementos de informação ou meios de redução dos custos de litigância (WILLIAMSON, 1975; 1979).

A gestão simultânea entre os objetivos pode gerar dificuldades e impasses, em razão do entendimento quanto às finalidades da disciplina jurídica dos contratos. Isso, porque, o regime jurídico proposto por um defensor de critérios de justiça substantiva, com entendimento de que o desequilíbrio entre as partes é um obstáculo à eficiência, será completamente diverso do proposto por um defensor do critério procedimental, para o qual a eficiência constitui o próprio fundamento da justiça entre as partes, na medida em que a eficiência resultaria em maximização do resultado pretendido pelos contratantes (ARAÚJO, 2007, p. 107)

Nesse sentido, Fernando Araújo (2007, p. 108) identifica cinco finalidades para a disciplina jurídica do contrato: *i)* tornar exigíveis os termos contratuais; *ii)* fornecer uma tipificação supletiva e um vocabulário às práticas contratuais; *iii)* facultar critérios de interpretação do contrato; *iv)* proporcionar às partes um elenco de normas supletivas; *v)* regulamentar e supervisionar o processo de contratação, interferindo no seu desenvolvimento.

As normas supletivas disponibilizadas para as partes podem ser de três tipos: *i)* normas supletivas *facilitadoras*: remover obstáculos em prol da maximização do bem-estar nas trocas; *ii)* normas supletivas *indutoras de revelação*: desincentivar a retenção de informação; *iii)* normas supletivas *justas*: alinhar interesses privados com objetivos coletivos (ARAÚJO, 2007, p. 109).

Por fim, a regulamentação e a supervisão do processo de contratação pode se desenvolver em diversas modalidades: *i)* impedir a validade dos contratos assentados em dolo; *ii)* opor-se a modificações de contratos ou de condutas contratuais que exploram a parte contrária; *iii)* favorecer soluções eficientes *ex post*; *iv)* favorecer a solução justa *ex post*, impondo restituição

do excedente do limite de legitimação do enriquecimento de cada parte, dentro da troca de utilidades (ARAÚJO, 2007, p. 109).

Entretanto, o ordenamento jurídico brasileiro pós-Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), com forte inspiração nas concepções do Estado social, não pode admitir, de modo absoluto, a ideia do contrato como lei entre as partes, em um sistema ao arbítrio das convenções. Desse modo, Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 133) afirma que o Estado deve intervir para diminuir os abusos, perseguindo o fim do Direito, de garantir a Ordem Social, a Segurança Social e a Justiça.

Arnold Wald (2002, p. 222) reafirma que a tendência atual do direito de interferir nas relações contratuais tem como objetivo aumentar a proteção do contratante vulnerável, mas não deve reduzir ou limitar o número de contratos atípicos e a liberdade das partes em criar novos contratos. Esse entendimento decorre da impossibilidade de um ordenamento jurídico positivo prever todas as soluções dos problemas humanos. Deve, assim, de acordo com Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 132), limitar e regular os institutos de modo geral, impedindo que uma parte escravize a outra, mas permitindo que cada indivíduo “se sinta livre para viver com seus direitos e deveres, respeitando os demais.

Em razão da impossibilidade de conter todas as soluções para os problemas humanos, Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 133) defende que a lei deva regular os problemas que já existem de longa data, que são do conhecimento geral, regulados pelos usos e costumes e reconhecidos pela jurisprudência. Assim, a lei deve conter a solução de problemas doutrinários já existentes, mesmo que seja necessário definir institutos jurídicos, contrariando a máxima *omnis definitio in iure civili periculosa est: parum est enim, ut non subverti posset*¹⁵.

Dessa forma, o legislador deve se preocupar com a sociedade, pois dela deve emergir a lei, atendendo aos seus anseios, trazendo soluções para os problemas existentes, resolvendo conflitos doutrinários e jurisprudenciais e garantindo a segurança jurídica, tendo sempre como fundamento o respeito à dignidade do ser e buscando a promoção da igualdade substancial entre os indivíduos. Caso contrário, a lei será ineficaz, ou, ainda pior, poderá causar efeitos negativos nas relações jurídicas, criando conflitos até então inexistentes.

¹⁵ No direito civil toda definição é perigosa: porque pouco há que não possa ser impugnado.

As escolhas legislativas, na regulação dos contratos, são determinantes para a configuração dos arranjos contratuais adotados pela sociedade, principalmente em âmbito empresarial, pois afetam diretamente os custos de transação. Desse modo, a lei deve trazer soluções contratuais que garantam eficiência à relação jurídica. Assim sendo, uma lei que apresente restrições em excesso ou que seja mal redigida, trazendo efeitos negativos, pode resultar na criação de novos contratos atípicos, como forma de escapar das obrigações legais existentes.

Quanto aos contratos atípicos, devem ser regulamentados pelo ordenamento, para que se garanta segurança jurídica aos contratantes, mesmo que por um regramento genérico, como observado no Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002). Álvaro Villaça Azevedo (2009, p. 182) vai além, ao entender que não se trata de abandonar a disciplina dos contratos-tipos para a livre manifestação da vontade das partes, mas torna-se necessário a regulamentação dos contratos atípicos, com a fixação de seu conceito e dos princípios gerais que os informa, além das limitações específicas indispensáveis.

Em suma, como deve ser realizada a gestão simultânea dos princípios da autonomia da vontade com a atual necessidade de se proteger a parte vulnerável, garantindo-se uma igualdade substancial? A tendência moderna, decorrente do Estado social, é intervir cada vez mais nas relações entre particulares, evitando o uso de poder social ou econômico para dominação de outros indivíduos. Entretanto, uma intervenção em excesso pode ser prejudicial ao sistema social e econômico, aumentando os custos de transação e diminuindo a eficiência nas relações jurídico-econômicas.

Não se pode perder de vista as limitações inerentes de toda heterodisciplina. Nesse sentido, Fernando Araújo (2007, p. 111) afirma que por vezes é incomportavelmente custoso tentar fornecer soluções institucionais às complexidades e especificidades das relações contratuais, pois minuciar e regular todo o conjunto dos contratos possíveis seria praticamente impossível, salvo por incalculáveis custos sociais.

Nesse capítulo buscou-se estudar a relação existente entre as instituições e a opção por arranjos contratuais, bem como a potencialidade de leis restritivas resultarem na criação de contratos atípicos. Além disso, analisou-se como a concepção político-econômica influencia na noção

sobre o contrato, alterando-se o conteúdo das normas que o disciplinam e o grau de interferência do Estado nas relações econômicas.

Desse modo, o próximo capítulo terá como objetivo o estudo do sistema de integração no agronegócio e do contrato agroindustrial de integração. Com esse aporte, conjugando-se com o referencial teórico da Nova Economia Institucional e do Direito dos Contratos, pretende-se, no último capítulo, verificar quais são os impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração para o setor avícola brasileiro.

3 INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL

O contrato agroindustrial de integração¹⁶ é resultado do processo de modernização da agricultura, que deixa de ser atividade eminentemente primária, voltada para a subsistência, e passa a se inserir no mercado. As mudanças operadas pela agricultura alteraram as relações do agricultor com os demais agentes econômicos, contribuindo para a especialização da produção e para a modernização dos modelos industriais e de comercialização (PAIVA, 2010).

O sistema de produção integrado foi introduzido no Brasil na década de 1960, na avicultura catarinense. O modelo contratual tornou-se fundamental para o crescimento e desenvolvimento de diversas atividades agrárias, destacando-se a avicultura, suinocultura, fruticultura e piscicultura. Criado pelas necessidades socioeconômicas dos agentes da cadeia, foi tipificado no Brasil no ano de 2016, pela Lei n. 13.288 (BRASIL, 2016)

Desse modo, os contratos de integração desempenham uma função de modernização da agricultura brasileira, constituindo uma cooperação entre o setor produtivo, transformador e distribuídos. Para Nunziata Paiva (2010, p. 185), “o papel desses contratos seria o de fortalecer a atividade empresarial através da minimização dos riscos existentes, sobretudo às oscilações de mercado”.

Neste capítulo, pretende-se estudar a teoria jurídico-econômica aplicada aos contratos de integração e a sua natureza agroindustrial. Como ponto de partida, deve-se analisar os conceitos econômicos de integração vertical e de integração contratual, explicando-se as diferenças terminológicas adotadas pelo Direito e pela Administração, delimitando-se, assim o objeto de pesquisa. Além disso, aprofundar-se-á o estudo com as razões, vantagens e desvantagens e custos e riscos da integração vertical, por fim a tendência de desverticalização, em sua acepção econômica.

¹⁶ A Lei n. 13.288/2016 traz as denominações *contrato de integração vertical* ou *contrato de integração*. Entretanto, optou-se pela não utilização da expressão *integração vertical*, pois refere-se a um conceito econômico determinado, ou seja, estar sob o mesmo comando decisório e envolver a propriedade total ou parcial dos ativos (SOUZA, 2007, p. 24). No caso em discussão, ocorre uma quase-integração ou integração contratual, em que as partes continuam juridicamente independentes. A inclusão do termo agroindustrial faz referência ao gênero em que se insere o contrato de integração, utilizado no Sistema Agroindustrial para programação da produção e da transformação e para colocação no mercado de produtos agrícolas conforme à demanda de quantidade e de qualidade (CARROZZA, 1990, p. 321). Para o texto deste trabalho, optou-se por utilizar a expressão simplificada trazida pela lei, ou seja, *contrato de integração*, de modo a deixar a leitura mais fluída.

Antes de se estudar os contratos de integração, será analisado os sistemas agroindustriais e a integração vertical. Por fim, o estudo do contrato de integração englobará as características e a distinção com outros tipos contratuais, além de análise dos aspectos disciplinados pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016).

3.1 INTEGRAÇÃO VERTICAL X INTEGRAÇÃO CONTRATUAL

Preliminarmente, é necessária uma definição geral do fenômeno de integração, comparando-se as terminologias empregadas pelo Direito e pela Administração sobre a integração vertical e a integração contratual, delimitando-se, assim, o objeto de pesquisa.

A Lei n. 13.288/2016 (BRASIL), ao definir o referido contrato, segue o que já era encontrado nos costumes agroindustriais brasileiro, tratando-o como *contrato de integração vertical* ou, simplesmente, *contrato de integração*. Ressalta-se que, para a Administração, a integração vertical se refere a uma estratégia de verticalização de decisão, ou seja, de desenvolvimento de diversas etapas de um processo produtivo dentro de um mesmo comando decisório.

Desse modo, a estrutura analisada, popularmente chamada de integração vertical, trata-se, na realidade, de uma integração contratual, ou “quase-integração”, na medida em que há fortes relações entre as partes, mas não estão sujeitas a um único comando decisório, envolvendo a propriedade total dos ativos (NEVES, 1995, p. 31).

A integração vertical, para Michael Porter (2008), designa o agrupamento de vários processos de produção, distribuição, vendas ou outros processos tecnologicamente distintos dentro de uma mesma estrutura. Já Robert Grant (2002), concebe a integração vertical como a propriedade de atividades relacionadas verticalmente, ou seja, quanto maior a propriedade e o controle sobre as sucessivas etapas de produção, maior será seu grau de integração vertical.

Em vista disso, o ponto central para a configuração da integração vertical é estar sob o mesmo comando decisório e envolver a propriedade total ou parcial dos ativos (SOUZA, 2007, p. 24). Nessa estratégia, utiliza-se transações internas em vez de transações de mercado ou mistas, por “acreditar ser mais barato, mais fácil e menos arriscado desenvolver atividades administrativas, produtivas, de distribuição ou marketing internamente do que ter que recorrer ao mercado” (NEVES, 1995, p. 31).

A estratégia de verticalização, segundo Robert Grant (2002), pode transcorrer em duas direções: *i*) integração para trás, com o controle da produção de seus insumos; *ii*) integração para frente, com o controle dos canais de distribuição. Nas duas hipóteses, a verticalização pode ser total ou parcial. Quando parcial, apenas parte da cadeia será integrada (SOUZA, 2007, p. 24).

Entretanto, deve-se notar que, na realidade, em muitas situações não se verifica uma própria e verdadeira integração vertical, apenas o fenômeno descrito como quase-integração, que corresponde ao meio termo entre a integração total e o mercado¹⁷. A quase-integração também é denominada de integração contratual, pois há a manutenção da independência jurídica das partes. Na integração vertical, não se verifica a independência econômica e jurídica das partes, já que os processos estão agrupados dentro da mesma estrutura, sob o mesmo comando decisório. Já na estrutura de *mercado*, conserva-se a independência econômica e jurídica entre as partes (JANNARELLI, 1981, p. 327).

Desse modo, a própria definição legal do contrato de integração deixa claro tratar-se de uma relação contratual, e não propriamente de uma verticalização, conforme a teoria econômica.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - integração vertical ou integração: relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração (BRASIL, 2016).

Destaca-se, por fim, que a principal diferença entre a integração vertical e a quase-integração é a manutenção da independência jurídica entre as partes. Entretanto, do ponto de vista econômico, a independência é mitigada pelo contrato, estando o produtor-integrado sujeito ao comando decisório do integrador. Assim, algumas das razões para a integração vertical podem ser aplicadas à integração-contratual, na medida em que ambas representam uma alternativa à estrutura de governança de *mercado*.

3.1.1 Razões econômicas para a integração vertical

¹⁷ Nesse sentido, o termo *mercado* refere-se à estrutura de governança distinta da *hierárquica* e da *híbrida*, pautado por transações instantâneas, ou seja, por contratos de curta duração e de execução imediata, como, por exemplo, a compra e venda de insumos.

Para se entender as razões econômicas que influenciam a decisão de integrar verticalmente a atividade, parte-se dos preceitos da Nova Economia Institucional, sobretudo do estudo de Oliver Williamson (1985), que identificou que a escolha de governança é induzida por três fatores: *i)* ambiente institucional; *ii)* características da transação; *iii)* pressupostos comportamentais. Na tentativa de ter comportamento eficiente e de minimizar os custos de transação, levando-se em conta esses três indutores, poderá optar por três estruturas de governança: *i)* *hierárquica*, ou seja, de integração vertical; *ii)* *mercado*, com contratos de curta duração para execução imediata; *iii)* forma híbrida, mediante contratos de longa duração.

Marcos Fava Neves (1995, p. 31) aponta três principais razões para a integração vertical: *i)* falhas de mercado elevando os custos de transação; *ii)* interdependência tecnológica em operações tecnicamente encadeadas, como na produção de ferro e aço; *iii)* integração por razões monopolísticas.

Em razão da existência de falhas no mercado¹⁸, que elevam os custos de transação, a opção por verticalização deverá ser adotada até o nível em que os custos de produção internos sejam inferiores aos de se buscar no mercado. Além disso, a integração pode ocorrer como reação a mercados monopolizados de fatores de produção, redução do risco de quebra de relação contratual, redução dos custos de transação e evasão de impostos (NEVES, 1995, p. 31).

Richard Kilmer (1986), ao estudar a integração vertical na agricultura, pontuou fatores indutivos e inibitivos da integração. Assim, informação imperfeita, quotas, intervenções governamentais e distorções oriundas de impostos, são fatores indutivos da integração vertical, pois podem ser mitigados com essa estratégia. Por outro lado, custos de aquisição, financeiros e administrativos para implementar a estratégia de verticalização são fatores inibitivos a esse processo.

Desse modo, na tomada de decisão, deve-se avaliar as seguintes questões, apontadas por Marcos Fava Neves (1995, p. 32): *i)* análise dos custos de transação; *ii)* economias de escala e escopo; *iii)* fluxo de informações e tecnologia; *iv)* custos administrativos e economias fiscais; *v)* riscos; *vi)* estratégias de diversificação; *vii)* barreiras à entrada; *viii)* custos estratégicos; *ix)*

¹⁸ Marcos Fava Neves (1995, p. 31) aponta que as falhas de mercado podem ser decorrentes de informações imperfeitas, externalidades, poder de monopólio e bens públicos coletivos.

diferenciação de produtos e serviços. A escolha, em suma, será feita com base na análise dos custos de produção e nos custos de transação, coligada com os fatores descritos.

Isso, porque, a integração vertical apresenta benefícios, mas também custos, que precisam ser considerados na tomada de decisão, variáveis a depender do setor produtivo analisado. Assim, encaminha-se para a análise das vantagens e desvantagens da integração vertical, conjugando-se uma discussão quanto aos custos e aos riscos da adoção dessa estratégia.

3.1.2 Vantagens e desvantagens econômicas da integração vertical

Michael Porter (2008, p. 309) apresenta as seguintes vantagens da integração vertical: *i)* reduzir custos; *ii)* aprimorar tecnologias; *iii)* assegurar oferta e demanda; *iv)* compensar o poder de negociação e as distorções nos custos dos insumos; *v)* melhorar a capacidade de diferenciação; *vi)* consolidar as barreiras contra a entrada e contra a mobilidade; *vii)* inserir-se em negócio com alto rendimento; *viii)* defender-se contra a exclusão.

Preliminarmente, os benefícios da integração vertical dependem do volume de produtos ou serviços adquiridos ou vendidos, relacionado ao tamanho eficiente das instalações dessa etapa. Assim, para se beneficiar da redução de custos, deve possuir um volume de produção suficiente para aproveitar as economias de escala. Desse modo, poderá lograr economias na produção, nas vendas, nas compras, no controle e em outras áreas contíguas.

Nessa hipótese, a verticalização poderá resultar em diversas economias. A integração de operações distintas do ponto de vista tecnológico pode gerar eficiências, como redução dos custos de transporte e da utilização de capacidade ociosa. Além disso, pode diminuir os custos de controle e de coordenação, já que submetidos a um mesmo comando decisório. Pode-se obter, também, economias de informação, responsável por significativa parcela dos custos de transação. Por fim, pode resultar em economia por desenvolver relações estáveis, protegendo-se das oscilações de oferta e preço por produtos.

Em segundo lugar, a integração vertical pode induzir o aprimoramento tecnológico, com o domínio de novas tecnologias. Por seu turno, assegura a oferta e a demanda, mitigando a sua incerteza, pois passam para o controle interno. No mais, a integração vertical poderá compensar o poder de negociação e as distorções nos custos dos insumos, diminuindo o custo para obtê-lo

ao eliminar os custos de transação. Além disso, pode melhorar a capacidade de diferenciação de seus concorrentes, oferecendo um maior valor agregado, com um maior controle de sua qualidade.

O alcance das vantagens citadas poderá resultar em barreiras contra a entrada e contra a mobilidade, pois possuirá vantagem competitiva sobre os demais, em relação aos preços, custos mais baixos ou menor risco. Ademais, é possível o incremento faturamento ao adotar a estratégia de verticalização, pois a etapa integrada representa uma fonte autônoma de retorno. Por fim, pode ser um mecanismo de defesa contra a exclusão de mercado, em razão do fechamento de acesso aos fornecedores, aos clientes ou aos concorrentes verticalizados, mesmo que isso não origine outros benefícios positivos.

Anita Kon (1999, p. 95) enfatiza que a opção pela integração vertical pode decorrer de razões técnicas ou econômicas. A primeira seria a eliminação de custos desnecessários de mercados ou de transações, como os custos de negociação dos preços ou com despesas promocionais ou de publicidade. Além disso, haveria uma minimização dos custos de coleta, processamento e uso de informações. Ademais, possibilita-se a eliminação das margens de lucro embutidas no preços dos produtos e a garantia de disponibilidade e quantidade de insumos necessários.

Com a garantia de disponibilidade dos insumos, pode-se eliminar os custos fixos de estocagem, diminuindo, assim, os riscos inerentes à manutenção de estoques, necessários para assegurar o acesso aos insumos frente a flutuações de preço. Por fim, pode-se adquirir maior controle do mercado, quanto ao fornecimento de insumos ou quanto aos consumidores (KON, 1999, p. 96).

Entretanto, apesar de todas as vantagens que a adoção da estratégia da integração vertical pode resultar, alguns riscos e custos inerentes à sua implementação precisam ser avaliados. Nesse sentido, Michael Porter (2008, p. 315) apresenta alguns custos estratégicos da verticalização: *i)* custos de superação de barreiras de entrada; *ii)* aumento do custo operacional; *iii)* diminuição de flexibilidade; *iv)* dificuldades de se administrar grandes corporações; *v)* custos de oportunidade; *vi)* uso de incentivos organizacionais internos frente aos do mercado.

Michael Porter (2008, p. 315-316) aponta que, em primeiro lugar, deve-se superar os custos de barreira de entrada ao novo setor, sobretudo as barreiras competitivas, como, por exemplo, o acesso aos canais de distribuição e a diferenciação de produtos. A entrada no setor pode esbarrar

em tecnologias protegidas por patentes e no acesso restrito à matéria-prima, representando um custo adicional. Em segundo lugar, a integração vertical representa um crescimento dos custos operacionais, pois a empresa deverá arcar com os custos fixos de produção mesmo que a demanda final pelo produto diminua circunstancialmente.

Além disso, optar pela integração vertical resulta na diminuição da flexibilidade para se trocar parceiros comerciais. Assim, o desenvolvimento tecnológico expõe estruturas verticalizadas a um risco de fracasso estratégico e a problemas financeiros, porque a adoção de nova tecnologia demandará mais esforços, com o empenho significativo de capital, do que a simples troca de parceiro comercial, em direção ao de tecnologia mais recente. Conjuga-se a isso necessidade de investimento de capital e, deste modo, a integração vertical deve produzir um rendimento maior ou igual ao custo de oportunidade (PORTER, 2008, p. 316-317).

Outro custo significativo apontado por Michael Porter (2008, p. 317-318) diz respeito à responsabilidade de desenvolver sua própria capacidade tecnológica, pois a verticalização pode afastar o fluxo de tecnologia que antes era oriundo de seus fornecedores ou clientes. Deve, também, manter o equilíbrio entre as capacidades produtivas das unidades principais e das integradas. O desequilíbrio pode resultar da desigualdade na capacidade de incremento de eficiência nas diversas etapas ou das mudanças tecnológicas em uma das etapas.

Por fim, a integração pode representar a diminuição dos incentivos das etapas integradas, já que produzem internamente, não disputando diretamente o mercado. Ao seu lado, as etapas produtivas demandam distintas necessidades administrativas, o que pode ocasionar perda de competitividade e atraso tecnológico, gerando maior custo (PORTER, 2008, p. 318-319).

Desse modo, pode-se concluir que nem sempre a opção pela integração vertical irá resultar em benefícios. Por outro lado, Michael Porter (2008, p. 324) reconhece a possibilidade de se obter algumas vantagens econômicas da integração vertical com a utilização de contratos, principalmente de longo prazo. Essa estratégia é denominada de quase-integração ou integração contratual, e representa uma desverticalização jurídica, mas com a conservação, em certo grau, de dependência econômica, ao manter parte do poder decisório.

3.1.3 Desverticalização

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, foi possível observar uma tendência para a formação de estruturas organizacionais em rede¹⁹, em decorrência do aumento de pressões competitivas. Nota-se uma inclinação para a adoção de estruturas enxutas, ágeis e flexíveis, ao contrário da década de 1970, em que predominava o tamanho e a robustez, como forma de barreira à entrada de concorrentes (FLIGSTEIN, 2001).

De acordo com Timothy Sturgeon (2002), a formação de redes empresariais tem como objetivo a retomada do foco para as atividades específicas, melhorando a performance econômica. Desse modo, permite-se a concentração de esforços em atividades essenciais, delegando, assim, as funções secundárias.

Para Michael Porter (2008, p. 327), com a quase-integração, é possível atingir muitos dos benefícios da integração vertical, sem incorrer em parte de seus custos. Desta forma, a celebração de contratos de longa duração pode garantir a comunhão dos interesses das partes, facilitando acordos especializados que reduzem os custos de contratação, diminuem os riscos de oscilação de preço ou de interrupção da oferta ou da demanda, e minimizam o poder de negociação. Um dos principais benefícios é a não obrigação de investimentos de capital na estruturação de uma integração vertical, não se exigindo a administração de atividades conexas.

Por outro lado, alguns benefícios não serão atingidos com a quase-integração, como o incremento de faturamento por fonte autônoma ou o fortalecimento de barreiras de entrada. A escolha dependerá da estratégia que melhor auxilie na persecução de seus objetivos. Algumas particularidades do sistema agroindustrial influenciam nessa escolha, conforme será estudado no *item 3.2*.

Com base nessas informações, a agroindústria poderá optar em realizar a produção de seus insumos de forma integrada, sobretudo em atividades agropecuárias, ou celebrar contratos, estabelecendo uma quase-integração, com produtores rurais. Essa situação caracteriza o sistema de produção avícola no Brasil, em que 130 mil famílias proprietárias de pequenos aviários produzem em um sistema de quase-integração, tendo como vínculo o contrato de integração.

¹⁹ Susan Cohen (1995, p. 172) define as estruturas organizacionais em rede como interações ou relacionamentos entre colaboradores independentes que colaboram para atingir um objetivo. Nesse sentido, Ricardo Amoroso (1994, p. 36) assinala como uma teia de participantes autônomos, unidos por valores e interesses compartilhados.

3.2 SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS E INTEGRAÇÃO

Tradicionalmente, o estudo dos processos produtivos que envolvem a atividade agropecuária eram segmentados em setores específicos: produção de insumos; atividade agrícola; processamento; distribuição; e consumidor final. Entretanto, com o desenvolvimento dos conceitos de *agribusiness* e com o reconhecimento da interdependência entre agricultura e agroindústria, essa análise passou a ser feita de forma conjunta, levando-se em conta o sistema agroindustrial de determinado produto como um todo.

O termo *agribusiness* foi definido por John Davis e Ray Goldberg (1957)²⁰, como “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”. O conceito apresenta uma visão sistêmica, ao englobar todas as etapas de um sistema agroindustrial (SAG), ampliando o enfoque estático apresentado pela expressão *agricultura*, que se limitava às questões da atividade rural.

O sistema agroindustrial, por sua vez, possui um conceito mais restrito, relativo a setores isolados, tal como o sistema agroindustrial avícola. A análise é relativa a um produto, envolvendo seu fluxo desde a pesquisa até o consumidor final. Assim, Marcos Fava Neves (1995, p. 12) observa que o *agribusiness* é composto de inúmeros sistemas agroindustriais. De acordo com Ray Goldberg (1968), o Sistema Agroindustrial

engloba todos os participantes envolvidos na produção, processamento e marketing de um produto específico. Inclui o suprimento das fazendas, as fazendas, operações de estocagens, processamento, atacado e varejo envolvidos em um fluxo desde os insumos até o consumidor final. Inclui as instituições que afetam e coordenam os estágios sucessivos do fluxo do produto, tais como Governo, associações e mercados futuros.

Desse modo, a agricultura deixa de ser analisada de forma isolada na economia, e passa a integrar um sistema de interdependência com a indústria, compreendendo-se, assim, os setores denominados *antes da porteira* (insumos para produção), *dentro da porteira* (produção

²⁰ “The sum of all operations involved in manufacture and distribution of farm supplies, production operations on the farm, and the storage, processing, and distribution of farm commodities” (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

agropecuária), e *depois da porteira* (armazenamento, industrialização, distribuição, consumo), como observado na Figura 2.

Figura 2. Setores do agronegócio

Luiz Antonio Pianazza e Regis Alimandro (1999) identificam quatro segmentos dentro do sistema agroindustrial: indústria para agricultura, que corresponde à fase antes da porteira; produção agropecuária propriamente dita, que corresponde à fase dentro da porteira; processamento e distribuição da produção rural; distribuição. As duas últimas são etapas para terceira fase, ou seja, depois da porteira.

Além de mera classificação útil para a organização do estudo dos setores do agronegócio, esse esquema reflete a interdependência da agricultura à indústria, tanto no acesso a insumos e bens de produção, quanto nas atividades pós-colheita, de transporte, armazenamento, processamento, transformação, distribuição e comercialização. Essa relação se acentuou na segunda metade do século XX, com a modernização da agricultura e o emprego de práticas da organização industrial no campo.

Se antes a agricultura era marcada por certo isolamento dos demais setores econômicos, em que a maior preocupação do produtor rural era comercializar o excedente produtivo, hoje a agricultura está plenamente inserida no sistema econômico, sendo o setor primário um elo de uma cadeia coordenada que se inicia com a produção de insumos e termina no mercado consumidor (COSNER, 2010, p. 33).

Em razão da necessidade cada vez maior de se atender as exigências dos consumidores, Fabiano Cosner (2010, p. 33) aponta que as indústrias são obrigadas a coordenar prazos, quantidades e

qualidades com o setor produtivo. Para tanto, tem se utilizado de duas estratégias: a integração vertical e a integração contratual (quase-integração).

No entanto, observa-se com maior frequência a denominada quase-integração (integração contratual). Essa relação, de acordo com Nunziata Paiva (2010, p. 186) é “representada por uma empresa industrial ou comercial que adquire os produtos necessários a própria atividade através de um ou mais contratos de cultivo ou de criação de animais estabelecidos com uma empresa agrícola”. Desse modo, conforme Marcos Fava Neves (1995), a estratégia da integração contratual permite compartilhar custos e riscos da efetiva integração vertical, ao passo que reduz o volume de transferência de propriedade dos ativos de produção.

Não se trata, entretanto, da celebração de mero contrato de compra e venda ou de fornecimento, na medida em que a integração contratual resulta em fortes relacionamentos operacionais. Geralmente é viabilizada por contratos de longa duração, que permitem certo grau de ingerência das agroindústrias sobre os produtores rurais. Nessa categoria encontram-se os denominados contratos de integração.

Pode-se buscar a origem dos contratos de integração nos Estados Unidos, especificamente nos contratos agrícolas (*contract farming*), celebrados entre produtores rurais e as indústrias processadoras (GUIMARÃES, 1979). Inicialmente verbais, de mero fornecimento, passaram a determinar a quantidade, a qualidade e as condições de produção e o emprego de insumos (COSNER, 2010, p. 32).

Alberto Passos Guimarães (1979) explica que tais contratos se tornaram instrumentos de vinculação intersetorial, pois a indústria integradora assegurava a matéria-prima que necessitava, não suportando os riscos de sua exploração direta. Por outro lado, o produtor rural garantia, de antemão, a venda de sua produção. Ao longo do tempo esses contratos passaram a ser denominados como contratos de coordenação vertical ou de quase-integração.

James MacDonald e Penni Korb (2011), ao desenvolverem relatório para o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, revelam que 39% do valor da produção da agropecuária era desenvolvida por meio contratual, no ano de 2008. Além disso, mostram a evolução do uso de contratos na produção de *commodities*, conforme pode se observar nas duas tabelas a seguir.

Tabela 1. Percentual do valor da produção agropecuária Norte Americana mediante contratos

Ano	% contratos
1969	12
1991	28
2001	36
2003	39
2005	41
2008	39

Fonte: MACDONALD E KORB (2011, p. 8).

Tabela 2. Evolução do percentual da produção de commodities sob contratos, entre os anos 1991-2008, na agropecuária Norte Americana.

Produto	1991-93	1996-97	2001-02	2005	2008
Algodão	30.4	33.8	52.6	45.0	36.2
Amendoim	47.5	34.4	28.0	65.3	73.1
Arroz	19.7	25.9	38.7	27.1	45.4
Beterraba açucareira	91.1	75.2	96.7	82.1	90.8
Frutas	-	41.7	41.9	48.9	38.4
Hortaliças	-	28.0	28.2	40.9	39.3
Milho	11.3	12.9	14.8	19.6	26.1
Soja	10.1	13.4	9.4	18.4	25.1
Tabaco	0.3	0.3	52.7	79.3	99.3
Trigo	5.9	9.0	6.5	7.5	22.5
Avicultura	88.7	83.8	92.3	94.2	89.9
Gado	-	17.2	21.0	17.6	29.4
Laticínios	36.8	58.3	48.6	59.2	53.9
Suinocultura	-	34.2	62.5	76.2	68.1

Fonte: MACDONALD E KORB (2011, p. 12).

A pesquisa revelou que o uso de contratos é mais frequente nas grandes propriedades. Cerca de 70% das grandes propriedades usaram contratos em 2008, em contrapartida apenas 7% das pequenas propriedade²¹. James MacDonald e Penni Korb (2011) afirmam que as principais razões para o uso do contrato, em detrimento do comércio via *mercado*²², dizem respeito à redução dos riscos e à economia dos custos de transação. Destaca-se o amplo uso de contratos na avicultura e na suinocultura, setores pioneiros na utilização do contrato de integração no Brasil.

²¹ Considerou-se como grande propriedade aquelas com faturamento anual superior a um milhão de dólares e como pequenas propriedade aquelas com faturamento anual inferior a duzentos e cinquenta mil dólares (MACDONALD *et al.*, 2008, p. 9).

²² Marcos Fava Neves (1995, p. 26) aponta que as transações de mercado são caracterizadas como “mercado puro, onde as transações são discretas (sem identificação dos atores), a informação necessária está contida no preço do produto, sendo que a principal tarefa é encontrar a melhor oferta. As transações são independentes (sem interação subsequente), de produtos não diferenciados (sem marca), muito pouca especificidade do ativo e normalmente sem abertura de crédito, muito menos a existência de preferência ou fidelidade”.

No Brasil, a adoção de contratos nas relações agroindustriais é relevante, entretanto, vive-se um cenário de ausência de dados oficiais, visto que o Censo Agropecuário não inclui informações sobre contratos, como ocorre nos Estados Unidos, em que são reunidas desde 1969. Desse modo, a maior parte dos dados disponíveis são resultados de estudos realizados por pesquisadores. Decio Zylbersztajn (2005) aponta o uso de contratos em diversas atividades produtivas, como soja, tomate, café, laranja, frutas, vinho, frango, ovo, suíno e gado.

Já a avicultura, de acordo com Decio Zylbersztajn (2005, p. 395), segue a mesma tendência observada nos Estados Unidos. Estimativas da ABPA (2014) apontam que aproximadamente 90% da produção brasileira de frangos ocorre em um sistema integrado. Assim, observa-se que a quase-integração apresenta-se como uma eficiente estrutura de governança para que a agroindústria atinja seus objetivos. Além disso, o contrato de integração também traz benefícios aos produtores integrados.

Nunziata Paiva (2010, p. 69) elenca os benefícios para os produtores integrados, dentre os quais destacam-se: *i*) produtores garantem um mercado certo para seu produto, reduzindo os riscos de escoamento da produção; *ii*) recebem assistência técnica, permitindo elevar o rendimento da produção e a sua qualidade; *iii*) devem tomar menos decisões e possuem menores incertezas na aplicação e na aquisição de insumos; *iv*) necessitam de menor capital operacional, pois a aquisição de fatores de produção normalmente é financiada pela agroindústria. Por sua vez, a agroindústria reduz os custos ao garantir o suprimento contínuo de matéria prima, permitindo melhor eficiência produtiva e economia de escala, e garante a quantidade, qualidade e homogeneidade da matéria-prima, adequando-se à demanda interna e externa.

Porém, a utilização de contrato de integração também gera desvantagens para o produtor integrado, conforme enuncia Nunziata Paiva (2010, p. 71): *i*) submissão aos comandos da agroindústria, como a estipulação de padrões de qualidade; *ii*) indução ao desenvolvimento de uma monocultura, resultando em dependência e vulnerabilidade; *iii*) sujeição à determinação dos preços pela agroindústria; *iv*) dever de incorporar todas as inovações tecnológicas ordenadas pela agroindústria; e *v*) possibilidade de sofrer limitações contratuais quanto à expansão de suas atividades.

Por outro lado, a agroindústria: *i)* arca com a incorporação de novos custos, como transporte, assistência técnica, controle de qualidade; *ii)* corre o risco de ficar sem matéria-prima, pois o produtor pode quebrar o contrato para venda no mercado *spot*; *iii)* pode perder qualidade do produto, em casos de negligência aos padrões de produção; *iv)* fica limitada a explorar novos mercados atraentes, em razão do compromisso estabelecido (PAIVA, 2010).

Além disso, em razão o desequilíbrio econômico existente entre as partes, bem como o poder de controle exercido pela agroindústria integradora, essa relação pode resultar em situação de dependência econômica, possibilitando o seu abuso, conforme será estudado no *item 3.3*, a seguir.

3.3 DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

No *item 3.2*, discutiu-se a tendência de verticalização²³ dos sistemas agroindustriais para a coordenação da produção e de suprimento de matéria-prima. Nesse contexto, a desigualdade de condições entre os agentes econômicos é inevitável, conforme ressaltam Martine Behar-Touchais e Georges Virassamy (1999, p. 77), evidenciando um desequilíbrio econômico entre agroindústria e produtor integrado.

Entretanto, Kassia Watanabe (2007, p. 92) verifica que a estrutura de organização do sistema agroindustrial possui uma capacidade de autorregulação mediante normas internas de controle e de solução de conflitos sem a necessidade de acionamento do Poder Judiciário²⁴. Porém, a autorregulação pode mostrar-se ineficiente, demandando a atuação do Estado para garantir o equilíbrio na relação contratual e segurança jurídica para as partes, reprimindo as situações de abuso de dependência econômica.

²³ Essa tendência de verticalização pode ser observada em sua forma essencial, ou seja, na unificação de comando decisório, ou pela quase-integração (integração contratual), que verifica-se pela celebração de contratos de longa duração, com objetivo de coordenar o suprimento de matéria-prima, constatando-se uma ingerência do integrador sobre a atividade do produtor integrado, como o controle de quantidade e qualidade da produção.

²⁴ Pode-se citar como exemplos o sistema de precificação da cana-de-açúcar pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA) e a instituição pela Lei n. 13.288/2016 das Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC) e do Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO) para os contratos de integração. Destaca-se uma diferença significativa entre os modelos, na medida em que o sistema CONSECANA foi desenvolvido pelos próprios atores envolvidos no SAG da cana-de-açúcar, ao passo que no sistema de integração houve uma imposição legal para a sua instituição.

Destaca-se, assim, que a relação contratual marcada pelo desequilíbrio econômico pode resultar em uma situação de dependência econômica, favorecendo o seu abuso. Entretanto, essa situação de dependência, por si só, não deve ser repreendida, uma vez que se trata de relação interempresarial. Por sua vez, o abuso dessa posição, decorrente de exploração oportunista de uma das partes, deve ser combatido²⁵, levando-se em consideração as regras e princípios próprios do direito mercantil, afastando-se o protecionismo típico da racionalidade consumerista.

Desse modo, de acordo com Paula Forgioni (2010, p. 35), a “dependência econômica ocorre quando um dos contratantes está em condições de impor suas condições ao outro, que deve aceitá-la para sobreviver”. Nesse mesmo sentido a definição proposta por Gustavo Diniz (2016, p. 6): “influência decisiva de poder de uma das partes para impor circunstâncias relevantes e condições à outra, que as aceita para manter o contrato e se manter no mercado”.

Para um estudo detalhado deste conceito, Gustavo Diniz (2010, p. 8-9) o desmembra em seis elementos: *i*) influência decisiva; *ii*) de poder; *iii*) de uma das partes para; *iv*) impor circunstâncias e condições à outra; *v*) que as aceita para manter o contrato e; *vi*) se manter no mercado.

Inicialmente, Gustavo Diniz (2010, p. 9) indica que a dependência econômica deve ser *decisiva* na condução do contrato, de sua formação à sua extinção, induzindo a parte dependente a aceitar imposições, por conta de *poder contratual*, manifestado num controle não societário da parte dominante, ou seja, de uma interferência de uma parte sobre a outra exercida por meio do contrato.

As *partes*, por sua vez, a princípio, encontram-se em equilíbrio contratual, visto tratar-se de uma relação interempresarial. Deste modo, Gustavo Diniz (2010, p. 9) ressalta que a prevalência da parte dominante somente irá gerar consequências jurídicas quando “alterem as

²⁵Nesse sentido a exposição Martine Behar-Touchais e Georges Virassamy (1999, p. 77): *L'inégalité de conditions entre agents économiques et cocontractants est inévitable, elle est même un des traits dominants des relations contractuelles contemporaines. Il peut en résulter que certains contractants sont ou deviennent de manière effective économiquement dépendante d'un autre contractant. Cette dépendance de l'un, ou à l'inverse la situation de domination e l'autre, ne sont pas en elles-mêmes condamnables. Ce qui l'est, c'est l'abus. Le droit de la concurrence connaît déjà une telle situation avec la notion d'apposition dominant dont seul l'abus est répréhensible. L'exploitation abusive de l'état de dépendance économique d'une entreprise en constitue un nouvel exemple.*

bases objetivas do contrato ou ultrapassem limites de legítimas expectativas, transfiram riscos ou excedam os contornos da função econômica do direito contratado”.

Por fim, a *imposição* de circunstâncias e condições do contrato torna-se relevante quando a sua aceitação não negociada pela parte mais fraca decorrer de obrigatoriedade *para manutenção do contrato* ou de *sua participação no mercado* (DINIZ, 2010, p. 9).

Verifica-se, assim, que o abuso da dependência econômica pode implicar em prejuízos à concorrência ou à outra parte do contrato. Na primeira hipótese, a coibição poderá resultar na aplicação de repressões às infrações contra a ordem econômica²⁶, ao passo que na segunda, dentro do direito contratual, ensejará, por exemplo, a tutela prevista pelos artigos 187 e 422 do Código Civil²⁷. O foco deste trabalho está nos efeitos internos da relação jurídica provocados pela ocorrência da dependência econômica.

Ressalta-se que a dependência econômica não se confunde com o abuso de posição dominante *stricto sensu*, conforme observa Paula Forgioni (2014, p. 227). Na situação de poder dominante, o preponderante possui indiferença e independência sobre o mercado, ao passo que na dependência econômica, a indiferença e a independência recaem sobre um agente econômico específico²⁸.

Alguns contratos, como, por exemplo, o de franquia²⁹, apresentam a situação de dependência econômica associados à sua própria natureza. Porém, conforme ressalva Paula Forgioni (2010,

²⁶ A Lei n. 12.529 de 30 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011) estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. O artigo 36 apresenta as hipóteses de infrações da ordem econômica: “Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; II - dominar mercado relevante de bens ou serviços; III - aumentar arbitrariamente os lucros; e IV - exercer de forma abusiva posição dominante”. O parágrafo terceiro deste artigo, por sua vez, apresenta um rol exemplificativo sobre condutas que caracterizam infração da ordem econômica.

²⁷ Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes (BRASIL, 2002).

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé (BRASIL, 2002).

²⁸ Em relação ao mercado, a posição dominante confere independência e indiferença ao agente econômico, de modo a facilitar abusos (PETTER, 2005, p. 138). Paula Forgioni (2014, p. 227) ressalta que a dependência econômica pode recair sobre um grupo de agentes econômicos, mas que não chegam necessariamente a constituir um mercado relevante em separado.

²⁹ “No contrato de franquia, o franqueado sabe que deverá desenvolver atividades ao abrigo de marca que não é sua - i.e., que, de certa forma, passará a depender do fornecedor. Se, mesmo assim, abraça o negócio, presume-se ter ponderado que os lucros vindouros compensariam as adversidades” (FORGIONI, 2010, p. 149).

p. 147), qualquer contrato é apto para ocasionar um aumento no grau de dependência econômica entre as partes, por exemplo, em razão de investimentos específicos necessários para a sua celebração³⁰.

Dessa maneira, Paula Forgioni (2014, p. 227-229) discorre sobre os principais fatores geradores de dependência econômica: *i*) poder relacional (*relations d'affaires*): contratos de longa duração e investimentos específicos; *ii*) poder de compra (*puissance d'achat*): elevado poder de compra, como ocorre com grandes redes varejistas; *iii*) dependência de marca famosa (*assortimento* ou *assortiment*): obrigatoriedade de contratação sob risco de prejudicar sua capacidade competitiva; *iv*) período de crise (*pénurie*): falta de alternativas viáveis para o escoamento da produção.

Entretanto, não se encontra no ordenamento jurídico brasileiro um tratamento legal específico sobre a dependência econômica e a sua reprimenda, como pode-se observar no ordenamento italiano, a partir Lei n. 192, de 18 de junho de 1998 (ITÁLIA, 1998), que, ao disciplinar o fornecimento da atividade produtiva, prevê a proibição de abuso de dependência econômica nas relações interempresariais³¹.

Nesse sentido, Gustavo Diniz (2016, p. 9) aponta que na ausência de tratamento legal específico sobre a dependência econômica, dois caminhos podem ser observados para a sua correção: *correção por força de lei e correção pelas cláusulas gerais*.

³⁰ Nesse sentido, Georges Virassamy (1986, p. 146) aponta as principais cláusulas que podem elevar o grau de dependência de uma parte em relação à outra: exclusividade, duração do contrato e cláusulas pós-contratuais que limitem a liberdade do agente. Discorrendo sobre os investimentos específicos, Paula Forgioni (2010, p. 148-149) afirma que “nessas situações, a parte que realiza a inversão vê aumentar a sua dependência em relação à outra, pois o desfazimento do negócio, com muita probabilidade, causar-lhe-á perdas. A sujeição será ainda maior se, após o término da relação, esses gastos não puderem ser recuperados”. Desse modo, a jurista conclui que “maiores investimentos e menores as possibilidades de posterior recuperação, mis ameaçador o término contratual para a parte que os realizou”.

³¹ Legge 18 giugno 1998, n. 192. Art. 9. *Abuso di dipendenza economica* 1. È vietato l'abuso da parte di una o più imprese dello stato di dipendenza economica nel quale si trova, nei suoi o nei loro riguardi, una impresa cliente o fornitrice. Si considera dipendenza economica la situazione in cui un'impresa sia in grado di determinare, nei rapporti commerciali con un'altra impresa, un eccessivo squilibrio di diritti e di obblighi. La dipendenza economica è valutata tenendo conto anche della reale possibilità per la parte che abbia subito l'abuso di reperire sul mercato alternative soddisfacenti. 2. L'abuso può anche consistere nel rifiuto di vendere o nel rifiuto di comprare, nella imposizione di condizioni contrattuali ingiustificatamente gravose o discriminatorie, nella interruzione arbitraria delle relazioni commerciali in atto. 3. Il patto attraverso il quale si realizzi l'abuso di dipendenza economica è nullo.

Em primeiro lugar, apesar da ausência de tratamento específico da dependência econômica na legislação brasileira, algumas leis especiais sobre contratos concretizam instrumentos de correções, como, por exemplo, o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que garante o término do prazo de contrato após a terminação da última colheita (art. 95, I) ou presume feito no prazo mínimo de três anos o arrendamento por tempo indeterminado (art. 95, II). Além disso, prevê percentuais de distribuição dos frutos da parceria (art. 96, VI) e direito de preferência na renovação do contrato de arrendamento (art. 95, IV), dentre outras cláusulas imperativas que objetivam proteger aquele que trabalha diretamente a terra e encontra-se em posição de dependência econômica da outra parte³².

Apesar das críticas recebidas pelo Estatuto da Terra em razão da excessiva proteção dispendida a uma relação entre partes que, a princípio, encontram-se em igualdade de posição, na medida em que se tratam de empresários³³, restringindo, assim, de modo demasiado a autonomia da vontade, é inegável o seu papel de equilibrar o poder entre as partes e minimizar a situação de dependência econômica³⁴.

Em segundo lugar, Gustavo Diniz (2017, p. 10) aponta para a possibilidade de se “buscar no referencial teórico das cláusulas gerais³⁵ o potencial para correção de abusos de dependência econômica”, nos mais variados estágios do contrato, ou seja, em sua formação, interpretação e integração, e extinção. Destaca-se, nessa direção, a boa-fé objetiva, prevista no artigo 422 do Código Civil³⁶.

³² Nesse sentido, a decisão do STJ no Resp. 1.447.082/TO, sob relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, que afastou a aplicação das normas protetivas do Estatuto da Terra à empresa de grande porte, pois ausente a vulnerabilidade social que impõe o princípio da justiça social. O microsistema normativo é orientado pelos princípios da função social da propriedade e da justiça social, assim, a não verificação desses princípios implica em não aplicação das normas imperativas previstas no Estatuto.

³³ O artigo 966 do Código Civil (BRASIL, (2002) considera empresário aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Desse modo, conforme observa Fábio Ulhoa Coelho (2014, p. 100) empresa é a atividade, podendo ser explorada por pessoa física (empresário individual) ou jurídica (sociedade empresária).

³⁴ Defendemos em trabalho apresentado no XIII Congresso Mundial de Direito Agrário a necessidade de se discutir e alterar algumas normas restritivas que não mais se adequam à realidade social e econômica brasileira (DARIO; TRENTINI; AGUIAR, 2014, p. 73).

³⁵ As cláusulas gerais podem ser definidas como “normas que não prescrevem uma certa conduta, mas, simplesmente, definem calores e parâmetros hermenêuticos. Servem assim como ponto de referência interpretativo e oferecem ao intérprete os critérios axiológicos e os limites para aplicação das demais disposições normativas (TEPEDINO, 2002, p. 18-19).

³⁶ Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé (BRASIL, 2002).

Apesar da importância que adquiriu modernamente, a boa-fé objetiva não é uma inovação do Código Civil (BRASIL, 2002), já estando presente no revogado Código Comercial de 1850 (BRASIL, 1850)³⁷. Entretanto, essa cláusula geral assume, atualmente, outras funções além da *adjuvandi* (interpretativa). A boa-fé assume também a função *suplendi* (integrativa, no preenchimento de lacunas) e *corrigendi* (corretiva, como, por exemplo, na extração de cláusulas abusivas). Em seu aspecto objetivo, segundo Teresa Negreiros (2006, p. 122), consiste num dever de conduta contratual ativo, obrigando-se à colaboração³⁸.

Desse modo, a boa-fé objetiva estabelece padrões de comportamento às partes contratuais, devendo ser observada não só na conclusão e na execução do contrato, mas também nas tratativas (fase pré-contratual) e na fase pós-contratual, conforme entendimento do Enunciado 25 da I Jornada de Direito Civil do CEJ/CJF³⁹.

Por fim, quanto à interrupção arbitrária das relações, aplica-se no ordenamento brasileiro as regras de rescisão (arts. 472-473) e resolução⁴⁰ (arts. 474-480) previstas no Código Civil (BRASIL, 2002). As respectivas disposições serão aprofundadas no *item 4.4.6*, importando, ao presente, a observação de Gustavo Diniz (2017, p. 11-12) de que “o pressuposto não é vedar a extinção ou intervir em favor de uma das partes, mas permitir a extinção em termos justos, mesmo que não previstos no contrato”.

Dentre as diversas disposições sobre a extinção do contrato trazidas pelo Código Civil (BRASIL, 2002), é primordial ao trabalho a análise do parágrafo único do artigo 473, que condiciona a produção de efeitos da denúncia unilateral do contrato no caso de uma das partes

³⁷ Art. 131 - Sendo necessário interpretar as cláusulas do contrato, a interpretação, além das regras sobreditas, será regulada sobre as seguintes bases: 1 - a inteligência simples e adequada, que for mais conforme à boa fé, e ao verdadeiro espírito e natureza do contrato, deverá sempre prevalecer à rigorosa e restrita significação das palavras (BRASIL, 1850).

³⁸ Cláudia Lima Marques (1999, p. 107) define a boa-fé objetiva como “uma atuação refletida, uma atuação refletindo, pensando no outro, no parceiro contratual, respeitando-o, respeitando seus interesses legítimos, suas expectativas razoáveis, seus direitos, agindo com lealdade, sem abuso, sem obstrução, sem causa lesão ou desvantagem excessiva, cooperando para atingir o bom fim das obrigações: o cumprimento do objetivo contratual e a realização dos interesses das partes”.

³⁹ Enunciado 25 - Art. 422: o art. 422 do Código Civil não inviabiliza a aplicação pelo julgador do princípio da boa-fé nas fases pré-contratual e pós-contratual. Esse enunciado foi ratificado na III Jornada de Direito Civil do CEJ/CJF - Enunciado 170 - Art. 422: a boa-fé objetiva deve ser observada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato.

⁴⁰ A rescisão resulta da manifestação de vontade das partes. Pode ser bilateral, denominada também de distrato, tratando-se da declaração de vontade em sentido oposto à formação do vínculo, ou unilateral, nas obrigações duradouras, contra a sua continuação ou renovação, independentemente do não cumprimento (GONÇALVES, 2011, p. 205). Já a resolução, decorre do inadimplemento do contrato, de modo voluntário ou involuntário.

ter feito investimentos consideráveis para a sua execução ao transcurso de prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.

Trata-se de dispositivo de salvaguarda contra o abuso de dependência econômica, na medida em que a realização de investimentos específicos por uma das partes pode despertar o comportamento oportunista da outra, impondo unilateralmente condições contratuais sob ameaça de término da relação contratual. Assim, conforme conclui Gustavo Diniz (2017, p. 12), haverá necessidade de reparação em perdas e danos quando não observado o transcurso de prazo compatível com os investimentos realizados:

Na impossibilidade de continuidade do contrato, deve-se caminhar para a solução em perdas e danos com proteção contra a má-fé, o abuso de direito e o enriquecimento sem causa, uma vez demonstrado o nexo de causalidade pelo transcurso de prazo incompatível com os investimentos realizados (DINIZ, 2017, p. 12)

No direito italiano, segundo previsão do artigo 9º, §2º da Lei n. 192 de 1998 (ITÁLIA, 1998), a avaliação do abuso de dependência econômica consoante a boa-fé objetiva possibilita averiguar quando as condições contratuais são gravosas sem justificativa, discriminatórias, ou quando a interrupção das relações demonstrarem ser arbitrária⁴¹. A aplicação deste princípio, conforme observa Kassia Watanabe (2007, p. 133), resulta em uma avaliação *a posteriori* do comportamento de uma das partes e, portanto, não se configura como regra proposta a interferir na formação do contrato.

Alberto Mazzoni (1999, p. 163) aponta que o artigo 9º da Lei n. 192/1998 direciona-se às relações de *integração vertical*, em que se verifica a situação de dependência econômica. Desse modo, não basta a simples dependência econômica, sendo necessário interdependência entre os agentes, caracterizando uma estrutura de governança híbrida. Desse modo, afirma que poderá ser aos contratos agroindustriais.

A consequência para o abuso de dependência econômica, de acordo com o artigo 9º, §3º, da Lei n. 192/1998, é a nulidade do pacto⁴². Entretanto Alberto Mazzoni (1999, p. 171) defende que essa nulidade deve ser considerada relativa, sob risco de piorar a situação da parte que sofre o

⁴¹ 2. *L'abuso può anche consistere nel rifiuto di vendere o nel rifiuto di comprare, nella imposizione di condizioni contrattuali ingiustificatamente gravose o discriminatorie, nella interruzione arbitraria delle relazioni commerciali in atto* (ITÁLIA, 1998).

⁴² 3. *Il patto attraverso il quale si realizzi l'abuso di dipendenza economica è nullo* (ITÁLIA, 1998).

abuso, uma vez que o término do contrato com a agroindústria poderia resultar em dificuldades para a comercialização de sua produção.

A partir dessa base teórica, no *item 3.4* terá início o estudo do contrato de integração, de modo a verificar a sua natureza jurídica e as suas características, passando-se, então, ao estudo das disposições previstas na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). No capítulo 4, por sua vez, as entrevistas e a análise dos contratos terão como uma de suas finalidades a constatação de existência de dependência econômica na relação entre produtor integrado e integrador, apurando-se, por fim, a previsão do legislador de mecanismos de equilíbrio de poder e de coibição e de correção de dependência econômica.

3.4 CONTRATO AGROINDUSTRIAL DE INTEGRAÇÃO

O contrato de integração ganhou importância no Brasil na década de 1960, quando foi introduzido na avicultura catarinense. O modelo contratual tornou-se fundamental para o crescimento e desenvolvimento de diversas atividades agrárias, como avicultura, suinocultura, fruticultura, piscicultura e silvicultura. Em razão de sua relevância socioeconômica, após décadas de ausência de regulamentação legal, foi tipificado pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016).

Neste item, serão estudadas as características do contrato de integração e a sua diferenciação com outros tipos contratuais que se aproxima. Em um segundo momento, será realizada análise do regramento trazido pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), concluindo-se o trabalho, no último capítulo, com análise empírica realizada no setor avícola, para se discutir o objetivo geral do trabalho, de verificar os impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração.

3.4.1 Características

O contrato de integração configura-se como contrato agroindustrial⁴³, presentes além da obrigação de dar, diversas obrigações de fazer⁴⁴. Massimo Confortini e Attilio Zimatore (1983, p. 207) conceituam o contrato agroindustrial como o acordo entre o agricultor e o empreendedor comercial, mediante a integração da atividade agrícola e comercial, destinado à transação de produto, com características de qualidade determinadas, em troca do respectivo pagamento⁴⁵.

Trata-se, ainda, de contrato agrário, pois, conforme ensinam Antonio Carrozza e Ricardo Zeledón (1990, p. 319), originam-se no ciclo biológico da criação de animais ou do cultivo de vegetais, observando-se assim, a incidência da teoria da agrariedade⁴⁶.

Nunziata Paiva (2010) caracteriza o contrato de integração pela repartição de riscos e pela renúncia por parte do produtor integrado de parcela de seus poderes de autodeterminação em favor do integrador por meio da assunção de obrigações, dentre as quais as mais comuns são as de submeter-se às regras técnicas, ao controle e à produção exclusiva de certos bens condicionada pela indústria. Nesse sentido, Kassia Watanabe (2007, p. 218) observa que os contratos agroindustriais proporcionam a interferência da agroindústria na produção agrícola, ou seja, os produtores são obrigados a seguir as técnicas determinadas no contrato.

Desse modo, o sistema permite a coordenação da produção, garantindo à agroindústria o alcance da demanda quantitativa e qualitativa da matéria-prima ou do produto, possibilitando o planejamento da produção sem a necessidade de investir na atividade agrícola, propriamente dita. Para o produtor, por outro lado, destaca a garantia de alienação de toda a sua produção. Desse modo, essa garantia de venda existe antes mesmo do início do ciclo produtivo.

⁴³ Optou-se no desenvolvimento do texto deste trabalho em nominá-lo apenas de *contrato de integração* de modo a facilitar a leitura e utilizar a terminologia empregada pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). O artigo 2º, IV, apresenta o conceito do contrato como *integração vertical* ou *integração*. Entretanto, como visto no *item 3.1*, não se trata de verdadeira integração vertical, mas sim de quase-integração ou integração contratual, motivo pelo qual não se utilizou o termo integração vertical referindo-se ao contrato. Entretendo, o *item 3.4.1* deixa claro a sua natureza agroindustrial, utilizada no título deste trabalho.

⁴⁴ Nesse sentido, Maurizio Benincasa (1992, p. 419) observa-se não se tratar de simples compra e venda de produto agrícola, com o pagamento do preço e recebimento do bem, mas são pautados pela existência de múltiplas obrigações recíprocas.

⁴⁵ “*Gli accordi tra agricoltori ed imprenditori commerciali diretti, attraverso un’integrazione delle attività agricole e commerciale, a realizzare uno scambio di prodotti, dalle caratteristiche qualitative determinate, verso un corrispettivo in danaro.*” (CONFORTINI; ZIMATORE, 1982, p. 2017).

⁴⁶ A teoria da agrariedade, conforme aponta Flavia Trentini (2012, p. 2), foi desenvolvida por Antonio Carrozza na década de 1970, conceituando “atividade agrária como desenvolvimento de um ciclo biológico, concernente tanto à criação de animais como de vegetais, que surge ligado direta ou indiretamente ao uso das forças e dos recursos naturais, resultando na obtenção de frutos (vegetais ou animais) destináveis ao consumo direto, como tais, ou derivados de várias transformações”.

Por outro lado, o sistema de integração pode resultar em desvantagens para as partes, conforme elencado por Kassia Watanabe (2007, p. 216). Para o produtor integrado, pode-se verificar: *i*) baixo valor pago pelo integrador; *ii*) dependência da agroindústria; *iii*) impossibilidade de fornecer seus produtos para terceiros, buscando melhores preços. Já para a agroindústria observa-se o risco de disponibilidade de matéria-prima em quantidade e qualidade esperadas, por conta de eventual inadimplemento do produtor integrado.

A Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), em seu artigo 2º, apresenta as definições legais relativas à integração vertical, ao produtor integrado, ao integrador e ao contrato de integração vertical, fundamentais para a delimitação das atividades inseridas e reguladas pelo instrumento legal. Apesar do brocardo *omnis definitio in iure civili periculosa est; parum est enim, ut non subverti posset*⁴⁷, Azevedo (2009, p. 133) entende que a lei, em caso de necessidade, deverá trazer a definição dos institutos jurídicos. No ordenamento jurídico italiano, o Decreto Legislativo n. 102/2005 (ITÁLIA, 2005) segue essa mesma lógica, apresentando as definições de produto agrícola, produtor, organizações de produtores, organizações de empresas de transformação, distribuição e comercialização, acordo de cadeia de fornecimento, contrato-quadro e contratos-tipo.

As definições trazidas pela lei mostram-se relevantes em função da proximidade do contrato de integração com outras modalidades contratuais agrárias, como a compra e venda, a empreitada, a sociedade, a parceria, o fornecimento, e até mesmo o trabalho subordinado. Assim, garante segurança jurídica ao delimitar com clareza o seu âmbito de atuação.

A lei limita-se a regular os contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, entendida como atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, pesca ou extrativismo vegetal, conforme artigo 2, V (BRASIL, 2016). Maurizio Benincasa (1992, p. 417) atenta que que a locução *integração não* aplica-se exclusivamente aos contratos agroindustriais, mas também às relações em diversos setores produtivos⁴⁸. Desse modo, fundamental a previsão legal para delimitar o seu alcance, excluindo setores exclusivamente industriais, ou seja, que não envolvam o desenvolvimento do ciclo biológico.

⁴⁷ No direito civil toda definição é perigosa: porque pouco há que não possa ser impugnado.

⁴⁸ “La locuzione di integrazione verticale non individua solo i contratti agro-industriali, ma, come si è visto, anche i contratti di scambio di diversi settori produttivi” (BENINCASA, 1992, p. 417).

3.4.2 Diferenciação com outros tipos contratuais

Após a análise das características do contrato de integração, delimitando-se o âmbito de atuação da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), é indispensável diferenciá-lo de outros tipos contratuais aos quais se assemelha. As figuras contratuais analisadas a seguir geralmente eram utilizadas como parâmetro de interpretação, enquanto contrato atípico, no sentido do ensinamento de Caio Mário da Silva Pereira (2011, p. 52): “na solução das controvérsias que surgirem, o julgador ou intérprete terá de invocar, em suprimento do conteúdo das cláusulas próprias, os princípios relativos ao contrato típico mais próximo”

Entretanto, em nenhuma das figuras contratuais se verifica um enquadramento perfeito do conteúdo do contrato de integração, demonstrando constituir um tipo autônomo. Comparou-se, assim, com os seguintes contratos: *i)* compra e venda; *ii)* empreitada; *iii)* sociedade; *iv)* trabalho subordinado; *v)* parceria.

3.4.2.1 Compra e venda

Partindo do disposto no artigo 481 do Código Civil, a compra e venda é definida por Caio Mario da Silva Pereira (2001, p. 146) como o “contrato em que uma pessoa (vendedor) se obriga a transferir a outra pessoa (comprador) o domínio de coisa corpórea ou incorpórea, mediante o pagamento de certo preço em dinheiro ou valor fiduciário correspondente”.

A função específica do contrato de compra e venda é instrumentalizar a alienação de um bem, na medida em que as partes possuem o propósito de transferir e adquirir a propriedade, respectivamente ao vendedor e ao comprador. Assim, as obrigações recíprocas geradas pelo contrato dizem respeito à transferência do domínio de certa coisa, pelo vendedor, e ao pagamento de certo preço em dinheiro.

Desse modo, nota-se que o contrato de integração guarda significativa semelhança com a compra e venda, visto que também se verifica o propósito de transferência e aquisição da propriedade de determinado bem. Entretanto, as obrigações entre as partes não se resumem à entrega da coisa mediante pagamento de certo preço. No contrato de integração, agrega-se a prestação de serviço por ambas as partes. O produtor integrado obriga-se a realizar a atividade

agrária nos ditames técnicos exigidos pela agroindústria. Esta, por sua vez, fornece os meios de produção necessários, além de prestar assistência técnica.

Na aquisição de produtos agrossilvipastoris, o contrato de compra e venda é considerado no mercado *spot*, ou seja, realizado no momento da colheita ou do abate, para pronta entrega da mercadoria, mediante pagamento. Já o contrato de integração envolve um contrato de longa duração, com planejamento conjunto de técnicas e de meios de produção, sujeitos ao comando decisório do integrador.

Além disso, no contrato de integração, o interesse da agroindústria não se resume a trocar dinheiro por matéria-prima, preocupando-se com a quantidade e com a qualidade. Assim, as partes visam “organizar o mercado em que atuam, direcionando a oferta de produtos agrícolas ao mercado consumidor” (PAIVA, 2010, p. 173).

3.4.2.2 Empreitada

Na vigência do Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916), a empreitada era o contrato que mais se aproximava da integração vertical. Caio Mário da Silva Pereira (2011, p. 277) a define como contrato em que uma das partes (empreiteiro) se obriga, sem subordinação ou dependência, a realiza certo trabalho para a outra (dono da obra), com material próprio ou por este fornecido, mediante remuneração.

Entretanto, a integração vertical não se resume a obter uma obra sob encomenda, devendo-se sempre ter em consideração o objetivo de equilibrar o fornecimento de matéria-prima à demanda de consumo, em quantidade e qualidade, verificando-se verdadeira coordenação interempresarial entre produtor integrado e agroindústria.

Além disso, Antonio Carrozza (1984, p. 574) questiona quem seria o empreiteiro e quem seria o dono da obra, no caso de aplicação do regime jurídico da empreitada à integração vertical. Em relação ao fornecimento do produto agropecuário, o empreiteiro seria o produtor rural integrado. Por sua vez, como também há ao fornecimento de insumos e de prestação de serviços técnicos, estaríamos em uma singular modalidade de empreitada bilateral, com prestações recíprocas, sendo ambas as partes empreiteiras e donas da obra.

Apesar disso, com o regime adotado pelo Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), essa discussão perde o sentido, pois a empreitada deixa de se enquadrar no conceito de locação, referindo-se exclusivamente à construção (GONÇALVES, 2011, p. 369).

3.4.2.3 Sociedade

O conceito de sociedade é apresentado pelo artigo 981 do Código Civil (BRASIL, 2002), segundo o qual “celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados”.

Marlon Tomazette (2013, p. 200) aponta cinco elementos centrais ao conceito de sociedade: *i*) existência de duas ou mais pessoas; *ii*) reunião de capital e trabalho (fatores de produção); *iii*) atividade econômica; *iv*) fins comuns; *v*) partilha dos resultados.

Na integração vertical, apesar da união entre as partes para alcançar um proveito em comum, de organizar a oferta de matéria-prima, não se verifica os demais elementos do conceito de sociedade. Principalmente, porque não resulta na criação de uma nova pessoa jurídica. As partes não perdem sua autonomia jurídica, por isso, não ocorre uma efetiva reunião dos fatores de produção.

Apesar do alto grau de ingerência da agroindústria, com o fornecimento de insumos e prestação de serviços técnicos, que resulta em uma restrição da independência econômica, o produtor integrado continua juridicamente independente, e a atividade econômica não é desenvolvida conjuntamente. Assim, entrega da produção ainda é feita mediante o pagamento de um preço. Desse modo, não se verifica a existência efetiva de um fim comum e de partilha do resultado, já que o objetivo do produtor integrado é garantir a venda de toda a sua produção, enquanto o da agroindústria integradora é garantir o suprimento de matéria-prima na quantidade e qualidade necessárias.

3.4.2.4 Trabalho subordinado

O contrato de trabalho é regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943), sendo definido por Mauricio Godinho Delgado (2012, p. 501) como “negócio jurídico expresso

ou tácito mediante o qual uma pessoa natural obriga-se perante pessoa natural, jurídica ou ente despersonalizado a uma prestação pessoal, não eventual, subordinada e onerosa de serviços”. A definição, desse modo, deriva dos elementos fáticos-jurídicos que compõe o conceito de relação de emprego.

Os artigos 2º e 3º da CLT (BRASIL, 1943) fornecem os elementos identificadores da relação de emprego: *i)* pessoa natural; *ii)* pessoalidade; *iii)* não-eventualidade; *iv)* subordinação; e *v)* onerosidade. Em primeiro lugar, o empregado será sempre pessoa física. A pessoalidade exprime a prestação dos serviços pelo próprio trabalhador, sem que seja substituído por terceiros, pois o empregador contratou a sua pessoa. Já não eventual significa ser habitual, contínuo.

Por sua vez, a subordinação é o critério de maior relevância, traduzindo-se na prestação dos serviços dirigida pelo empregador, o qual exerce o poder de direção. Desse modo, o empregado deve seguir as determinações e orientações do empregador. O empregador por sua vez, é quem corre o risco da atividade exercida. Já o empregado simplesmente presta o serviço, alheio a esses riscos. Ressalta trata-se de subordinação jurídica. Por fim, a onerosidade representa o recebimento de remuneração como contraprestação ao serviço prestado (GARCIA, 2013).

A aproximação entre essas duas modalidades contratuais decorre da perda de independência econômica do produtor integrado e da ingerência da agroindústria na produção rural. Nesse sentido, conforme ressalta Nunziata Paiva (2010), o contrato de integração é caracterizado pela renúncia por parte do produtor integrado de parcela de seus poderes de autodeterminação em favor do integrador, por meio da assunção de obrigações, dentre as quais as mais comuns são as de submeter-se às regras técnicas, ao controle e à produção exclusiva de certos bens condicionadas pela indústria.

Como exemplo, no caso da produção de aves, a agroindústria integradora fornece pintos de um dia, ração, medicamentos, assistência técnica, como assistência veterinária, garantindo ao final a compra de toda a produção. Já o produtor integrado, fornece o galpão com equipamentos e a sua mão de obra.

Entretanto, o produtor integrado mantém a sua independência jurídica, não estando subordinado na acepção trazida pela legislação trabalhista para reconhecimento de relação de emprego. O

produtor integrado exerce verdadeira atividade de empresário agrário, ao atuar com profissionalidade, não no sentido de ter posse de algum título, mas de exercer a atividade de modo habitual (TRENTINI, 2012, p. 52).

Além disso, assume os riscos de seu negócio, sendo remunerado pelo pagamento de sua produção. Assim, qualquer problema inerente à atividade agrária que afete a produção, poderá resultar em brusca diminuição da renda esperada. Nunziata Paiva (2010, p. 174) destaca que “no contrato de integração, o que se coloca à disposição é a organização dos fatores produtivos e não o trabalho do integrado”.

Porém, é possível que a utilização do contrato de integração se demonstre um instrumento de fraude à legislação trabalhista, encobrindo verdadeira relação de trabalho subordinado. A análise, para essa questão, deverá ser feita no caso concreto, não sendo válida a generalização de que todo contrato de integração representa um contrato de trabalho subordinado.

3.4.2.5 Parceria

Por fim, a parceria é um contrato agrário típico, previsto pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), e de recorrente uso na produção agropecuária brasileira. Seu conceito foi definido pelo artigo 4º do Decreto n. 59.566/1966 (BRASIL, 1966) e posteriormente incluído no Estatuto da Terra pela Lei n. 11.443/2007 (BRASIL, 2007).

Art. 96, § 1º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos seguintes riscos: (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

I - caso fortuito e de força maior do empreendimento rural; (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

II - dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais estabelecidos no inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

III - variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural. (BRASIL, 1964)

No contrato de integração não há a cessão de uso de imóvel rural, pois a atividade é desenvolvida pelo próprio produtor integrado.

3.5 ASPECTOS LEGAIS

O contrato de integração foi tipificado pela Lei n. 13.288, de 16 de maio de 2016 (BRASIL, 2016), após a discussão em seis projetos de lei apresentados desde o ano de 1998⁴⁹. A tipificação da integração em lei especial segue a tendência do direito contratual, apresentada por Vincenzo Roppo (2011), de descodificação e criação de microssistemas e leis especiais, regulando um tipo contratual específico ou uma classe de contratos⁵⁰.

Nesse sentido, Gustavo Tepedino (1999, p. 8) reporta à segunda metade do Século XX como a era dos estatutos, identificando uma nova onda legislativa no Brasil, destacando três características desses estatutos: *i*) a adoção da técnica legislativa das cláusulas gerais, por meio da qual a tipificação taxativa dá lugar a cláusulas gerais, abrangentes e abertas; *ii*) o emprego de um linguagem mais setorial e, portanto, menos jurídica; *iii*) a redação de normas promocionais ou de sancionamento positivo, não exclusivamente repressivas.

Essas características podem ser observadas na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). O legislador optou não prescrever normas imperativas, mas sim regras de conduta, utilizando-se de cláusulas gerais. Desta forma, não traz a previsão de normas exclusivamente repressivas, mas sim regras positivas de induzimento de ação.

Desse modo, a lei apresenta como objetivo a normatização dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, estabelecendo obrigações e responsabilidades para os produtores integrados e integradores, mecanismos de transparência na relação contratual, além de criar Fóruns Nacionais de Integração (FONIAGRO) e Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC).

⁴⁹ PL n. 4.378/1998 (BRASIL, 1998), PL n. 3.979/2008 (BRASIL, 2008); PL n. 8.023/2010 (BRASIL, 2010), PLS n. 330/2011 (BRASIL, 2011a) (Lei n. 13.288/2016), PL n. 1.572/2011 (EMC 33) (BRASIL, 2011b) e PLS n. 487/2013 (BRASIL, 2013). Encontra-se no Apêndice A. quadro comparativo entre os projetos.

⁵⁰ “L’irrompe delle leggi speciali quali fonti sempre più rilevanti del diritto dei contratti significa decodificazione; significa erezione, ai margini di un codice in ritirata, di microssistemi extracodicistici; significa (nella misura in cui le leggi speciali sul contratto sono leggi su singoli tipi o classi di contratti) nuova centralità dei tipi contrattuali a scapito ‘contratto in genere’, e difficoltà crescente a ricostruire, in questo quadro di frammentazione sempre più spinta, una significativa unitarietà della figura contrattuale” (ROPPO, 2011, p. 9)

Na Itália, a tipificação da relação contratual agroindustrial ocorreu com a Lei n. 88, de 16 de março de 1988 (ITÁLIA, 1988)⁵¹, que estabeleceu normas sobre os acordos interprofissionais e sobre os contratos de cultivo e venda dos produtos agrícolas. O objetivo desta lei foi garantir a coordenação de produção entre o produtor e a agroindústria, assegurando equilíbrio entre as partes na negociação. Kassia Watanabe (2007, p. 230) explica que os contratos interprofissionais são de autonomia coletiva, ao passo que os contratos de cultivo e venda dos produtos agrícolas são de autonomia privada, mas que devem respeitar os primeiros.

Com o objetivo de garantir o equilíbrio entre as partes, o artigo 6º (ITÁLIA, 1988) estabelecia que os acordos interprofissionais deveriam necessariamente ser realizados por meio de organismos associativos dos produtores. Nesse mesmo sentido, o Decreto Legislativo n. 102/2005 (ITÁLIA, 2005) que regula os mercados agroalimentares, estabelece a organização de produtores para a comercialização da produção.

Na justificativa do PLS n. 330/2011 (BRASIL, 2011), a Senadora Ana Amélia destacou que os contratos de integração eram caracterizados ora como operação de compra e venda, ora como parceria agrícola, entretanto, nenhuma dessas opções traduziam autenticamente a relação existente entre a agroindústria integradora e o produtor integrado. Assim, o projeto apresentava como finalidade principal conferir garantias ao elo mais fraco da relação, considerado o produtor integrado.

O objetivo desse item, assim, é analisar os aspectos legais relativos ao contrato de integração, iniciando-se com o histórico de tramitação dos diversos projetos de lei que se propuseram a regular essa relação jurídica, para depois examinar os conceitos, princípios, conteúdo mínimo, órgãos colegiados, mecanismos de transparência, propriedade dos insumos, responsabilidade ambiental e sanitária, previsões em caso de recuperação judicial ou falência do integrador, foro competente, regulamento e vigência.

⁵¹ A Lei n. 88/1988 (ITÁLIA, 1988) foi revogada expressamente pelo artigo 16, §1º, do Decreto Legislativo n.102, de 27 de maio de 2005 (ITÁLIA, 2005), que dispõe sobre a regulação dos mercados agroalimentares. Entretanto, o seu estudo mostra-se relevante por tratar de sistemas que se aproximam, comparando-se, assim, as opções dos legisladores brasileiros e italianos quanto ao regime dispendido aos contratos agroindustriais.

3.5.1 Histórico legislativo

O primeiro Projeto de Lei relativo ao contrato de integração foi apresentado Deputado Milton Mendes (PT/SC), em 07 de abril de 1998 - PL n. 378/1998 (BRASIL, 1998) - com o objetivo de regular as relações jurídicas entre a agroindústria e o produtor rural integrado. Apresentava uma característica protetiva em relação ao produtor integrado, instituindo: *i*) obrigatoriedade de seguro de vida e de produção pagos pela agroindústria (integrador); *ii*) contribuição previdenciária recolhida pela agroindústria; *iii*) garantia de remuneração não inferior aos custos de produção, incluídos os de reposição dos meios de produção e o valor da força de trabalho própria, familiar ou contratada, empregada na atividade.

Após dez anos de tramitação, outro Projeto de Lei foi apresentado em 02 de setembro de 2008, PL n. 3.979/2008 (BRASIL, 2008), de autoria do Deputado Adão Pretto (PT/RS). Este projeto seguiu a tônica do anterior, mantendo uma tendência protetiva em relação ao produtor rural integrado. Entretanto, em 11 de janeiro de 2008 foi apensado ao PL n. 4.378/1998, que seguia sua tramitação.

Por sua vez, no dia 15 de dezembro de 2010, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, apresentou novo projeto sobre o tema, dispondo sobre a integração vertical na agropecuária, estabelecendo condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras. O Projeto de Lei n. 8.023/2010 (BRASIL, 2010) foi apensado ao PL 4.378/1998 em 06 de janeiro de 2011 e declarado sua prejudicialidade em 31 de março de 2016 em razão da aprovação da Lei n. 13.288/2016.

Já no dia 14 de junho de 2011, a Senadora Ana Amélia (PP/RS) apresentou o Projeto de Lei do Senado n. 330/2011 (BRASIL, 2011a), que posteriormente foi aprovado e transformado na Lei n. 13.288, de 16 de maio de 2016. Este projeto teve como base o PL n. 8.023/2010 e sofreu algumas modificações até a sua aprovação, principalmente: *i*) instituição de foro competente para as ações envolvendo a integração; *ii*) instituição do FONIAGRO; *iii*) disposições relativas à falência e recuperação judicial.

Por sua vez, no mesmo dia 14 de junho de 2011, foi apresentado pelo Deputado Vicente Candido (PT/SP) o Projeto de Lei n. 1.572/2011 (BRASIL, 2011b), com objetivo de instituir

um Código Comercial, disciplinando no âmbito do direito privado a organização e a exploração da empresa. Inicialmente o projeto não versava sobre o tema, mas a Emenda n. 33 de 2012 acrescentou um Livro sobre o agronegócio, trazendo a disciplina do contrato de integração agroindustrial. O regramento proposto para a integração era superficial e marcada pela falta de rigor técnico nos conceitos e prescrições⁵². Contudo, com a aprovação da Lei n. 13.288/2016, a seção sobre a integração agroindustrial foi retirada deste projeto

Entretanto, há ainda outro projeto discutindo um novo Código Comercial, o Projeto de Lei do Senado n. 487/2013 (BRASIL, 2013), apresentado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB/AL), em 22 de novembro de 2013. Este projeto, por seu turno, já contava desde o início com disposições sobre o agronegócio (Livro III), disciplinando também a *integração agroindustrial* nos artigos 693 a 700. Após um período sem movimentação, o projeto voltou a tramitar no ano de 2018, com o agendamento de audiências públicas.

Mesmo com a aprovação da Lei n. 13.288/2016, a disciplina sobre da integração permanece. Observa-se, entretanto, que eventual regulação prevista em novo Código Comercial torna-se absolutamente prescindível após a publicação da lei especial. Apesar de trazer disposições semelhantes e não conflitantes, em caso de conflito de normas será aplicada a lei especial, mesmo que anterior, uma vez que o código caracteriza-se como lei geral.

Desse modo, após breve análise do histórico de tramitação legislativa, o objetivo de estudo deste item será relativo aos aspectos legais do contrato de integração, trazidos pela Lei n. 13.288/2016, comparando-se questões pertinentes apresentadas pelos projetos de lei anteriores e disposições encontradas no ordenamento jurídico italiano, com o intento de se verificar os efeitos da lei no sistema de integração avícola.

3.5.2 Nomenclatura

A Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) estabelece como denominação do contrato *integração vertical* ou *integração*⁵³. Os demais projetos de lei trouxeram diversas nomenclaturas, mas

⁵² Por exemplo, o projeto apresentava a seguinte definição para produtor integrado e integrador: “Art. 30. O produtor é o contratante integrado; o outro empresário ou os demais empresários contratantes são os integradores” (BRASIL, 2011b).

⁵³ O *item 3.1* discorre sobre as diferenças conceituais adotadas pela Administração e pelo Direito, na medida em que não se trata de verdadeira integração vertical, mas sim de integração contratual ou quase-integração.

mantendo-se a ideia central da integração⁵⁴. Na doutrina, costuma-se incluir o termo agroindustrial, evidenciando o pertencimento do contrato de integração ao gênero contratos agroindustriais⁵⁵. Nesse sentido, Nunziata Paiva (2009) utiliza o termo *contrato de integração vertical agroindustrial*.

Os Tribunais brasileiros, por sua vez, utilizam a denominação parceria-avícola para se referirem ao contrato de integração avícola⁵⁶. Entretanto, como estudado no *item 3.4.2.5*, não se trata de contrato de parceria, uma vez que não se transaciona a cessão do imóvel rural, mas sim matéria-prima⁵⁷.

Por fim, quanto às partes, a Lei n. 13.288/2016 estabelece *produtor integrado* ou *integrado e integrador*. Nesse quesito, os projetos de lei apresentaram as algumas nomenclaturas diversas: produtor rural integrado e produtor agropecuário integrado; agroindústria e agroindústria integradora.

3.5.3 Conceitos legais

O artigo 2º da Lei n. 13. 288/2016 (BRASIL, 2016) apresenta os conceitos de integração, produtor integrado, integrador, contrato de integração e atividades agrossilvipastoris. O objetivo, assim, é definir o tipo contratual, esclarecer as atribuições de cada parte e delimitar a aplicação da lei. Nesse sentido, todos os projetos de lei que discorreram sobre o sistema de integração trouxeram os respectivos conceitos.

Em primeiro lugar, o artigo 2º, I (BRASIL, 2016) traz a definição de integração vertical ou, simplesmente integração, pelo qual se entende a “relação contratual entre produtores integrados

⁵⁴ Contrato de integração (PL 4.378/1998); contrato de produção integrada (PL 3.979/2008); contrato de integração econômica vertical ou contrato de integração (PL 8.023/2010); contrato de integração agroindustrial (PL 1572/2011 – EMC 33 e PLS 487/2013). Apenas o Projeto Inicial da Lei (PLS330/2011) trouxe a ideia de parceria, com objetivo de evidenciar a responsabilidade e obrigações recíprocas, contrato de parceria de produção integrada agropecuária, mas que foi modificado ao longo de sua tramitação até a aprovação da Lei n. 13.288/2016.

⁵⁵ Antonio Carrozza (1990, p. 321) define como agroindustrial o contrato que possui a finalidade de planificar a produção, programar a transformação e a colocação de produtos agrícolas no mercado, adequando a oferta em quantidade e qualidade à demanda interna e externa.

⁵⁶ Por exemplo, TST, RR-310900-79.2009.5.12.0038; TJRS AC 70052425741; TJSP APL 0220849-25.2008.8.26.0100; TJPR AC 0076561-3; TJSC AC 2003.006177-0; TJMG AC 10498110011448001; TJPA AC 2004300-32491; TRF4 AC 2001.71.14.003832-0.

⁵⁷ Flavia Trentini (2017) observa que, em essência, regula relações que possuem como objeto central o desenvolvimento de um ciclo biológico animal ou vegetal a suprir a demanda agroindustrial.

e integradores que visa a planejar e realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração”.

Há necessidade, assim, de um planejamento de produção, com responsabilidades e obrigações recíprocas. Portanto, conforme determinação do artigo 2º, §2º, a simples obrigação de pagamento de preço estipulado contra a entrega de produtos não caracteriza contrato de integração, sendo essencial a conjugação de esforços.

Em segundo lugar, no artigo 2º, II (BRASIL, 2016) conceitua o produtor integrado ou produtor como produtor agrossilvipastoril, pessoa física ou jurídica, que, individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, se vincula ao integrador por meio de contrato de integração vertical, recebendo bens ou serviços para a produção e para o fornecimento de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final.

Desse modo, o produtor integrado pode ser pessoa física ou pessoa jurídica, independentemente de seu tamanho, ou seja, engloba tanto agricultores familiares⁵⁸ como grandes produtores⁵⁹. Importa, somente, o desenvolvimento de produção integrada, recebendo bens ou serviços para fornecimento de matéria-prima ao integrador.

Por sua vez, o integrador também pode ser pessoa física ou jurídica, mas que se vincula ao produtor integrado por meio de contrato de integração vertical, fornecendo bens, insumos e serviços, e recebendo matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial, conforme previsão do artigo 2º, III (BRASIL, 2016).

⁵⁸ De acordo com o artigo 3º da Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2016), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

⁵⁹ Para classificação do tamanho do produtor rural, pode-se utilizar critério de tamanho dos imóveis rurais, conforme a Lei n. 8.629/1993 (BRASIL, 1993), ou a renda bruta obtida na atividade agrária. De acordo com o primeiro critério, considera-se minifúndio: imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal; pequena propriedade: entre 1 e 4 módulos fiscais; média propriedade: superior a 4 e até 15 módulos fiscais; e grande propriedade: superior a 15 módulos fiscais. Por outro lado, para a concessão de crédito rural, leva-se em consideração a renda bruta agropecuária anual (RBA), conforme Resolução n. 4.174, de 27 de dezembro de 2012, do Ministério da Fazenda: pequeno produtor: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais); médio produtor: acima de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); grande produtor: acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Na prática é recorrente a visualização do integrador como pessoa jurídica, em razão da estrutura de organização necessária para o desenvolvimento de uma atividade integrada, uma vez que fica responsável pelo fornecimento de todos os insumos e pelo recebimento de todos os bens produzidos. Entretanto, não há proibição de que pessoa física opere a figura do integrador.

Ainda quanto ao integrador, o artigo 2º, §1º (BRASIL, 2016), estabelece algumas figuras que a ele se equiparam, ou seja, comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, celebrem contratos de integração com produtores agrossilvipastoris. Desse modo, não há necessidade de que o produto transacionado seja utilizado em etapa de transformação industrial, podendo ser distribuído por um comerciante ou importador⁶⁰.

Por seu turno, existe a previsão de ressalva quanto à aplicação da Lei n. 13.288/2016 para a relação existente entre cooperativas e associados. O parágrafo único do artigo 1º expressa que a constituição de ato cooperativo ensejará a observância da legislação específica aplicável às sociedades cooperativas⁶¹.

Já o contrato de integração vertical ou contrato de integração é definido pelo artigo 2º, IV (BRASIL, 2016) como contrato firmado entre o produtor integrado e o integrador, que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato.

As cláusulas obrigatórias que devem constar no contrato de integração estão previstas pelo artigo 4º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). Destaca-se que sob pena de nulidade, o

⁶⁰ Pode-se tomar como exemplo uma sistema de integração para a produção de tomates. O integrador irá fornecer sementes e insumos, enquanto o produtor integrado será responsável pelo manejo de cultivo, ficando o primeiro obrigado a adquirir o resultado dessa produção. Nesse modelo, o integrador pode ser uma agroindústria que irá utilizar os tomates para a produção de molho. Por outro lado, pode-se tratar também de um comerciante ou exportador que irá negociar diretamente o produto *in natura*, não havendo necessidade de envolver um processo de transformação industrial.

⁶¹ A Política Nacional de Cooperativismo é definida pela Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (BRASIL, 1971), que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. A Cooperativa Central Aurora Alimentos, por exemplo, institui um sistema de integração na produção de aves e suínos, mas organizado de modo cooperativo. No ano de 2016, contou com 3.444 produtores de suínos cooperados, totalizando o abate de 4.546.000 cabeças, ao passo que na avicultura possuía 2.395 cooperados, responsáveis pelo abate de 247.000.000 de frangos (AURORA, 2017).

contrato deverá ser escrito com clareza⁶², precisão e ordem lógica⁶³, conforme previsão do *caput* do artigo 4º. Trata-se, assim, de contrato formal. Acordos verbais, desse modo, serão nulos, não podendo ser oponíveis às contrapartes.

Além disso, o artigo 2, §3º (BRASIL, 2016) prescreve que a relação de integração configura-se como uma relação civil, conforme as definições apresentadas, excluindo, assim, a sua caracterização como prestação de serviço ou como relação de emprego entre integrador e integrado. Por alguns anos, discutiu-se no Poder Judiciário a caracterização do contrato de integração como instituidor de verdadeira relação empregatícia, conforme analisado no *item* 3.4.2.4. Entretanto, não foi esse o entendimento que prevaleceu no Tribunal Superior do Trabalho⁶⁴, concluindo a Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) pela sua não configuração.

Por fim, a lei estabelece a definição de atividade agrossilvipastoril, como atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, pesca ou extrativismo vegetal. A importância desse dispositivo é determinar o âmbito de aplicação do sistema legal de integração. O PL n. 4.378/1998 (BRASIL, 1998), por exemplo, trazia o conceito de agroindústria, que envolvia o beneficiamento de produtos de origem agropecuária. O termo *agropecuária* apresenta restrição de alcance em relação a *agrossilvipastoril*, que envolve também as atividades de pesca e de

⁶² O Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990) traz referência à clareza em quatro situações: *i*) direito do consumidor: art. 2º, III - a informação adequada e *clara* sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; *ii*) art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador; *iii*) oferta: Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores; *iv*) infração penal: Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo. Relaciona-se, assim, ao princípio da informação e da transparência, exigindo que as o contrato seja escrito com uma linguagem de fácil entendimento.

⁶³ A clareza exige que o contrato seja de fácil entendimento; a precisão que não seja prolixo, nem escasso; por fim, quanto à ordem lógica, pode-se seguir o disposto no artigo 11, III, da Lei Complementar n. 95/1998 (BRASIL, 1998), que discorre sobre a elaboração de leis: *i*) reunir apenas as disposições relacionadas com o contrato de integração; *ii*) restringir o conteúdo de cada cláusula a um único assunto; *iii*) expressar por meio de parágrafos os aspectos complementares ao enunciado no *caput* da cláusula, bem como as exceções à regra; *iv*) promover as discriminações e enumerações por meio de incisos, alíneas e itens.

⁶⁴ PARCERIA AVÍCOLA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar as ações nas quais se discutem relações decorrentes de contrato de parceria avícola, em cuja execução a prestação de serviços se dá sem a pessoalidade, a subordinação e a exclusividade, características da relação de emprego, mas, antes, com ânimo tipicamente societário, com uma das partes fornecendo o trabalho e a outra, matéria-prima. Aplicação do art. 114, inc. I, da Constituição da República. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST, RR-310900-79.2009.5.12.0038, Quinta Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, d.j. 26/06/2013).

extrativismo, por exemplo⁶⁵. Desse modo, atualmente, por definição legal, o contrato de integração pode ser utilizado para as mais variadas atividades agrossilvipastoris, destacando-se a avicultura, suinocultura, piscicultura, fruticultura, fumicultura e silvicultura.

Na Itália, a Lei n. 88/1988 (ITÁLIA), ao tratar do *contratto di coltivazione e vendita*, utilizava denominação que induzia ao entendimento de que a criação de animais estaria excluída. Entretanto, Paola Porru (1990, p. 219) defendia a sua inclusão, uma vez que a própria lei, no artigo 3º, §1º, ao tratar dos acordos interprofissionais, citava diretamente essa hipótese⁶⁶.

Já o Decreto Legislativo n. 102/2005 (ITÁLIA) define como *prodotto agricolo* os produtos elencados no Anexo I do Tratado de funcionamento da União Europeia (UE, 2012), nos Anexos I e II do Regulamento (CEE) n. 2081/92 (UE, 1992), bem como outros produtos qualificados como agrícolas no direito comunitário. Desse modo, estão incluídas as atividades agrícolas, pecuárias e de pesca.

3.5.4 Princípios

O artigo 3º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) apresenta princípio orientador de aplicação e interpretação da lei – *a relação de integração se caracteriza pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição justa dos resultados*. Podemos, no entanto, dividir essa disposição em dois princípios orientadores: *i)* princípio da conjugação de recursos e esforços; *ii)* princípio da distribuição justa dos resultados. São princípios inter-relacionados que representam a lógica do sistema de integração – os recursos e esforços são conjugados entre agroindústria e produtor rural para se chegar a um resultado comum, que deve ser distribuído de maneira justa⁶⁷.

⁶⁵ O quadro anexo do Decreto n. 53.831/1964 (BRASIL, 1964), que regulamentava a aposentadoria especial em serviços considerados insalubres, perigosos ou penosos, considerava no conceito de agropecuária apenas as atividades de agricultura e pecuária, excluindo-se as produções florestais (silvicultura), a caça e a pesca.

⁶⁶ Art. 3. 1. *Gli accordi interprofessionali possono essere annuali o poliennali e devono essere stipulati: (...) c) almeno due mesi prima dell'inizio della campagna di commercializzazione, per le produzioni zootecniche.* (ITÁLIA, 1988).

⁶⁷ A referência à justiça da distribuição de resultados também é prevista na Lei n. 13.123/2015 (BRASIL, 2015), que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade: “Art. 17. Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições in situ ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos principais de agregação de valor, em conformidade ao que estabelece esta Lei”.

Tomando-se como exemplo a integração avícola, o princípio da conjugação de recursos e esforços pode ser observado nas obrigações e responsabilidades pelo desenvolvimento da atividade produtiva. Incumbe à agroindústria o fornecimento de pintos de um dia, ração, medicamentos, assistência médico-veterinária e transporte, ao passo ser encargo do produtor integrado mão de obra, galpão com equipamentos e administração do manejo da criação dos frangos até o abate.

Por sua vez, o resultado dessa conjugação de recursos e esforços deverá ser justamente distribuído, conforme a participação de cada parte no processo produtivo. Desse modo, apresenta o sentido de isonomia, paridade, equidade, em seu aspecto material. O resultado não deverá ser distribuído em igual valor para as partes, mas sim proporcionalmente aos recursos e esforços conjugados na sua persecução.

Esse princípio é orientador de aplicação da lei, devendo, portanto, ser considerado, por exemplo, na elaboração da metodologia para o cálculo do valor de referência para a remuneração do produtor integrado, conforme artigo 12.

O artigo 12 da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) estabelece a competência do Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO) para constituir tal metodologia de cálculo, observando-se os custos de produção, os valores de mercado dos produtos *in natura*, o rendimento médio dos lotes, dentre outras variáveis, a depender da cadeia produtiva. Na apreciação do peso de cada fator, deve-se ter em propósito a distribuição justa do resultado, pois não se trata de simples compra e venda de insumos agrícolas, mas de um sistema de responsabilidades e obrigações recíprocas em busca de um objetivo comum.

A *justiça* é uma qualidade que deve ser especialmente observada, pois intencionalmente inserida pelo legislador como atributo da distribuição. No texto original do PLS n. 330/2011 (BRASIL, 2011), bem como no PL n. 8.023/2010 (BRASIL, 2010), havia apenas a caracterização pela distribuição dos resultados, ou seja, ao inserir o termo *justa*, o legislador evidenciou a especial qualidade que deseja atingir na distribuição dos resultados no sistema de integração.

Na Itália, o artigo 11 do Decreto Legislativo n. 102/2005 (ITÁLIA, 2005) estabelece quatro princípios gerais a serem aplicados aos contratos-quadro: *i*) comparação preventiva das

provisões de produção e demanda agroindustrial pelo produto, tendo em vista a sua harmonização; *ii*) definição de requisitos para adaptação do produto objeto de contrato às exigências de mercado, levando-se em conta as características qualitativas do produto e os serviços logísticos que influenciam na determinação do preço de comercialização; *iii*) obrigação para os adquirentes de obterem o produto objeto do contrato-quadro por meio de contrato de cultivo, criação e fornecimento, ou outro contrato, por escrito, que respeitem o conteúdo do contrato-quadro e prevejam expressamente a sua aplicação, inclusive para os produtores não integrantes das organizações previstas no artigo 13, sendo possível indenização para ressarcimento de eventuais danos por conta de sua violação; *iv*) definição dos critérios para estabelecimento dos preços, levando-se em conta ao processos produtivo e às características qualitativas dos produtos.

3.5.5 Conteúdo mínimo

O artigo 4º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), em seus incisos, apresenta as questões que o contrato deve abordar, mas não determina de que modo, ou seja, não impõe o conteúdo das cláusulas, apenas os assuntos obrigatórios. Nesse sentido, por não estabelecer um verdadeiro regulamento contratual, com a concessão de direitos e a imposição de obrigações que incidem sobre as partes, Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 163) afirma que o contrato de integração permanece como um contrato atípico, tendo a lei estabelecido “regras de conduta a serem observadas pelas partes na contratação”.

Entretanto, entende-se de modo contrário, ou seja, o contrato de integração foi tipificado pela Lei n. 13.288/2016, na medida em que o define e estabelece padrões de comportamento que devem ser observados pelos contratantes. Seguindo a explicação de Álvaro Villaça de Azevedo (2009, p. 69), de que “a tipicidade significa presença, e a atipicidade ausência, de tratamento legislativo específico”, não se pode negar que a lei trouxe um tratamento legal específico, definindo um novo tipo contratual.

Desse modo, quando as partes necessitarem regular interesses por meio de um contrato de integração, deverão recorrer ao tipo previsto na Lei n. 13.288/2016, devendo observância às suas disposições, sob pena de nulidade, por exemplo, na celebração de contrato verbal ou na ausência de previsão do conteúdo mínimo obrigatório.

Por outro lado, a opção do legislador por estabelecer regras de conduta em contrapartida a normas imperativas apresenta um alinhamento com a concepção do contrato de integração como interempresarial, prescindindo, assim, de normas essencialmente protetivas, uma vez que as partes encontram-se, a princípio, em condições de igualdade. Nesse sentido, Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 166) aponta que a lei não pretendeu proteger o hipossuficiente impondo obrigações às partes, mas sim impedindo que a assimetria de informações interferia na percepção do produtor integrado sobre os custos e os riscos envolvendo o contrato.

Além disso, pode-se observar o emprego de cláusulas gerais⁶⁸, tendência moderna do direito privado⁶⁹, utilizadas como parâmetros interpretativos a se verificarem na análise do caso concreto, como a reciprocidade das responsabilidades e obrigações, a conjugação de esforços, a justiça na distribuição dos resultados e a transparência.

Desse modo, o legislador optou por não limitar a autonomia da vontade de modo excessivo, como faz o Estatuto da Terra ao estabelecer normas imperativas⁷⁰, mas trouxe parâmetros para a verificação no caso concreto do cumprimento dos objetivos previstos para o sistema de integração, ou seja, de planejamento e a realização da produção e da industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração.

Na Itália, quanto aos contratos individuais previstos pela Lei n. 88/1988 (ITÁLIA, 1988), deveriam respeitar as disposições dos acordos interprofissionais. Entretanto, para serem protegidas contra o desequilíbrio econômico, Paola Porru (1990, p. 220) atenta que os produtores agrícolas deveriam estar associados às organizações de produtores previstas na lei.

⁶⁸ Ao tratar das cláusulas gerais no Código Civil de 2002, discorre Gustavo Tepedino (2002, p. 19): “o legislador atual procura associar a seus enunciados genéricos prescrições de conteúdo completamente diverso em relação aos modelos tradicionalmente reservados às normas jurídicas. Cuida-se de normas que não prescrevem uma certa conduta mas, simplesmente, definem valores e parâmetros hermenêuticos. Servem assim como ponto de referência interpretativo e oferecem ao intérprete os critérios axiológicos e os limites para a aplicação das demais disposições normativas”.

⁶⁹ Apesar da contemporaneidade da expressão cláusulas gerais, Alessandro Giuliani, Antonio Palazzo e Ione Ferranti (1996, p. 34) apontam para sua remota origem no direito privado romano: “*Analogia, clausole generali ed equità sono strumenti antichissimi nati sul 'terreno dei diritto privato romano e coltivati da prudentes per adeguare il primitivo ius civile non soltanto alle esigenze morali, ma anche a quelle sociali fin da allora incontinua pur se diversa evoluzione*”.

⁷⁰ O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) e o Decreto n. 59.566/1966 (BRASIL, 1966), ao regularem os contratos típicos de arrendamento e parceria, dispõem de diversas normas imperativas, tais como prazo mínimo de contrato, percentuais de remuneração, direito de preferência na renovação do contrato e na aquisição do imóvel rural objeto do contrato, limitando, assim, a autonomia da vontade da partes para pactuarem de modo diverso.

Desse modo, Kassia Watanabe (2007, p. 234) observa que outros contratos poderiam ser adotados na estratégia de integração, mas não fariam parte da categoria prevista na lei.

A opção do legislador brasileiro na normatização do contrato de integração assemelha-se à estratégia utilizada pelo legislador italiano, quanto à tipificação dos acordos interprofissionais e dos contatos de cultura e venda de produtos agrícolas, pela Lei n. 88/1988 (ITÁLIA, 1988), bem como à regulação dos mercados agroalimentares imposta pelo Decreto Legislativo n. 102/2005 (ITÁLIA, 2005). Nessas duas leis, observa-se uma preocupação com a normatização do sistema, com a estipulação de cláusulas gerais, normas de conduta e mecanismos de transparência, em contrapartida a normas imperativas relacionadas diretamente às cláusulas contratuais.

As diretrizes previstas pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) deverão estar presentes em todas as fases contratuais, ou seja, nas negociações que precedem a celebração do contrato, especialmente no Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC, art. 9º), na sua execução, na sua interpretação e na sua conclusão. Assim, padecem de vício cláusulas que estabeleçam divisão não equitativa de responsabilidades, obrigações e riscos ou vantagem desproporcional a uma das partes, consideradas, portanto, nulas⁷¹, por desrespeitar a reciprocidades das responsabilidades e obrigações, a conjugação de esforços e a distribuição justa dos resultados.

Os incisos do artigo 4º apresentam os assuntos que deverão estar contidos no contrato de integração, ou seja, o seu conteúdo mínimo:

- I - as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais para os contratantes;
- II - as responsabilidades e as obrigações do integrador e do produtor integrado no sistema de produção;
- III - os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuísidos pelo integrador com base no estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto;
- IV - os padrões de qualidade dos insumos fornecidos pelo integrador para a produção animal e dos produtos a serem entregues pelo integrado;

⁷¹ Carlos Roberto Gonçalves (2014, p. 445) discorre que a nulidade é “a sanção imposta pela lei aos atos e negócios jurídicos realizados sem a observância dos requisitos essenciais, impedindo-os de produzir os efeitos que lhes são próprios”. Por sua vez, será anulável quando a ofensa atingir interesse particular que o legislador pretendeu proteger, sendo, assim, “a sanção imposta pela lei aos atos e negócios jurídicos realizados por pessoa relativamente incapaz ou eivados de algum vício do consentimento ou vício social (GONÇALVES, 2014, p; 448). Desse modo, sendo considerado nulo, não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, devendo ser pronunciado de ofício pelo juiz, conforme previsão do Código Civil (BRASIL, 2002), em seus artigos 169 e 168, parágrafo único, respectivamente.

- V - as fórmulas para o cálculo da eficiência da produção, com explicação detalhada dos parâmetros e da metodologia empregados na obtenção dos resultados;
- VI - as formas e os prazos de distribuição dos resultados entre os contratantes;
- VII - visando a assegurar a viabilidade econômica, o equilíbrio dos contratos e a continuidade do processo produtivo, será cumprido pelo integrador o valor de referência para a remuneração do integrado, definido pela Cadec na forma do art. 12 desta Lei, desde que atendidas as obrigações contidas no contrato;
- VIII - os custos financeiros dos insumos fornecidos em adiantamento pelo integrador, não podendo ser superiores às taxas de juros captadas, devendo ser comprovadas pela Cadec;
- IX - as condições para o acesso às áreas de produção por preposto ou empregado do integrador e às instalações industriais ou comerciais diretamente afetas ao objeto do contrato de integração pelo produtor integrado, seu preposto ou empregado;
- X - as responsabilidades do integrador e do produtor integrado quanto ao recolhimento de tributos incidentes no sistema de integração;
- XI - as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação de defesa agropecuária e sanitária;
- XII - as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação ambiental;
- XIII - os custos e a extensão de sua cobertura, em caso de obrigatoriedade de contratação de seguro de produção e do empreendimento, devendo eventual subsídio sobre o prêmio concedido pelo poder público ser direcionado proporcionalmente a quem arcar com os custos;
- XIV - o prazo para aviso prévio, no caso de rescisão unilateral e antecipada do contrato de integração, deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados, devidamente pactuado entre as partes;
- XV - a instituição de Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - CADEC, a quem as partes poderão recorrer para a interpretação de cláusulas contratuais ou outras questões inerentes ao contrato de integração;
- XVI - as sanções para os casos de inadimplemento e rescisão unilateral do contrato de integração.

Os dezesseis incisos do artigo 4º são de tratamento obrigatório, sob pena de nulidade do contrato, mantendo-se as partes, entretanto, a liberdade para definir o conteúdo específico de cada cláusula. Distingue-se, desse modo, das cláusulas obrigatórias previstas pelo Estatuto da Terra, ao tipificar os contratos agrários de arrendamento e parceria, que são imperativas quanto ao seu conteúdo.

Como exemplo, as disposições sobre a forma de remuneração nos contratos de arrendamento e parceria. O artigo 95, XII, do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) determina que a remuneração do arrendamento não poderá ser superior a 15% do valor cadastral do imóvel, incluindo-se as benfeitorias, salvo para o arrendamento parcial de glebas selecionadas para fins de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que a remuneração poderá atingir o limite de 30%. Já na parceria, os percentuais de remunerado destinadas a cada partes estão previstos no artigo 96,

VI, limitando-se o percentual destinado ao proprietário (parceiro-outorgante) a depender de sua forma de participação, conforme representação na Tabela 3.

Tabela 3. Percentuais de remuneração do contrato de parceria.

Participação do parceiro outorgante	% máximo do parceiro outorgante	% mínimo do parceiro outorgado
Terra nua	20%	80%
Terra preparada	25%	75%
Terra preparada e moradia	30%	70%
Benfeitorias: moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais	40%	60%
Terra preparada, benfeitorias + máquinas e implementos agrícolas	50%	50%
Zonas de pecuária ultra-intensiva	75%	25%

Por outro lado, a Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) estabelece que deverá ser cumprido o valor de referência para a remuneração do produtor integrado definido pela CADEC e pelo FONIAGRO, desde que atendidas as obrigações contidas no contrato. Trata-se, no caso, de percentual mínimo obrigatório, que pode ser aumentado em razão do cumprimento de critérios de qualidade estabelecidos pelo integrador. Ressalta-se uma relevante diferença entre os sistemas, pois no Estatuto da Terra os percentuais são impostos pela legislação, ao passo que na Lei n. 13.288/2016, a sua instituição advém da participação direta do integrador e dos produtores integrados.

Além disso, não estabelece uma determinação sobre o prazo de duração dos contratos. Assim, poderão ser celebrados por prazo determinado ou indeterminado, a depender do interesse das partes, influenciado pelas características de cada setor agroindustrial. Por sua vez o artigo 13 do Decreto n. 59.566/1966 (BRASIL, 1966), que regulamenta o Estatuto da Terra, estabelece prazos mínimos para os contratos de arrendamento e parceria, na tentativa de assegurar proteção social e econômica aos arrendatários e parceiros-outorgados, de acordo com a seguinte classificação:

- a) de 3 (três) anos, nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura temporária e ou de pecuária de pequeno e médio porte; ou em todos dos casos de parceria;
- b) de 5 (cinco) anos, nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura permanente e ou de pecuária de grande porte para cria, recria, engorda ou extração de matérias primas de origem animal;
- c) de 7 (sete) anos, nos casos em que ocorra atividade de exploração florestal.

Já nos contratos de arrendamento e parceria por tempo indeterminado, o prazo mínimo será de 3 anos, por força dos artigos 95, II, e 96, I do Estatuto da Terra e do artigo 21 do Decreto n. 59.566/1966.

Desse modo, o não estabelecimento de regras imperativas permite a adaptação do contrato ao sistema produtivo de integração em que se insere, não prejudicando a especialidade de cada setor agroindustrial. Isso, porque, setores que utilizam o sistema de integração, como avicultura, suinocultura, piscicultura, silvicultura, agricultura anual e agricultura perene encontram-se em realidades completamente distintas quanto às necessidades contratuais.

A ausência de qualquer dessas disposições previstas nos incisos do artigo 4º resultam na nulidade do contrato, por expressa previsão legal. Nesse contexto, a nulidade decorre de manifestação deficitária de vontade, pela falta de clareza, precisão e ordem lógica das cláusulas, ou porque as partes não trouxeram ao contrato aspectos legalmente obrigatórios (GODOY, 2017, p. 168).

Ressalta-se que a nulidade em razão do conteúdo demanda uma atenção especial, uma vez que a ausência de um dos dispositivos obrigatórios pode não impedir a fixação de responsabilidades e obrigações entre as partes, permitindo o pleno funcionamento do sistema de integração.

Por exemplo, o inciso I determina que o contrato deve dispor sobre as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas legais para os contratantes. O objetivo desta cláusula é orientar a interpretação do contrato, mas não impede a fixação equitativa de responsabilidades, ou seja, não impede o efetivo desenvolvimento do contrato de integração, respeitando-se os objetivos e princípios constantes na lei. Desse modo, Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 169) ressalva que apesar do exposto comando legislativo, não mostra-se razoável impor a nulidade do contrato que não apresente a descrição do sistema de integração. Assim, com exceção de eventual fraude, o reconhecimento da nulidade do contrato implicaria em prejuízos significativos para ambos os contratantes.

Nesse sentido, a lei apresenta como objetivo garantir segurança jurídica às partes, reduzir os conflitos existentes na relação de integração e reequilibrar assimetrias. Assim, a nulidade em razão da ausência de qualquer conteúdo obrigatório provocaria um resultado oposto, ou seja, implicaria em insegurança jurídica e no aumento de conflitos.

Por isso, Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 170) interpreta a previsão de nulidade como um objetivo político do legislador, ou seja, demonstrar a imperatividade das obrigações definidas como necessárias, mas entende não se tratar de penalidade razoável em todas as ocasiões. Deve-se, observar, portanto, o princípio da conservação dos contratos⁷². Isso, porque, conforme Carlos Roberto Gonçalves (2014, p. 445), o negócio será nulo quando ofender preceitos da ordem pública, que interessam à sociedade. Entretanto, não é isso que se observa nos incisos do artigo 4º, pois não são requisitos essenciais que impedem o contrato de produzir os efeitos que lhes são próprio.

Pode-se citar como exemplo o inciso IV do artigo 4º, que dispõe ser obrigatório a previsão de padrões de qualidade dos insumos fornecidos pelo integrador para a produção animal e dos produtos a serem entregues pelo integrado. Trata-se de importante instrumento para concretização e verificação da conjugação de esforços, bem como de transparência na relação contratual. Entretanto, na sua ausência, a nulidade do contrato torna-se consequência desarrazoada. Seguindo a lição de Antonio Junqueira de Azevedo (2002, p. 65), é possível a conservação do contrato, submetendo a questão aos padrões normais de qualidade.

Por fim, especificamente quanto ao contudo obrigatório, merece uma análise atenta o previsto no inciso XIV, em relação ao prazo para aviso prévio em caso de rescisão unilateral do contrato, devendo considerar o ciclo produtivo e o montante de investimentos realizados⁷³. Trata-se de especificação da previsão constante no artigo 473 do Código Civil (BRASIL, 2002)⁷⁴, já de observância obrigatória.

É comum para o desenvolvimento do sistema de integração a necessidade de realização de investimentos específicos⁷⁵ pelo produtor integrado, sob pena de não celebração do contrato. Por exemplo, para a produção integrada na avicultura, o produtor integrado deve construir um

⁷² Antonio Junqueira de Azevedo (2002, p. 65) adverte que o legislador e o intérprete devem buscar conservar o máximo possível do negócio jurídico realizado pelo agente, bem como o negócio jurídico concreto.

⁷³ Art. 4º, XIV - o prazo para aviso prévio, no caso de rescisão unilateral e antecipada do contrato de integração, deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados, devidamente pactuado entre as partes; (BRASIL, 2016)

⁷⁴ Art. 473. A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte. Parágrafo único. Se, porém, dada a natureza do contrato, uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos. (BRASIL, 2002)

⁷⁵ Para Roberto Natoli (2003, p. 14) o abuso de dependência econômica relaciona-se principalmente com a assimetria de investimentos específicos.

galpão para acomodar as aves, com diversas máquinas e equipamentos, resultando em considerável investimento. Além disso, com a modernização das técnicas de produção, é comum a exigência por parte do integrador de melhorias nas instalações sob pena de não continuidade do contrato.

Entretanto, o instrumento contratual de integração celebrado entre as partes não costuma trazer salvaguardas especiais para a proteção dos investimentos específicos, gerando, conforme observa Kassia Watanabe (2007, p. 226), possibilidade de comportamento oportunista do integrador, uma vez que se observa na relação contratual situação de dependência econômica, possibilitando a imposição de condições contratuais. Assim, o produtor integrado acaba por aceitar tais imposições, de modo a evitar o desfazimento unilateral do contrato.

Apesar desta regra já constar no artigo 473 do Código Civil (BRASIL, 2002), a condição de obrigatoria no contrato imposta pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) enseja segurança jurídica para as partes e apresenta-se como limitadora de abuso de dependência econômica. A análise sobre a razoabilidade do prazo constatada no caso concreto, uma vez que depende da atividade produtiva desenvolvida, do montante dos investimentos e da existência de outro integrador na região.

3.5.6 Órgãos colegiados

A Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) apresenta como grande inovação a criação de dois órgãos colegiados, de formação paritária, com o objetivo de coordenação e definição de cláusula gerais para os contratos de integração: Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC) e Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO)

Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 175) identifica a criação de uma estrutura corporativa para a gestão e definição de cláusulas gerais para os contratos agroindustriais. Dentre as funções estabelecidas, encontram-se atividades informativas e de apoio ao cumprimento do contrato, assumindo um papel de efetivar as regras gerais e de conduta dispostas na lei.

3.5.6.1 Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC)

A Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - CADEC deverá ser obrigatoriamente constituída para cada unidade de cada integrador, com composição paritária. Entretanto, apesar de sua criação ser obrigatória, os estudos e pareceres não possuem efeito vinculante, mas sim de informação e recomendação para adoção no sistema de integração. Prevalece, assim, o disposto nos contratos, salvo quanto ao cumprimento do valor de referência instituído pelo FONIAGRO⁷⁶.

O parágrafo primeiro do artigo 6º determina que a sua composição deverá ser paritária, por representantes: *i)* escolhidos diretamente pelos produtores integrados à unidade integradora; *ii)* indicados pela integradora; *iii)* indicados pelas entidades representativas dos produtores integrados; *iv)* indicados pelas entidades representativas das empresas integradoras. Atenta-se que o parágrafo segundo do artigo 6º permite o funcionamento da CADEC mesmo com a falta de indicação respectiva aos últimos dois incisos, ou seja, entidades representativas dos produtores integrados e das empresas integradoras.

A participação de associações e sindicatos é importante, por conta de sua força coletiva. Entretanto, não são todos setores produtivos e todas as regiões que possuem entidades representativas. Desse modo, a sua constituição não pode ser obrigatória, por força da livre associação, direito fundamental previsto no artigo 5º, XX, da Constituição Federal (BRASIL, 1988)⁷⁷.

Nesse sentido, no ordenamento jurídico italiano prevalece disposição de pluralidade de produtores. A Lei n. 88/1988 (ITÁLIA, 1988), quanto aos acordos interprofissionais, estabelecia a participação obrigatória dos organismos associativos dos produtores agrícolas, assegurando, assim, maior poder contratual (WATANABE, 2007, 231). Desse modo, o artigo 6º⁷⁸ estabelecia como sujeitos dos acordos interprofissionais a união de produtores agrícolas e

⁷⁶ Art. 6º, § 4º, VII - determinar e fazer cumprir o valor de referência a que alude o inciso VII do art. 4o desta Lei (BRASIL, 2016).

⁷⁷ Art. 5º, XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado; (BRASIL, 1988)

⁷⁸ Art. 6º, 1. *Gli accordi interprofessionali sono conclusi a livello nazionale tra le unioni nazionali riconosciute delle associazioni di produttori agricoli, le associazioni nazionali riconosciute di produttori agricoli, le organizzazioni nazionali di produttori bieticoli, assistite, ai fini di quanto previsto dall'art. 9 della legge 8 novembre 1986, n. 752, dalle organizzazioni professionali agricole maggiormente rappresentative a livello*

a agroindústria. Quanto à agroindústria, poderia ser individualmente ou com vínculo associativo.

Por sua vez, o Decreto Legislativo n. 102/2005 (ITÁLIA, 2005) também vincula os produtores a uma organização de produtores. Desse modo, o produtor é identificado no artigo 1º, §1º, *b*, como o empresário agrícola aderente a uma organização de produtores, que fornecendo a sua produção para que seja comercializada. O artigo 2º determina que as organizações de produtores possuem como finalidade principal a comercialização dos produtos, bem como: *i*) assegurar o planejamento da produção e a sua adequação à demanda, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo; *ii*) concentrar a oferta e comercializar diretamente a produção dos membros; *iii*) participar na gestão de crises de mercado; *iv*) reduzir os custos de produção e estabilizar os preços da produção; *v*) promover práticas culturais e técnicas de produção respeitando-se o meio ambiente e o bem-estar animal, com o objetivo de melhorar a qualidade da produção e a higiene dos alimentos, de tutelar a qualidade da água, do solo e da paisagem, favorecendo a biodiversidade, bem como incentivar processos de rastreabilidade; *vi*) garantir transparência e regularidade das relações econômicas com os membros na determinação dos preços de venda dos produtos; *vii*) realizar iniciativas de logística; *viii*) adotar inovações tecnológicas; *ix*) favorecer o acesso a novos mercados.

Nesse sentido, Kassia Watanabe (2007, p. 245), analisando o Projeto de Lei n. 4.378/1988 (BRASIL, 1998), sugeria a disciplina dos contratos agroindustriais em conjunto à disciplina das associações, tendo como exemplo a opção legislativa da Itália⁷⁹, de modo a garantir liberdade de contratação e equilíbrio entre as partes. Porém, observou-se que a opção do legislador brasileiro foi pelos acordos individuais, em contrapartida aos acordos interprofissionais.

A criação da CADEC, assim, é um importante instrumento para atuação coletiva dos produtores integrados, entretanto, a lei não discorre sobre a sua operacionalização, restando essa disposição ao regulamento, ainda sem prazo para ser editado. Nesse sentido, Tobias Marini de Salles Luz (2016, p. 2) apresenta diversos questionamentos que não foram tratados pela lei: *i*) processo de

nazionale, da un lato, e le imprese di trasformazione o commercializzazione o loro associazioni nazionali, a ciò delegate per statuto o per atto espresso, dall'altro e le organizzazioni nazionali riconosciute di rappresentanza e tutela del movimento cooperativo.

⁷⁹ Lei n. 88/1998 (ITÁLIA, 1988).

escolha para os membros; *ii*) tempo de mandato; *iii*) remuneração dos membros; *iv*) prazo para a resolução do conflito; *v*) local de funcionamento.

O parágrafo quarto do artigo 6º apresenta um rol exemplificativo de objetivos e funções da CADEC, na medida em que não exclui outros previstos pela própria Lei n. 13.288/2016 ou pelo regulamento.

- I - elaborar estudos e análises econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e dos aspectos jurídicos das cadeias produtivas e seus segmentos e do contrato de integração;
- II - acompanhar e avaliar o atendimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos produtores integrados e para os produtos fornecidos ao integrador;
- III - estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações contratuais pelos contratantes;
- IV - dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e a integradora;
- V - definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e financeiros a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais e das cultivares de plantas utilizadas nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação ou de cultivo;
- VI - formular o plano de modernização tecnológica da integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos integrados e do integrador no financiamento dos bens e ações previstas;
- VII - determinar e fazer cumprir o valor de referência a que alude o inciso VII do art. 4º desta Lei.

Dentre as funções e objetivos previstos, destaca-se como grande inovação e impacto na relação contratual a sua atribuição para dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e o integrador. Apresenta como grande vantagem o exame por especialistas e em menor tempo.

Essa função aproxima-se dos preceitos Thomas Ulen (1984, p. 369) de que as partes possuem vantagem informacional em relação do Poder Judiciário. Nesse sentido, Oliver Williamson (1996, p. 98) aponta que os agentes envolvidos possuem maior conhecimento sobre o funcionamento da organização e, portanto, a solução de conflitos internamente possui um menor custo. Assim, a CADEC funcionaria como uma *corte de justiça de primeira instância*, seguindo o que propõe Oliver Williamson (1985).

Entretanto, a solução de conflitos exige uma posição de simetria entre as partes, além da imparcialidade dos responsáveis pela análise. Desse modo, na ausência de disposição na lei, o regulamento deve pormenorizar o seu funcionamento, contanto com salvaguardas contra abuso

de dependência econômica, evitando, assim, que a CADEC se transforme em órgão legitimador do desequilíbrio econômico e de poder existente entre integrador e produtor integrado⁸⁰.

Na Itália, o artigo 11 da Lei n. 88/1988 (ITÁLIA, 1988) estabelecia um colégio arbitral para a resolução de controvérsias relativas à interpretação ou à execução dos acordos interprofissionais e dos contratos de cultivo e venda. Esse colégio era formado por três membros, sendo dois escolhidos pelas partes e um terceiro escolhido de comum acordo ou, em sua falta, pelo Ministério da agricultura e da floresta.

O Decreto Legislativo n. 102/2005 (ITÁLIA, 2005), por sua vez, apresenta previsão semelhante, com remissão de controvérsias relativas ao contrato-quadro a um colégio arbitral, mas independente das partes, conforme artigo 11, §4º, *b*. Entretanto, não discorre sobre a formação desse colégio arbitral, como, por exemplo, fazia a Lei n. 88/1988 (ITÁLIA, 1988).

A estrutura de atribuições da CADEC aproxima-se dos *disputes boards*, mecanismos com função pericial, arbitral e de acompanhamento, explicado por Arnold Wald (2005, p. 18)

Os *disputes boards* (DB) são os painéis, comitês, ou conselhos para a solução de litígios cujos membros são nomeados por ocasião da celebração do contrato e que acompanham a sua execução até o fim, podendo, conforme o caso, fazer recomendações (no caso dos *Dispute Review Boards* - DRB) ou tomar decisões (*Dispute Adjudication Boards* - DAB) ou até tendo ambas as funções (*Combined Dispute Boards* - CDB), conforme o caso, e dependendo dos poderes que lhes foram outorgados pelas partes (WALD, 2005, p. 18)

A composição da CADEC será estabelecida pelas partes envolvidas no contrato, de modo paritário, com função de acompanhar o cumprimento dos encargos e das obrigações contratuais, bem como de dirimir questões e solucionar litígios. Arnold Wald (2005, p. 19) aponta como grande vantagem desse sistema a constituição por especialistas que acompanham todo o desenvolvimento do contrato. Além disso, é caracterizado pela solução rápida, confidencial, menos onerosa e mais eficiente (SKITNEVSKY, 2016, p. 9).

Por fim, o parágrafo terceiro do artigo 6º determina que a constituição da CADEC deverá respeitar as estruturas com função similar às constituídas até a data de publicação da Lei n.

⁸⁰ Por exemplo, deve haver proteção contra o desfazimento unilateral com contrato, sem justa, para os representantes dos produtores integrados, diminuindo, assim, a imposição de interesses do integrador frente à ameaça de término da relação de integração.

13.288/2016 (BRASIL, 2016). Desse modo, para aproveitamento de estruturas existentes, estas deverão ter sido constituídas até o dia 16 de maio de 2016.

Ressalta-se, entretanto, que não basta a constituição prévia. É necessário que a estrutura respeite a composição paritária, contendo representantes escolhidos diretamente pelos produtores integrados. Sem essa participação, o seu objetivo se enfraquece, tornando-se instituto de legitimação de poder e interesses do integrador.

Na ausência de regulamento, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizaram uma sugestão de regimento da CADEC para aves e suínos⁸¹. Quanto à composição, de 6 a 10 membros, equitativamente distribuídos entre indicados pelo integrador e pelos produtores integrados, com mandatos de dois anos, podendo ser renovado. Entretanto, não apresenta disposições relativas à solução de conflitos.

3.5.6.2 Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO)

O segundo instrumento previsto pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), em seu artigo 5º, diz respeito ao Fórum Nacional de Integração - FONIAGRO, que possui atribuição para definir as diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e promover o fortalecimento das relações entre o produtor integrado e o integrador. O FONIAGRO deverá ser instituído para cada setor ou cadeia produtiva regido pela Lei n. 13.288/2016, com formação paritária, composto pelas entidades representativas dos produtores integrados e dos integradores.

Por sua vez, caberá ao regulamento desta lei dispor sobre o número de participantes do fórum e as entidades que indicarão os representantes, bem como o seu regime⁸² e a localidade de funcionamento, além de outros aspectos de sua organização. Entretanto, o regulamento ainda não foi editado, tampouco se tem notícia sobre o prazo para sua edição.

A lei permite a utilização de fórum ou entidade similar já existente, sendo, assim, opcional sua criação. No entanto, não se observou a existência prévia de estrutura semelhante. Porém,

⁸¹ A sugestão de regimento da CADEC para aves e suínos consta no Anexo G.

⁸² O caput do artigo 5 traz a definição de que o Fórum Nacional de Integração não possui personalidade jurídica.

mesmo sem a edição do regulamento tratando sobre os requisitos para a sua criação, institui-se um FONIAGRO conjunto para os setores de aves e suínos, composto por 12 membros, indicados pelos produtores integrados e pelos integradores⁸³. Em relação aos demais setores produtivos, não se teve notícia da criação de Fóruns.

A única atribuição específica trazida pela lei para o FONIAGRO diz respeito à definição de metodologia para o cálculo do valor de referência para remuneração do produtor integrado, que deverá levar em consideração os custos de produção, os valores de mercado dos produtos *in natura*, o rendimento médio dos lotes, dentre outras variáveis, para cada cadeia produtiva⁸⁴. Essa metodologia deverá ser reavaliada periodicamente, conforme regulamentação específica do FONIAGRO.

Trata-se de instrumento inspirado no sistema CONSECANA⁸⁵, utilizado para a definição da remuneração devida no SAG da cana-de-açúcar. A metodologia foi instituída pelo Conselho como um valor de referência para a remuneração da cana-de-açúcar. Possui adoção voluntária, mas tornou-se convencional nos contratos de transação de matéria-prima entre usinas e produtores. Desse modo, permite uma maior transparência ao mercado sucroenergético e viabiliza um melhor planejamento da produção⁸⁶.

Existe, por seu turno, uma significativa distinção entre os dois sistemas. O CONSECANA foi instituído pelos próprios produtores, ao passo que a instituição da metodologia no sistema de integração decorre de imposição legal. Em razão de sua estrutura não estar muito bem definida na lei, pode ser utilizada para legitimar interesses do integrador se não houver efetivos

⁸³ Por parte dos produtores integrados, foram indicados três representantes da CNA, além do presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) e da Associação Brasileira de Avicultores Integrados (ABAI), bem como o secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

⁸⁴ A análise empírica realizada no setor avícola, *item 4*, demonstrou que este valor é determinado pelo integrador, de modo unilateral. Foi relatado pelos entrevistados que avicultores em situações semelhantes recebem valores distintos, decorrente de *puxa-saquismo* ou *enfrentamento* do integrador. Além disso, afirmam que o aumento do preço do frango no mercado não costuma ser repassado ao valor pago aos produtores integrados, como costuma ocorrer na suinocultura, por exemplo. Desse modo, a instituição de um valor de referência para a cadeia produtiva, em tese, equipara avicultores que se encontram na mesma situação, evitando descontos de preço em razão de conflitos entre as partes, e passa a levar em consideração, obrigatoriamente, os valores de mercado do produto *in natura*.

⁸⁵ Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA).

⁸⁶ A adoção do sistema CONSECANA aumenta a transparência na formação dos preços, favorecendo a confiança entre as partes e reduzindo os riscos de oscilação, por levar em consideração o preço de venda dos derivados, açúcar e álcool.

instrumentos de participação dos produtores integrados e salvaguardas contra o abuso de dependência econômica.

Por fim, a lei obriga que a metodologia seja apresentada pelo FONIAGRO em prazo máximo de seis meses da promulgação desta Lei⁸⁷. Como a promulgação ocorreu no dia 16 de maio de 2016, a metodologia deveria ser apresentada até o dia 16 de novembro de 2016. Entretanto, isso não se verificou, em razão da não edição do regulamento e da não instituição de FONIAGRO em diversas cadeias produtivas. Nesse período, tem-se mantido a forma de determinação dos valores, prevalecendo, na prática, a vontade disposta pelo integrador.

3.5.7 Mecanismos de transparência

Conforme o disposto por Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 166), a Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) instituiu instrumentos garantidores de transparência na relação contratual, evitando que assimetrias de informações levem o produtor integrado a subestimar os custos e os riscos envolvidos no contrato. Para isso, além de exigir que os contratos sejam escritos com clareza, precisão e ordem lógica, obriga o integrador a disponibilizar Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC) e Relatórios de Informações da Produção Integrada (RIPI).

Vincenzo Roppo (2011, p. 85-86) identifica um novo paradigma na teoria dos contratos, em que a autonomia contratual passa a ser limitada por regras de conduta impostas pelo ordenamento jurídico. Observa-se, nesse fenômeno, uma ampliação das normas previstas na defesa do consumidor para outros contratos, independentemente da posição socioeconômica das partes. Isso, porque, Vincenzo Roppo (2011, p. 87) assinala a existência de assimetria contratual nos mais variados tipos contratuais, decorrente da disparidade de poder contratual⁸⁸. Na tentativa de reequilibrar a relação entre as partes, o legislador opta pela imposição de regras de conduta contratual.

⁸⁷ Art. 12, § 3º O Foniagro terá o prazo máximo de seis meses contados da promulgação desta Lei para apresentar as metodologias de cálculo para cada cadeia produtiva, podendo esse prazo ser prorrogado, mediante justificativa aceita pelas partes.

⁸⁸ Para Vincenzo Roppo (2011, p. 87), a assimetria de poder contratual é essencial para a caracterização da posição do consumidor frente ao fornecedor, mas não limita-se à essa espécie contratual, podendo ser observada, por exemplo, na locação e nos contratos agrários de arrendamento e parceria.

Os contratos agrários, por sua vez, identificam-se como assimétricos, não em razão exclusiva de hipossuficiência econômica de uma das partes, mas decorrente de sua posição conatural. Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 153-153) identifica três debilidades comuns nos contratos agrários: *i*) dependência e subordinação da empresa agrária ao ciclo biológico; *ii*) informações disponíveis em respeito ao ciclo biológico; *iii*) posição das partes ao mercado.

Em primeiro momento, a caracterização de uma atividade como agrária depende da observância da teoria da agrariedade, ou seja, do desenvolvimento do ciclo biológico. Para a sua qualificação, basta o desenvolvimento de uma fase deste ciclo, incluindo, por exemplo, a engorda de animais, conforme aponta Alessandra Di Lauro (2005).

Observa-se, nessa situação, que o adimplemento das obrigações não depende exclusivamente da vontade da parte, pois sujeita a um risco particular da atividade agrícola e pecuária. Flavia Trentini (2012, p. 3) aponta que esse risco pode ser definido como biológico em razão da “vulnerabilidade climática que os ciclos vegetais e animais estão expostos. Acrescenta-se a este risco as inúmeras doenças que podem vitimar estes ciclos”⁸⁹.

Já quanto às informações disponíveis em respeito ao ciclo biológico, Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 153) demonstra ser “natural que a parte diretamente envolvida com a atividade agrária tenha uma dominância das informações disponíveis sobre as condições de cumprimento do contrato”. A assimetria técnica verificada nesta hipótese impõe um amplo dever de transparência para a parte responsável pelo desenvolvimento do ciclo biológico.

Para o sistema de integração, o domínio do ciclo biológico encontra-se fragmentado entre integrador e produtor integrado. Isso, porque, na avicultura, por exemplo, o integrador fornece os pintos de um dia para a criação pelo produtor integrado. Assim, participa diretamente de fase do ciclo, resultando em assimetria de informação quanto a esse estágio. Desse modo, eventual contaminação prévia das aves que resulte em mortalidade excessiva, imputa-se a

⁸⁹ Mariagrazia Alabrese (2009) propõe a classificação do risco na agricultura em duas espécies: risco para agricultura e riscos da agricultura. A primeira espécie refere-se a fontes externas, não dependendo do modo de desenvolvimento da atividade, mas com efeitos internos. Envolvem, assim, os riscos técnicos e econômicos. Os riscos técnicos podem ser abióticos (geada, vento, chuva, poluição, alterações climáticas) ou bióticos (vírus, bactéria e insetos). Já os riscos econômicos envolvem a deterioração dos produtos agrícolas e o risco institucional, derivados das mudanças políticas ou regulamentações jurídicas. Por sua vez, os riscos da agricultura advêm de fontes internas, mas com efeitos externos. Dividem-se em riscos ambientais (poluição, danos ambientais); riscos conexos à introdução e difusão de biotecnologia (diminuição de biodiversidade, riscos ambientais e para a saúde).

responsabilidade ao integrador, gerando o dever de informar as causas identificadas, em decorrência da necessidade de transparência na relação contratual. Essa mesma lógica aplica-se Aos insumos fornecidos pelo integrador.

Observa-se um dever mútuo de informação, pois a assimetria pode alcançar ambas as partes, responsáveis por frações do desenvolvimento do ciclo produtivo. Os produtores integrados, por sua vez, responsabilizam-se pelo manejo de engorda dos animais, definido como desenvolvimento do ciclo biológico, conforme aponta Alessandra Di Lauro (2005). Assim, apesar de ausência de mecanismo expresso de transparência imposto ao produtor integrado, o contrato pode e deve prever o dever de informação do produtor integrado quanto à sua atividade⁹⁰.

Por fim, quanto à posição de mercado, a assimetria decorre da natureza perecível dos produtos e a necessidade de rápida transformação ou comercialização após o alcance das condições ideais para colheita ou abate. Esse fato pode resultar em situação de dependência de uma parte, por conta da possibilidade de comportamento oportunista⁹¹, carecendo de regras de condutas para preservação do equilíbrio entre as partes.

Destaca-se, assim, que a obrigação de transparência deve ser observada pelas duas partes no contrato, pois a assimetria pode alcançar a ambas, dependendo do enfoque analisado. Por sua vez, os mecanismos de transparência previstos pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), como regras de conduta propensas à equilibrar à posição de dominância contratual, são instituídos para o dever de informação do integrador de modo a reduzir as assimetrias verificadas na relação sobre o produtor integrado.

3.5.7.1 Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC)

⁹⁰ Nesse sentido, a Lei n. 13.288/2016 prevê mecanismos de transparência exigidos ao integrador - Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC) e Relatórios de Informações da Produção Integrada (RIPI). Porém, o contrato de integração costuma impor dever de transparência ao produtor integrado, como, por exemplo, a obrigação de informar imediatamente a ocorrência de situações anormais na produção, principalmente relacionadas à mortalidade de animais, sob pena de responsabilização pelos prejuízos causados o integrador, bem como a possibilidade de desfazimento unilateral do contrato, sem observância de aviso prévio.

⁹¹ Pode-se citar como exemplo de comportamento oportunista o rompimento contratual e a negociação da produção com terceiros, em busca de melhor preço.

O Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC) previsto no artigo 9º da Lei n. 13.288/2016 é documento obrigatório a ser apresentado para o produtor integrado interessado em aderir ao sistema de integração. Deve conter, nesse sentido, as informações, condições e obrigações que decorrem do contrato de integração.

O contrato de integração pode ser caracterizado como de adesão⁹², uma vez que as suas condições e os seus parâmetros são impostos pelo integrador, não havendo espaço para a negociação de seu conteúdo. Assim, ao prever a obrigatoriedade do DIPC, o legislador busca reduzir incertezas decorrentes da aderência a cláusulas invariáveis, possibilitando ao produtor integrado antever as obrigações, os riscos e as vantagens do referido contrato.

Para isso, ao artigo 9º da lei impõe uma série de informações que deverão obrigatoriamente compor o DIPC. Exige-se, também a atualização trimestral do DIPC para os setores de produção animal e anual para os setores de produção agrícola e de extração vegetal, conforme parágrafo único do artigo 9º.

- I - razão social, forma societária, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e endereços do integrador;
- II - descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo produtor integrado;
- III - requisitos sanitários e ambientais e riscos econômicos inerentes à atividade;
- IV - estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do produtor integrado na produção;
- V - obrigação ou não do produtor integrado de adquirir ou contratar, apenas do integrador ou de fornecedores indicados formalmente pelo integrador, quaisquer bens, serviços ou insumos necessários à operação ou à administração de suas instalações zootécnicas ou áreas de cultivo;
- VI - relação do que será oferecido ao produtor integrado no que se refere a:
 - a) suprimento de insumos;
 - b) assistência técnica e supervisão da adoção das tecnologias de produção recomendadas cientificamente ou exigidas pelo integrador;
 - c) treinamento do produtor integrado, de seus prepostos ou empregados, especificando duração, conteúdo e custos;
 - d) projeto técnico do empreendimento e termos do contrato de integração;
- VII - estimativa de remuneração do produtor integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se, para o cálculo, preços e índices de eficiência produtiva médios nos vinte e quatro meses anteriores, e validados pela respectiva Cadec;
- VIII - alternativas de financiamento por instituição financeira ou pelo integrador e garantias do integrador para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;

⁹² Leonardo Estevam de Assis Zanini (2017, p. 80) discorre que “o contrato de adesão se contrapõe ao contrato paritário, no qual as partes são colocadas em pé de igualdade, ante o princípio da autonomia da vontade, o que lhes permite a discussão dos termos da contratação. No contrato de adesão não há discussão sobre o seu conteúdo, existindo apenas a possibilidade de aceitação ou recusa do contrato como um todo pelo aderente, sem possibilidade de debates acerca das disposições contratuais, salvo naturalmente o preenchimento de algumas informações ou a realização de opções preestabelecidas”.

- IX - os parâmetros técnicos e econômicos indicados pelo integrador e validados pela respectiva Cadec para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento;
- X - caráter e grau de exclusividade da relação entre o produtor integrado e o integrador, se for o caso;
- XI - tributos e seguros incidentes na atividade e a responsabilidade das partes, segundo a legislação pertinente;
- XII - responsabilidades ambientais das partes, segundo o art. 10 desta Lei;
- XIII - responsabilidades sanitárias das partes, segundo legislação e normas infralegais específicas.

Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 173) aponta que a abrangência das informações denota “o objetivo da Lei de coibir o abuso de poder contratual e garantir a redução da assimetria de informações de modo que sejam previamente apresentadas pelo integrador todas as premissas técnicas e econômicas”.

Vislumbra-se, assim, a previsão legal da boa-fé objetiva na fase pré-contratual. A fase pré-contratual, ou de negociação preliminar, não é indispensável para a formação do contrato, uma vez que, conforme pondera Carlos Roberto Gonçalves (2011, p. 73), o negócio jurídico pode surgir instantaneamente, de uma proposta seguida de uma imediata aceitação.

Apesar de não obrigatória, a fase de negociação preliminar é cada vez mais frequente em razão do aumento da complexidade dos contratos. A sua finalidade, portanto, é permitir que as partes troquem “informações fundamentais para a deliberação de cada qual, sobre realizar ou não o negócio jurídico e sobre o conteúdo que devem imprimir nele” (PEREIRA, 2001, p. 46).

Para o contrato de integração, caracterizado como de adesão, não haverá possibilidade de discussão sobre o conteúdo constante no instrumento contratual, servindo, assim, para a deliberação sobre realizar ou não o negócio jurídico, ao permitir um prévio exame das obrigações, responsabilidades, riscos, vantagens e desvantagens.

Porém, ao contrário do ordenamento jurídico italiano⁹³ e português⁹⁴, o legislador brasileiro expressou a incidência da boa-fé objetiva apenas na conclusão e na execução do contrato,

⁹³ Codice Civile Italiano, Art. 1337 *Trattative e responsabilità precontrattuale. Le parti, nello svolgimento delle trattative e nella formazione del contratto, devono comportarsi secondo buona fede* (1366, 1375, 2208) (ITÁLIA, 1942)

⁹⁴ Código Civil Português, art. 227. 1 *Quem negocia com outrem para conclusão de um contrato deve, tanto nos preliminares como na formação dele, proceder segundo as regras da boa fé, sob pena de responder pelos danos que culposamente causar à outra parte* (PORTUGAL, 1966)

conforme artigo 422 do Código Civil⁹⁵, excluindo, assim, em uma interpretação literal, a sua aplicação à fase pré-contratual. Entretanto, não foi este o posicionamento firmado pela doutrina⁹⁶ e pela jurisprudência⁹⁷, estendendo a sua aplicação às tratativas.

Deste modo, seguindo os ensinamentos de Ruy Rosado de Aguiar Júnior (2003, p. 250), a aplicação da boa-fé nas tratativas preliminares resulta em dever de esclarecimento, sobretudo nas situações em que uma das partes possui superioridade de informações ou de conhecimentos técnicos. Destaca-se que o esclarecimento deve ser dado de forma ampla e compreensível à outra parte, possibilitando, assim, a deliberação clara e esclarecida sobre a realização do negócio jurídico.

3.5.7.2 Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI)

O dever transparência também pode ser verificado no artigo 7º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), que traz como obrigação ao integrador elaborar e entregar ao produtor integrado Relatório de Informações da Produção Integrada - RIPI, relativo a cada ciclo produtivo. Desse modo, após a entrega da totalidade da produção do respectivo ciclo, o integrador deverá informar sobre os insumos fornecidos, os indicadores técnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade, os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros e os valores pagos aos produtores integrados. Além dessas informações, a CADEC poderá dispor sobre a obrigatoriedade de outras.

Trata-se de dever de informação, fundamental para a efetivação da transparência na relação contratual. Apesar da ausência de tratamento sobre a qualidade da informação, ela deve ser acessível ao entendimento do produtor integrado. A apresentação de dados e informações de forma não acessível correspondem à não prestação e informação. Nesse sentido, o produtor

⁹⁵ Código Civil, art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé (BRASIL, 2002).

⁹⁶ I Jornada de Direito Civil do CEJ/CJF: Enunciado 25 - Art. 422: o art. 422 do Código Civil não inviabiliza a aplicação pelo julgador do princípio da boa-fé nas fases pré-contratual e pós-contratual. Esse enunciado foi ratificado na III Jornada de Direito Civil do CEJ/CJF - Enunciado 170 - Art. 422: a boa-fé objetiva deve ser observada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato.

⁹⁷ “RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL PRÉ-CONTRATUAL. NEGOCIAÇÕES PRELIMINARES. EXPECTATIVA LEGÍTIMA DE CONTRATAÇÃO. RUPTURA DE TRATATIVAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. JUROS DE MORA. TERMO 'A QUO'. DATA DA CITAÇÃO. (...) 4. Aplicação do princípio da boa-fé objetiva na fase pré-contratual. Doutrina sobre o tema” (STJ, REsp 1367955/SP, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, d.j 18/03/2014).

integrado poderá solicitar esclarecimentos ou informações adicionais, devendo ser fornecidas, sem custo, no prazo máximo de 15 dias⁹⁸.

A lei determina prazo para a sua entrega, correspondendo a data do acerto financeiro entre integrador e produtor integrado. O RIPI poderá ser entregue também, quando solicitado, à CADEC ou entidade representativa⁹⁹, sendo vedado o fornecimento de informações à terceiros sem a autorização escrita do produtor integrado¹⁰⁰.

Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 175) aponta a importância do RIPI na redução de assimetrias de informação, permitindo, assim, ao produtor integrado a conferência dos valores repassados pelo integrador a título de remuneração pela produção.

3.5.8 Propriedade dos insumos

O artigo 8º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) estabelece que, em regra, todas as máquinas e equipamentos fornecidos pelo integrador ao produtor integrado para o desenvolvimento da produção permanecerão de sua propriedade. Desse modo, devem ser restituídas ao final do contrato ou se solicitadas pelo integrador, salvo estabelecimento contrário no contrato. Enquadram-se nessa mesma situação os animais fornecidos para o desenvolvimento do ciclo produtivo

Nessa situação, o produtor integrado atuará como fiel depositário dos bens do integrador, devendo obediência às regras dos artigos 627 a 646 do Código Civil (BRASIL, 2002). Desse modo, o produtor integrado deve zelar e cuidar das máquinas, equipamentos e animais, não podendo dispor para terceiros, devendo restituir ao integrador quando solicitado, conforme previsão do artigo 629 do Código Civil¹⁰¹.

⁹⁸ Art. 7º, § 4º É facultado ao produtor integrado, individualmente ou por intermédio de sua entidade representativa ou da Cadec, mediante autorização escrita, solicitar ao integrador esclarecimentos ou informações adicionais sobre o Ripi, os quais deverão ser fornecidos sem custos e no prazo máximo de até quinze dias após a solicitação.

⁹⁹ Art. 7º, § 2º O Ripi deverá ser consolidado até a data do acerto financeiro entre integrador e produtor integrado, sendo fornecido ao integrado e, quando solicitado, à Cadec ou sua entidade representativa.

¹⁰⁰ Art. 7º, § 3º Toda e qualquer informação relativa à produção do produtor integrado solicitada por terceiros só será fornecida pelo integrador mediante autorização escrita do produtor integrado.

¹⁰¹ Art. 629. O depositário é obrigado a ter na guarda e conservação da coisa depositada o cuidado e diligência que costuma com o que lhe pertence, bem como a restituí-la, com todos os frutos e acréscidos, quando o exija o depositante (BRASIL, 2002).

Por sua vez, o artigo 640 do Código Civil proíbe ao depositário, sem licença expressa do depositante, servir-se da coisa depositada, nem dar em depósito a outrem. Desse modo, a utilização de animais para consumo próprio deve constar expressamente no contrato, sob pena de responsabilidade do produtor integrado por perdas e danos. Nesta circunstância, a lei prevê a possibilidade de permissão contratual para consumo próprio familiar, ajustando-se na apuração da produção o respectivo consumo¹⁰². Nesse caso, o contrato de integração pode prever um número determinado ou um percentual que poderá ser utilizado para consumo próprio, descontando-se ao final a quantidade apurada.

Destaca-se que trata-se de possibilidade do contrato, não sendo de repetição obrigatória. Assim, o contrato pode estabelecer vedação para o consumo próprio, uma vez que a propriedade dos insumos é do integrador e acarretará em diminuição do rendimento da produção. Além disso, observa-se que nos setores em que for obrigatório a inspeção para o consumo do produto, será vedado o ajuste para consumo próprio, em decorrência de disposições sanitárias.

Quando se tratar de animais, o parágrafo segundo do artigo 8º determina que o contrato de integração deverá especificar se e quando passarão a ser de propriedade do produtor integrado. Na prática, os animais continuam sob a propriedade do integrador, devendo, assim, o produtor integrado restituir todos animais colocados à sua disposição, recebendo como remuneração respectivo percentual pelo resultado alcançado na produção.

Por fim, na hipótese do integrador conceder financiamento das instalações ou a custear integralmente, o contrato deverá especificar se e quando passarão a ser propriedade do produtor integrado. A concessão de financiamentos pelo integrador pode ocorrer, mas atualmente, nos principais setores integrados, é de difícil verificação. Não se trata, deste modo, de obrigação do integrador, mas sim de uma faculdade, que, ocorrendo, deve ser descrita no contrato sobre eventual transferência de propriedade.

3.5.9 Responsabilidade ambiental

¹⁰² Art. 8º, § 3º Poderá o contrato, ainda que por ajustes posteriores, estabelecer normas que permitam o consumo próprio familiar, salvo para os setores que necessitam de serviços de inspeção para o consumo do produto (BRASIL, 2016).

O artigo 10 da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) traz como obrigação conjunta do integrador e do produtor integrado o cumprimento das exigências da legislação ambiental para o empreendimento ou atividade desenvolvida no imóvel rural¹⁰³. Desse modo, devem realizar planejamento e implementar medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos e mitigar e recuperar os danos ambientais. Quanto à responsabilidade por danos ambientais, os parágrafos primeiro e segundo¹⁰⁴ discorrem sobre a possibilidade de ser concorrente¹⁰⁵ entre produtor integrado e integrador.

A responsabilidade ambiental engloba uma ampla noção de nexo de causalidade entre ação e omissão do agente e o dano ambiental. Nesse sentido, Antonio Herman Benjamin (1998, p. 41) entende possível a responsabilização ainda que o dano seja resultado de fato de terceiro, caso fortuito ou força maior, cabível, somente, direito de regresso. Desse modo, todas as partes direta ou indiretamente relacionadas com o dano ambiental constituem-se como responsáveis solidários.

Decorre justamente de voto do Ministro Antonio Herman Benjamin o entendimento admitido pelo Superior Tribunal de Justiça

13. Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem.
14. Constatado o nexo causal entre a ação e a omissão das recorrentes com o dano ambiental em questão, surge, objetivamente, o dever de promover a recuperação da

¹⁰³ Nos contratos analisados, o integrador transfere a responsabilidade pelo cumprimento da legislação ambiental durante a execução do contrato exclusivamente ao produtor integrado, esquivando-se de eventual responsabilização por dano ambiental que não tenha dado causa diretamente. Entretanto, ressalta-se que cláusulas limitadoras de responsabilidade ambiental produzem efeito somente entre as partes, em eventual direito regressivo, não eximindo de culpa o integrados quando verificada a sua concorrência.

¹⁰⁴ Art. 10. § 1º Nas atividades de integração em que as tecnologias empregadas sejam definidas e sua adoção supervisionada pelo integrador, este e o integrado responderão, até o limite de sua responsabilidade, pelas ações relativas à proteção ambiental e à recuperação de danos ao meio ambiente ocorridos em decorrência do empreendimento. § 2º A responsabilidade de recuperação de danos de que trata o § 1o deste artigo deixa de ser concorrente quando o produtor integrado adotar conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pelo integrador ou estabelecidas no contrato de integração.

¹⁰⁵ A responsabilidade concorrente decorre de verificação de culpa concorrente entre produtor integrado e integrador na ocorrência do dano ambiental. Ressalta-se que o termo concorrente é utilizado para qualificar a culpa, e não a modalidade de responsabilidade. Assim, a ocorrência de dano ambiental por culpa concorrente entre produtor integrado e integrador resulta em responsabilidade objetiva e solidária, conforme aponta Celso Antonio Pacheco Fiorillo (2011, p. 130-131) A culpa concorrente do integrador decorre da definição das tecnologias empregadas ou da supervisão de sua adoção pelo produtor integrado. Desse modo, caso o dano resulte do descumprimento das recomendações, a responsabilidade será exclusiva do produtor integrado, por ausência de culpa do integrador.

área afetada e indenizar eventuais danos remanescentes, na forma do art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81¹⁰⁶.

Desse modo, prevalece o entendimento de que a excludente de responsabilidade civil por fato de terceiro só poderá ser reconhecida quando o ato praticado pelo terceiro for completamente estranho à atividade desenvolvida e não seja possível atribuir qualquer participação na consecução do dano, comissiva ou omissiva.

Por sua vez, Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 189) alerta que isto poderá levar os sistemas agroindustriais a uma situação caótica, por conta da insuperável insegurança jurídica resultante. Com isso, os contratos tornam-se insuficientes para definir responsabilidades.

Contratualmente, o integrador costuma transferir todas as obrigações ambientais para o produtor integrado, eximindo-se de responsabilidade no caso dano ambiental. Entretanto, seguindo o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, esta previsão apenas possui o efeito de garantir eventual direito de regresso contra o produtor integrado, não afastando a sua responsabilidade por danos ambientais decorrentes da atividade desenvolvida, uma vez que se beneficia diretamente.

Ressalta-se, que no sistema de integração, o manejo da produção é realizado pelo produtor integrado, em fundo rústico de sua responsabilidade. O integrador, por sua vez, exerce controle sobre a produção e fornece insumos, incluindo medicamentos e vacinas, entretanto, não possui poder de controle absoluto sobre a atividade do produtor integrado. Assim, a responsabilidade ambiental dissociada de poder de controle apresenta-se como “um fator de grave instabilidade nos arranjos econômicos, tornando insustentável a organização estabelecida pelo contrato” (BUENO, 2017, p. 190).

Nesse cenário, o parágrafo primeiro do artigo 10 impõe responsabilidade concorrente do integrador por danos ambientais quando definir as tecnologias empregadas ou supervisionar a sua adoção pelo produtor integrado. Entretanto, o parágrafo terceiro trouxe uma expressa limitação à responsabilidade ambiental do integrador, na hipótese de o dano decorrer de conduta

¹⁰⁶ STJ, REsp 650.725/SC, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, d.j. 23/10/2007. Nesse mesmo sentido, REsp 1381211/TO, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, d.j. 15/05/2014,

contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas ou estabelecidas no contrato de integração.

Essa situação representa a lógica do sistema de integração. O produtor integrado, como responsável pelo fundo rústico e pelo desenvolvimento da atividade produtiva, deverá ser o responsável pelo dano ambiental resultante de sua ação ou omissão. O integrador, por sua vez, somente será responsabilizado quando o dano for resultado de sua má orientação¹⁰⁷.

A lei também impõe uma série de obrigações ao integrador quando definir e supervisionar as tecnologias empregadas, conforme previsão no parágrafo terceiro do artigo 10:

- I - fornecer projeto técnico de instalações e de obras complementares, em conformidade com as exigências da legislação ambiental, e supervisionar sua implantação;
- II - auxiliar o produtor integrado no planejamento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos potenciais impactos ambientais negativos e prestar-lhe assistência técnica na sua implementação;
- III - elaborar, em conjunto com o produtor integrado, plano de descarte de embalagens de agrotóxicos, desinfetantes e produtos veterinários e supervisionar sua implantação;
- IV - elaborar, em conjunto com o produtor integrado, plano de manejo de outros resíduos da atividade e de disposição final dos animais mortos e supervisionar sua implantação.

Entretanto, na prática, não costuma haver uma determinação escrita sobre as tecnologias que deverão ser empregadas. O integrador apresenta as exigências e transfere a obrigação do produtor integrado, que se responsabiliza unicamente pela instalação e licenças ambientais necessárias. Nessa circunstância, mostra-se difícil a comprovação de exigência do integrador, que resultaria na obrigação de participação na instalação e gestão ambiental das tecnologias.

3.5.10 Obrigações sanitárias

De acordo com o artigo 11 da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) a obrigação para cumprimento da legislação sanitária é concorrente entre produtor integrado e integrador. Para

¹⁰⁷ Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 191-192) aponta que “essa regra restabelece a necessidade de nexo causal fático entre o dano ambiental e a ação ou omissão do integrador quanto aos cuidados ambientais da atividade do produtor integrado, implementando um reequilíbrio da alocação de riscos ambientais conforme a participação de cada uma das partes na execução do contrato”

tanto, devem planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, conforme regulamento estabelecido pelos órgãos competentes.

Na prática dos sistemas de integração que envolvem a criação de animais, a responsabilidade pelos medicamentos, vacinas e assistência veterinária é do integrador, garantindo assim um controle de sanidade de seus produtos, livres de contaminação por resíduos não permitidos. Para isso, contratualmente, proíbem a aquisição de medicamentos e vacinas sem a sua expressa autorização.

Os produtores integrados, por outro lado, devem adotar uma série de práticas de biossegurança, que envolvem o isolamento e cuidados sanitários e profiláticos para evitar a contaminação dos animais com organismos patogênicos¹⁰⁸. Desse modo, por exemplo, para a produção de aves, devem impor barreiras físicas impedindo a entrada de aves e ratos no aviário, bem como são proibidos de produzir outras aves e animais próximos aos galpões.

Assim, justa a previsão de corresponsabilidade pelas obrigações sanitárias, na medida em que ambas as partes possuem atribuições práticas relacionadas à questão. Por fim, quando o integrador fornecer os medicamentos e vacinas utilizadas, será de sua responsabilidade o recolhimento e destinação final das embalagens de antibióticos ou de outros produtos antimicrobianos.

3.5.11 Recuperação judicial e falência

O artigo 13 da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) apresenta uma novidade em relação aos demais projetos de lei que versaram sobre o tema, inclusive quanto ao texto inicial do PLS n. 330/2011 (BRASIL, 2011), que resultou na referida lei.

O legislador possibilitou duas situações ao produtor rural integrado no caso de pedido de recuperação judicial ou decretação da falência do integrador: *i*) pleitear a restituição dos bens

¹⁰⁸ Em abril de 2018 a Comissão Europeia vetou exportações de 20 frigoríficos brasileiros por deficiência no controle de salmonela, sendo 12 pertencentes BRF, em decorrência da Operação Trapaça, terceira fase da Operação Carne Fraca, investigação desenvolvida pela Polícia Federal, com início em 17 de março de 2017, envolvendo acusações de adulteração de carne.

desenvolvidos até o valor de seu crédito; *ii*) requerer a habilitação de seus créditos com privilégio especial sobre os bens desenvolvidos.

3.5.12 Foro

O parágrafo único do artigo 4º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) determina ser competente para as ações fundadas no contrato de integração o fórum do lugar onde se situa o empreendimento do produtor integrado, devendo ser expressamente indicado no contrato.

Tratando-se de competência em razão do valor e do território, o artigo 63 do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015) permite às partes modificar a competência, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações, alterando, assim o previsto na lei. Desse modo, encontra-se diante de competência relativa, podendo as partes, em regra, optarem por foro diverso, mediante cláusula escrita no contrato.

Porém, o parágrafo terceiro do artigo 63 permite a declaração de nulidade de ofício pelo magistrado, antes da citação¹⁰⁹. Caso contrário, o réu deverá alegar a abusividade na contestação, sob pena de preclusão, conforme previsão do parágrafo quarto¹¹⁰.

Destaca-se que o artigo 112 do antigo Código de Processo Civil (BRASIL, 1973) restringia a possibilidade de atuação do juiz do reconhecimento de ofício da nulidade aos contratos de adesão¹¹¹. Porém, o artigo 63 do novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015) ampliou essa circunstância para todo e qualquer contrato. Assim, sendo de adesão ou não, a cláusula de eleição de foro poderá ser declarada nula de ofício pelo magistrado.

Discute-se, assim quando ela será nula, uma vez que ao artigo 63 não especifica as suas causas. Daniel Amorim Assumpção Neves (2017, p. 223) entende que a cláusula de eleição de foro será nula quando impuser, presumidamente, dificuldades na defesa do réu, tratando-se, entretanto,

¹⁰⁹ CPC, art. 63, § 3º Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu. (BRASIL, 2015)

¹¹⁰ CPC, art. 63, § 4º Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão (BRASIL, 2015).

¹¹¹ CPC/73, art. 112. Argui-se, por meio de exceção, a incompetência relativa. Parágrafo único. A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu. (Incluído pela Lei nº 11.280, de 2006) (BRASIL, 1973).

de presunção relativa. Assim, no caso concreto, o produtor integrado poderá optar pela cláusula de eleição de foro, contrariando a proteção prevista na lei.

O contrato de integração, por sua vez, caracteriza-se como um contrato e adesão. Por isso, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu pela nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de integração¹¹². O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tratando de contrato de adesão, decidiu pela não prevalência do foro contratual quando inviabilizar a defesa de uma das partes¹¹³.

Portanto, ao estabelecer que o foro competente será o do lugar onde se situa o empreendimento do produtor integrado, a Lei n. 13.288/2016 reconhece a vulnerabilidade¹¹⁴ do produtor integrado e objetiva resguardá-lo de abusos por parte do integrador, relativos à tentativa de dificultar a defesa de seus interesses em juízo. Além disso, como observa Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 182), a proximidade ao lugar onde se desenvolve a atividade pode facilitar a compreensão do sistema de integração pelo juízo, em razão de melhor conhecimento sobre os usos e costumes que envolvem a relação, de maior familiaridade com a atividade agrossilvipastoril e a sua relação com o ciclo biológico, e de maior facilidade para a produção de provas, sobretudo periciais e de inspeção judicial.

Conclui-se, desse modo, pela abusividade da cláusula de eleição de foro em sistema de integração, quando esta dificultar a defesa do produtor integrado. Nessa hipótese, deverá prevalecer a disposição trazida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei n. 13.288/2016, mesmo para os contratos celebrados antes da promulgação da lei, por se tratar de contrato de adesão, verificada a abusividade, aplicando a regra geral prevista no Código de Processo Civil (BRASIL, 2015).

¹¹² AGRAVO DE INSTRUMENTO. Parceria avícola. Demanda reparatória ajuizada pelo avicultor. Negócio de adesão. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (avicultor, destinatário de produtos e serviços, sob conveniência de grupo agropecuário). Cláusula de eleição de foro. Previsão abusiva. Nulidade. Exceção de incompetência, rejeitada. Recurso do autor. Provimento. (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0019820-06.2003.8.26.0000, Relator Desembargador Carlos Russo, d.j. 03/12/2003).

¹¹³ STJ, REsp 1299422/MA, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, d.j. 06/08/2016.

¹¹⁴ Ao discorrer sobre o Código de Defesa do Consumidor, Cláudia Lima Marques (2010, p. 87) define a vulnerabilidade como “uma situação permanente ou provisória, individual ou coletiva, que fragiliza, enfraquece o sujeito de direitos, desequilibrando a relação de consumo. Vulnerabilidade é uma característica, um estado do sujeito mais fraco, um sinal de necessidade de proteção”. Desse modo, pode-se entender que a vulnerabilidade elimina a premissa de igualdade entre as partes, merecendo proteção da legislação. Assim, Cláudia Lima Marques (2010) classifica a vulnerabilidade em quatro espécies: *i*) informacional; *ii*) técnica; *iii*) jurídica ou científica; *iv*) fática ou socioeconômica.

3.5.13 Regulamento

Não foi estabelecido prazo para a edição do regulamento da Lei n. 13.288/2017 (BRASIL, 2016), que possui a função de completar e pormenorizar alguns dispositivos, como, por exemplo, o número de participantes do FONIAGRO¹¹⁵. A ausência de regulamento pode restringir a aplicação de alguns institutos, que demandam regulamentação. Apenas o PL n. 4.378/1998 (BRASIL, 1998) estabelecia um prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei, que seria de 45 dias, conforme artigo 11.

A técnica de deslocar ao regulamento a função de especificar alguns dispositivos segue o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que por doze vezes delega expressamente ao regulamento a função de aprofundar a regra contida na lei. No que diz respeito aos contratos de arrendamento e parceria, o regulamento foi editado via Decreto n. 59.566 (BRASIL, 1966), de 14 de novembro de 1966, quase dois anos após a promulgação do Estatuto.

Quanto ao sistema de integração, não há previsão para edição de seu regulamento. Enquanto isso, a instituição da CADEC e do FONIAGRO está se desenvolvendo apesar da ausência de regras sobre o número de membros, a sua forma de escolha e o regime de funcionamento.

Desse modo, instituiu-se um FONIAGRO conjunto par os setores de aves e suínos, composto por 12 membros, 6 indicados pelo produtores integrados e 6 pelos integradores. Por parte dos produtores integrados, foram indicados três representantes da CNA, além do presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) e da Associação Brasileira de Avicultores Integrados (ABAI), bem como o secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Não se teve notícia sobre a criação de Fóruns para os demais setores que utilizam o sistema de integração.

Entretanto, a falta de critérios legais quanto ao número de membros e a forma de escolha podem levar ao questionamento sobre a legitimidade de sua composição e de suas decisões, uma vez

¹¹⁵ Art. 5º, § 2º O regulamento desta Lei definirá o número de participantes do fórum e as entidades dos integrados e dos integradores que indicarão os representantes, seu regime e localidade de funcionamento e outros aspectos de sua organização (BRASIL, 2016).

que o FONIAGRO terá a atribuição para, por exemplo, estabelecer metodologia para o cálculo de referência para a remuneração do produtor integrado.

3.5.14 Vigência

O último dispositivo da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) diz respeito ao início de sua vigência. O artigo 14 determina que a lei entra em vigor na data de sua publicação, ou seja, em 16 de maio de 2016. Por sua vez, o artigo 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (BRASIL, 1942) prevê que, salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar no país 45 dias depois de oficialmente publicada. Desse modo, por expressa previsão, possui vigência imediata¹¹⁶, não subsistindo prazo de *vacatio legis*¹¹⁷.

Sílvia de Salvo Venosa (2013, p. 107) constata ser comum leis que entram em vigor na data de sua publicação, considerando esse fato inconveniente. Isto, porque, a entrada imediata deve ser destinada às leis que apresentam urgência em sua aplicabilidade. Por outro lado, leis complexas devem apresentar um maior prazo para seu início de vigência, de modo que as pessoas implicadas por suas regras possam tempo hábil para conhecimento e adaptação.

Nesse sentido, a Lei Complementar n. 95/1998 (BRASIL, 1998), que apresenta técnicas de elaboração legislativa, dispõe no artigo 8º que a vigência deverá ser indicada de forma expressa, contemplando prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula *entram em vigor na data de sua publicação* para leis de pequena repercussão. Não se pode considerar a Lei n. 13.288/2016 de *pequena repercussão*, em razão da importância social e econômica que o sistema de integração apresenta para o sistema produtivo brasileiro e das disposições obrigatórias, entretanto, essa foi a opção adotada pelo legislador.

O único dispositivo vetado pelo Presidente da República foi justamente o parágrafo único do artigo 14, que determinava prazo de 180 dias para a adequação dos contratos de integração em vigor. Entendeu-se, após manifestação da Advocacia-Geral da União, pela

¹¹⁶ O PL n. 4.378/1998 (BRASIL, 1998) previa a entrada em vigência no prazo de 60 dias, ao passo que o PL n. 3.979/2008 (BRASIL, 2008), 45 dias. Nos demais, a vigência era imediata.

¹¹⁷ A *vacatio legis* pode ser entendida como o intervalo temporal entre a publicação e o início de vigência da lei. Durante esse período, a lei é válida, mas não eficaz (VENOSA, 2013, p. 107-108).

inconstitucionalidade dessa disposição, por violar ato jurídico perfeito, conforme previsão do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal (BRASIL, 1988)¹¹⁸.

O ato jurídico perfeito é definido pelo § 1º do artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (BRASIL, 1942) como ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em se efetuou. Desse modo, para as situações jurídicas individuais, formadas em decorrência de ato de vontade, como os contratos, a celebração outorga a condição de ato jurídico perfeito, inibindo, assim, a incidência de modificações legislativas supervenientes¹¹⁹.

Observa-se, assim, que a proteção incide sobre as cláusulas contratuais pactuadas pelas partes. Desse modo, os contratos celebrados antes da vigência da Lei n. 13.288/2016 não estão obrigados a observar as cláusulas obrigatórias, por exemplo, restando esse fato apenas aos contratos celebrados após a sua publicação. Entretanto, as obrigações extracontratuais são de cumprimento obrigatório, como a instituição de CADEC e FONIAGRO, bem como a disponibilização do RIPI. O DIPC, por sua vez, será exigido aos contratos celebrados a partir de 16 de maio de 2016.

Por conta dessas circunstâncias, observa-se em diversos sistemas agroindústrias de integração o não cumprimento de diversas obrigações previstas na Lei n. 13.288/2016. Desse modo, não foi instaurado FONIAGRO em diversas cadeias produtivas, as CADEC's estão sendo criadas sem parâmetros que norteiam a sua instituição, podendo atenuar, assim, as suas finalidades, e, por fim, o DIPC e o RIPI não estão sendo fornecidos aos produtores integrados, mesmo em contratos celebrados após a publicação da lei.

¹¹⁸ Art. 5º, XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Também consta no artigo 6º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro: art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. § 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou (BRASIL, 1988).

¹¹⁹ STF, RE 211.304 RJ, Plenário, Relator Ministro Marco Aurélio, d.j. 29/04/2015.

4 ANÁLISE EMPÍRICA

Os capítulos anteriores foram constituídos a partir de pesquisa teórica e documental, como pressupostos teóricos para o desenvolvimento deste trabalho. Desse modo, iniciou-se o estudo da Nova Economia Institucional e dos contratos, verificando-se as opções de estrutura de governança e como as instituições, em que se incluem as regras sobre contrato, podem interferir nessa escolha. Analisou-se, assim, a razão para criação de contratos atípicos, decorrentes da necessidade econômica e social das partes, bem como o fundamento para a necessidade de sua tipificação.

Em um segundo momento, aprofundou-se a análise da integração vertical, diferenciando as concepções econômicas e jurídicas, introduzindo, assim, o estudo do contrato de integração e a sua regulação trazida pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016).

A partir do referencial teórico abordado, dar-se-á início ao segmento empírico deste trabalho, com o objetivo de verificar os impactos jurídico da tipificação do contrato de integração para o setor avícola brasileiro. O Direito como objeto de pesquisa empírica, conforme reflete Rebecca Lemos Igreja (2017, p. 11), é algo recente e ainda pouco consolidado na formação acadêmica das faculdades de Direito, em razão da prevalência de concepção formalista, positivista e dogmática. Entretanto, a sua utilização permite uma melhor compreensão da realidade estudada.

Além da melhor compreensão, a escolha por uma análise empírica para a persecução do objetivo geral deste trabalho decorre da falta de dados e estudos jurídicos sobre o sistema de integração. Desse modo, faz-se necessário o levantamento de informações diretamente com as partes atuantes. Nessa perspectiva, pode-se avaliar a percepção dos produtores integrados sobre a conformação do sistema de integração na avicultura, bem como sobre a Lei n. 13.288/2016 e seus impactos.

Para tanto, utiliza-se a combinação de duas técnicas de pesquisa empírica, análise de dados secundários e entrevistas, conjugando-se com análise documental, mediante estudo de instrumentos contratuais de integração celebrados entre integrador e produtor integrado.

4.1 MÉTODO E JUSTIFICATIVA

Seguindo a classificação adotada por Mariana de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2008, p. 69), a presente análise empírica pode ser caracterizada como *documentação direta* mediante *pesquisa de campo*. De acordo com as autoras, a documentação direta consiste no levantamento de dados diretamente no local onde os fenômenos ocorrem, podendo ser realizada por pesquisa de campo ou de laboratório.

A pesquisa de campo, por sua vez, tem o objetivo de obter informações e conhecimentos a respeito de “um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 69). Nesse sentido, Maria Cecília Minayo (2009, p. 61) aponta a relevância dessa pesquisa pela possibilidade de aproximar o pesquisador da realidade que pretende estudar, além de estabelecer inteiração com as pessoas que vivem essa realidade.

Já em relação às técnicas utilizadas para a coleta de dados, empregou-se entrevistas e análise documental de instrumentos contratuais. As entrevistas tiveram como objetivo o acesso a informações não disponíveis na literatura e nos bancos de dados analisados, bem como verificar as percepções dos produtores integrados sobre o sistema de integração. Por seu turno, a análise documental de contrato possibilitou a verificação com exatidão do arranjo do sistema de integração e a sua conformação em relação às disposições da Lei n. 13.288/2016.

Além disso, para a consecução da primeira fase da pesquisa de campo¹²⁰, foram utilizadas técnicas de documentação indireta e de pesquisa bibliográfica, com a finalidade de levantar os problemas e as hipóteses de pesquisa.

A investigação de documentação indireta tem o objetivo de recolher informações prévias sobre o campo de estudo, consistindo em documentos, relatórios e estatísticas, de diversas fontes, especialmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Brasileiro de Geografia e

¹²⁰ De acordo com Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2008, p. 33), a primeira fase da pesquisa de campo deve corresponder a uma pesquisa bibliográfica sobre o tema: “ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral de pesquisa”.

Estatística (IBGE), Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e Associação dos Avicultores do Sul do Estado de Santa Catarina (AVISULSC).

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, envolveu a análise de dissertações, monografias, revistas e livros relacionados ao assunto, oriundos de diversas áreas do conhecimento, como direito, economia, administração, agronomia, veterinária, engenharia de produção, dentre outras, caracterizando a pesquisa, deste modo, como interdisciplinar. Além disso, buscou-se notícias em jornais e revistas eletrônicas especializadas com o propósito de obter informações atualizadas sobre a estruturação do sistema de integração avícola.

A pesquisa pode, também, ser classificada como exploratória-descritiva. Segundo Antonio Carlos Gil (2012, p. 27), “a pesquisa exploratória é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Desse modo, como resultado, têm-se um problema mais esclarecido. A pesquisa jurídica sobre o contrato de integração enquadra-se nesse contexto, em razão da incipiência dos estudos jurídicos desenvolvidos no Brasil sobre este tema.

Por sua vez, as pesquisas descritivas possuem como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste trabalho, serão descritas as percepções dos produtores integrados sobre o sistema de integração na avicultura e sobre os impactos da Lei n. 13.288/2016.

Mariana de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2008, p. 71) entendem que esses dois tipos de pesquisa podem ser combinados: “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno. (...) Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis”.

Por fim, a abordagem apresentada é qualitativa, na medida em que se busca a melhor compreensão dos fatos, e não sua mensuração. De acordo com Rebecca Lemos Igreja (2017, p. 14), a pesquisa qualitativa tem como finalidade proporcionar uma análise aprofundada de processos ou relações sociais. Desse modo, não se buscar atingir dados quantificáveis, mas sim obter informações que possibilitem a visualização do objeto de estudo em sua complexidade, múltiplas características e relações.

Jean-Pierre Deslauriers e Michèle Kérisit (2012, p. 147-148) identificam na pesquisa qualitativa um realce do campo, “não apenas como reservatório de dados, mas também como uma fonte de novas questões”

O pesquisador qualitativo não vai a campo somente para encontrar respostas para suas perguntas; mas também para descobrir questões, surpreendentes sob alguns aspectos, mas, geralmente pertinentes e mais adequadas do que aquelas que ele se coloca no início. Além disso, a própria logística da abordagem qualitativa (campo de pesquisa, observação participante, entrevistas não dirigidas, relatos de vida) obriga o pesquisador a um contato direto com o vivido e as representações da pessoas que ele pesquisa (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012, p. 148).

Desse modo, além do acesso à informação, o trabalho busca identificar as demandas dos avicultores que atuam no sistema de integração avícola, com objetivo de verificar se a Lei n. 13.288/2016 apresenta uma solução para esses problemas. Na medida em que possui como uma de suas finalidades garantir de segurança jurídica para as partes, a lei irá cumpri-la se não trouxer soluções para os problemas existentes na relação contratual de integração.

Por fim, reconhece-se a existência de limitações na pesquisa desenvolvida: a análise empírica é realizada em setor específico (avicultura), em regiões determinadas (Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina e Mesorregião de Piracicaba no Estado de São Paulo), mediante abordagem qualitativa, não proporcionando generalização. Entretanto, a estrutura metodológica proposta possibilita a verificação do objetivo geral da pesquisa, em relação aos impactos jurídicos da tipificação do contrato de integração para o setor avícola brasileiro, a partir da percepção de produtores integrados.

4.2 SETOR PESQUISADO

A necessidade de se restringir o setor a ser pesquisado decorre da impossibilidade de se analisar todos os sistemas agroindustriais que utilizam o contrato integração. Restrições temporais, financeira e pessoal impedem essa investigação. Desse modo, foi necessário a opção por um setor, limitando-se ao sistema agroindustrial de frango de corte, ou seja, ao setor avícola.

O setor avícola foi escolhido pela sua importância histórica para o sistema de integração e pela relevância econômica e social de sua utilização. O sistema de integração ganhou relevância no Brasil no ano de 1961 pela Sadia, na produção de frangos de corte, importando o modelo de produção adotado nos Estados Unidos. Esse método tornou-se referência para o setor,

estimando-se que, atualmente, 90% da produção brasileira de aves decorra de um sistema de integração.

Após a determinação do setor a ser estudado, fez-se necessária nova delimitação, nesse ponto de natureza espacial, ou seja, qual região seria estudada. Optou-se, de plano, por duas regiões, em dois Estados, de modo a se obter uma visão mais ampla sobre o setor avícola e sobre os problemas que o atingem, ao explorar dois contextos distintos.

O Estado de São Paulo foi escolhido por sediar a Universidade em que a presente pesquisa é desenvolvida, expondo a importância de se evidenciar o ambiente em que está inserida. Além disso, sua importância para o setor avícola e a facilidade de acesso à informação e aos entrevistados também foram fatores determinantes para a sua escolha. Por outro lado, a principal razão pelo Estado de Santa Catarina foi pela sua importância atual e histórica para o setor avícola. Atualmente caracteriza-se como o segundo maior produtor de aves do país e tem como local de fundação das quatro maiores agroindústrias que atuam no setor: Sadia (Concórdia) e Perdigão (Videira), que compõem a BRF; Seara (Seara), pertencente a JBS; e Aurora (Chapecó).

Por fim, a escolha das regiões dentro dos estados teve um caráter de acesso, ou seja, de facilidade para obtenção das informações e de contato com os avicultores para a realização das entrevistas. No Estado de São Paulo essa escolha foi mais simples, optando-se pela região de minha residência. O histórico familiar de vida no campo resultou em prévio conhecimento de alguns avicultores, que indicaram outros para serem entrevistados, adotando-se, assim uma amostragem em *bola de neve*¹²¹.

Por sua vez, no Estado de Santa Catarina, a escolha demandou maior esforço. Na fase de preparação da pesquisa empírica, 47 mensagens de e-mail e Facebook foram enviadas para diversas pessoas, com as mais variadas funções, entre parlamentares, avicultores, membros de associação e sindicatos, e representantes de agroindústrias integradoras.

¹²¹ Amostragem denominada *bola de neve* (*snowball sampling*) apresenta-se como não probabilística e utiliza-se cadeias de referência. Ou seja, em que os indivíduos seletivos indicam ou convidam novos participantes dentre os seus conhecidos. Juliana Vinuto (2014, p. 203) aponta que este método é útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.

A maior parte dessas mensagens não foram respondidas, mas algumas conversas evoluíram. Dentre elas, a que passou maior apoio para a realização das entrevistas foi Rosileia Inocenti Bresciani, 2ª secretária da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense. Desse modo, escolheu-se como segunda região a ser analisada o sul de Santa Catarina, importante produtora de frango, que contava com 783 produtores integrados no ano de 2014.

Dessa forma, para alcançar o objetivo de verificar os impactos jurídicos da tipificação do contrato de integração para os setor avícola brasileiro, no presente capítulo será desenvolvida análise empírica mediante análise de dados secundários e entrevistas, além de estudo de três instrumentos contratuais de integração. Para tanto, empreende-se na exploração do setor a ser pesquisado, com o panorama da avicultura mundial e brasileira e do setor de integração avícola.

4.2.1 Panorama da avicultura mundial e brasileira

A avicultura brasileira apresentou um significativo crescimento nos últimos anos, consolidando sua importância econômica e social. Atualmente, de acordo com dados da ABPA (2017), a cadeia produtiva de aves gera 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos, o que corresponde a 5% da população ocupada no países. A produção, por sua vez, ocorre em um sistema de integração que envolve sobretudo agricultores familiares e pequenos produtores

Nos últimos anos, o país tem conquistado um lugar de destaque na produção mundial, ocupando a vice-liderança no ranking de produção, com 12,9 milhões de toneladas, contando com um plantel de 5,8 bilhões de cabeças de frango, e a liderança global de exportações, com um volume de 4,38 milhões de toneladas, o que representa 39,2% do total da exportação mundial de carne de frango no ano de 2016 (ABPA, 2017)

O aumento da produção brasileira de carne de frango foi viabilizada pela modernização das técnicas de produção e pela expansão do sistema de integração, encontrando demanda na conquista de novos mercados e no aumento de seu consumo.

De acordo com o Food Outlook 2017, relatório semestral sobre mercados globais de alimentos, apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2017, p. 49), a produção de aves no ano de 2015 correspondeu a 36,47% da produção mundial de carne, o que a coloca na liderança global dentre as proteínas animais.

Tabela 4. Produção mundial de carne (2015)

Tipo de carne	Volume (milhões ton.)	Participação
Ave	116.9	36,47%
Suína	116.1	36,22%
Bovina	67.6	21,09%
Ovina	14.4	4,50%
Outros	5.5	1,72%
Total	320.5	100%

Fonte: FAO (2017, p. 7)

Este cenário de liderança da produção de aves também é observado em âmbito nacional, correspondendo a 49,42% da produção brasileira de carne no ano de 2016, conforme observado na Tabela 5.

Tabela 5. Produção brasileira de carne (2016)

Tipo de carne	Volume (milhões ton.)	Participação
Ave	12.9	49,42%
Bovina	9.5	36,40%
Suína	3.7	14,18%
Total	26,1	100%

Fonte: ABPA (2017); BRASIL (2017, p. 63)

Desde o ano 2000, a produção nacional de carne de frango encontra-se em expansão, observando-se, no entanto, algumas flutuações durante esta década. O aumento agregado da produção foi de 115% nos últimos 16 anos. A O crescimento foi constante até o ano de 2011, quando o volume de produção ultrapassou pela primeira vez a marca de 13 milhões de toneladas. Entretanto, nos anos de 2012 e 2013 observou-se uma queda na produção, em razão da maior recessão vivenciada pelo setor, decorrente da crise de suprimento de ração.

Dois fatores principais foram responsáveis pela escassez de ração: *i*) a estiagem no sul do país, com a diminuição da produção de soja, resultando em aumento de mais de 100% em seus preços; *ii*) a quebra da safra do milho nos Estados Unidos, que ocasionou aumento de 40% nos preços e falta do produto no mercado interno, pois direcionados para completar as necessidades do mercado estadunidense.

Sucedeu-se, assim, a falta de matéria-prima para a produção de ração, resultando na falta de ração e em diversos casos de mortalidade excessiva por falta de alimentação dos frangos. Para

contornar o problema, as agroindústrias deixaram de alugar lotes, pois não tinham como assegurar o fornecimento de ração. Desse modo, houve uma diminuição significativa da produção e, mesmo assim, uma queda no preço pago ao produtor integrado. Por conta disso, muitos avicultores abandonaram a atividade, impactando os resultados da produção de 2013. A evolução da produção brasileira, desde o ano 2000, pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1. Evolução da produção brasileira de carne de frango (milhões ton)

Fonte: UBABEF (2013, p. 17); ABPA (2017, p. 10)

Após a passagem da crise do ano de 2012, retomou-se o crescimento da produção nos anos de 2014 e 2015, atingindo recorde histórico de volume produzido no país, com o alcance 13,14 milhões de toneladas. Porém, no ano de 2016, ocorreu nova queda da produção, ainda que o volume produzido tenha sido o terceiro maior da história do país, com 12,9 milhões de toneladas. A baixa foi resultado de novo aumento no preço do milho, superando em 100% a cotação dos anos anteriores.

Para a próxima década, por seu turno, as projeções do MAPA (BRASIL, 2017, p. 61-70) apontam para a retomada do crescimento da produção de aves no país, considerando o maior aumento percentual dentre as proteínas animais, permanecendo na liderança, com uma variação estimada de 33,4% até 2027. Por sua vez, as carnes bovinas e suínas deverão crescer no patamar de 20% nesse período, mantendo suas respectivas posições de mercado.

Gráfico 2. Projeção de produção de carnes no Brasil (2017-2027) (mil ton)

Fonte: BRASIL (2017, p. 63)

O crescimento significativo da produção de frango desde o ano 2000 é consequência de múltiplos fatores. O aumento da renda *per capita* em diversos países impulsionou o crescimento da demanda mundial por proteínas de origem animal, incentivando, por seu turno, avanços em genética, nutrição, manejo e sanidade, com o objetivo de aumento do rendimento da produção. Particularmente quanto ao frango, possui vantagem quanto ao consumidor por ser uma carne mais acessível, em razão de menor custo de produção.

A manutenção de baixos custos de produção, além de provir da própria natureza do desenvolvimento do ciclo produtivo, decorre, também, da organização em sistema de integração. Esse sistema garante uma melhor alocação de recursos e proporciona à agroindústria a desincumbência de investir diretamente no setor agropecuário. Desse modo, fornece os insumos necessários para a produção e garante a aquisição de seu resultado, transferindo ao avicultor todas as responsabilidades advindas do desenvolvimento do ciclo biológico.

Sem a preocupação de despenho da atividade agropecuária, a agroindústria pode concentrar-se na evolução das técnicas de manejo, nas questões de sanidade animal, na qualidade das rações e desenvolvimento genético das aves, dentre outros fatores que influenciem a qualidade e quantidade de aves produzidas. Assim, o fornecimento controlado de pintos de um dia, ração, medicamentos, vacinas e assistência veterinária resulta em melhor rendimento da produção, com maior peso dos animais e menor mortalidade.

Em âmbito mundial, a abertura de novos mercados e parceiros econômicos foi fator essencial para o aumento de produção. Entretanto, a existência de protecionismo econômico nos países desenvolvidos e o endurecimento das regras sanitária internacionais¹²² apresentam-se como barreiras à exportação e à conquista de novas mercados.

No ano de 2016 o Brasil registrou a produção de 12,9 milhões de toneladas de carne de frango, correspondendo a 14,54% da produção mundial, consolidando o país em segundo lugar no ranking global de produção, posição alcançada em 2015, atrás apenas dos Estados Unidos, que totalizaram 18,26 milhões de toneladas.

Gráfico 3. Produção mundial de carne de frango por país (2016) (milhões ton)

Fonte: ABPA (2017)

¹²² Diversas disposições da União Europeia devem ser respeitadas para a exportação de produtos alimentícios e de origem animal: *i*) Regulamento (CE) n. 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos gêneros alimentícios (UE, 2002); *ii*) Regulamento (CE) n. 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos gêneros alimentícios (UE, 2004a); *iii*) Regulamento (CE) n. 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas aplicáveis aos gêneros alimentícios de origem animal (UE, 2004b); *iv*) Regulamento (CE) n. 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de organização dos controles oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano (UE, 2004c); *v*) Regulamento (CE) n. 2073/2005 da Comissão de 15 de novembro de 2005, relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos gêneros alimentícios (UE, 2005); *vi*) Decisão da Comissão de 11 de dezembro de 2007, relativa à aprovação de programas de controlo de salmonelas em bandos de reprodução de *Gallus gallus* em determinados países terceiros (UE, 2007); *vii*) Regulamento (CE) n. 1099/2009 do Conselho de 24 de setembro de 2009, relativo à proteção dos animais no momento da ocisão. Já quanto à avicultura, pode-se citar ainda: *i*) Regulamento (CE) n. 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de novembro de 2003, relativo ao controle de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar (UE, 2003); *ii*) Regulamento (CE) n. 798/2008 da Comissão de 8 de agosto de 2008, que estabelece a lista de países terceiros, territórios, zonas ou compartimentos a partir dos quais são autorizados a importação e o trânsito na Comunidade de aves de capoeira de produtos à base de aves de capoeira, bem como as exigências de certificação veterinária aplicáveis (UE, 2008).

Observa-se que 53,7% da produção mundial de carne frango é concentrada em 4 países: Estados Unidos, Brasil, China e Índia. Dentre esses, Estados Unidos, China e Índia possuem elevados mercados consumidores para a carne de frango, sendo, dessa forma, a produção absorvida predominantemente pelo mercado interno. Por sua vez, o Brasil produz um grande excedente em relação à demanda interna, destacando-se significativamente pelo suprimento da demanda mundial de carne de frango.

Em relação às exportações, o Brasil apresentou-se como líder do mercado mundial, controlando 39,2% da exportação global de carne de frango no ano de 2016, o que representou 4,38 milhões de toneladas.

Gráfico 4. Exportação de carne de frango por país 2016 (milhões ton)

Fonte: ABPA (2017)

Desse modo, o Brasil exporta aproximadamente 34% do total de sua produção, percentual significativamente superior aos demais. Os Estados Unidos, maiores produtores do planeta, exportam 16,5% do total, ao passo que a União Europeia apresenta índice de 11,2%. A China, por sua vez, terceira maior produtora, exporta apenas 3% da produção, ao passo que a Índia não possui participação considerável nas exportações mundiais.

O Gráfico 5 apresenta a evolução das exportações brasileiras de carne de frango. Pode-se observar um crescimento praticamente ininterrupto do volume de exportação desde o ano de 1990, com uma acentuação deste crescimento no início dos anos 2000. Nos últimos 12 anos, observou-se um aumento de 77% das exportações, decorrentes do aumento da produção nacional e da abertura de novos mercados, sobretudo em países africanos e asiáticos, em uma resposta ao aumento do consumo per capita de frango no mundo.

Gráfico 5. Evolução das exportações brasileiras de carne de frango (mil ton)

Fonte: ABPA (2017); UBABEF (2013)

A participação da exportação sobre a produção total de carne de frango no Brasil dobrou desde o início do Século XXI. No ano 2000, apenas 15,31% da produção foi destinada à exportação, ao passo que 84,69% foi voltada para o mercado interno. Já no ano de 2016, 34% da produção nacional foi destinada à exportação, enquanto 66% foi absorvida pelo mercado interno. Durante esse período, apesar de algumas flutuações anuais, pode-se observar um crescimento consecutivo da participação das exportações sobre a produção total, fato que deve se manter nos próximos anos. Essa situação pode ser verificada no Gráfico 6.

Gráfico 6. Evolução da participação das exportações sobre a produção anual de frangos no Brasil

Fonte: ABPA (2017)

Essa análise demonstra a importância das exportações para o sistema agroindustrial de frangos de corte no Brasil, uma vez que representa um terço do destino da produção, mas também

exprime a volubilidade a que o setor está submetido, devido a instabilidades do mercado internacional e a imposição de barreiras sanitárias ao produto brasileiro.

Os diversos escândalos que envolveram as principais agroindústrias processadoras de aves no Brasil acabam por desqualificar todo o setor nacional, resultando em barreiras comerciais e sanitárias à carne produzida no país. A Operação Carne Fraca, divulgada no ano de 2017, por exemplo, apurou um esquema de fraudes para emissão de atos administrativos e corrupção e atuação ilícita de fiscais agropecuários¹²³. A terceira fase da operação, designada como Trapaça, apurou fraudes em resultados de exames laboratoriais da BRF, resultando em embargo da União Europeia à exportação de 20 frigoríficos brasileiros no mês de abril de 2018, por deficiência no controle de salmonela, sendo 12 pertencentes à BRF.

Desse modo, o protecionismo agrícola nos países desenvolvidos e os embargos à exportação aplicados pelo descumprimento de regras sanitárias possuem como consequência a concentração das exportações brasileiras para um grupo específico de países, destacando-se mercados considerados menos exigentes.

No ano de 2016, o Brasil exportou para mais de cento e quarenta países, demonstrando uma significativa variedade de parceiros comerciais. Entretanto, os vinte e cinco principais países representaram 89,56% do volume exportado. Já os sete primeiros corresponderam a 59,92% do total de exportações¹²⁴.

Dentre as exportações para os vinte e cinco principais, países, 30,7% da exportação são destinadas a países considerados como economias avançadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2018), ao passo que o restante, 69,3% para países considerados mercados emergentes e economias em desenvolvimento. A predominância de mercados menos exigentes fica evidente quando a análise é feita por região de destino, sendo a Ásia e África destinatárias de 80,57% de toda a exportação de frango do Brasil, conforme Gráfico 7.

¹²³ A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal no Paraná aponta irregularidades envolvendo a BRF S/A, Seara Alimentos Ltda., Peccin Agroindustrial Ltda., Frigorífico Larissa Ltda., Frigorífico Oregon S/A, Frigobeto Frigoríficos e Comércio de Alimentos Ltda., Frigomax – Frigorífico e Comércio de Carnes Ltda., Unifrango Agroindustrial S/A, M.C. Artacho Cia. Ltda., Wegmed-Caminhos Medicinais Ltda., Granjeiro Alimentos Ltda. E Indústria de Laticínios S.S.P.M.A. Ltda.

¹²⁴ 1) Arábia Saudita; 2) China; 3) Japão; 4) Emirados Árabes Unidos; 5) Hong Kong; 6) África do Sul; 7) Países Baixos.

Gráfico 7. Exportações brasileiras por região de destino (2016) (milhões ton)

Fonte: ABPA (2017)

O Oriente Médio é a principal região de destino das exportações brasileiras, com 36% de participação. Em segundo lugar aparecem os demais países da Ásia, com 33%, totalizando 69% de participação do continente asiático. Por sua vez, a África representa 12% das exportações, mesmo percentual destinados aos países da Europa, comunitários ou não. A América, por sua vez, apesar das facilidades geográficas para a exportação, corresponde a apenas 7% do destino dos frangos brasileiros. Isso se deve à existência de um menor mercado consumidor e da grande produção dos Estados Unidos, principal mercado continental. Por fim, a Oceania apresenta um percentual irrelevante.

A produção nacional, por sua vez, concentra-se nos estados do sul do país, sendo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente, os maiores produtores nacionais. As regiões Sudeste e Centro-Oeste também apresentam relevância, destacando a produção realizada nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tabela 6. Abate de frango por Estado (2016)

Estado	%	Milhões ton.	Estado	%	Milhões ton.
Paraná	33,46	4,32	Pernambuco	0,86	0,11
Santa Catarina	16,06	2,07	Bahia	0,74	0,10
Rio Grande do Sul	14,11	1,82	Pará	0,63	0,08
São Paulo	9,33	1,20	Espírito Santo	0,6	0,08
Minas Gerais	7,88	1,02	Paraíba	0,38	0,05
Goiás	6,71	0,87	Rondônia	0,18	0,02
Mato Grosso	4,21	0,54	Piauí	0,11	0,01
Mato Grosso do Sul	3,06	0,39	Demais estados	0,5	0,06
Distrito Federal	1,18	0,15	Total	100	12,90

Fonte: ABPA (2017)

Desse modo, a região Sul é responsável pelo abate de 64% da produção nacional, ao passo que o Sudeste corresponde a 18% e o Centro-Oeste a 15%. Nordeste e Norte apresentam pequena participação, 2% e 1%, respectivamente.

Já quanto às exportações, a participação do Sul é ainda mais significativa, com 76,29%. O Centro-Oeste corresponde a 12,14% e o Sudeste 11,32%. Por fim, a participação do Norte e Nordeste apresenta-se ainda menor, 0,13% e 0,12%, respectivamente.

A importância da região Sul pode ser explicada por alguns fatores: *i)* histórico regional de produção de aves em sistema integrado; *ii)* o centro das principais agroindústrias brasileiras¹²⁵ *iii)* proximidade dos principais portos exportadores¹²⁶; *iv)* proximidade de regiões de cultivo de milho e soja, utilizadas na produção de ração. Tais fatores incentivaram o desenvolvimento da avicultura na região, resultando em um maior número de avicultores e no maior volume de produção de aves.

Desse modo, após a apresentação do panorama da avicultura mundial e brasileira, demonstrando-se a importância social e econômica do setor em âmbito interno, bem como a essencialidade do país para o abastecimento da carne de frango consumida no mundo, o *item* 4.2.2 terá como objetivo o estudo do sistema de integração avícola, modelo contratual responsável por conduzir a produção nacional ao atual patamar.

4.2.2 Sistema de integração avícola

O fundamento dos contratos de integração de frango de corte é assegurar o suprimento de matéria prima para a agroindústria. Para alcançar esse objetivo, a agroindústria possui três meios de estruturar a sua governança¹²⁷, mercado, híbrida ou hierarquia. Conforme os estudos

¹²⁵ Ranking de exportação dos associados da ABPA e local de fundação das respectivas empresas: 1) BRF: Sadia (Concórdia/SC) e Perdigão (Videira/SC); 2) JBS: Seara (Seara/SC); 3) Cooperativa Central Autora Alimentos (Chapecó/SC); 4) C. Vale Cooperativa Agroindustrial (Palotina/PR); 5) Copacol; 6) GTB (Maringá/PR); 7) Lar Cooperativa Agroindustrial (Medianeira/PR); 8) Vibra Agroindustrial S/A (Montenegro/RS); 9) Coopavel Cooperativa Agroindustrial (Cascavel/PR); 10) São Salvador Alimentos S/A (Itaberaí/GO)

¹²⁶ Os portos da região Sul são responsáveis pela exportação de 89,05% do volume total, destacando-se os portos de Itajaí/SC (35,04%), Paranaguá/PR (33,97%) e São Francisco do Sul/SC (12,61%).

¹²⁷ Na visão de Williamson (1996), as estruturas de governança são instrumentos de coordenação utilizados para reduzir custos de transação.

de Oliver Williamson (1985), essa escolha irá depender do nível de especificidade dos ativos e da frequência em que ocorrem as transações.

Na estrutura via mercado a especificidade dos ativos é baixa e os custos de transação são mínimos, além da frequência das transações ser diminuta. São marcadas, assim, por contratos de execução imediata. Por sua vez, a integração vertical propriamente dita, ou seja, a organização hierárquica, depende de elevado nível de frequência, de incerteza e de especificidade dos ativos. Entretanto, a depender dos investimentos necessários para a sua execução, a agroindústria pode optar por uma forma híbrida, ou seja, mediante contratos, reduzindo riscos da estrutura de mercado e economizando investimentos necessários para uma estruturação hierárquica.

O ativo frango para abate pode ser caracterizado como de elevada especificidade, seguindo a categorização adotada por Fabiano Coser (2010, p. 75): *i*) especificidade locacional, pois precisa se encontrar dentro de um limite máximo de distância do abatedouro, em razão do alto custo de transporte; *ii*) especificidade temporal, devido à existência de data específica para abate, de modo a maximizar o rendimento da produção; *iii*) especificidade física, em razão das características das instalações dos aviários; *iv*) especificidade dedicada¹²⁸, por conta dos investimentos necessários

Desse modo, o sistema de integração, como estrutura híbrida, tem se destacado na coordenação da produção de aves no Brasil¹²⁹. Isso garante o fornecimento de matéria prima para a agroindústria e permite uma maior intervenção sobre a produção, controlando critérios de quantidade e qualidade, bem como o respeito às regras ambientais e trabalhistas, atendendo, desta forma, às exigências atuais dos consumidores.

De maneira geral, a agroindústria, denominada integrador pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), é responsável pelo fornecimento de pintos de um dia, ração, medicamento, vacina e pela

¹²⁸ A especificidade dedicada relaciona-se aos ativos envolvidos na produção de um produto e ocorre nos casos em que uma estrutura de produtiva é necessária para a produção de um determinado produto (OLIVEIRA; REYS, 2012, p. 213). Assim, na avicultura, são necessários para o desenvolvimento da atividade produtiva a construção de galpões e a aquisição de equipamentos, que não serão úteis para outra atividade.

¹²⁹ Até a década de 1960, as aves eram criadas pelas próprias agroindústrias. Entretanto, no ano de 1961, a Sadia inspirou-se nos sistemas de integração observados nos Estados Unidos e aplicou o modelo em suas três unidades. “Tudo começou com a entrega de 100 pintinhos a um colono, que geraram mil e, posteriormente, alguns milhares. A partir daí o frigorífico passou a contratar milhares de pequenos produtores rurais, que criavam as aves que depois seriam abatidas e industrializadas” (UBABEF, p. 49)

prestação de assistência técnica e veterinária. Ao final do período de criação dos frangos, quando estiverem em condições ideais para abate, a seu critério, responsabiliza-se pela apanha e carregamento das aves, bem como pelo transporte até o abatedouro. O contrato garante exclusividade sobre o aviário, ou seja, durante a vigência do contrato de integração, o produtor integrado não pode cedê-lo para outro integrador, tampouco negociar as aves com terceiro. Por outro lado, o integrador compromete-se a pagar por toda a produção percebida, mediante percentual devido ao avicultor, de acordo com critérios de rendimento.

O produtor integrado, por sua vez, é responsável pelo manejo da produção, ou seja, fornece galpão adequado com equipamentos de aquecimento, além de água, energia e mão de obra, recebendo os pintos de um dia e entregando as aves quando estiverem prontas para o abate, seguindo os critérios do integrador.

A principal vantagem da utilização de contrato de integração é a possibilidade de controle da produção pelo integrador, que fornece todos os insumos necessários à produção e determina índices de produtividade e de qualidade. A remuneração do produtor integrado dependerá do cumprimento de diversos critérios, que incluem a quantidade de aves e o seu peso, bem como critérios de qualidade, referentes ao percentual de calos de pé¹³⁰, arranhaduras¹³¹, condenações¹³² e papo cheio¹³³. A prestação de assistência técnica e veterinária também são indicadores desse controle exercido pelo integrador e influenciam na qualidade da produção.

Além disso, o contrato de integração permite a verificação do cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, bem como das normas de biossegurança, principais exigências do

¹³⁰ Trata-se da denominação usual da pododermatite, lesão comum encontrada em frangos de corte criados sobre camas úmidas e compactadas (SANTOS; NUNES; BAIÃO, 2002, p. 655). Os pés têm aumentado a sua importância comercial, em razão de exportação para os países asiáticos. Desse modo, a ocorrência de calos de pé irá aumentar o descarte de produto, resultando em prejuízo econômico, além de ser um indicador de bem-estar animal.

¹³¹ A arranhadura corresponde a lesões nas carcaças do frango, tendo como principais causas a densidade do aviário, temperatura do ambiente, qualidade de cama, peso e idade das aves. A depender da intensidade dos arranhões, pode ocorrer a ruptura de pele e evoluir para um processo inflamatório, resultando em dermatoses, uma das principais causas de condenação das aves (SCHERER FILHO, 2009, p. 37-38).

¹³² As condenações representam o descarte das aves em razão de problemas de sanidade. Adriana Oliveira *et al.* (2016, p. 84) apontam que entre os anos de 2006 e 2011, o índice de condenação do Serviço de Inspeção Federal nos matadouros-frigoríficos foi de 5,99%, observando como principais causas: contaminação (1,80%). Contusão/lesões traumáticas (1,57%), dermatoses (0,74%) e celulite (0,50%), artrite (0,38%), aerossaculite (0,13%) e aspecto repugnante (0,13%).

¹³³ Papo cheio representa a permanência do alimento do papo do animal, impedindo a sua digestão. Essa situação pode resultar em infecção, inanição e morte do animal. Além disso, a verificação de papo cheio no abate pode representar um risco de contaminação, pela presença de bactérias. Assim, o seu rompimento irá resultar na contaminação e condenação de toda a carcaça (RUI; ANGRIMANI; SILVA, 2011, p. 1291).

mercado consumidor, principalmente externo. Nos últimos anos, verificou-se um endurecimento das exigências sanitárias internacionais, o que resulta na imposição de cláusulas mais rígidas, como, por exemplo, a proibição de utilização de insumos não fornecidos pelo integrador, de criação de outros animais e aves na propriedade e de visita de terceiros ao aviário sem a expressa autorização do integrador.

Quanto à gestão ambiental, apesar de ser responsabilidade do produtor integrado, por desenvolver a atividade, o integrador estabelece no contrato a exigência de cumprimento da legislação, sob pena de extinção imediata do contrato, sem a necessidade de aviso prévio. Demonstra, assim, mesmo que por uma questão mercadológica, a preocupação com a sustentabilidade da produção. Há, nesse sentido, orientação para o uso racional da água, manejo do solo, bem como para a destinação adequada e tratamento de dejetos e aves mortas.

Já quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, o integrador proíbe contratualmente a utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas a escravo, sob pena de resolução imediata do contrato, independentemente de notificação, respondendo ainda, o produtor integrado, por eventuais perdas e danos.

Com essa estruturação, a agroindústria economiza os investimentos necessários na construção de aviários e do desenvolvimento da atividade produtiva, tais como aquisição ou arrendamento de imóvel rural, construção das instalações e compra de máquinas e equipamentos, além dos custos de manejo da produção e de mão de obra, mas garante matéria-prima em quantidade e qualidade desejadas. As regras específicas desse sistema serão estudadas quando da análise de instrumentos contratuais de integração, no *item 4.4*, discutindo-se, neste ponto, as principais vantagens e desvantagens da adoção da integração na avicultura.

Desse modo, o sistema de integração permite à agroindústria o suprimento de matéria-prima em quantidade, qualidade e tempo desejáveis, adequando-se às instabilidades de mercado. Garante, também, a sanidade das aves, em virtude do fornecimento de medicamentos, vacinas e assistência veterinária. Por fim, assegura um desenvolvimento uniforme dos animais, uma vez que fornecem os pintos de um dia com genética selecionada e ração balanceada.

Para os avicultores, por outro lado, o sistema de integração assegura o escoamento de toda a produção e a sua continuidade ininterrupta. Nesse sentido, a avicultura permite fluxo de caixa

constante, na medida em que o abate dos lotes é realizado a cada 60 dias, ao contrário de outras atividades agrossilvipastoris que se caracterizam como anuais ou bianuais, por exemplo. Além disso, verifica-se uma estabilidade na produção em relação às oscilações de preço, já que os custos dos insumos são de responsabilidade do integrador.

A UBABEF¹³⁴ (2011, p. 56) apontou ainda outras vantagens para o produtor integrado, como a maior facilidade de acesso ao crédito, a incorporação mais rápida de inovações tecnológicas, a oportunidade e capacitação dos avicultores, além da a liberdade de trabalho, de horários e autonomia de gestão da criação.

Por sua vez, Patrícia Zaluski e Ieso Marques (2015, p. 13) realizaram estudo diretamente com produtores de frango de corte e relataram as seguintes vantagens do sistema de integração: *i)* redução de custo; *ii)* segurança da venda das aves; *iii)* rentabilidade financeira; *iv)* garantia de matéria-prima; *v)* maior qualidade da produção de frangos; *vi)* garantia de assistência técnica; *vii)* bloqueio dos concorrentes.

Por outro lado, as seguintes desvantagens foram apontadas pelos produtores integrados: *i)* dependência do integrador; *ii)* pequena margem de ganho; *iii)* necessidade de grandes investimentos; *iv)* aumento de custos; *v)* baixos preços de compra da produção integrada; *vi)* dificuldade de saída da atividade; *vii)* planejamento tecnológico (ZALUSKI; MARQUES, 2015, p. 13)

Além disso, outros pontos conflituosos foram observados no sistema de integração. Desde o início da década de 2010, por conta do expressivo aumento do preço da soja e do milho, diversos integradores que já se encontravam em dificuldades econômicas acabaram tendo a sua falência decretada ou efetuaram pedido de recuperação judicial. Esse cenário favoreceu algumas agroindústrias, de maior porte, que adquiriram ou assumiram os frigoríficos em crise. Desse modo, verificou-se uma diminuição no número de parceiros, com uma tendência de concentração de mercado.

¹³⁴ No ano de 2014, a União Brasileira de Avicultura (UBABEF) uniu-se com a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIEPCS), resultando na Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Conforme informações da Avisite (2014), no ano de 2014, BRF e JBS foram responsáveis pelo abate de 2,6 bilhões de cabeça de frango, representando 43,9% do total nacional. Quanto ao mercado externo, por sua vez, ambas foram responsáveis por 73,95% das exportações brasileiras.

Ademais, problemas quanto à remuneração recebida pelos produtores integrados são recorrentes no sistema de integração¹³⁵. Atualmente, os critérios para apuração do percentual cabível ao avicultor, bem como o seu respectivo valor, são instituídos de modo unilateral pelo integrador, sem a possibilidade de negociação.

Por conta desse cenário, o legislador reconheceu a necessidade de se regular o sistema de integração e garantir segurança jurídica às partes envolvidas no contrato. Desde o primeiro projeto de lei apresentado no ano de 1998, diversas questões foram debatidas no Congresso Nacional, apresentando-se cinco versões até a final, publicada na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016)¹³⁶.

Desse modo, com o objetivo de verificar quais os impactos que a Lei n. 13.288/2016 pode trazer para o setor avícola brasileiro, optou-se por uma análise empírica, combinando a análise de dados secundários, realizada neste item, com entrevistas e análise documental, mediante estudo de instrumentos contratuais celebrados no sistema de integração.

Para a análise dos resultados, serão levadas em consideração as vantagens e desvantagens, bem como os problemas, contidos nesse item, como hipóteses de pesquisa, a serem testadas para comprovar a sua efetiva ocorrência, resultando, assim, na verificação dos impactos jurídicos da tipificação do contrato de integração.

4.3 ENTREVISTAS

¹³⁵ Página Rural (29/11/2004): Avicultor denuncia preço excessivamente baixo pago por indústria de frangos; Avicultura Industrial (03/05/2010): Avicultores paranaenses reclamam de preços recebidos; A Notícia (04/11/2013): Cerca de 600 produtores de frangos enfrentam problemas financeiros no Sul de Santa Catarina; Gazeta de Toledo (25/01/2015): Avicultores reclamam de baixo preço pago por integradora; O Diário (15/03/2016): Produtores reclamam de preço do frango pago por integradoras.

¹³⁶ PL n. 4.378/1998, PL n. 3.979/2008, PL n. 1.572/2011 (EMC n. 33), PLS n. 330/2011 e PLS n. 487/2013.

A entrevista pode ser entendida como uma forma de interação social, na medida em que o “investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2012, p. 109). Apresenta-se como uma técnica de coleta de dados adequada para a obtenção de informações relativas a explicações ou razões a respeito de fenômenos, diretamente das pessoas envolvidas (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 273). Desse modo, adequada para a verificação da percepção dos avicultores sobre o sistema de integração.

Nesse sentido, Antonio Carlos Gil (2012, p. 110) aponta as principais vantagens¹³⁷ da utilização da entrevista em pesquisa social

- a) A entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) A entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) Os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

Por outro lado, o autor aponta algumas desvantagens da utilização da entrevista, destacando-se: *i)* a falta de motivação do entrevistado para responder; *ii)* a inadequada compreensão da pergunta; *iii)* o fornecimento de respostas falsas (GIL, 2012, p. 110). Além disso, permite apenas compreensão parcial de uma realidade, implicando em diferentes interpretações, apresentando limitações quanto ao grau de generalização dos resultados obtidos. Apesar das ressalvas, demonstra ser um instrumento útil para auxiliar no desenvolvimento e nos objetivos do trabalho.

Desse modo, adotou-se modalidade de entrevista semiestruturada, que compreende perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistado pronunciar-se sobre o tema sem se limitar absolutamente à pergunta formulada (MINAYO, 2019, p. 64).

¹³⁷ O autor ainda aponta diversas vantagens quando comparada com questionários: “a) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler; b) possibilita a obtenção de maior número de respostas, posto que é mais fácil eixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado; c) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; d) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas” (GIL, 2012, p. 110).

Nesse sentido, Sophie Duchesne (2000, p. 10)¹³⁸ entende que essa modalidade favorece uma mudança no questionamento, com foco no conhecimento e nas questões próprias dos atores sociais. Assim, o seu objetivo é coletar, juntamente com as opiniões dos entrevistados, os elementos de contexto (social e linguístico) necessários para se compreender as opiniões. Além disso, permite ao entrevistado explorar o campo de indagação aberto pelas instruções iniciais, em vez de ser guiado pelas perguntas do entrevistador.

Dessa forma, a entrevista permite acessar a percepção dos produtores integrados sobre o sistema de integração na avicultura, permitindo que transmitam sua opinião e expressem ambiguidades ou conflitos existentes no grupo analisado. Assim, Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 65) aponta que cada entrevista irá exteriorizar um aspecto da realidade. No *item 4.3.1* será aprofundada a utilização da entrevistas como procedimento para coleta de dados necessários para a verificação do objetivo de pesquisa.

4.3.1 Procedimentos para coleta de dados

O objetivo deste item é discorrer sobre o procedimento utilizado para coleta de dados, ou seja, para a realização das entrevistas, seguindo, assim, os conselhos de Howard Becker (199, p. 14) sobre a importância de se transmitir nossas experiências para outros pesquisadores.

A revisão de literatura sobre o sistema de integração avícola e análise de dados secundários serviram como fundamento para o levantamento dos pontos conflituosos existentes na relação entre produtor integrado e integrador. Partindo dessa análise preliminar, elaborou-se o roteiro das entrevistas¹³⁹.

Empregou-se em seu desenvolvimento o *princípio da não-diretividade*, conforme descrito por José Roberto Franco Xavier (2017, p. 125), permitindo ao entrevistado explorar suas percepções sobre determinado aspecto da realidade social. Para a sua instrumentalização, utiliza-se uma diretriz inicial, introduzindo o entrevistado no tema a partir de uma intervenção

¹³⁸ No original, “*L’entretien « non-directif » favorise un déplacement du questionnement, tourné vers le savoir et les questions propres des acteurs sociaux. La principale raison d’être de la méthode est de recueillir, en même temps que les opinions des personnes interrogées, les éléments de contexte, social mais aussi langagiers, nécessaires à la compréhension des dites opinions. Elle consiste à amener la personne interrogée à explorer elle-même le champ d’interrogations ouvert par la « consigne », au lieu d’y être guidée par les questions de l’enquêteur*” (DUCHESNE, 2000, p. 10)

¹³⁹ O roteiro das entrevistas encontra-se no Apêndice B.

inicial do entrevistador, que dá uma direção para a fala do entrevistado, entretanto, sem bloquear o campo de possibilidade de resposta.

Tomando como base o modelo apresentado por José Roberto Franco Xavier (2017, p. 125), a entrevista teve início com uma diretriz inicial: “Gostaria que o senhor/a senhora me falasse um pouco do sistema de integração vertical. Me interessa saber como ocorre a relação com o integrador, como o contrato é feito e como você avalia a atual situação de integração”

Nesse sentido, o início da entrevista desenvolveu-se como uma conversa informal, em um espaço de conforto ao entrevistado, deixando que discorresse naturalmente sobre a sua percepção e vivência do sistema de integração. Durante a conversa, o pesquisador realizava as anotações pertinentes às questões elaboradas previamente, sem a necessidade de se perguntar diretamente. Apenas em um segundo momento o roteiro foi repassado, cumprindo os pontos não tratados durante a conversa.

Eduardo Coutinho, consagrado documentarista brasileiro, no filme *Coutinho, 7 de outubro*, dirigido por Carlos Nader, que tratava justamente de sua forma de trabalho, afirmou que “a necessidade de ser ouvido é uma das mais profundas, senão a mais profunda, necessidade do ser humano. Ser ouvido é ser legitimado. Mas quem está preocupado em legitimar o outro?”

José Roberto Franco Xavier (2017, p. 157) aponta que “num mundo de supervalorização do ato de falar, ouvir é um ato que causa estranhamento”. Esse sentimento de estranhamento foi percebido na realização das entrevistas, principalmente por conta da característica de simplicidade dos entrevistados. Diversos foram os comentários nesse sentido: *nossa, mas eu falar? Não tenho muita coisa para te ensinar, a gente que precisa aprender com vocês; ninguém nunca quis saber qual a nossa situação.*

Deixar o entrevistado falar possibilitou um conhecimento abrangente sobre diversos pontos do sistema de integração e sobre a sua percepção sobre esse modelo. Diversos pontos relatados não haviam sido levantados na revisão de literatura.

Por fim, para algumas questões, utilizou-se um modelo fechado de resposta, com a finalidade de facilitar a análise dos dados, tendo por base a escala de Likert. Esse modelo foi desenvolvido por Rensis Likert (1932) para mensurar atitudes nas ciências comportamentais. Na escala, os

entrevistados se posicionam de acordo com o grau de concordância relativa ao item. Utilizou-se o modelo de escala original, com cinco pontos, variando da discordância total até a concordância total¹⁴⁰.

Inicialmente, realizou-se entrevista piloto com 3 produtores integrados, após as quais foram feitas alterações pontuais no roteiro de entrevista. As alterações mais significativas foram relativas à sua condução. Em primeiro lugar, os entrevistados não se sentiram confortáveis com a gravação da conversa. Observou-se certo receio em falar sobre o assunto sendo gravado, com medo do que poderia ser feito com o áudio. Assim, optou-se pela não gravação, anotando-se os principais pontos.

Em segundo lugar, o pedido para assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido resultou em uma quebra da cumplicidade desenvolvida com os entrevistados, que se mostraram receosos em assinar um documento sem compreender completamente o seu termo. Destaca-se que a maior parte dos entrevistados, sobretudo no Estado de São Paulo, possuíam baixo nível de escolaridade. O restante da conversa não teve o mesmo desenvolvimento após o pedido. Assim, optou-se por apenas entregar o documento informativo, constante no Apêndice C, sem a colheita da assinatura.

4.3.2 Procedimentos para organização e análise de dados

A exploração e interpretação do material resultante das entrevistas sucedeu-se pelos procedimentos da análise de conteúdo, definida por Laurence Bardin (2011, p. 78) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com finalidade de obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos realitos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Para possibilitar a sua análise, dividiu-se os componentes das mensagens analisadas por um processo de categorização, comumente utilizado na análise de conteúdo. A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, ou seja, são rubricas ou

¹⁴⁰ Grau de concordância com a afirmação: (1) discordo totalmente; (2) discordo parcialmente; (3) Não concordo nem discordo; (4) concordo parcialmente; (5) concordo totalmente.

classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 147).

4.3.3 Resultados

Seguindo a técnica de Laurence Bardin (2011, p. 48), a exploração e interpretação dos dados processou mediante os procedimentos de análise de conteúdo, determinando-se seis categorias para análise: *i)* caracterização dos avicultores entrevistados; *ii)* contrato de integração; *iii)* Lei n. 13.288/2016; *iv)* solução de conflitos; *v)* energia; *vi)* seguro

4.3.3.1 Caracterização dos avicultores entrevistados

As entrevistas foram realizadas com 16 avicultores que atuam em um sistema de integração com a agroindústria, tendo como fim a criação de frango de corte. As entrevistas foram realizadas em duas regiões, escolhidas por suas características conforme apontado no *item 4.2*. Desse modo, tem-se 8 entrevistado para cada região, com perfis identificados na Tabela 7. Em razão da não individualização de cada produtor, foi utilizado código para identificação, representado pela sigla do Estado seguida do número da ordem de realização das entrevistas.

Tabela 7. Perfil dos avicultores entrevistados

AVICULTOR	MUNICÍPIO	ANO DE INÍCIO	NUM. DE AVIÁRIOS	CAPAC. TOTAL	INTEGRADOR
SP.1	São Pedro/SP	2008	1	12.000	B
SP.2	São Pedro/SP	2000	1	15.000	A
SP.3	Brotas/SP	1983	1	20.000	B
SP.4	Brotas/SP	1988	1	20.000	A
SP.5	Charqueada/SP	2004	4	85.000	C-D
SP.6	São Pedro/SP	1988	1	12.500	A
SP.7	Brotas/SP	2003	1	25.000	A
SP.8	São Pedro/SP	1985	1	12.000	B
SC.1	Lauro Müller/SC	1997	2	60.000	D
SC.2	Lauro Müller/SC	2011	2	80.000	D
SC.3	Lauro Müller/SC	2000	2	60.000	E
SC.4	Treviso/SC	1995	1	21.000	D
SC.5	Treviso/SC	1994	1	20.000	D
SC.6	Lauro Müller/SC	1998	2	40.000	D
SC.7	Lauro Müller/SC	1998	2	50.000	D
SC.8	Treviso/SC	1994	1	20.000	D

Observa-se que a região analisada no Estado de São Paulo apresenta avicultores com menor porte, com média de capacidade de produção de 25.000 aves por produtor. Entretanto, ainda mais, retirando-se o avicultor SP.5, que encontra-se em patamar superior, essa média diminui para 16.600, aproximadamente. Por seu turno, a região de Santa Catarina apresentou aviários mais modernos e, conseqüentemente, de maior capacidade, com média de aproximadamente 44.000 aves por avicultor.

Outra distinção é a atuação em outras atividades agrícolas. Isso reflete no tamanho dos aviários, em razão da necessidade de investimentos e na divisão de prioridades do produtor. Dos entrevistados em São Paulo, todos desenvolviam outras culturas dentro de sua propriedade, destacando-se cana-de-açúcar, eucalipto, café, milho e hortaliças. Já em Santa Catarina, em razão das características de relevo e do tamanho das propriedades, todos tinham a avicultura como principal atividade agropecuária, apesar de desenvolverem, em menor escala e importância, algumas atividades agrícolas.

As regiões também apresentam relevante distinção quanto à cultura associativa e cooperativa. O Gráfico 8 mostra quais entrevistados eram pertencentes à associação de avicultores.

Gráfico 8. Entrevistados filiados à associação de avicultores

Legenda: (1) entrevistado associado à associação de avicultores; (-1) entrevistado não associado à associação de avicultores

Na região analisada no Estado de São Paulo, não existe associação de avicultores. A única entidade coletiva existente na região é a Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA, com sede no Município de Piracicaba/SP. Dentre os entrevistados, um desenvolve o plantio de cana-de-açúcar e figura como cooperado.

Em Santa Catarina, por sua vez, todos os entrevistados eram associados à Associação de Avicultores do Sul Catarinense (AVISULSC). A cultura associativa pode ser demonstrada pelos dados do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP, 2017) mostrando que o estado possui 265 cooperativas, reunindo mais de 2 milhões de associados, mantendo 58 mil empregos diretos e faturando mais de R\$ 31,5 bilhões de reais anualmente. Dentre essas, 52 cooperativas são agropecuárias e correspondem a 63% do faturamento.

Apesar dessa força cultural associativa, os avicultores enfrentaram severas dificuldades para instituição da atual associação. Lucia Cimolin, avicultora, ex-prefeita de Treviso/SC e membro do comitê técnico AVISULSC, conta que duas tentativas anteriores foram barradas pela agroindústria. Na primeira tentativa, no ano de 2009, todos os eleitos para a diretoria foram desligados pelo integrador. Em 2010, por conta de pressão da agroindústria, não passou da primeira reunião. Assim, apenas no ano de 2013 a associação e avicultores foi constituída, após o domínio de mercado da JBS, quando a sua criação se tornou imperiosa.

Entretanto, a agroindústria não reconhece a existência da associação, negociando apenas de forma individual com os produtores integrados. Mesmo assim, a associação luta por melhores condições, participando ativamente das discussões do PLS n. 330/2011, que resultou na Lei n. 13.288/2016, tendo feito propostas de emenda, mas que foram rejeitadas¹⁴¹.

Em 26 de março de 2014, a Associação apresentou uma série de reivindicações à JBS, reiterando o pedido em 26 de abril de 2014. A agroindústria respondeu às reivindicações em reunião realizada no dia 07 de maio de 2014. Entretanto, os entrevistados afirmam que as condições continuam a não ser cumpridas.

¹⁴¹ Destacam-se as seguintes sugestões: a) inserir o conceito de hipossuficiência do integrado frente ao integrador; b) excluir e deixar omissa o que trata o parágrafo 3º do Art 2º – vínculo trabalhista; c) em hipótese alguma deixar algo que possa levar a remuneração do integrado vinculado à tal meritocracia (entenda-se tabelas), mas deixar claro que se estas existirem será para pagar além do custo de produção. Garantir renda mínima a cada ciclo de produção. Do jeito que a Lei está escrita, fala de renda justa e do custo de produção, mas depois remete tudo aos contratos firmados. Assim uma coisa anula a outra e as tabelas prevalecerão; d) buscar que os contratos sejam instrumentos coletivos de negociação; e) a responsabilidade da saúde e da vida do integrado, bem como a responsabilidade ambiental devem ser solidárias, no mínimo, entre as partes. Deveria ser mais responsabilidade do integrador, uma vez que é ele quem traz elemento estranho para dentro das propriedades; f) que o governo tenha compromisso com os produtores integrados, ver Lei do biodiesel. Agroindústria recebe incentivos e estes, em parte devem chegar ao integrado.

Tabela 8. Reinvidicações realizadas pela Associação dos Avicultores do Sul Catarinense

Categorias	Reivindicações da Associação	Respostas do Integrador
Remuneração	Correção dos valores das tabelas atualmente aplicadas aos avicultores, não atualizadas desde o ano de 2007	Não haverá ajustes, não garante valor mínimo, mas apresentará demonstrativo ao final do lote
Tabelas	Unificação das tabelas aplicadas nas três unidades da JBS, para que todos os avicultores recebam o mesmo tratamento	Serão unificadas a partir de outubro de 2014
Apanha	Custo da apanha seja integralmente arcado pela JBS	Sem prazo para implementação
Pagamento	Prazo para pagamento seja de 7 dias úteis após a entrega das aves para abate	Será feito em 14 dias corridos a partir do último carregamento
Idade de abate	Entre 40 e 45 dias	Irá atender o solicitado
Intervalo de alojamento	Entre 10 e 20 dias	Irá atender o solicitado
Capacidade instalada	Todos os aviários devem receber a capacidade instalada total	Irá atender o solicitado
Distratos já efetuados	- ressarcimento dos prejuízos; - pagamento das dívidas de financiamentos; - proibição de novos desligamentos sem o acompanhamento da associação, buscado a solução dos problemas antes de efetivado;	Direito da empresa
Contrato	Deve ser redigido com poucas cláusulas e escrito primeiramente pela Associação para posterior discussão com a integradora.	Há acordo com a CNA para realização de um único contrato e todo Brasil, em conformidade com a lei que será aprovada

Essas informações são relevantes para o levantamento de problemas existentes na relação contratual dentro do sistema de integração e para, desse modo, verificar os impactos da Lei n. 13.288/2016. A lei propôs-se a regular a integração e garantir segurança jurídica para as partes, mas não cumprirá o seu objetivo se não trouxer solução para os problemas já existentes nessa relação.

4.3.3.2 Contrato de integração

O primeiro questionamento feito aos entrevistados quanto ao sistema de integração foi relativo à viabilidade de organizar-se como produtor independente, de modo a verificar a existência de dependência econômica do avicultor integrado em relação ao integrador. Observou-se a ocorrência de discordância total, de modo unânime, sobre a viabilidade da produção de modo independente.

Destaca-se como principais argumentos para a inviabilidade desse modelo: *i)* dificuldade para adquirir pintos de um dia; *ii)* dificuldade para suprir a necessidade de ração, sobretudo quanto

às oscilações de preço do milho e da soja; *iii*) dificuldade para encontrar um comprador de todo o lote, em razão da quantidade de aves e do curto período entre a nova produção.

Essa afirmação foi corroborada pelo questionamento inverso, ou seja, se o sistema de integração seria o único modelo de produção viável para o desenvolvimento da avicultura. De modo também unânime, os entrevistados concordaram totalmente com a afirmação de que o sistema de integração é o único modelo de produção viável para o desenvolvimento da avicultura. Dentre os motivos apontados, destaca-se o fornecimento de pintos de um dia, o suprimento de ração e insumos e a garantia de venda de toda a produção.

Em continuidade à verificação da existência de dependência econômica do produtor integrado, questionou-se sobre a presença de outro parceiro viável na região. O Gráfico 9 apresenta o grau de concordância sobre essa afirmação.

Gráfico 9. Grau de concordância sobre a existência de outro parceiro viável na região

Legenda: (2) concordo totalmente; (1) concordo parcialmente; (0) não concordo nem discordo; (-1) discordo parcialmente; (-2) discordo totalmente.

Curioso notar que, atualmente, nas duas regiões analisadas, existe mais de um integrador. Entretanto, nenhum dos entrevistados concordou totalmente sobre a existência de outro parceiro viável. Isso decorre de diversos motivos, de âmbito principalmente pessoal, envolvendo problemas na relação contratual anterior.

Na região do Sul Catarinense, até o ano de 2012, havia três integradores atuantes: Seara, Tramonto e Agrovêneto. Entretanto, todas foram incorporadas pela JBS, nos anos de 2012 e 2013, que passou a atuar unicamente sob a denominação JBS Aves, tendo como marca principal a Seara. Apenas no ano de 2017 houve a entrada de novo parceiro, com a inauguração de um abatedouro da Granja Pinheiros, na cidade de Grão-Pará/SC.

Entretanto, os avicultores entendem que não se trata de um parceiro viável, em razão de sua pequena capacidade de abate, impedindo a absorção de um número significativo de produtores que venham a terminar a relação contratual com a JBS. Apenas um dos entrevistados mantém, atualmente, contrato com a Granja Pinheiros.

Em São Paulo, por sua vez, essa perspectiva depende da localidade em que se encontra o aviário. As entrevistas foram realizadas principalmente na região denominada Serra do Itaqueri, onde se encontravam sete avicultores entrevistados. Nessa região, apenas dois integradores mantêm atuação, a Ad'Oro e a Bello Alimentos, que há pouco tempo assumiu a operação do frigorífico da Avícola Santa Cecília, em Itapuí/SP, que se encontra recuperação judicial. Por sua vez, na região ao entorno da serra verificou-se a atuação da Rosaves, da Ad'Oro e da JBS, que recentemente passou atuar nessa localidade.

Desse modo, a resposta para esse questionamento decorre de diferentes motivos. O entrevistado SP.1, por exemplo, foi excluído por um integrador por não se enquadrar nos novos limites mínimos de capacidade, ficando um ano sem produzir, até a entrada de nova agroindústria. Assim, para ele, não existe outro parceiro viável. Essa mesma situação foi observada no entrevistado SP.8.

Já o avicultor SP.3, optou por fazer a troca de integrador em busca de melhores preços, assim, entende o contrário, que existe outro parceiro viável. Por sua vez, SP.5 encontra-se na região ao entorno da serra, em que se sucedeu a entrada de novo integrador. Como possui 5 aviários, contratou com o novo integrador a colocação de um lote no de maior capacidade. Entretanto, na data da entrevista, ainda não havia iniciado esse novo ciclo, motivo pelo qual concorda parcialmente com a afirmação.

Por fim, os entrevistados SP.2, SP.4, SP.6 e SP.7 mantêm contrato com o atual integrado há pelo menos 15 anos, sem a verificação de qualquer problema. Contam quem recebem um pouco menos, porém, possuem a garantia de recebimento, em uma experiência sem a ocorrência de atrasos. O outro integrador pode até pagar um pouco mais, mas já mudou de proprietário pela segunda ou terceira vez nos últimos anos, deixando lotes sem pagamento. Assim, não existe outro parceiro viável, porque entendem ser melhor receber menos, mas ter a garantia de pagamento total e sem atraso.

Desse modo, observa-se que em nenhuma das regiões existe uma verdadeira concorrência entre os integradores, ou seja, não existe agroindústria de mesmo porte capaz de concorrer efetivamente pelo mercado. Em verdade, verifica-se a presença de um integrador de maior porte, com maior capacidade de abate, e outro de menor, que atua principalmente absorvendo os avicultores excluídos do sistema de integração do maior.

Em São Paulo, por conta do histórico de falência e recuperação judicial, não há garantia contra nova ocorrência de atrasos no pagamento ou de encerramento da parceria restando parcelas a pagar. Já em Santa Catarina, não possui capacidade de abate suficiente para concorrer.

Conclui-se, desse modo, que os produtores integrados são dependentes do integrador, pela impossibilidade de desenvolver a atividade de modo independente e pela dificuldade em encontrar outro parceiro viável. Por conta dos investimentos específicos empreendidos para a consecução da atividade, predominantemente por meio de financiamento em entidades públicas ou privadas, os produtores integrados acabam por aceitar as imposições do integrador com medo de sofrerem o desfazimento unilateral do contrato em caso de questionamentos e conflitos.

Nas entrevistas, verificou-se a situação apresentada no Gráfico 10 quanto à obtenção de financiamento utilizado para construção de aviários e aquisição de máquinas e equipamentos destinados à atividade avícola. Destaca-se que, ao contrário de hipótese levantada na literatura, não foi constatada a participação da agroindústria em empréstimos, benefícios ou transferência de tecnologia relativos à construção dos aviários e à aquisição de máquinas e equipamentos utilizados na produção.

Gráfico 10. Utilização de financiamento destinado à atividade avícola.

Legenda: (1) sim; (0) não sabe; (-1) não

Em estudo realizado no ano de 2013 pelo Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada da Universidade do Extremo Sul Catarinense, em parceria com a AVICSUL, observou-se que, dos 312 avicultores analisados, 82,37% possuíam financiamento. Dentre esses, a distribuição do valor financiado correspondia ao apresentado no Gráfico 11.

Gráfico 11. Distribuição de financiamentos (R\$)

Fonte: AVISULSC; IPESE (2013).

Pode-se notar que 49,42% dos financiamentos realizados foram no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Por sua vez, significativa a parcela entre R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), correspondendo a 39,30% do total. Já os financiamentos acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) foram verificados em menor número, totalizando 10,51%.

Gráfico 12. Tempo de dívida dos avicultores

Fonte: AVISULSC; IPESE (2013).

Destaca-se também a análise do tempo de dívida em que encontram os avicultores. Conforme observado no Gráfico 12. Observa-se maior percentual com dívidas entre 1 a 5 anos (61,87%), ao passo que de 6 a 10 anos totaliza-se 21,01%. Porém, ainda considerável a parcela que possui dívidas a mais de 11 anos, correspondendo a 11,68%. Ressalta-se que, do total, 16,34% dos avicultores possuem parcelas vencidas de financiamento.

Os dados sobre o percentual de financiamento dos produtores integrados importam na análise do desfazimento unilateral da relação contratual por parte do integrador. A Associação dos Avicultores do Catarinense (AVISULSC) informou que 110 avicultores foram cortados pelo integrador desde 2012. A dívida respectiva desses avicultores totalizava R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Entretanto, nesse mesmo período foi autorizada a abertura de 30 novos aviários. Para os entrevistados, isso demonstra que o desligamento dos avicultores não decorreu exclusivamente de ajustes de quantidade de produção pela demanda de mercado.

Desse modo, defendem a proibição de desfazimento do contrato, sem justa causa do produtor integrado, quando este ainda estiver encarregado do pagamento de financiamento. Destaca-se que grande parcela dos investimentos realizados pelo avicultor decorre de exigência do integrador, sem efetiva proteção contratual, em contrapartida.

Dentre os produtores entrevistados, SP.8 foi desligado nos últimos meses de financiamento, de modo unilateral. O integrador estabeleceu um parâmetro de capacidade mínima dos aviários para manutenção do contrato, e o extinguiu em relação a todos os avicultores que não atingissem tal patamar. Diz que teve sorte da entrada de um novo integrador, mas nesse intervalo atrasou parcela e teve prejuízos em decorrência disso.

O produtor SC.3 também foi desligado de modo unilateral pelo integrador, sem justa causa, e ajuizou ação para ressarcimento dos prejuízos. Entretanto, a ação ajuizada em 2016 teve primeira audiência agendada para o segundo semestre de 2018, o que resulta em sua percepção de ineficiência do Poder Judiciário.

Além do prejuízo pelo término da atividade, nas situações em que o produtor estiver sob a vigência de financiamento, a finalização da produção poderá resultar em perda da propriedade, pois usualmente oferecida como garantia, conforme observado no Gráfico 13.

Gráfico 13. Bens oferecidos em garantia.

Por sua vez, passa-se a analisar a mudança de parceiro, com o objetivo de verificar a sua incidência e quais motivos acarretam a sua ocorrência. Conforme aponta o Gráfico 14, pode-se observar com certa frequência a troca de parceiro de integração. Entretanto, os motivos que resultam no desfazimento da relação contratual são frequentemente os mesmos.

Gráfico 14. Número de empresas com que celebrou contrato de integração desde o início da atividade

Nota-se que 43,75% dos entrevistados possuíam contrato com duas agroindústrias, ou seja, mudaram uma vez de parceiro. Esse mesmo percentual representa os avicultores que mantiveram contrato com três ou mais integradores. Por sua vez, apenas 12,5% dos entrevistados não mudaram de parceiro.

Entretanto, os motivos para a troca do integrador, conforme Gráfico 15, são frequentemente os mesmos: 56% das trocas foram resultados da falência e /ou recuperação judicial do integrador e 24% resultaram de exclusão unilateral pela agroindústria. Por outro lado, em 12% dos casos houve opção por parte do produtor integrado, ao passo que 8% decorreu do abandono da atuação do integrador na região.

Gráfico 15. Razões para a troca do integrador

Com exceção das três mudanças decorrentes de opção do produtor integrado, destaca-se que não se verificou nenhuma outra situação em que a razão da troca teve participação do avicultor. Assim, em 88% dos casos apontados nas entrevistas, as causas decorreram exclusivamente do integrador.

Quanto à elaboração das cláusulas do contrato, observou-se, em todas as entrevistas, a ausência de negociação, ou seja, são impostas de modo unilateral pela agroindústria. Essa é uma das reivindicações da AVISULSC, que defende a elaboração do contrato pela associação, para posterior ajuste pelo integrador. Entretanto, não é essa a realidade encontrada. O contrato de integração, desse modo, apresenta-se como um contrato de adesão, não se permitindo a negociação de seu conteúdo.

Nesse sentido, questionou-se aos avicultores sobre a possibilidade de negociação de parâmetros técnicos, econômicos, de gestão de risco e de equilíbrio distributivo¹⁴². Todos os entrevistados discordaram totalmente sobre a possibilidade de negociação de parâmetros trazidos no contrato. Cláusulas que preveem, por exemplo, índice de produção, critérios de qualidade, forma de remuneração, formação do preço de referência, prazo para pagamento e obrigações das partes, são impostas unilateralmente pelo integrador.

¹⁴² Segundo Fabiano Coser (2010, p. 91-92), os parâmetros podem ser classificados do seguinte modo: *técnico*: índices de produção, definição de metas de produtividade, critérios de qualidade; *econômicos*: forma de remuneração, formação do preço de referência, índices de correção; *gestão do risco*: fundo de catástrofe sanitária, ambiental, mercadológica, seguro das instalações e animais, garantia de renda, prazos, formas de saída do contrato; *equilíbrio distributivo*: renegociação de parâmetros econômicos, divisão de custos agregados ao sistema em virtudes de mudanças, alterações tecnológicas que aumentam ou reduzem custos.

Em razão da falta de poder do produtor integrado para negociar as cláusulas que compõe o seu contrato, bem como pelo sentimento de impotência do avicultor em relação à proteção de seus interesses, por conta de sua dependência econômica, os entrevistados encontram em uma posição de não satisfação plena em relação ao atual parceiro, conforme apontado no Gráfico 16.

Gráfico 16. Grau de satisfação em relação ao atual integrador.

Legenda: (2) muito satisfeito; (1) satisfeito; (0) indiferente; (-1) insatisfeito; (-2) muito insatisfeito.

Observa-se que em São Paulo há uma maior satisfação em relação ao atual integrador. O entendimento passado pelos avicultores é de que o sistema poderia ser melhor, mas é a única opção, então estão relativamente satisfeitos. A principal reclamação é relativa ao baixo valor da remuneração, porém, quanto às demais obrigações, consideram-se satisfeitos.

SP.1 e SP.3 foram os únicos a se manifestar como *muito satisfeitos*. Ambos foram cortados recentemente por um integrador e absorvidos por outro, então estão muito satisfeitos até o momento, recebendo até mais do que anteriormente, inclusive. Porém, observou-se problemas de atraso para colocação de lote, o que pode resultar em diminuição da receita anual, mas isso não atrapalhou a satisfação dos avicultores, pois entendem que *são coisas que acontecem*.

Já em Santa Catarina, por outro lado, verifica-se um posicionamento mais crítico em relação ao atual integrador. A opinião de vivenciarem um monopólio no sistema regional de integração contribui para esse resultado, pois diversos avicultores foram excluídos pelo integrador em razão de questionamentos sobre as condições do contrato. Assim, mesmo enfrentando problemas na relação com o integrador, acabam por aceitar as imposições com receio de extinção do contrato, resultando, assim, em insatisfação.

Desse modo, a insatisfação com o integrador não decorre essencialmente dos produtos e serviços prestados por ele, mas sim diretamente da condução contratual do sistema de

integração. A falta de possibilidade de negociação de parâmetros e a ausência de opção viável de parceiros apresentam-se como fatores determinantes. O Gráfico 17 traz a análise do grau de satisfação dos entrevistados em relação aos produtos e serviços prestados pelo integrador.

Gráfico 17. Grau de satisfação em relação aos produtos e/ou serviços prestados pelo integrador

Legenda: (2) muito satisfeito; (1) satisfeito; (0) indiferente; (-1) insatisfeito; (-2) muito insatisfeito.

Pode-se observar um sentimento geral de satisfação com os produtos e serviços prestados pelo integrador. A preocupação da agroindústria com a qualidade dos insumos e serviços decorre de seu impacto direto na qualidade e quantidade de produto final, porém, mesmo assim, alguns problemas são verificados. Diversos produtores sofreram com a mortalidade de aves logo no início de alojamento¹⁴³. Apontam que isso se deve a contaminação prévia dos pintos de um dia, ou seja, de responsabilidade do integrador. Nessas situações, mesmo com a presença de veterinários e a administração de medicamentos e vacinas, a mortalidade não foi controlada em todos os casos. Critica-se, também, que nesses casos, o integrador não apresentou laudo sobre a doença verificada.

Entretanto, apenas SC.4 apresentou-se insatisfeito em relação aos produtos e serviços prestados pelo integrador, quanto à qualidade da ração e dos pintos de um dia. Em relação ao primeiro, afirma que em épocas de pico de preço do milho e da soja, a ração costuma vir com maior percentual de outros componentes, diminuindo a sua qualidade e, consequentemente, a produção. Já em relação ao segundo, diz que os pintos de um dia para compor o lote costumam vir com uma grande quantidade de mistura, o que compromete a uniformidade de crescimento das aves, implicando em uma produção desuniforme¹⁴⁴ e no resultado final da produção.

¹⁴³ O alojamento diz respeito ao período de colocação dos frangos nos aviários, ou seja, do fornecimento dos pintos de um dia pelo integrador até a sua retirada para o abate.

¹⁴⁴ Como mecanismo de coordenação para suprimento de matéria-prima, o integrador espera uma produção final uniforme, ou seja, com aves de tamanho e peso semelhantes, atendendo aos padrões de mercado. Por isso, o produtor integrado que entregar uma produção desuniforme, acaba por perder bonificações de qualidade. Entretanto, quando há uma mescla genética ou de idade dos ovos nos pintos de um dia, as aves acabam por se

Por fim, quanto ao sistema de integração, diversas são as vantagens e desvantagens apontadas pela literatura¹⁴⁵. Entretanto, o objetivo da entrevista foi verificar a percepção dos produtores integrados quanto às vantagens e às desvantagens desse sistema. Assim, não foi utilizado questionário, com alternativas predeterminadas, mas sim, o que espontaneamente é entendido como vantagem ou como desvantagem pelo avicultor. Desse modo, o Gráfico 18 apresenta as hipóteses citadas de modo espontâneo pelos 16 avicultores entrevistados.

Gráfico 18. Vantagens do sistema de integração.

Pode-se observar, dessa forma, que todos os entrevistados apontam a garantia de venda da produção como a principal vantagem do sistema de integração. Critérios trazidos pela literatura, tais como, a maior qualidade da produção de frango, a garantia de assistência técnica, o bloqueio dos concorrentes e a transferência de tecnologia não foram citadas de forma espontânea pelos entrevistados.

Por outro lado, em relação às desvantagens do sistema de integração, a unanimidade relaciona-se com a baixa remuneração percebida pelos produtores integrados. Os demais fatores constantes do Gráfico 19 apontam para uma mesma ideia, ou seja, de que o contrato de integração importa em subordinação do avicultor, mediante a imposição do contrato, da

desenvolver de modo desuniforme, tendo como resultado final tamanhos e pesos distintos, mas decorrentes de ações do próprio integrador, e não de má-prática de manejo.

¹⁴⁵ Patrícia Zaluski e Ieso Marques (2015, p. 13) trazem as seguintes vantagens e desvantagens apontadas pelos produtores. Vantagens: redução de custo, segurança da venda das aves, rentabilidade financeira, garantia de matéria prima, maior qualidade da produção de frangos, garantia de assistência técnica e bloqueio dos concorrentes. Desvantagens: dependência da integradora, pequena margem de ganho, necessidade de grandes investimentos, aumento de custos, baixos preços de compra da produção integrada, dificuldade e saída da atividade, planejamento tecnológico.

distribuição desigual do risco, da falta de controle sobre o preço, contribuindo para um sentimento de exploração.

Gráfico 19. Desvantagens do sistema de integração.

O principal problema apontado pelos entrevistados diz respeito à baixa remuneração recebida pela produção, na medida em que a o cálculo do percentual de remuneração e o valor do produto são determinados pela agroindústria. A baixa remuneração fica manifesta quando analisados os custos para a produção de frango de corte. Estudo realizado pelo IPESE (2013) em parceria com a AVISULSC indicam os seguintes resultados¹⁴⁶, considerando apenas os custos dispendidos pelo produtor integrado, excluindo os de responsabilidade do integrador.

Tabela 9. Custo de produção.

Custo / Método de produção ¹⁴⁷	Convencional	Climatizado	<i>Dark House</i>
Custo fixo e depreciação	1,1961	1,0804	0,7289
Custo com financiamento	1,3296	1,2923	0,9326
Valor para a viabilidade	1,9439	1,9403	1,4130

Fonte: AVISULSC; IPESE (2013)

¹⁴⁶ *Custo fixo e depreciação*: considera os custos fixos com empregados, os custos fixos gerais (cama, gás, lenha, energia, dentre outros) e a depreciação estimada. *Custo com financiamento*: considera em conjunto os custos do financiamento do empreendimento. *Valor para a viabilidade*: cálculo do valor da remuneração necessária para o empreendimento ser viável. “Esse valor é compatível com o montante de receita calculada que permite ao empreendimento i) ser viável no prazo de nove anos e sete meses; ii) atingir taxa interna de retorno superior à taxa mínima de atratividade; iii) apresentar valor presente líquido positivo; iv) apresentar valor do fluxo de caixa descontado superior ao investimento inicial; e, por fim, apresentar lucratividade e rentabilidade no período analisado” (IPESE, 2013).

¹⁴⁷ A diferença entre o aviário convencional e o climatizado decorre do sistema de climatização artificial utilizado. O aviário convencional utiliza um sistema de pressão negativa ou exaustão, ao passo que o aviário climatizado adota um sistema de pressão positiva ou pressurização. A principal vantagem do aviário climatizado é a possibilidade de construção de galpões com maior área e com maior capacidade de aves. Por outro lado, o sistema *dark house* constitui em uma câmara escura, sem a entrada de luz natural. Com o melhor controle de luminosidade e temperatura, é possível melhor resultado na produção. Trata-se de tecnologia moderna, com um aumento de implantação, mas de maior custo.

A principal particularidade da pesquisa foi relativa ao custo de mão de obra, inserindo o trabalho realizado diretamente pelos avicultores. Para o seu cálculo, considerou-se o tempo de mão de obra necessária, independentemente de sua fonte. Nos cálculos de custo apresentados pelo integrador, conforme informação da AVICSUL, não são levados em consideração o trabalho direto da família dos avicultores, realidade encontrada em todos os entrevistados.

O preço pago ao produtor integrado, por sua vez, encontra-se na média entre R\$ 0,60 e R\$ 0,75 por ave, muito inferior ao custo de produção considerando a depreciação, a mão de obra familiar e o pagamento de financiamento. Essa situação reforça a percepção de exploração manifestada pelos entrevistados.

Desse modo, a exploração e subordinação em relação ao integrador, e a dependência econômica existente, dá margem para comportamento oportunista da agroindústria. A falta de opção viável para contratação, a necessidade de pagamento de financiamento e o risco de desfazimento sem justa causa da relação contratual, a qualquer momento, implicam na aceitação das condições impostas pelo integrador.

4.3.3.3 Lei n. 13.288/2016

Após os questionamentos sobre o contrato de integração, passou-se para o debate da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). Até esse momento, não foi identificado aos entrevistados que a pesquisa tinha como objetivo o estudo de tipificação do contrato de integração, apenas de modo genérico sobre o sistema de integração avícola. Essa sonegação de informação teve o propósito de verificar se os avicultores, de modo espontâneo tinham conhecimento sobre a lei.

Desse modo, a primeira pergunta questionou a existência de mudanças substanciais no contrato operadas nos últimos dois anos, ou seja, desde a publicação da Lei n. 13.288/2016. Dos 16 entrevistados, 2 não sabiam, ao passo que 14 afirmaram que não houve mudanças substanciais nos contratos nos últimos anos. O contrato de integração é pactuado por prazo indeterminado, mas anualmente o integrador costuma firmar novo contrato, promovendo as atualizações e correções necessárias, sobretudo quanto ao sistema de remuneração. Entretanto, em Santa Catarina, a JBS, desde o ano de 2016, não negociou novo contrato. Assim, verifica-se a continuidade de sua vigência por se tratar de prazo indeterminado.

Nessa circunstância, o veto presidencial ao parágrafo único do artigo 14 da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) desobrigou a adequação dos contratos vigentes às suas disposições, motivo pelo qual os avicultores acreditam que este contrato deverá vigorar ainda por algum tempo, até que se tenha clara definição sobre os institutos trazidos pela lei

Isso resulta no descumprimento de algumas obrigações da lei, como relatado pelos entrevistados. O integrador não forneceu o Documento de Informação Pré-Contratual – DIPC, previsto no artigo 9º, que deve conter informações atualizadas sobre a relação de integração e as cláusulas que constarão no contrato. Além disso, não elaborou o Relatório de Informações da Produção Integrada – RIPO, constante no artigo 7º, que deve trazer as informações relativas ao resultado da produção integrada¹⁴⁸.

Já o segundo questionamento tratou diretamente sobre a ciência da publicação da Lei n. 13.288/2016, que passou a regular o sistema de integração. O Gráfico 20 traz o resultados dessa indagação.

Gráfico 20. Ciência sobre a existência da Lei n. 13.288/2016

Legenda: (1) sim; (-1) não.

Esse questionamento trouxe um resultado que desperta atenção. Nenhum dos entrevistados de São Paulo tinha ciência sobre a sua existência. Por outro lado, todos os entrevistados de Santa Catarina tinham conhecimento sobre a sua edição. Destaca-se que esse cenário é resultado da ausência de informação por parte do integrador. Nenhum avicultor foi informado pela agroindústria.

¹⁴⁸ Art, 7º, § 1º O Ripi deverá conter informações sobre os insumos fornecidos pelo integrador, os indicadores técnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade, os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros e os valores pagos aos produtores integrados relativos ao contrato de integração, entre outros a serem definidos pela Cadec (BRASIL, 2016).

Em Santa Catarina, esse contexto só foi observado por conta da atuação a AVISULSC, que participou ativamente das discussões do PLS n. 330/2011, e organizou assembleias com os associados para discutir e informar o disposto na Lei n. 13.288/2016.

Essa ocorrência prejudicou o questionamento seguinte, de percepção do produtor integrado sobre a possibilidade da legislação contribuir de forma positiva para o sistema de integração. Os avicultores de São Paulo, obviamente, responderam não saber, na medida em que nem conhecimento sobre a existência da lei possuíam. Por sua vez, o grau de concordância dos entrevistados catarinenses com a afirmação descrita pode ser verificada no Gráfico 21.

Gráfico 21. Grau de concordância sobre a contribuição positiva da Lei n. 13.288/2016 para o sistema de integração avícola

Legenda: (2) concordo totalmente; (1) concordo parcialmente; (0) não concordo nem discordo/não sei; (-1) discordo parcialmente; (-2) discordo totalmente.

O avicultores catarinenses discordaram do entendimento de que a Lei n. 13.288/2016 trará uma contribuição positiva para o sistema de integração. O problema apontado decorre da estratégia adotada pelo legislador de regulamentar de forma genérica o sistema de integração, sem pormenorizar as obrigações das partes. Assim, foram apontadas questões como a *falta de proteção ao avicultor*, a *necessidade de cláusulas protetivas*, a *ausência do conteúdo das obrigações, como prazo, proibição de desligamento unilateral na vigência de financiamento*, apresentando o sentimento de que *a lei não é boa para o avicultor, apenas para as agroindústrias*.

As questões atinentes às competências da CADEC serão tratadas no *item 4.3.3.4*, em conjunto com o seu objetivo de dirimir questões e solucionar conflitos.

4.3.3.4 Solução de conflitos

O objetivo deste item é verificar como são resolvidos os conflitos na relação contratual de integração. Desse modo, questionou-se os entrevistados sobre: *i)* os problemas existentes; *ii)* a forma de solução; *iii)* o grau de satisfação em relação a solução; *iv)* a percepção sobre o Poder Judiciário; *v)* a percepção sobre a competência da CADEC para dirimir questões e solucionar litígio entre os produtores integrados e o integrador.

Desta forma, a primeira indagação feita aos entrevistados foi em relação aos conflitos enfrentados na relação contratual de integração. Não foram apresentadas opções de resposta, deixando que os entrevistados respondessem de maneira espontânea à questão, de modo a verificar o seu entendimento pessoal sobre quais seriam os problemas na relação contratual. Nesse sentido, a maior parte dos avicultores não mencionou de imediato a ocorrência de conflitos, entretanto, durante a entrevista foi possível identificar algumas situações ocorridas. O Gráfico 22 apresenta uma comparação entre o número de produtores que identificaram de modo espontâneo a ocorrência de conflitos na relação contratual com o número de avicultores que efetivamente enfrentaram problemas, conforme verificação realizada no decorrer das entrevistas.

Gráfico 22. Produtores integrados com problemas na relação contratual.

Pode-se observar uma grande discrepância entre as duas situações, ou seja, entre os avicultores que relataram espontaneamente a ocorrência de problemas na relação contratual e os problemas identificados durante a entrevista. Curiosamente, nas duas regiões, os casos mencionados apontaram uma única, distintas entre si. Em São Paulo, os três relatos espontâneos

corresponderam à mortalidade de aves, ao passo que em Santa Catarina referiram-se ao rompimento do contrato de modo unilateral pelo integrador. Por sua vez, o Gráfico 23 apresenta todos os problemas que foram identificados durante a entrevista.

Gráfico 23. Problemas identificados e relatados na relação contratual.

Nota-se, assim, que a maioria das situações não foram identificadas espontaneamente. SP.1, por exemplo, relatou nunca ter tido problemas com os dois integradores que manteve contrato. Entretanto, ao longo da entrevista, foi identificado rompimento unilateral do contrato pelo integrador, pelo fato de ser um pequeno produtor, e atraso na colocação de novo lote.

Nesse mesmo sentido, SP.3 também não citou de forma espontânea nenhum problema. Entretanto, a entrevista foi interrompida pela chegada de caminhão para entrega da ração. Nesse momento o entrevistado demonstrou *alívio e esperança*, pois o novo lote deveria chegar em breve. Estava há mais de 30 dias sem receber lote, com o aviário parado. Esse período de intervalo entre lotes costuma ser de 15 a 20 dias, mas, nessa circunstância, aproximaria de 40 dias. No decorrer da entrevista informou que o integrador anterior havia sido incorporado por outro e deixara 2 lotes em aberto, sem pagamento. O novo integrador ofereceu para pagar 70% da dívida desde que renovasse o contrato, ou então, caso mudasse de integrador, não iria receber nada. Precisando do dinheiro, aceitou e continuou com o contrato.

Nesse sentido, SP.4 relatou não ter tido nenhum problema. Não enfrentou atrasos de pagamento, mesmo com a falência e alteração de integradores na década de 1990, mas disse ser comum atrasos para colocação de novo lote e, principalmente, alojamento de aves em quantidade significativamente menor do que a capacidade do aviário. É comum a colocação de até 20% menos da capacidade, resultando em uma diminuição de sua receita, por decisão unilateral do integrador.

Por sua vez, SP. 5 e SP.7 não relataram a ocorrência de problemas, identificando-se ao longo da entrevista apenas atraso para pagamento, mas solucionado por acordo diretamente com o integrador, estabelecendo-se prazo para acerto.

Dentre os entrevistados de São Paulo, chamou a atenção que apenas os produtores integrados que tiveram problemas de mortalidade relataram de modo espontâneo a ocorrência de algum conflito na relação contratual. SP. 2 teve caso de mortalidade por vírus, na primeira semana de alojamento, resultando na morte de 40% do lote e na necessidade de sacrifício dos 60% restantes. Entende ter sido resultado de má-prestação de serviço do integrador, pois mesmo com a visita de veterinário e com a aplicação de remédio já no terceiro dia de alojamento, a perda da produção foi total. Já SP.6 teve mortalidade total em razão de curto-circuito em seu sistema interno, não recebendo qualquer compensação do integrador. Entretanto, nos dois casos, mais uma vez, problemas de atraso para alojamento de novo lote e em quantidade inferior à capacidade, não foram citados de modo espontâneo.

Em Santa Catarina, observou-se uma situação semelhante à encontrada em São Paulo, mas com causa distinta. Apenas os avicultores que sofreram desfazimento do contrato de modo unilateral pelo integrador relataram espontaneamente a ocorrência de problemas na relação contratual. O descumprimento de prazo para alojamento de novo lote e da quantidade de aves alojadas, bem como problemas de qualidade dos insumos, não foram identificados como tal, apesar de verificado durante a entrevista.

SC.1 e SC.3 identificaram a ocorrência de problemas, por conta do desfazimento unilateral do contrato pelo integradores. Ambos acionaram o Poder Judiciário em 2016 para recebimento de indenização por prejuízos resultantes, entretanto, ainda não tiveram o atendimento de sua pretensão em primeira instância. Por sua vez, SC.6, SC.7 e SC.8 não relataram a existência de problemas. Porém, no casos dos cinco entrevistados citados, todos sofreram como atraso para colocação de novo lote e redução da quantidade de aves alojadas.

Já SC.2 não relatou conflitos de modo espontâneo, mas verificou-se a ocorrência de mortalidade de aves em três oportunidades, por conta de doenças. Em duas houve acordo para compensação de um valor parcial pelo integrador, mas na última não recebeu nenhum valor. Destaca-se que

nas três oportunidades, o avicultor não procurou o Poder Judiciário, justificando tal abstenção pelo risco de perder o parceiro e pelo tempo em dar a solução para o problema.

SC.5, por seu turno, não citou a ocorrência de nenhum conflito, mas verificou-se problema quanto à quantidade de ração entregue. O entrevistado possui depósito de ração com capacidade para 18 toneladas, mas quando entregue pelo integrador, nessa quantidade informada, ainda estava faltando um grande espaço para completá-lo. Ligou para questionar o representante da agroindústria, que informou estar certa e que o custo para deslocamento da balança seria cobrado do avicultor. O produtor integrado conta que fechou a porteira, impedindo o caminhão de sair, e alegou que se estivesse certo pagaria o custo, mas se estivesse faltando não iria pagar nada. A balança foi levada até o aviário e constatou-se a falta de 2 toneladas de ração, ou seja, de 11,11% do volume previsto, fato que impactaria na sua remuneração percebida ao final do lote.

Por fim, SC. 4 mencionou apenas problemas quanto ao rompimento unilateral do contrato, mas constatou-se diversos outros durante a entrevista. Em 2014 sofreu com a mortalidade de 16% do lote, por conta de doença cujo diagnóstico não foi informado pelo integrador, não tendo ressarcimento. Além disso, mostrou-se insatisfeito em relação aos produtos e serviços prestados pela agroindústria, por conta da qualidade da ração e dos pintos de um dia, fatores que influenciam no resultado da produção. Ademais, atrasos para colocação do novo lote e alojamento em quantidade inferior à capacidade do aviário também são verificados constantemente. Porém, nenhum desses problemas foi solucionado pelo integrador.

Pode-se observar, assim, que mesmo com a ocorrência de diversos problemas na relação contratual, a busca pelo Poder Judiciário para a sua resolução não se mostrou significativa. Dentre os entrevistados, apenas 2 avicultores de Santa Catarina ajuizaram ação contra o integrador para o recebimento de indenização por prejuízos causados em decorrência de desfazimento unilateral do contrato. Nas demais situações, optou-se pela resolução diretamente com o integrador. Entretanto, mesmo nos casos em que não tiveram a pretensão atendida pela agroindústria, o Poder Judiciário não foi acionado, pelos motivos que serão discutidos a seguir.

Destaca-se, porém, que nem todos os problemas identificados resultaram em uma tentativa de negociação. Questões como o atraso para alojamento do novo lote e a colocação de aves em quantidade inferior à capacidade do aviário não foram identificadas como problemas e não

mereceram uma tentativa efetiva de negociação, quando muito representaram apenas um descontentamento em relação ao integrador. Os entrevistados reputam como fato corriqueiro na integração, *que faz parte do sistema*.

O Gráfico 24 apresenta o meio utilizado para solução dos problemas verificados. Dentre esses, constam apenas os avicultores que efetivamente buscaram resolver o problema enfrentado. Os demais simplesmente aceitaram a sua ocorrência.

Gráfico 24. Meio utilizado para a solução de conflitos

Após a análise da forma utilizada, buscou-se verificar o grau de satisfação dos produtores integrados em relação à solução do problema, nos dois meios utilizados, diretamente com o integrador ou por meio do acionamento do Poder Judiciário. O grau de satisfação está previsto no Gráfico 25.

Gráfico 25. Grau de satisfação em relação à solução do problema.

Legenda: (2) muito satisfeito; (1) satisfeito; (0) indiferente; (-1) insatisfeito; (-2) muito insatisfeito.

Observa-se que há um sentimento geral de insatisfação em relação à solução do problema, independentemente da forma utilizada. O senso de impotência em relação ao integrador para negociar um acordo e o tempo para o Poder Judiciário dar uma resposta ao caso são os fatores indicados em todas as entrevistas.

Buscou-se, deste modo, verificar a percepção dos produtores integrados sobre o Poder Judiciário. A análise envolveu sete entrevistados, sendo dois que efetivamente o acionaram e cinco que buscaram solução diretamente com o integrador, apontando, neste caso, os motivos pela sua não utilização, mesmo estando insatisfeitos com o resultado da negociação.

O resultado constante do Gráfico 26 diz respeito ao grau de concordância sobre cinco afirmações que inibiriam a busca do Poder Judiciário para a resolução do conflito: *i)* risco de perder o parceiro; *ii)* custo; *iii)* tempo para resolução do conflito; *iv)* distância do fórum em relação à moradia; *v)* descrença em relação às decisões do Poder Judiciário.

Gráfico 26. Percepção sobre o Poder Judiciário.

Legenda: (2) concordo totalmente; (1) concordo parcialmente; (0) não concordo nem discordo; (-1) discordo parcialmente; (-2) discordo totalmente.

Nota-se, assim, um cenário de descrença no Poder Judiciário para a resolução dos problemas enfrentados pelos avicultores. Diversos foram os comentários nesse sentido: *voltaria a buscar o Poder Judiciário, pois é a única forma, mas esperava uma atuação mais forte do Estado; o Judiciário está em função de quem tem poder e dinheiro; os juízes não conhecem a realidade do sistema e decidem pelo integrador, que consegue pagar advogados melhores; não temos como concorrer com um departamento jurídico do integrador, aqui nem advogado que conhece o assunto tem.*

Neste cenário, abre-se um importante espaço para métodos alternativos de solução de conflito. Relatou-se a não existência de órgão de solução de controvérsias em nenhuma das regiões analisadas. Assim, positiva a previsão do legislador de competência da CADEC para dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e integrador, conforme artigo 6º, §4º, IV, da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) Entretanto, não se observou uma visão positiva dos avicultores em relação ao seu uso, em função da estrutura implementada.

Em São Paulo, os entrevistados não tinham ciência sobre eventual criação. Já em Santa Catarina, a CADEC foi instituída de modo unilateral pelo integrador. O Gráfico 27 apresenta a ciência dos entrevistado sobre a criação de CADEC em sua região.

Gráfico 27. Ciência sobre a criação de CADEC na região

Legenda: (1) sim; (-1) não.

Os avicultores de São Paulo não tiveram ciência e, por óbvio, não participaram de debates ou eleições para sua criação. Já em Santa Catarina, todos tiveram ciência sobre a sua instituição, mas não houve participação dos produtores integrados, pois instituída unilateralmente pelo integrador, contrariando, assim, os critérios de composição previstos no artigo 6º, § 1º, da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016)¹⁴⁹. Entendem que o integrador acelerou o processo de sua criação para caracterizar a hipótese prevista do parágrafo terceiro do artigo 6º, que prevê o respeito de estruturas com função similar às constituídas até a data de publicação da lei.

Os entrevistados concebem a importância do instituto para o setor, mas não da forma com que foi estruturada: *do modo com que ela foi criada, sem a efetiva participação dos produtores, será apenas uma forma de legitimar as decisões unilaterais do integrador; assim não serve para nada; é um instrumento interessante para fortalecer os avicultores, de forma coletiva, mas como foi criada sem participação não adianta, o integrador determina os parâmetros e exclui o contrato de quem questiona*. Desse modo, nenhum dos entrevistados levaria conflitos para serem resolvidos em sua instância¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Art. 6º Cada unidade da integradora e os produtores a ela integrados devem constituir Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - CADEC. § 1º A Cadec será composta paritariamente por representantes: I - escolhidos diretamente pelos produtores integrados à unidade integradora; II - indicados pela integradora; III - indicados pelas entidades representativas dos produtores integrados; IV - indicados pelas entidades representativas das empresas integradoras (BRASIL, 2016).

¹⁵⁰ Para a análise sobre solução de conflitos na CADEC, levou-se em consideração apenas as entrevistas realizadas em Santa Catarina, pelos seguintes motivos: a) desconhecimento da Lei n. 13.288/2016 e de seus termos pelos avicultores entrevistados em São Paulo; b) desconhecimento da instituição de uma CADEC em sua região.

A não utilização da CADEC decorre principalmente de dois motivos: *i*) questionamento sobre a sua imparcialidade; *ii*) possibilidade de determinação das decisões pelo integrador. Os entrevistados discordaram totalmente da afirmação de que as decisões da CADEC seriam proferidas de modo imparcial. Isso decorre da formatação atual de sua estrutura, criada de modo unilateral pelo integrador e sem a participação da associação dos avicultores. Nesse sentido, o Gráfico 28 demonstra o grau de concordância sobre a possibilidade do integrador determinar as decisões tomadas pela CADEC.

Gráfico 28. Grau de concordância sobre a influência do integrador na determinação da decisão

Legenda: (2) concordo totalmente; (1) concordo parcialmente; (0) não concordo nem discordo; (-1) discordo parcialmente; (-2) discordo totalmente.

Em maior ou menor grau, todos os avicultores entrevistados em Santa Catarina concordam que o integrador irá interferir em seu favor na determinação das decisões da CADEC. A situação de quase monopólio encontrada na região, com apenas uma empresa de grande porte atuando, resulta em medo de contestação sob risco de desfazimento do contrato, aumentando ainda mais o poder do integrador para impor o seu interesse. Assim, todos os entrevistados apontaram a necessidade de participação efetiva da associação para que esse sistema funcione de modo justo. Além disso, faz-se necessária proteção aos avicultores representantes na CADEC contra desfazimento sem justa causa de seu contrato, coibindo eventuais retaliações do integrador, como já verificadas na região¹⁵¹.

Conclui-se, desse modo, que a dependência econômica do produtor integrado identificada na análise do contrato de integração implica em uma subordinação aos interesses do integrador quanto à resolução dos conflitos. Assim, apenas dois entrevistados buscaram o Poder Judiciário, neste caso, somente após o desfazimento de seu respectivo contrato, quando não havia mais o

¹⁵¹ Os avicultores eleitos para a diretoria da Associação no ano de 2009 tiveram o seu contrato encerrado, conforme visto no item 4.3.3.1.

risco de perda do parceiro. Nas demais hipóteses, acabaram por aceitar as imposições da agroindústria, desconfiando da busca pelo Poder Judiciário justamente por conta do risco de perda do parceiro, bem como por conta do tempo para atendimento da pretensão e pelo sentimento de descrença em sua atuação.

4.3.3.5 Energia

Apesar de não estar diretamente relacionada ao contrato de integração, a energia é essencial ao funcionamento da produção e, portanto, à manutenção de um sistema integrado. Corresponde, atualmente, ao maior custo operacional, conforme Gráfico 29. Analisando-se os problemas existentes no setor, é frequente a ocorrência de mortalidade por conta de interrupções no fornecimento, afetando, deste modo, a relação contratual entre produtor integrado e integrador.

Gráfico 29. Percentual sobre o custo operacional, desconsiderando financiamento e depreciação

Fonte: Avicultura Industrial (2016)

O objetivo deste questionamento é verificar como se desenvolve a solução este problema no âmbito do sistema de integração, apurando eventual existência de divisão de responsabilidade com o integrador e o tratamento dispendido pela distribuidora de energia. Em um primeiro momento, serão analisadas as entrevistas realizadas no Estado de Santa Catarina, e a seguir no Estado de São Paulo.

Tabela 10. Energia em Santa Catarina¹⁵²

PROD	MUN	FREQUÊNCIA DE INTERRUPÇÃO	GERADOR	MOTIVO	PROBLEMAS
1	Lauro Müller	Algumas vezes ao ano	Não	Nunca teve necessidade	Não
2	Lauro Müller	Algumas vezes ao ano	Sim – 2013	Novo galpão: necessidade e exigência	Queima de motor por raio
3	Lauro Müller	Algumas vezes ao ano	Sim – 2010	Novo galpão: necessidade e exigência	Não
4	Treviso	Algumas vezes ao ano	Não	Nunca teve necessidade	Não
5	Treviso	Algumas vezes ao ano	Sim – 2007	Problemas anteriores	Mortalidade por falta de energia
6	Lauro Müller	Algumas vezes ao ano	Sim	Novo galpão: necessidade e exigência	Não
7	Lauro Müller	Algumas vezes ao ano	Sim	Novo galpão: necessidade e exigência	Não
8	Lauro Müller	Algumas vezes ao ano	Não	Nunca teve necessidade	Não

A responsabilidade pela distribuição de energia no município em que as entrevistas foram realizadas é da Cooperativa de Eletrificação de Lauro Müller (COOPERMILA). Outros municípios da região organizam-se da mesma forma, tais como Treviso (CERTREL); Forquilha (COOPERA); Içara (COOPERALIANÇA); Treze de Maio, Tubarão, Pedras Grandes e Orleans (COORSEL).

No Município de Lauro Muller/SC, a concessão para distribuição de energia, até o início dos anos de 1970, era da CIA Nacional de Mineração do Barro Branco, mas o cenário constatado era de precariedade de atendimento na área urbana e falta de perspectiva para a ampliação do sistema de distribuição na área rural. Desse modo, em 14 de dezembro de 1971, agricultores reuniram-se e fundaram a Cooperativa de Eletrificação Rural de Lauro Müller – CERLAM.

No ano de 1972, iniciou-se uma série de obras para construção de redes de distribuição, desenvolvida em parceria com o governo estadual. Em 1984, com a contínua ampliação das redes, o município atingiu 85% de eletrificação da área rural. Já em 1985, por deliberação da assembleia geral extraordinária, a cooperativa passou a ser mista, diversificando suas atividades, incluindo o beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e comércio de insumos e equipamentos destinados à produção rural, adotando a denominação social Cooperativa Mista de Lauro Müller Ltda. – Coopermila.

¹⁵² Legenda: PROR: produtor; FREQUÊNCIA DE INTERRUPÇÃO: frequência de interrupção do fornecimento de energia; GERADOR: propriedade possui gerador e ano em que foi adquirido; MOTIVO: motivo para aquisição do gerador; PROBLEMAS: problemas relacionados com a falta de energia ou raios.

No ano de 2006, a cooperativa adotou um programa de recuperação das redes de distribuição e encerrou as atividades agregadas envolvendo o setor agrícola. A qualidade no fornecimento e distribuição de energia pode ser verificada pela conquista do IASC Aneel (Índice de Satisfação do Consumidor) nos anos de 2014, 2015 e 2017, além do segundo lugar em 2016.

Essa qualidade também é observada pelos avicultores. Notou-se uma melhora significativa nos últimos anos, sem a verificação de problemas na produção decorrentes de interrupção no fornecimento de energia elétrica. Mesmo assim, de acordo com o Presidente da Coopermila, Alcimar Damiani De Brida, também avicultor e entrevistado na pesquisa, cerca de 90% dos avicultores do município possuem gerador.

Na busca por melhores resultados na produção e com o avanço tecnológico, expandiu-se a utilização do sistema *dark house*, a partir dos anos 2000. Em literal tradução, consiste em uma *casa escura*, sem a entrada de luz natural dentro do aviário. Desse modo, luminosidade e temperatura são melhores controladas e trazem diversas vantagens para a produção, como observado pelo zootecnista Alfredo Lora Graña (2017): *i)* reduz o estresse das aves, melhorando a qualidade de bem-estar animal; *ii)* reduz o tempo para abate em 5 dias; *iii)* reduz o índice de mortalidade; *iv)* resulta em menor custo de alimentação; *v)* permite um maior adensamento de frangos¹⁵³; *vi)* melhora os parâmetros produtivos (ganho de peso e conversão alimentar); *vii)* reduz a mão de obra, com a automatização do sistema.

Por outro, além do alto custo da instalação, esse sistema exige a presença de gerador de energia. Em um aviário tradicional de cortinas, eventual falta de energia pode ser contornada com o abaixamento das respectivas cortinas, controlando-se, assim a ventilação, a luminosidade e a temperatura. Já em um sistema *dark house*, eventual interrupção no fornecimento irá resultar na ausência total de iluminação e ventilação, ocasionando perda significativa do lote por mortalidade. Por esse motivo, nos novos projetos, há exigência da presença de gerador. Porém, mesmo nos aviários tradicionais, a existência de gerador passa a ser uma *tranquilidade* para o avicultor.

¹⁵³ Os antigos aviários possuíam capacidade, em geral para 15 a 20 mil aves. Já com a adoção do sistema *dark house*, os novos aviários passaram a ter capacidade para 30 a 60 mil aves.

A necessidade de uso do gerador na região, por seu turno, é esporádica, caracterizada como *algumas vezes ao ano*. Durante o período de secas, os avicultores informaram que passam praticamente 3 meses sem utilizá-lo. No período de chuvas a sua utilização é mais frequente, em razão de interrupções do fornecimento da CELESC¹⁵⁴ para a cooperativa. Raramente são observadas interrupção na distribuição por problemas da Coopermila. Nesse sentido, no município de Lauro Müller não se verificou, nos últimos anos, problemas de mortalidade decorrente da problemas energéticos.

Observou-se, no município, apenas um problema decorrente de raio, com a queima de um motor de equipamento do aviário de SC.2. O equipamento foi trocado e instalado para-raios no aviário, para evitar novos casos. Destaca-se que nos sistemas automatizados, o para-raios compõe a lista de equipamentos necessários, justamente por conta do risco de queima e perda de produção, além de prejuízo financeiro direto pela queima do equipamento.

Já quanto aos problemas de mortalidade decorrentes de falta de energia, dentre os entrevistados, foi constatado em um avicultor do Município de Treviso/SC. Nessa localidade, o sistema de distribuição municipal também ocorre por meio de cooperativa, a CERTREL, fundada em 27 de maio de 1962, e conta com a participação de mais de 3.800 (três mil e oitocentos) pessoas cooperadas.

SC.5 sofreu com a mortalidade de 4.000 (quatro mil) aves, correspondente a 20% de sua capacidade de alojamento. Não houve compensação por parte do integrador. Por outro lado, quanto à cooperativa de energia, houve acordo para ressarcimento parcial de seu prejuízo, resultando em desconto nas faturas seguintes.

No Estado de São Paulo, por sua vez, os períodos de interrupção mais extensos também estão adstritos ao período de chuva, porém, com uma maior frequência. Entretanto, os avicultores observam que, mesmo no período de seca, há constante interrupção do fornecimento, mas por breve período, que não requer o abaixamento das cortinas dos aviários tradicionais. Porém, os avicultores que possuem gerador observam que o seu funcionamento é frequente, ainda que por poucos minutos. A Tabela 11 apresenta um esquema das entrevistas realizadas na região.

¹⁵⁴ CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina, empresa responsável pela comercialização e distribuição de energia elétrica para as cooperativas da região.

Tabela 11. Energia em São Paulo

PROD	MUN	FREQUÊNCIA DE INTERRUPÇÃO	GERADOR	MOTIVO	PROBLEMAS
1	São Pedro	Algumas vezes ao ano	Não	Nunca teve necessidade	Não
2	São Pedro	Algumas vezes ao ano	Sim	Segurança e exigência	Não
3	Brotas	Algumas vezes ao ano	Não	Nunca teve necessidade	Não
4	Brotas	Algumas vezes ao ano	Sim	Exigência	Não
5	Charqueada	Algumas vezes ao ano	Sim	Novo galpão: necessidade e exigência	Não
6	São Pedro	Algumas vezes ao ano	Não	Nunca teve necessidade	Mortalidade por curto-circuito
7	Brotas	Algumas vezes ao ano	Sim	Novo galpão: necessidade e exigência	Não
8	São Pedro	Algumas vezes ao ano	Não	Nunca teve necessidade	Não

Dentre os avicultores entrevistados nessa região, apenas dois possuem aviários no sistema *dark house*, sendo obrigatório a presença de gerador. Os demais, com estrutura tradicional, dividem-se, sendo que 4 não possuem e 2 possuem. A ocorrência de mortalidade por falta de energia é rara, com interrupções apenas *algumas vezes ao ano*.

Observa-se que os produtores de menor porte, com aviários de capacidade média de 12.000 a 15.000 aves, não possuem gerador. Isso se deve ao alto custo de instalação e por sua presença constante na propriedade, caracterizada como agricultura familiar, possibilitando o abaixamento das cortinas quando necessário. Os outros dois avicultores que possuem gerador, em estrutura tradicional, apresentam capacidade aproximada de 20.000 aves. Entretanto, em ambos os casos, a sua aquisição ocorreu por exigência do integrador, apesar de o conceberem como *uma segurança*.

Nessa região, a responsabilidade de distribuição da energia elétrica é da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL. Os produtores rurais informaram que pagaram pela instalação das redes internas, e eram os responsáveis por sua manutenção, o que gerava constantes problemas. Nos últimos anos, a CPFL encampou essas linhas, passando a ser responsável pela sua manutenção. Com isso, observou-se uma significativa melhora na distribuição de energia.

Além disso, nas situações de interrupção do seu fornecimento, os avicultores relataram que entram em contato com a companhia, por telefone, e informam que são proprietário de aviários.

Com isso, a CPFL imediatamente presta assistência e a resolução do problema costuma ocorrer rapidamente, não causando impactos negativos nas aves.

O único problema observado dentre os entrevistados ocorreu por conta de um curto-circuito no sistema automatizado, resultando em incêndio e na morte de todo o lote. Nesse caso, não houve compensação por parte do integrador, que extinguiu o contrato por descumprimento de cláusulas. Por sua vez, a distribuidora de energia não efetuou o ressarcimento do prejuízo, pelo fato ser resultado de falha interna do sistema do avicultor, e não de deficiência de seu fornecimento. Com isso, o produtor rural abandonou a atividade avícola, restando, à época, algumas parcelas a serem pagas relativas ao financiamento para a construção de seu aviário.

Desse modo, não se verificou nas entrevistas realizadas a participação do integrador na divisão do ônus por problemas energéticos. Como responsável pelo desenvolvimento do ciclo produtivo, o avicultor arca com todas as consequências decorrentes. Por outro lado, a mortalidade também implica em perdas para o integrador, que forneceu os pintos de um dia e os insumos, que não serão revertidos em aves para abate, diminuindo o seu volume de produção. Nesse sentido, constantemente exige melhorias na estrutura dos aviários e a aquisição de gerador, garantindo maior segurança a ambas as partes no desenvolvimento da criação das aves.

A presença de gerador, por sua vez, além de trazer segurança para a produção, apresenta-se como argumento para afastar a concorrência de culpa do avicultor para eventuais problemas energéticos. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, entendeu, em sede de apelação, que, por se tratar de atividade empresarial organizada para a produção em série e de forma profissional, a identificação, no caso concreto, de falta de manutenção e equipamentos de segurança necessários para a preservação da energia implica em verificação de culpa concorrente entre o produtor integrado e a distribuidora de energia¹⁵⁵.

Por fim, quanto à distribuidora de energia, averiguou-se a realização de acordo para ressarcimento parcial dos prejuízos causados ao avicultor. Entretanto, não é sempre que isso ocorre, observando-se, com frequência, a necessidade de buscar o Poder Judiciário para o recebimento de indenização por perdas e danos. O posicionamento observado nos Tribunais de Justiça do Estado de Santa Catarina e de São Paulo é de responsabilização da distribuidora por

¹⁵⁵ TJSP, Apelação n. 1000996-64.2016.8.26.0084, Relator Desembargador Alberto Gosson, d.j. 01/06/2016.

danos materiais em razão de interrupção no fornecimento de energia, quando resultar em prejuízo ao produtor integrado, principalmente quanto à mortalidade de aves¹⁵⁶.

4.3.3.6 Seguro

O contrato de seguro é definido por Pedro Alvim (1986, p. 113) como “aquele pelo qual o segurador, mediante o recebimento de um prêmio, assume perante o segurado a obrigação de pagamento de uma prestação, se ocorrer o risco a que está exposto”. O seu regramento consta dos artigos 757 e seguintes do Código Civil (BRASIL, 2002).

O PL n. 4378/1998 (BRASIL, 1998), primeiro projeto apresentado sobre o sistema de integração, previa em seu artigo 3º, II, como direito dos produtores integrados seguros obrigatórios com prêmios pagos pela agroindústria, englobando apólice de vida e de cobertura de prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior que afetem o resultado do empreendimento contratado. Já o PL n. 3979/2008 (BRASIL, 2008), no artigo 3, § 3º, manteve a previsão da obrigatoriedade do seguro para cobertura de eventos que poderiam comprometer o resultado do empreendimento contratado, sob responsabilidade da agroindústria, vedando-se o repasse do custo do prêmio ao produtor rural integrado.

Esses dois primeiros projetos caracterizaram por garantir uma maior proteção ao produtor integrado, entretanto, essa lógica não foi reproduzida nos demais projetos e na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). Desse modo, caso seja de interesse do avicultor, o seguro deve ser diretamente contratado em seguradoras privadas ou públicas que disponibilizem seguro pecuário, abrangendo riscos de mortalidade das aves. Porém, pelo que se observou na

¹⁵⁶ APELAÇÃO. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA REQUERIDA. CELESC. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. PRODUÇÃO DE AVICULTURA. INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE FRANGOS EM NÚMERO EXPRESSIVO. PREJUÍZO AO PRODUTOR. LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE QUE CONCLUIU PELA POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA REFERIDA PROVA QUANDO AUSENTE IMPUGNAÇÃO PONTUAL E CONCRETA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO ENUNCIADO VIII DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE CAUSA EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CARACTERIZADA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0000624-73.2014.8.24.0015, Relator Desembargador Rubens Schulz, d.j. 08/06/2017). PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO – DANOS MATERIAIS E NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADOS – INDENIZAÇÃO DEVIDA – RECURSO IMPROVIDO. (TJSP, Apelação n. 0005462-89.2013.8.26.0451, Relator Desembargador Francisco Thomaz, d.j. 27/05/2015)

entrevistas, a sua aquisição é rara entre os avicultores, por conta, principalmente, da não necessidade e da baixa proporção da indenização.

Dentre os entrevistados, apenas SC.4 adquiriu seguro para produção de frango, durante um período de 22 anos. No ano de 2018, entretanto, não o renovou, pois foi informado pelo integrador que o contrato de integração não teria continuidade, estando produzindo apenas os lotes respectivos ao aviso prévio. O seguro foi contratado mediante corretor, de companhia seguradora privada, sem qualquer participação do integrador. Informou que nunca precisou utilizar, mas manteve a contratação como uma garantia, tendo *confiança em poder utilizar quando necessário*. A cobertura envolvia construção, equipamentos e aves.

Por outro lado, os outros 15 entrevistados nunca adquiriram seguro para a produção de aves. Não se considerou, neste caso, seguros de implementos, veículos e construção, tampouco seguros obrigatórios no caso de financiamento para o custeio da atividade. O objeto de análise deste item é o seguro pecuário, ou seja, destinado à proteção da produção e dos animais.

Dentre os principais motivos apontados pelos entrevistados, destacam-se a falta de necessidade ao longo do tempo em que se dedica à atividade, a baixa proporção da indenização e a excessiva burocracia para o seu recebimento quando da materialização do risco segurado, conforme demonstra o Gráfico 30. Considerou-se para análise as respostas os motivos indicados de modo espontâneo pelos entrevistados.

Gráfico 30. Razões para não adquirir o seguro.

O principal motivo argumentado pelos entrevistados é quanto à falta de necessidade de se adquirir seguro para cobrir a produção, ou seja, relativo às aves propriamente ditas. O principal custo da produção diz respeito à estrutura e equipamentos, cobertos por seguro específico. Além disso, os casos de mortalidade excessiva são raros, em razão do constante controle exercido pelo integrador. No mais, a consequência para o avicultor é apenas o não recebimento do lote, não tendo, em contrapartida, realizado investimentos significativos diretamente na produção das aves, ao contrário do que ocorre com outras atividades agropecuárias, uma vez que esses custos são de responsabilidade do integrador.

O segundo argumento verificado diz respeito às parcelas pagas como prêmio e a indenização resultante da ocorrência do sinistro. Nesse sentido, os avicultores entendem que o seguro para produção *não compensa*. Os prêmios são elevados em razão da baixa indenização, além da *exagerada* burocracia para o seu recebimento, pois não são todas as causas de mortalidade garantidas pelo contrato¹⁵⁷. Além disso, em São Paulo foi apontado como causa o desconhecimento sobre a existência do seguro, o fato de que os produtores ao redor não adquirem e ainda nunca ter considerado a sua contratação.

Pode-se concluir quanto ao seguro pecuário, que a sua não contratação decorre sobretudo do não investimento direto na produção por parte do avicultor. No sistema de integração, o investimento nos pintos de um dia, ração, medicamentos e vacinas é de responsabilidade do integrador. Assim, em caso de mortalidade, o produtor integrado não irá receber o respectivo valor pelo lote, mas, no entanto, não resultará em perda de investimento direto, como ocorre, por exemplo, na soja e na criação de gado de corte, ou em diversas outras atividades agrossilvipastoris.

Os riscos de mortalidade são reduzidos com o controle direto do integrador, bem como em razão do seu fornecimento de insumos e assistência técnica e veterinária. Por conta disso, as opções existentes de seguro pecuário não compensam ao produtor integrado, em razão do elevado custo, da baixa indenização paga e da não cobertura de todas as hipóteses de morte das aves, além das dificuldades de seu recebimento.

¹⁵⁷ As condições gerais de seguro pecuário da Mapfre (2014, p. 7), em vigência no ano de 2018, por exemplo, prevê como hipóteses de cobertura para morte das aves decorrentes de: doença de caráter não epidêmico; incêndio, raio, insolação e eletrocussão; fenômenos meteorológicos (alagamento, tempestades, etc.); e asfixia por sufocamento ou submersão.

4.4 ANÁLISE DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Neste item, serão analisadas questões relativas ao contrato de integração para a produção de frangos de corte. O objetivo deste estudo é exploratório, mediante análise documental de instrumento contratual, com a finalidade de verificar os impactos jurídicos da tipificação do contrato de integração para o setor avícola. Para tanto, serão estudadas de forma integrada as cláusulas de três instrumentos contratuais, comparando-se o seu conteúdo com as disposições trazidas pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). Além disso, quando cabível, far-se-á um estudo comparativo com as disposições legais dos contratos agrários típicos, de arrendamento e parceria, constantes do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) e do decreto que o regulamenta (BRASIL, 1966).

Os contratos analisados são anteriores à edição da Lei n. 13.288/2016, pois não foi possível o acesso a contratos posteriores. Isto, porque, nas duas regiões analisadas, os avicultores não recebem cópia do contrato depois de realizada a assinatura, o que dificulta o acesso para estudo. Dessa forma, o acesso foi possível por meio da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense, que forneceu os três em análise. Entretanto, atualmente, a principal agroindústria atuante na região, após a incorporação das demais, é a JBS, que não celebrou novo contrato após a promulgação da Lei n. 13.288/2016. Como os contratos são celebrados por prazo indeterminado, eles ainda encontram-se em vigência¹⁵⁸. Tal situação não resulta em prejuízo para o estudo, pois nas entrevistas identificou-se que não houve mudanças significativas na estrutura dos contratos nos últimos anos.

Conforme observado, na região analisada do Estado de Santa Catarina, não houve a celebração de novo contrato após a edição da Lei n. 13.288/2016, continuando em vigência o último assinado, no ano de 2016. O veto presidencial ao parágrafo único do artigo 14¹⁵⁹, que determinava a adequação contratos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, possibilitou a manutenção dos contratos anteriores sem a incidência das novas disposições legais. Como são

¹⁵⁸ Os contratos de integração na avicultura são celebrados por prazo indeterminado, mas, usualmente, renovados a cada ano.

¹⁵⁹ O Presidente da República, Michel Temer, vetou o parágrafo único do artigo 14 seguindo manifestação da Advocacia-Geral da União pela inconstitucionalidade da determinação de prazo de 180 dias para adequação dos contratos de integração em vigor, por violar o ato jurídico perfeito, garantia prevista no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ver *item 3.5.14*.

celebrados por prazo indeterminado, a agroindústria poderá optar, desse modo, por adequar-se às regras na nova legislação ou manter o contrato atual, bastando, para isso, a sua continuidade, com prazo indeterminado.

Esse fato representa um enfraquecimento do referido diploma em estudo, na medida em que a sua adoção, na prática, torna-se facultativa, determinada exclusivamente pelo integrador. Eventuais descumprimentos da lei não poderão ser reclamados pelos avicultores, pois não obrigatórios aos contratos anteriores que mantiveram sua vigência.

Para o estudo deste item, portanto, analisar-se-á três instrumentos contratuais, conforme demonstrado na Tabela 12, oriundos de três agroindústrias distintas, com objetivo de terminação de frangos de corte. A terminação de frangos de corte pode ser descrita como um conjunto de procedimentos de engorda e criação de aves até a sua retirada para o abate. Nesse sistema, de modo geral, a agroindústria é responsável pelo fornecimento de pintos de um dia, ração, medicamentos, assistência veterinária e transporte para o abate, ao passo que o avicultor fica responsável pelo manejo da criação.

Tabela 12. Contratos analisados¹⁶⁰.

Cod.	Agroindústria	Ano	Nomenclatura
A	BRF S.A.	2013	Instrumento particular de contrato de produção integrada em terminação de frangos de corte
B	JBS Aves Ltda.	2016	Instrumento particular de contrato de integração para frangos de corte
C	Agrovêneto S.A.	2012	Frangos de corte

O Contrato A é relativo à BRF S.A., resultado da unificação das operações da Perdigão Agroindustrial S.A. e da Sadia S.A., no ano de 2009, que passou a operar com identidade corporativa única no ano de 2013. Desde a unificação, colocou-se como a maior exportadora de carne de frango do Brasil (ABPA, 2017, p. 22), atendendo mais de 150 países, com um volume global de abate de 1,715 bilhões de aves no ano de 2016. Mantém, atualmente, contrato de integração com mais de 13 mil produtores integrados, envolvendo o suprimento de suínos,

¹⁶⁰ Os contratos analisados encontram-se no Anexo deste trabalho: Contrato A, BRF S.A. - Anexo A; Contrato B, JBS Aves Ltda. - Anexo B; Contrato C, Agrovêneto S.A. - Anexo C.

aves e ovos, em nove estados no Brasil¹⁶¹, além de atuar na Argentina e na Tailândia, sob o mesmo sistema de produção (BRF, 2017, p. 127)

A BRF identificou em seu Relatório Anual e de Sustentabilidade 2016 (BRF, 2017, p. 56) alguns riscos que se relacionam diretamente ao sistema de integração, que podem impactar a relação contratual com os produtores integrados:

- i) Controle sanitário: notificações oficiais de violações, restrições temporárias às importações e embargos como consequência do não cumprimento das legislações aplicáveis ao mercado em questão;
- ii) Segurança dos alimentos: problemas ligados à qualidade dos nossos produtos que causam impacto negativo na saúde de consumidores.
- iii) Cadeia de fornecedores: casos de não conformidade social e ambiental, falhas nos processos de suprimento e problemas em serviços e matérias-primas

Como resposta a esses riscos, indica soluções para mitigação que influem na relação contratual. Quanto ao controle sanitário, a mitigação deve ocorrer com o monitoramento e controle de princípios de qualidade aplicáveis à cadeia produtiva envolvendo os produtores integrados; já quando à segurança dos alimentos, há previsão de cláusulas de cumprimento de padrões de qualidade nos contratos de integração; por fim quanto à cadeia de fornecedores, adota um programa de monitoramento da cadeia, com visita mensal dos técnicos de extensão, avaliação de sustentabilidade¹⁶² e premiação individual pelo atendimento do índice de conformidade (BRF, 2017).

Por sua vez, o Contrato B é instrumento oriundo da JBS Aves LTDA., segmento da JBS S.A., qualificada como a maior produtora de proteína animal do mundo e a segunda maior empresa de alimentos do planeta. É líder de produção mundial nos principais segmentos de atuação: carne bovina, couros, frango e frango orgânico, além de ocupar a vice-liderança na produção de carne suína e ovina. Atuante em mais de 150 países, possui mais de 400 unidades, com capacidade de processamento diário de 80 mil bovinos, 14 milhões de aves e 115 mil suínos (JBS, 2018).

¹⁶¹ Região de atuação da BRF em sistema de integração para produção de aves, suínos e ovos: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

¹⁶² A avaliação de sustentabilidade envolve “30 questões ligadas a aspectos de qualidade, ambientais (gestão ambiental, trabalhistas e de direitos humanos (gestão social) e econômicos” (BRF, 2016, p. 133)

A JBS ingressou no mercado de aves no ano de 2012, com o arrendamento dos ativos da Doux Frangosul e com a aquisição da Agrovêneto. Já em 2013, expandiu sua operação com o aluguel das unidades da Tramonto Alimentos e com a aquisição da Seara, o que a transformou na maior processadora de frango no mundo. No Brasil, possui 29 unidades de processamento de aves e 14 centros de distribuição, divididos em onze estados, com abate, no ano de 2017, de 1,2 bilhões de cabeças de aves, em produção realizada exclusivamente por sistema de integração.

No Relatório Anual e de Sustentabilidade 2017, aponta como um dos principais riscos na sua atuação a aquisição de matéria-prima oriunda de fornecedores envolvidos com desmatamento, invasão de áreas protegidas, utilização de trabalho infantil e análogo à escravidão, ou produtos que possam oferecer risco à saúde dos consumidores (JBS, 2018, p. 49). Para mitigar tais riscos, especificamente na produção de aves, realiza visitas periódicas e auditorias nos produtores integrados para garantir a boa prática da produção em conformidade com os critérios estabelecidos.

Por fim, o Contrato C origina-se da extinta Agrovêneto S.A., agroindústria integradora localizada no município de Nova Veneza/SC, adquirida pela JBS no ano de 2012¹⁶³. A Agrovêneto possuía uma capacidade de abate diária de 140 mil aves, mas atuava com ocupação de 50% de sua capacidade, além de acumular dívidas no montante de 118 milhões de reais. (VEJA, 2012). A situação da Agrovêneto, assim como da Tramonto, outra integradora absorvida pela JBS, foi agravada com a crise do preço do milho no ano de 2012, que impactou o preço da ração e os custos de produção. Segundo o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, José Zeferino Pedrozo, a falta de capital de giro das empresas fez com que não conseguissem enfrentar a crise (DC, 2016).

O estudo de seu contrato mantém importância para se verificar a evolução da complexidade dos instrumentos contratuais ao longo dos anos, além de ser exemplo de contrato de integrador de menor porte, quando comparado com a BRF e JBS, as duas maiores agroindústrias do setor no país.

¹⁶³ A Agrovêneto foi a primeira aquisição da JBS no setor de aves no Brasil, no mês de novembro de 2012. A compra de 100% dos ativos da Agrovêneto foi fechada por 128 milhões de reais. Anteriormente, em maio de 2012, a JBS havia arrendado três unidades da Doux Frangosul, iniciando-se, assim, a sua trajetória para se tornar a maior processadora de aves do mundo.

Destaca-se que os Contratos A e B são instrumentos genéricos, sem a inserção de dados particulares dos produtores integrados. Já quanto ao Contrato C, trata-se de cópia de contrato de um avicultor específico, motivo pelo qual as informações pessoais foram suprimidas do instrumento constante no Anexo C.

4.4.1 Objeto e Finalidade

A finalidade do contrato de integração, assim como os contratos agrários típicos de arrendamento e parceria, é garantir o suprimento de matéria-prima à agroindústria. Entretanto, como observado na Figura 3, do ponto de vista organizacional, os contratos de arrendamento e parceria pertencem à T0, uma vez que o objeto transacionado é a terra. Nesse caso, haveria a integração vertical propriamente dita da produção, pois a agroindústria fica responsável por todo o ciclo produtivo.

Figura 3. Sistema produtivo típico do agronegócio (simplificado)

Fonte: ZYLBERSZTAJN (2005).

Por sua vez, o contrato de integração pode ser caracterizado como híbrido, pois envolve as transações T0 e T1. O objeto principal do contrato é o produto agropecuário, ou seja, a aquisição de frangos de corte para o abate, por isso T1. Entretanto, diferentemente de um simples contrato de fornecimento, em que os insumos ficam a cargo exclusivo do produtor rural, nesse método, a produção ocorre em um sistema integrado, em que a agroindústria participa no oferecimento dos insumos (T0) e na aquisição da produção (T1), restando ao produtor integrado o desenvolvimento do ciclo produtivo.

Desse modo, pode-se observar que o contrato de integração ultrapassa a definição de um contrato de compra e venda ou de fornecimento, pois envolve além da obrigação de dar, obrigações de fazer. Nesse sentido, no estudo sobre a sua natureza jurídica, Nunziata Paiva (2009, p. 193), aponta dificuldades de sua qualificação em razão da multiplicidade de faces de

que se reveste, concluindo pela caracterização de categoria contratual autônoma, afastando-se das categorias contratuais típicas previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

O modelo de produção avícola apresenta uma tendência histórica de organização em um sistema integrado, no qual a agroindústria não é proprietária dos aviários, transferindo aos avicultores a responsabilidade pelo desenvolvimento da produção. Esse modelo é adotado fundamentalmente em todo o sistema de produção de aves do Brasil, sendo um dos fatores responsáveis pelo crescimento do setor nas últimas décadas.

Essencialmente, o integrador é responsável pelo fornecimento de pintos de um dia, ração, vacinas, medicamentos e assistência técnica de manejo, condições sanitárias e veterinárias, obrigando-se a receber toda a produção, ao passo que o produtor integrado fica responsável pelo desenvolvimento da criação das aves em sua propriedade, bem como dos custos relativos a essa atividade, recebendo, como remuneração, um percentual da produção entregue ao integrador.

O sistema de integração apresenta como principal vantagem a redução dos custos de produção e dos custos de transação, aperfeiçoando a coordenação do ciclo produtivo, na medida em que mitiga os riscos relacionados à oscilação de preços e à oferta de matéria-prima. Destaca-se, assim, como principal vantagem ao produtor integrado a garantia de preço em troca da entrega completa da produção.

Desse modo, antes mesmo do início do desenvolvimento do ciclo biológico, o produtor integrado possui garantia de venda, sem a preocupação de buscar comprador e preço durante o manejo de produção. Já quanto ao integrador, assegura a qualidade e a quantidade de matéria-prima necessária, logrando um melhor planejamento, sem a obrigação de investir na atividade de produção agrossilvipastoril.

Entretanto, o sistema de integração também proporciona desvantagens às partes, mas sobretudo para os produtores integrados. A principal objeção é quanto ao baixo valor pago pelo integrador. Além disso, com a exclusividade prevista no contrato, são obrigados a entregar toda a sua produção, impossibilitando a busca de melhores preços no mercado *spot*¹⁶⁴. O integrador, por

¹⁶⁴ *Spot* possui o significado de *instantâneo, imediato*. Desse modo, o mercado *spot* é caracterizado por transações em que a entrega da mercadoria é imediata e o pagamento é feito à vista, ou seja, em curto prazo. A entrega de

sua vez, corre o risco quanto à quantidade e qualidade da matéria-prima, pois, apesar de exercer controle, não é o responsável direto pela produção.

4.4.2 Partes

O instrumento contratual de integração vertical é celebrado por duas partes. Seguindo a terminologia adotada pelo artigo 2º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), temos de um lado o produtor integrado, responsável pelo recebimento dos insumos, desenvolvimento do ciclo produtivo e entrega da produção, e de outro lado o integrador, responsável pelo fornecimento dos insumos e recebimento do produto final. A vinculação entre as partes ocorre por meio do contrato de integração.

O contrato deve estipular a sua finalidade, as respectivas atribuições das partes, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato, conforme disposto no inciso IV do artigo 2º.

Quanto à situação jurídica das partes, de acordo com o previsto no artigo 2º da Lei n. 13.288/2016, podem ser pessoa física ou pessoa jurídica. É mais comum a caracterização da agroindústria como pessoa jurídica, em razão da dimensão da atividade desenvolvida e da necessidade de organização para o suprimento de insumos dentro da cadeia produtiva. Por outro lado, quando ao produtor integrado, apresenta-se geralmente como pessoa física, sobretudo no sistema de integração avícola, marcado principalmente por agricultores familiares ou pequenos e médios produtores.

Quanto à terminologia adotada, esta pode variar a depender do contrato, mas, essencialmente, representa a definição legal de produtor integrado (ou integrado) e integrador. A Tabela 13 apresenta a nomenclatura utilizada nos três contratos analisados.

produto é única, por tempo limitado. Também pode ser denominado mercado disponível, mercado físico ou mercado pronto. Desse modo, contrapõe-se com a ideia de contratos de longa duração e com os mercados futuros e a termo (IPEA, 2006).

Tabela 13. Nomenclatura das partes

	A	B	C
Produtor integrado Integrador	Integrado BRF	Integrado Integradora	Produtor I Produtor II

Dentre os contratos analisados, a opção do Contrato C por “Produtor I” e “Produtor II” pode trazer confusão ao produtor integrado, principalmente no que tange à distribuição das obrigações. Desse modo, acertada a opção de A e B pela utilização da denominação social da agroindústria e pela escolha dos termos apresentados na Lei, respectivamente, evitando imprecisões quanto às responsabilidades das partes.

4.4.3 Obrigações das Partes

A distribuição das obrigações entre as partes decorre da lógica do sistema de integração, pois, de modo geral, o integrador responsabiliza-se pelo fornecimento dos “pintos de um dia” e dos respectivos insumos necessários para o desenvolvimento da produção, tais como ração, medicamentos, vacinas, defensivos agrícolas, além de orientação técnica, ao passo que o produtor integrado obriga-se ao manejo de criação das aves, juntamente com as despesas necessárias, além de respeitar as determinações técnicas do integrador. Nos itens a seguir serão analisados de modo aprofundado as obrigações das partes previstas nos contratos em estudo.

Ressalta-se que a Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) não determina quais devem ser as obrigações das partes, apenas que o contrato, sob pena de nulidade, deverá dispor sobre as responsabilidades e as obrigações do integrador e do produtor integrado no sistema de produção, conforme inciso primeiro do artigo 4º¹⁶⁵.

4.4.3.1 Obrigações do integrador

O contrato pode trazer de modo detalhado ou genérico quais são as obrigações do integrador, mas mantém-se a estrutura básica de distribuição de obrigações do sistema de integração. A Tabela 14 representa as principais obrigações contidas nos contratos analisados, que são resultantes da organização em um sistema integrado.

¹⁶⁵ Ver item 3.5.5.

Tabela 14. Principais obrigações do integrador.

	A	B	C
Fornecimento de pintos de um dia	X	X	X
Fornecimento de ração	X	X	X
Orientação técnica e/ou fornecimento de medicamentos, vacinas, inseticidas, raticidas e demais aditivos e insumos, sob orientação técnica do Integrador	X	X	X
Carregamento das aves (apanha)	X	X	
Transporte	X	X	X
Pesagem dos frangos vivos no abatedouro	X	X	X
Pagamento pela produção	X	X	X

De acordo com a natureza do sistema de integração, o integrador fica responsável pelo fornecimento de pintos de um dia, de ração, de medicamentos, vacinas e outros aditivos e insumos, além da prestação de assistência técnica quanto ao manejo, condições sanitária e veterinárias, obrigando-se a receber toda a produção, pagando, ao final, o percentual relativo à participação do produtor integrado.

Por outro lado, a responsabilidade pelas atividades de *apanha*¹⁶⁶, carregamento e transporte das aves podem ser divididas em razão dos interesses das partes. Por conta das particularidades e da sazonalidade de tais atividades, é comum a contratação de empresas especializadas, ficando tal atribuição a cargo do integrador. Entretanto, como pode ser observado na Tabela 14, os contratos A e B determinam que tais atividades são de responsabilidade do integrador, ao passo que o Contrato C transfere a responsabilidade pela apanha e pelo carregamento ao produtor integrado, restando apenas o transporte das aves ao abatedouro como obrigação do integrador.

4.4.3.2 Obrigações do produtor integrado

Da mesma forma que o verificado no *item 4.4.3.1*, o contrato pode trazer as obrigações do produtor integrado de forma mais detalhada ou apenas genericamente. Entretanto, em razão da estrutura do sistema de integração, a essência é mantida nos três contratos analisados, conforme Tabela 15.

¹⁶⁶ O Contrato A define *apanha* como ato de apanhar (recolher) os frangos de corte vivos na Granja, bem como seu carregamento em veículos e condições apropriadas ao transporte até o local de abate.

Tabela 15. Principais obrigações do produtor integrado.

	A	B	C
Criação das aves e despesas respectivas	X	X	X
Retornar a quantidade de aves fornecidas	X	X	X
Utilizar medicamentos, vacinas, inseticidas, raticidas e demais aditivos fornecidos e sob orientação técnica do Integrador	X	X	X
Cumprimento de leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente	X	X	
Seguir normas e instruções técnicas de qualidade	X	X	
Permitir o livre acesso às instalações para assistência técnica e veterinária	X	X	X
Higienização dos aviários	X	X	
Seguir orientações técnicas higiênico-sanitárias	X	X	X
Seguir o procedimento pré-abate	X	X	
Apanha			X

A principal obrigação do produtor integrado é a criação das aves, responsabilizando-se, também, pelas despesas relacionadas, tais como: mão de obra própria ou de terceiros, limpeza e desinfecção dos aviários, energia elétrica, seguros, manutenção, licenciamento ambiental, cama¹⁶⁷ do aviário, água, lenha, gás e demais insumos. Após atingir a situação ideal para abate, conforme programação do integrador, o produtor integrado compromete-se a entregar em igual número ao recebido, toda a produção obtida em seu aviário, que deve ser em igual número às aves recebidas, excetuadas as mortes ocorridas ao longo do processo de criação.

Em razão da crescente preocupação com questões sanitárias, ambientais e de qualidade do produto final, os produtores integradores devem assegurar perfeitas condições de higiene, salubridade e segurança, além de utilizar apenas as rações, medicamentos, vacinas, inseticidas e demais aditivos e insumos fornecidos ou receitados pelo integrador, sob sua orientação técnica, sendo vedada a sua destinação para outros fins ou sua cessão a terceiro e proibida a aquisição sem expressa autorização por escrito.

¹⁶⁷ Conforme definição da EMBRAPA (1992, p. 5), a cama do aviário corresponde ao material utilizado para servir de leito aos animais, e tem como objetivo “permitir a absorção de água, proporcionar um ambiente confortável às aves, evitando o contato com o piso frio e duro, e incorporar as excretas e penas residuais” (AGROCERES, 2016, p. 2-3). Atualmente, diversos são os materiais utilizados, tais como: maravalha de madeira; serragem; cascas de arroz, amendoim, café e feijão; sabugo de milho triturado; palhadas de culturas em geral, como palhas de arroz, trigo, cevada, centeio, milho, feijão, soja; e fenos de gramíneas, como capim gordura, *Napier*, braquiária e colônia.

Essas disposições alinham-se com o previsto nos Relatórios Anuais e de Sustentabilidade dos dois integradores (BRF, 2017; JBS, 2018), em razão da preocupação com questões ambientais, sanitárias e de saúde animal. O principal objetivo é evitar sanções à exportação aplicadas a unidades de processamento dos integradores por problemas sanitários e de contaminação da carne¹⁶⁸.

De modo a garantir a fiscalização do cumprimento das obrigações ambientais e sanitárias, o produtor integrado deve permitir o livre acesso às instalações de técnicos do integrador, executando, também, assistência técnica e veterinária. Além disso, o Contrato A contém a previsão de análise de resíduos entre os lotes, responsabilizando exclusivamente o produtor integrado se verificado resíduo decorrente de produto não receitado pelos técnicos e veterinários do integrador, ensejando a extinção imediata do contrato, sem aviso prévio, respondendo por perdas e danos, se houver. Essa consequência também será aplicada para demais descumprimentos das obrigações sanitárias.

O artigo 10 da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) limitou a responsabilidade ambiental do integrador. Ele será responsável de modo concorrente quando definir as tecnologias empregadas ou supervisionar a sua adoção. Porém, quando o dano ambiental resultar de adoção de conduta contrária ou diversas às suas recomendações técnicas, a responsabilidade será exclusiva do produtor integrado¹⁶⁹.

Após o desenvolvimento do ciclo de criação, quando as aves estiverem prontas para o abate, o integrador deverá informar ao produtor integrado sobre a programação de retirada dos aviários, para que se inicie o procedimento pré-abate, consistente no jejum do frangos, para posterior apanha, carregamento e transporte ao abatedouro.

Por fim, como exposto no item anterior, a apanha e o carregamento podem ficar sob responsabilidade do integrador ou do produtor integrado, conforme disposição contratual. Frequentemente, tem-se tal obrigação atribuída ao integrador, que costuma terceirizar o serviço para empresas especializadas. Já o transporte, da mesma forma, depende de ajuste contratual,

¹⁶⁸ Em abril de 2018 a Comissão Europeia vetou exportações de 20 frigoríficos brasileiros por deficiência no controle de salmonela, sendo 12 pertencentes BRF, em decorrência da Operação Trapaça, terceira fase da Operação Carne Fraca, investigação desenvolvida pela Polícia Federal, com início em 17 de março de 2017, envolvendo acusações de adulteração de carne.

¹⁶⁹ Ver *item 3.5.9*.

mas recai, conforme análise dos contratos, ordinariamente ao integrador, que também costuma terceirizar a atividade. Observa-se que, nas duas situações, eventuais descumprimentos de obrigações trabalhistas com responsabilização do tomador de serviço deverão ser imputadas ao integrador, e não ao produtor integrado, por ser o responsável e beneficiário da terceirização.

4.4.3.3 Propriedade dos insumos

O artigo 8º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) determina que as máquinas e equipamentos fornecidos ao produtor integrado pela agroindústria integradora permanecerão de sua propriedade, devendo-lhe ser restituídos, salvo na hipótese de previsão contratária no contrato de integração. Nos contratos analisados e nas entrevistas realizadas, não se observou a cessão de máquinas e equipamentos do integrador para o produtor integrado, apenas o fornecimento de insumos de produção, como pintos de um dia, ração, medicamentos, raticidas e inseticidas.

Nessas situações, os três contratos mantinham sobre propriedade do integrador todos os bens fornecidos ao produtor integrado para o desenvolvimento do ciclo produtivo. No caso dos animais, não se observou a transferência de propriedade para o produtor integrado, conforme disposto no artigo 8º, § 2º, da Lei n. 13.288/2016. A distribuição prevista no contrato possui a finalidade de determinar o valor devido ao produtor integrado, em um percentual do resultado da produção.

Essa condição está demonstrada na Tabela 16, que apresenta a distribuição de propriedade dos insumos de acordo com os contratos analisados.

Tabela 16. Propriedade dos insumos.

	A	B	C
Propriedade dos insumos	Integrador	Integrador	Integrador
Produtor integrado	Fiel depositário	Fiel depositário	Fiel depositário
Cláusula	3.2.	2ª, §6º	9ª

Como fiel depositário, o produtor integrado assume todas as responsabilidades advindas desta condição, considerando as disposições do depósito voluntário nos artigos 627 a 646 do Código Civil (BRASIL, 2002).

Desse modo, o produtor integrado obriga-se a zelar e cuidar dos insumos e das aves, não podendo dispor para terceiros, devendo restituir ao integrador quando solicitado, conforme previsão contratual e no artigo 629 do Código Civil¹⁷⁰. Além disso, o Contrato A traz expressamente a proibição de onerar com penhor ou alienação fiduciária, dar em pagamento ou qualquer outro tipo de alienação ou operação com terceiros. Diante disso, mesmo ausente previsão legal, fica o produtor integrado impossibilitado de utilizar os bens depositados para os citados fins, por conta da natureza em que os recebe, depósito para guarda até que o depositante o reclame.

Por sua vez, o artigo 640 do Código Civil obsta ao depositário, sem licença expressa do depositante, servir-se da coisa depositada, nem a dar em depósito a outrem. Assim, a utilização de aves para consumo próprio deve constar expressamente do contrato, sob pena de responsabilidade do produtor integrado por perdas e danos. Dentre os contratos analisados, apenas o Contrato A prevê a possibilidade de consumo próprio, limitado a 20 frangos por lote, conforme cláusula 3.3¹⁷¹. Nos demais, para fins de cálculo de produção, serão considerados como mortos, pois haverá uma diferença entre o número de aves alojadas e retiradas para abate, implicando no cálculo da viabilidade da produção e, a depender do caso, na conversão alimentar, pois essas aves consumirão ração e não terão o peso contabilizado ao final. Entretanto, em razão do baixo percentual em relação ao total de aves alojadas, não resultará em um impacto significativo.

Essa disposição encontra autorização na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), no parágrafo terceiro do artigo 8º, que prevê a possibilidade de ajuste contratual permitindo o consumo próprio familiar, exceto para os setores que necessitem de serviços de inspeção para o consumo próprio¹⁷².

¹⁷⁰ Art. 629. O depositário é obrigado a ter na guarda e conservação da coisa depositada o cuidado e diligência que costuma com o que lhe pertence, bem como a restituí-la, com todos os frutos e acrescidos, quando o exigir o depositante (BRASIL, 2002).

¹⁷¹ Contrato A. Cláusula 3.3. É facultado ao(s) INTEGRADO(S), utilizar para consumo próprio, no máximo, a quantia de 20 (vinte) frangos da sua cota parte em cada lote de frangos alojados. Neste caso, a quantidade de frangos será informada previamente à BRF, registrando-se os eventos em ficha própria fornecida pela BRF. Será de responsabilidade do(s) INTEGRADO(S) a observância de todas as condições e procedimentos necessários ao abate dos frangos consumidos, inclusive no que diz respeito às condições de biossegurança (segurança das pessoas), biosseguridade (segurança dos animais), segurança alimentar, ambiental e sanitária.

¹⁷² Na prática, essa inspeção não ocorre para o consumo próprio, apenas relativo à produção e à atividade industrial propriamente dita, de processamento das aves, por exemplo.

Por fim, eventual sobra de ração após a retirada do lote do aviário deverá ser informada ao integrador, para que opte por retirar, no caso de não renovação de contrato, ou contabilizar no novo carregamento a ser entregue para alimentação do próximo lote.

4.4.3.4 Quantidade de aves alojadas

Os aviários podem possuir os mais variados tamanhos, com diversidade de nível tecnológico. Esses fatores irão influenciar a quantidade de ave alojada a cada lote. A construção de novos aviários demanda um significativo investimento, fazendo com que, em muitos casos, os produtores integrados recorram a financiamentos para execução da obra e aquisição de equipamentos. No planejamento de pagamento do financiamento há uma expectativa de receita por lote, tendo como base a ocupação máxima do galpão.

O adensamento médio da produção brasileira costuma variar entre 10 e 14 aves por metro quadrado, mas pode passar de 20 a depender de diversas condições, tais como: *i)* raça das aves; *ii)* idade de abate; *iii)* qualidade da ração; *iv)* estágio avançado de modernização do aviário; *v)* boas práticas de manejo.

Na análise realizada, observa-se que os contratos A e C descrevem o tamanho e a capacidade do aviário. O Contrato B, por sua vez, não apresenta esse conteúdo, mas garante um volume mínimo de alojamento, conforme a capacidade tecnológica do imóvel acordado entre as partes.

Tabela 17. Quantidade de aves alojadas

CONTRATO	PREVISÃO	CLÁUSULA
A	GRANJA: localizada com área disponível para alojamento de aves de m ² de área útil, situada no Imóvel com hectares, matriculado sob o n ^o do Cartório de Registro de Imóvel de com cadastro no INCRA sob o n.	
B	§1º. Os pintos de 1 (um) dia serão entregues no aviário do INTEGRADO localizado na [endereço], [Bairro], [Cidade]/[Estado]. A quantidade de aves poderá sofrer variações para mais ou para menos em função das necessidades, desde já nominadas, inclusive, mas não limitadas aos seguintes fatos: eventos sanitários, demandas de mercado, disponibilidade de alojamento no imóvel do INTEGRADO. Todavia, assegura-se volume mínimo de densidade de alojamento conforme a capacidade tecnológica do imóvel acordada entre as partes, fato que, se não atendido, deverá ser corrigido conforme histórico de desempenho do INTEGRADO.	2ª, § 1º

C	CLÁUSULA PRIMEIRA: O PRODUTOR I obriga-se a instalar e/ou manter, por sua conta e com recursos próprios e/ou terceiros, uma unidade para a produção de frangos de corte medindo 100x12m com capacidade para 14.500 aves ou 100x14m com capacidade para 18.000 aves; ou 125x12m com capacidade para 18.000 aves; ou 150x12m com capacidade para 22.000 aves; ou 14x150 com capacidade para 30.000 aves; <u>ou 28x150 com capacidade para 60.000 aves</u> ; ou 36x165 com capacidade para 80.000 aves, podendo ser aumentada ou diminuída a critério único do PRODUTOR II.	1ª
---	---	----

Entretanto, a definição contratual da quantidade de aves a serem alojadas não é absoluta, permitindo ao integrador, unilateralmente, aumentar ou diminuir esse número, necessitando, apenas, informar ao produtor integrado, antes de fornecer o novo lote de “pintos de um dia”, qual será o seu tamanho. Nesse sentido, o contrato manifesta hipóteses permissivas para a variação da quantidade de aves alojadas, conforme observado na Tabela 18.

Tabela 18. Hipóteses expressas de variação da quantidade alojada de “pintos de um dia”.

	A	B	C
Acordo entre as partes	X	X	X
Alteração unilateral pelo integrador			
Demandas de mercado	X	X	
Dimensões e condições das instalações e equipamentos	X		
Problemas ambientais e sanitários	X	X	
Problemas de manejo	X		
Falta de manutenção e/ou investimentos	X		
Caso fortuito ou força maior	X		
Dificuldades de acesso à Granja	X		1ª
Disponibilidade do alojamento	X	X	
Sinistro da Granja	X		
Cláusula	2.2.	2ª, §1º	

Observa-se, assim, a presença de diversas hipóteses autorizadoras de variação da quantidade de aves alojadas, que englobam problemas técnicos, sanitários, manejo e manutenção, mercado, ou simples liberalidade do integrador.

A permissão de diminuição de lote unilateralmente pelo integrador resulta em situação de abuso frente ao produtor integrado, que possui a expectativa de recebimento de determinada receita, e permanece obrigado aos custos fixos de manutenção da atividade, mas poderá sofrer uma diminuição de pagamento no respectivo lote, por conta da redução de aves alojadas. A permissão mediante acordo entre as partes, na prática, igualmente configura uma imposição do

integrador, em razão da dependência econômica do produtor integrado e da falta de proteção no contrato e na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016).

As entrevistas mostraram que, na realidade, a quantidade de aves alojadas é determinada unilateralmente pelo integrador, podendo diminuir significativamente a capacidade do aviário, ou ainda alojar um número superior à capacidade, a depender de sua estratégia de produção. Do mesmo modo, em algumas situações, as hipóteses expressas como problemas ambientais, sanitários e de manejo, são utilizadas como artifício para justificar a redução da quantidade de aves do alojadas, sem, no entanto, a comprovação de sua ocorrência.

Por esses motivos, há necessidade de maior proteção ao produtor integrado no que tange a quantidade de aves alojadas, com a comprovação de ocorrência das previstas e eventual compensação no caso de decisão unilateral do integrador.

Dentre as hipótese justificantes, problemas relativos à estrutura do aviário e à falta de manutenção ou investimentos merecem atenção, para que se limite eventual abuso de poder do integrador. Nessas situações, quando verificadas, pode ensejar a redução da quantidade de aves alojadas, a critério do integrador, reduzindo, por consequência, a remuneração do produtor integrado.

Para realizar as respectiva melhorias exigidas, eventualmente, há necessidade de contrair financiamentos. Entretanto, nessa situação, não há qualquer garantia contra o desfazimento unilateral do contrato, pois celebrado por prazo indeterminado, possibilitando a qualquer das partes o seu término, sem indenização, desde que respeitado o prazo aviso prévio. Desse modo, tem-se a realização de investimentos específicos, sem salvaguardas para sua proteção.

Verifica-se, assim, a primordialidade de existir comprovação, por escrito, mediante laudo técnico, apontando as deficiências estruturais e as necessárias alterações, com garantia de tempo de contrato ao produtor integrado, relativo, ao menos, ao período de pagamento do financiamento. Essa garantia deve abarcar as hipóteses de extinção do contrato de forma unilateral pelo integrador, sem indenização. Evidentemente, quando houver justa causa para o término da relação contratual, como, por exemplo, em razão da ocorrência de problemas sanitários e ambientais, ou mal desempenho de técnicas de manejo, excepciona-se a referida garantia.

Por fim, problemas ambientais e sanitários também podem ensejar a diminuição da quantidade de aves alojadas. Entretanto, deve-se comprovar que o referido problema decorre de responsabilidade do produtor integrado, por defeito na execução do manejo, na medida em que o fornecimento de pintos de um dia, ração, medicamentos e insumos compete ao integrador, bem como a prestação de assistência técnica e veterinária. Em diversas situações apontadas nas entrevistas, a existência de doenças é resultado da má-prestação das obrigações do integrador, verificando-se a sua ocorrência nos primeiros dias de alojamento.

Desse modo, além de não ser obrigado a ressarcir o avicultor pela mortalidade, ainda pode impor sanções ao produtor integrado, tais como a diminuição da quantidade de aves alojadas, o aumento do prazo entre lotes e, ainda, de forma mais grave, a extinção do contrato. Ademais, identificou-se a falta de apresentação de comprovação pelo integrador da doença ou da situação alegada. Nesses casos, deve haver apresentação de laudo atestando a doença verificada, a responsabilidade pela sua ocorrência, ajustando-se eventual ressarcimento pelo tempo de suspensão da produção.

Por fim, conclui-se que as hipóteses de diminuição da quantidade de aves alojadas da forma como disposta nos contratos analisados implica em repartição não equitativa dos riscos, pois o ônus por todas as situações recai exclusivamente sobre o produtor integrado, independentemente de comprovação de culpa, de necessidade ou da efetiva ocorrência dos problemas alegados, bastando a mera comunicação antecipada.

Os avicultores realizam o planejamento da atividade com base na ocupação máxima do aviário, entretanto, nas entrevistas, foi observada variação de até 40% a menos da capacidade normal das instalações, por mera liberalidade do integrador, sem qualquer espécie de compensação. Nessa circunstância, o Contrato B autoriza a variação, mas traz a garantia de um volume mínimo de densidade, a depender da capacidade tecnológica do imóvel acordado. Trata-se de salvaguarda mínima ao produtor integrado, mas ainda insuficiente para equilibrar a relação contratual.

4.4.3.5 Manejo pré-abate

O manejo pré-abate dos frangos de corte corresponde ao estágio de carregamento das aves para transporte ao abatedouro e envolve cinco fases: programação de retirada, jejum, apanha, carregamento e transporte. Conforme explanam Mário Sérgio Assayag Júnior *et al.* (2005, p. 188), o manejo tem fundamental importância na redução de lesões dos animais, que pode resultar em condenações das aves, e de contaminação no abate por conta do derramamento de conteúdo do trato digestório¹⁷³.

Após o período de criação das aves, quando estiverem prontas para o abate, o integrador irá determinar quando será feito o carregamento, de acordo com a sua programação. Os frangos atingem condições ideais para o abate entre 28 e 50 dias, a depender de diversas variáveis, tais como a espécie do animal, o tamanho desejado para abate, as condições climáticas, a qualidade das rações e a boa-conduta no manejo da produção. Assim, por não haver uma data previamente estipulada, podendo ainda variar de acordo com a programação do integrador, faz-se necessário o aviso prévio sobre a retirada dos animais do aviário.

Por conta de seu cronograma, o integrador deve avisar o produtor com antecedência sobre a data e a hora aproximada para a retirada dos frangos de sua propriedade, a fim de que se inicie o período de jejum das aves. O aviso de retirada pode ser realizado por qualquer meio, desde que possibilite a programação em tempo hábil ao produtor, mas costuma ser feito por telefone, WhatsApp, e-mail ou pessoalmente pelos técnicos do integrador.

Dentre os contratos analisados, apenas o Contrato A estabelece cláusula sobre o aviso de retirada das aves. De acordo com a cláusula 5.4, o integrador deverá informar com antecedência mínima de 24 horas, através de emissoras de rádio, telefone, e-mail, técnicos ou qualquer outro meio, a data e a hora aproximada para a retirada dos frangos.

O aviso sobre a retirada das aves possibilita ao produtor integrado a correta programação sobre o início do jejum pré-abate, configurado pela retirada de rações, mas com a manutenção de água até o carregamento. Conforme explica Ariel Antonio Mendes (2001, p. 199), o jejum pré-abate tem a finalidade de reduzir a contaminação no abatedouro, com o esvaziamento do sistema

¹⁷³ O objetivo é reduzir o risco de contaminação durante o abate e evisceração nos frigoríficos. Com a contaminação no frigorífico, a velocidade de abate é reduzida para inspeção das carcaças pelas autoridades sanitárias, gerando perda pela presença de matéria fecal ou manchas de bÍlis na superfície interna ou externa das aves (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2014).

digestório, e melhorar a eficiência de produção, pois a ração consumida antes do abate não será metabolizada e transformada em carne pelo animal.

Desse modo, de acordo com Pedro Sérgio Rosa, Valdir de Ávila e Fátima Jaenisch (2000, p. 4) recomenda-se um tempo de jejum de 8 a 12 horas, incluindo o tempo de espera das aves, apanha, carregamento, transporte, descanso no abatedouro, pendura, insensibilização e. Um tempo inferior pode não ser suficiente para o esvaziamento do trato digestório, porém, um tempo muito longo pode resultar em uma debilidade da parede do intestino, que passa a se romper com muita facilidade (NORTCHUTT *et al.*, 1997, p. 412-413).

Na continuidade do planejamento pré-abate, a segunda etapa diz respeito à apanha e ao carregamento das aves. A apanha pode ser feita de forma mecânica ou manual. Arthur Valerio Cony (2000) explica que os elevados custos e a estrutura dos aviários dificultam a realização da apanha mecânica, resultando, portanto, na utilização preponderante da manual. Trata-se de operação sensível, pois pode gerar estresse e lesões nos animais, resultando em morte ou descarte das aves. Assim, o contrato deve prever qual parte será responsável pela sua execução e quais as consequências por irregularidades resultantes em prejuízo.

Como pode ser observado na Tabela 19, os três contratos analisados impõe ao integrador a responsabilidade pela execução das atividades de apanha e carregamento das aves. Cabe ao produtor integrado, por sua vez, seguir e respeitar o cronograma estipulado, garantindo efetivo tempo de jejum dos frangos.

Tabela 19. Responsabilidade pela apanha para carregamento

	A	B	C
Cronograma	Integrador	Integrador	
Execução	Integrador	Integrador	Integrado
Cláusula	5 ^a	2 ^a , §8º	11 ^a

Nas situações em que a apanha assentar-se sob a esfera do produtor integrado, reside lógica a determinação de sua responsabilidade pela morte ou lesão decorrentes do mau manejo, durante a captura. Contudo, as disposições que imputam descontos ao produtor quando tal atribuição couber ao integrador são eivadas de abuso, por impor uma sanção que foge ao poder de controle e determinação da parte.

Por fim, a última etapa do manejo pré-abate que envolve a relação contratual entre integrador e produtor integrado diz respeito ao transporte das aves vivas dos aviários para as unidades de processamento. Esse estágio fica contratualmente sob responsabilidade do integrador, que pode executar diretamente ou terceirizar o serviço. Por não estar incluída em sua atividade principal, as agroindústrias integradoras normalmente terceirizam para prestadoras de serviço especializadas na função.

A terceirização pode ser entendida como a transferência de atividades periféricas do tomador de serviços, passando a ser exercidas por empresas distintas e especializadas (GARCIA, 2013, p. 349). Desse modo, conforme preceitua Maurício Godinho Delgado (2009, p. 407), provoca uma relação trilateral em face da contratação de força de trabalho no mercado. Essa relação trilateral é formada entre trabalhador, intermediador de mão de obra e o tomar de serviço, caracterizada pela não coincidência do empregador real com o formal (CASSAR, 2013, p. 480).

Assim como ocorreu com outros setores agrossilvipastoris¹⁷⁴, houve questionamentos do Ministério Público do Trabalho (MPT) quanto à licitude da terceirização das atividades de apanha, carregamento e transporte das aves para o abate. Em linhas gerais, argumentou-se tratar de atividade-fim da agroindústria integradora, além de verificar, no caso concreto, a existência de subordinação estrutural. Isso, porque, as atividades são feitas a tempo e modo planejado pelo integrador, com definição de data, horário, localidade, nome do avicultor, quantidade das aves, peso e equipe responsável, de forma a possibilitar o abate para industrialização e comercialização das aves.

Até a publicação da Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017, que passou a autorizar a terceirização geral para serviços determinados e específicos, as regras sobre terceirização

¹⁷⁴Nos últimos anos, diversas agroindústrias do setor agrossilvipastoril foram condenados por terceirização ilícita de atividade, tendo como exemplos: *i*) a Raízen foi condenada em R\$ 3.000.000,00 pela 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho pela terceirização do plantio, colheita e transporte de cana-de-açúcar, pois fundamentais à sua produção (TRT 15ª Região, ACP n. 0000994-89.2013.5.15.0079); *ii*) a Biosev foi condenada pela 1ª Vara do Trabalho de Jaboticabal em R\$ 5.000.000,00 por danos morais coletivos em razão de terceirização ilícita de atividade (Processo nº 0000515-23.2011.5.15.0029); *iii*) a Usina Santa Adélia foi condenada pela Vara do Trabalho de Taquaritinga por terceirizar serviços de plantio, colheita e manutenção de cana-de-açúcar (Processo nº 0010985-89.2016.5.15.0142); *iv*) as quatro maiores indústrias de suco de laranja do país (Sucocítrico Cutrale Ltda., Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A, Citrovita Agroindustrial Ltda. E Fischer S/A) foram condenadas por terceirização ilícita de plantio, cultivo e colheita de laranjas (Processo nº 0000121-88.2010.5.15.0081 ACP VT Matão); *v*) a Suzano Papel e Celulose foi condenada em R\$ 2.000.000,00 pela Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA por terceirização ilícita de produção de mudas, atividades de silvicultura, plantio e colheita de eucalipto, ligadas a atividade-fim (ACP nº 0002069-52.2010.5.05.0531)

emanavam da Súmula 331 do TST¹⁷⁵, que restringia a sua aplicação a serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta. Entretanto, não havia definição sobre atividade-fim e atividade-meio do tomador, restando a cargo dos tribunais fazer essa delimitação, na análise do caso concreto. Com a edição da referida lei, findou-se tal disjunção, sendo legítima a terceirização de quaisquer atividades, ainda que essenciais, desde que não verificadas pessoalidade e subordinação direta dos terceirizados.

Como exemplo dessa situação, o MPT da 24ª Região ajuizou Ação Civil Pública em face da Seara Alimentos Ltda., questionando a licitude da terceirização das atividades de apanha e de transporte de aves vivas, resultando no Processo n. 0025084-12.2014.5.24.0004, com julgamento pela 4ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS, em 11 de março de 2016. Em síntese, sustentou tratar-se de terceirização ilícita, pois atividades essenciais e realizadas mediante subordinação direta, pedindo a contratação direta de trabalhadores e indenização a título de dano moral no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

A Seara Alimentos Ltda., ré, defendeu-se argumentando tratar de atividades absolutamente distintas. A contratação para prestação de serviços de transporte de frangos vivos dos aviários para o seu estabelecimento era de sua responsabilidade, ao passo que a apanha envolve contratações realizadas diretamente pelos produtores. Além disso, o transporte não caracterizava sua atividade-fim e era desempenhado sem subordinação.

A sentença reconheceu a distinção das atividades e qualificou o transporte como atividade-meio ou secundária do integrador, na medida em que sua atividade-fim é o abate e a industrialização

¹⁷⁵ Súmula nº 331 do TST. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974). II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988). III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

de aves. Quanto à apanha, ainda que contratada pelo integrador, também configuraria como atividade-meio, pois acessória ao transporte.

Por sua vez, quanto à subordinação, entendeu-se não estar configurada, pois verificou-se apenas a existência de diretrizes organizacionais, necessárias em razão do elevado volume de abate diário. Desse modo, a elaboração de escalas para apanha e transporte é natural, tal como ocorre com setores de limpeza e manutenção. Além disso, eventual acompanhamento pelo técnico agrícola não configura subordinação jurídica, pois o objetivo de tal ato é acompanhar o manejo das aves e prestar assistência técnica ao avicultor, não identificando fiscalização da atividade de transporte. Finalmente, não restou comprovada a pessoalidade, pois não se exigia a prestação do serviço por trabalhador específico, podendo ser executado por qualquer motorista das empresas prestadoras de serviço.

Por outro lado, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no julgamento do Recurso Ordinário n. 0020456-28.2015.5.04.0771, sob relatoria do Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso, reconheceu a responsabilidade subsidiária do integrador pelo pagamento das parcelas trabalhistas devidas pela empresa de carregamento e transporte das aves.

O juiz de origem não reconheceu a responsabilidade da JBS Aves Ltda., pois o reclamante era empregado da Griesang e Lez Transportes Ltda.-ME, que realizava carregamento e descarregamento de frangos em diversos aviários da região, recebendo pagamento diretamente dos produtores integrados. Na análise probatória, não foi identificado contrato de natureza civil entre o integrador e a empresa de transporte, pois a contratação desse serviço era de responsabilidade dos produtores integrados.

Entretanto, o Relator entendeu que o transporte da matéria-prima até os abatedouros está incluído na atividade do integrador, pois ela se beneficia da força de trabalho do emprego terceirizado, não podendo, assim, esquivar-se do ônus decorrente do inadimplemento das obrigações por parte da prestadora.

Desse modo, o integrador deverá fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas da prestadora de serviço de transporte, mesmo que contratada diretamente pelo produtor integrado, sob risco de responsabilidade subsidiária, por tratar de serviço essencial, integrando a sua atividade. Destaca-se que não se discutiu a licitude da terceirização, entendida com possível,

mas sim a responsabilidade subsidiária pelo inadimplemento das obrigações do empregador. Por consequência, esse entendimento pode ser aplicado mesmo com permissão legal de terceirização de atividade-fim.

Nesse mesmo sentido, a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu no recurso de revista n. 114-97.2010.5.09.0749, julgado em 02 de maio de 2012, sob relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, pelo reconhecimento de terceirização ilícita das atividades de carregamento e transporte de frangos. O trabalhador alegou ter sido contratado verbal e diretamente pelo integrador, como autônomo, recebendo diárias, mas que após um período teve seu contrato encerrado, pois o integrador contratou uma empresa para prestar tais serviços. O reclamante, bem como outros trabalhadores, foram contratados formalmente por essa empresa, que passou a realizar as atividades de carregamento e transporte de aves.

No caso em tela, havia previsão de exploração de granjas e transporte rodoviário de mercadorias entre as atividades desenvolvidas pelo integrador, compondo seu objeto social, conforme Estatuto Social da Sadia. Por não se tratar de um simples contrato de compra e venda, mas de uma integração, na medida em que os avicultores integram a atividade produtiva da integrada, eventuais divisões de responsabilidade no contrato não possuem eficácia *erga omnes* e tampouco são capazes de obstar a incidência do artigo 9º da CLT. Tais previsões são válidas e eficazes entre as partes contratantes, mas não oponíveis a terceiros, especialmente com objetivo de isentar algum dos parceiros dos ônus e encargos legais.

Entendeu-se, assim, que a contratação de serviço de carregamento e transporte pelo avicultor não ocorria apenas em seu próprio proveito, mas com o objetivo de finalizar a última etapa do processo de desenvolvimento da produção, antes do abate. Isso, porque, não se trata de um carregamento e comercialização de aves, mas sim de carregamento e comercialização dentro da cadeia produtiva do integrador: sem referidas atividades não haveria o produto final.

Desse modo, a análise irá depender do caso concreto, mas destaca-se o entendimento de que a previsão contratual tem o escopo de distribuir as responsabilidades entre as partes, não sendo oponível a terceiros quanto aos efeitos trabalhistas. Nessa situação, deverá ser feita uma análise da estrutura de funcionamento da cadeia produtiva em discussão, pois, tratando-se de verdadeira integração entre agroindústria e avicultor, a relação entre as partes é ainda mais profunda que uma parceria rural, ensejando hipótese de responsabilidade do integrador, mesmo com previsão

contratual em contrário. Isto, porque, o artigo 9º da CLT (BRASIL, 1943) determina ser “nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação”.

Em conclusão, antes do abate, deverá ser realizada a pesagem dos animais para possibilitar a apuração do preço a ser pago ao produtor integrado. A pesagem costuma ocorrer no próprio abatedouro, com posterior informação do peso total de produção e médio por ave. O acompanhamento do produtor a esse ato é facultativo, devendo ter sua vontade manifestada com antecedência.

Entretanto, essa participação é dificultada por questões práticas do produtor integrado, como distância do abatedouro, custo de locomoção e falta de tempo para acompanhamento. Assim, resta por confiar nas informações fornecidas pelo integrador. A Tabela 20 aponta as disposições contratuais relativas à pesagem das aves nos contratos analisados.

Tabela 20. Pesagem das aves.

	A	B	C
Pesagem	Abatedouro		Balança Integrador
Acompanhamento	Facultativo	-	Facultativo
Cláusula	5.5.		10ª

Porém, a estruturação do sistema de pesagem com atribuição ao integrador, sem a participação do produtor integrado ou a fiscalização de terceiro, pode ocasionar situações de fraude, como denunciado, por exemplo, na região de Feira de Santana (BA). No ano de 2010, avicultores que atuavam em parceria com a Perdigão acusaram o integrador de fraudar a pesagem em sua balança. Desse modo, de acordo com o vereador Marialvo Barreto, um caminhão pesando 13 mil quilos perdia cerca de 1,2 mil quilos, resultando em um prejuízo médio de 250 gramas por frango ao produtor (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2010).

Para evitar situações de fraude, algumas alternativas podem ser adotadas, como a utilização de balanças rodoviárias nos municípios, sindicatos ou associações, realizada a pesagem por terceiro, ou a presença de representante dos produtores para a fiscalização da pesagem.

4.4.4 Prazos

Dentre os diversos prazos previstos nos instrumentos contratuais analisados, três se destacam e requerem uma apreciação aprofundada: prazo de vigência do contrato; prazo de alojamento do lote; e prazo de intervalo entre lotes. Observa-se, inicialmente, que a Lei n. 13.288/2016 não estabelece quais serão esses prazos, tampouco estipula um intervalo mínimo e máximo. Dispõe, apenas, sobre a obrigatoriedade da presença de cláusula contratual que determine os prazos de distribuição dos resultados entre os contratantes (art. 4º, VI) e o prazo para aviso prévio no caso de rescisão unilateral e antecipada do contrato (art. 4º, XIV).

4.4.4.1 Prazo de vigência do contrato

Seguindo o procedimento costumeiro do setor avícola, os contratos analisados foram convencionados com prazo de vigência indeterminado, possibilitando a qualquer das partes, a qualquer tempo, a solicitação de término do contrato, mediante prévia notificação, sem qualquer ônus à parte, desde que cumprido o prazo exigido. Apesar da terminologia utilizada pelos três contratos, trata-se efetivamente de hipótese de rescisão, e não de rescisão.

O termo rescisão é incorretamente empregado como sinônimo de resolução e de rescisão. Nesse sentido, seguindo a boa técnica, deve ser utilizado nas hipóteses de dissolução contratual devido a ocorrência de lesão ou que forem celebrados em estado de perigo (GONÇALVES, 2011, p. 208). Por sua vez, a rescisão consiste na liberação dos contratantes em razão da manifestação de vontade, independentemente do inadimplemento.

A rescisão pode ser bilateral ou unilateral. Conforme a lição de Caio Mário da Silva Pereira (2011, p. 129), a rescisão bilateral, também denominada distrato, é a declaração de vontade das partes contratantes, no sentido oposto ao que havia gerado o vínculo. Já a rescisão unilateral tem aplicação excepcional, sendo cabível nos contratos de execução continuada, quando celebrados por prazo indeterminado, independentemente do não cumprimento da outra parte (GONÇALVES, 2011, p. 208). É justamente esta hipótese antecedente a avençada nos contratos analisados, conforme observa-se na Tabela 21.

Tabela 21. Prazo de vigência e notificação para rescisão

	A	B	C
Prazo	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado
Extinção	Qualquer parte a qualquer tempo	Qualquer parte a qualquer tempo	Qualquer parte a qualquer tempo
Ônus	Não	Não	Não
Notificação	Escrito	Escrito	Escrito
Prazo para notificação	1 lote	60 dias	60 dias
Indenização pela falta de notificação	Média dos últimos 3 lotes	Média dos últimos 3 lotes	Não previsto
Cláusula	4.1.	12 ^a	12 ^a

Nas entrevistas realizadas nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, identificou-se que o contrato costuma ser renovado anualmente, mediante a assinatura de novo instrumento contratual, que revoga integralmente o anterior. Entretanto, foi evidenciado que na mesorregião do Sul Catarinense, a agroindústria integradora não providenciou novos contratos após o último pactuado, ainda no ano de 2016. Desse modo, este segue em vigor na regência da relação entre as partes, visto tratar-se de contrato celebrado por prazo indeterminado.

Contudo, o prolongamento de sua vigência obsta a aplicação da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) à relação contratual corrente. Isto, porque, houve o veto presidencial ao parágrafo único do artigo 14, que estabelecia um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para a adequação dos contratos de integração em vigor. Com isso, respeitando-se o princípio da irretroatividade, a nova lei passa a ser aplicada às relações jurídicas constituídas após a sua vigência.

Para que se proceda o término da relação contratual pela rescisão unilateral, os contratos analisados exigem notificação por escrito da parte interessada, com antecedência mínima determinada. O prazo de aviso prévio poderá variar, dependendo do pactuado. No Contrato A, é de 1 (um) lote, ao passo que nos Contratos B e C é de 60 (sessenta) dias. Na primeira hipótese, quaisquer das partes poderão notificar a sua intenção de não continuar com o contrato, executando-se a produção de mais um lote antes de se efetivar o fim do contrato.

Nas entrevistas, foi identificada situação em que o prazo de aviso prévio era de 2 (dois) lotes. Já na segunda hipótese, o prazo de aviso prévio é expresso em dias, no caso, 60 (sessenta) dias. Assim, se porventura o prazo findar no decorrer da criação de um lote, dever-se-á aguardar a

sua ultimação, com o carregamento e transporte da aves, para que se dê por encerrada a relação contratual.

Por seu turno, não há previsão de cláusula de renovação do contrato, visto celebrado por prazo indeterminado e com previsão de rescisão unilateral, a qualquer tempo, sem ônus para a parte. A renovação do contrato pode ser legal ou contratual. Para o contrato de arrendamento, por exemplo, os artigos 95, V, do Estatuto da Terra, e 22 do Decreto n. 59.566/1966, impõem a renovação automática se não houver notificação do arrendatário demonstrando sua intenção de retomar o imóvel, no prazo de seis meses antes do seu término. Tratando-se de hipótese legal, a renovação é compulsória.

Entretanto, não havendo previsão contratual e sendo celebrado por prazo indeterminado, não há que se falar em direito à renovação do contrato, apenas nas possibilidades de continuação do contrato, caso não questionada a sua vigência, ou de celebração de um novo contrato, expressamente revogando o anterior, como ocorre na cláusula primeira do Contrato B.

B - CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS TRATATIVAS ANTERIORES

Ficam rescindidos para todos os efeitos legais quaisquer outros contratos havidos anteriormente entre as partes contratantes, especialmente o [informar o nome do contrato que está sendo rescindido e a data em que foi firmado, e eventuais termos aditivos, outorgando-se a ambas as **PARTES**, total e geral quitação, para mais nada reclamar uma da outra, a qualquer título ou a qualquer tempo.

Por fim, quanto ao direito de preferência, este pode ser legal ou consensual, e pode ser concebido em duas situações: preferência na celebração de um novo contrato ou preferência na aquisição do imóvel em que se desenvolve a atividade objeto do contrato. A Lei n. 13.288/2016 não prescreve o direito de preferência para ambas as situações. Do mesmo modo, os três contratos analisados silenciam-se sobre tema.

Na primeira hipótese, de preferência na celebração de um novo contrato, tal previsão ao menos encontraria nexos, assegurando ao integrador a manutenção do suprimento de matéria-prima necessária para o desenvolvimento de sua atividade central. Poderia, assim, celebrar novo contrato, desde que, asseverasse as mesmas condições oferecidas por terceiro. Já quanto a segunda hipótese, o direito de preferência na aquisição do imóvel foge da racionalidade do sistema de integração. Em primeiro lugar, porque o integrador não executa a produção diretamente, utilizando-se para suprimento da matéria-prima a função dos avicultores

integrados. Em segundo lugar, pois, ao contrário dos contratos típicos de arrendamento e parceria, em que se transaciona a posse ou o uso temporário da terra, no contrato de integração o objeto é a criação e engorda de frangos de corte, com responsabilidade pela criação das aves direta do produtor integrado, não havendo uso ou posse da terra pelo integrador.

4.4.4.2 Prazo de alojamento do lote

O prazo de alojamento do lote corresponde ao tempo necessário para que as aves atinjam as condições ideais de abate, estabelecidas pelo integrador. Busca-se um ideal entre peso do animal e consumo de ração, de modo a obter melhor eficiência na produção. O tamanho do animal será determinado, também, pelo mercado consumidor alvo da produção específica. Alguns mercados, principalmente externo, preferem um frango de tamanho menor, o que resultará em um menor prazo de alojamento do lote.

Deste modo, as aves atingem condição ideal de abate após um período de 40 a 48 dias de alojamento, mas já podem ser retiradas a partir de 28 dias, a depender do tamanho desejado. O melhoramento genético reduziu significativamente esse tempo, que era de 60 a 90 dias. Após os 45 dias, o frango continua a ganhar peso, mas revela uma redução de sua conversão, pois necessita de mais ração para um mesmo ganho de peso, prejudicando o resultado da produção. Em vista disso, o contrato pode estabelecer um intervalo de tempo em que as aves serão alojadas, ou facultar essa decisão para sua análise técnica, conforme a necessidade do mercado.

Tabela 22. Prazo de alojamento das aves.

	A	B	C
Prazo	Não		35 a 55 dias
Condição	Quando os frangos atingirem condições de abate	-	Pode ser reduzida ou dilatada, conforme programação de abate do integrador
Cláusula	4.2.		3 ^a

Nos três contratos analisados, apenas o Contrato C estabelecia um intervalo de tempo, entre 35 e 55 dias, podendo, entretanto, ser reduzido ou aumentado, conforme a programação de abate do integrador. Por sua vez, os Contratos A e B não estipulavam um intervalo de tempo para o alojamento, facultado, deste modo, a definição da data de apanha e carregamento a seu critério

técnico, quando os frangos atingirem condições de abate, e considerando, também, a programação dos abatedouros.

4.4.4.3 Prazo de intervalo entre lotes

Após a retirada do lote para o abate, deve-se respeitar um intervalo de dias para colocação de um novo lote. O prazo de intervalo entre lotes deve estar previsto no contrato, bem como suas hipóteses de aumento. Apesar da ausência de previsão legal quanto à sua obrigatoriedade, tal fato decorre da boa-fé contratual, evitando um alargamento imotivado desse intervalo, causado prejuízo indevido ao produtor integrado.

Tabela 23. Prazo de intervalo entre lotes.

	A	B	C
Prazo	26 dias	28 dias	
Variação (+/-)	Sim	Sim	
Ônus pela variação	Não	Não	-
Cláusula	2.2.	2 ^a , § 1º	

Dados da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP, 2017) apontam que no Estado do Paraná¹⁷⁶, no mês de outubro de 2017, o intervalo entre os lotes variou de 12 a 22 dias, ao passo que o intervalo para limpeza foi de 15 a 50 dias. Desse modo, tem-se em torno de um lote a cada dois meses, pois cerca de 45 dias de produção, mais 15 dias de repouso. Assim, em um ano, o produtor integrado terá produzido e recebido, aproximadamente, 6 (seis) lotes.

Portanto, atrasos injustificados para colocação de novo lote podem representar a perda de um lote ao longo do ano, resultando em uma diminuição de um sexto de sua receita anual. Ocorre que, em alguns casos, esses atrasos decorrem de simples liberalidade do integrador ou como forma de punição ao produtor integrado.

Dessa forma, há necessidade de clara e expressa regulamentação no contrato sobre o prazo de intervalo entre lotes, havendo comprovação idônea de sua causa. Nas entrevistas, por exemplo, foram citadas situações em que se justificou problemas sanitários para a não colocação do novo

¹⁷⁶ Intervalo dentre lotes e intervalo entre lotes para limpeza, nas microrregiões do Estado do Paraná (FAEP, 2017): Cambará: 17/40 dias; Cascavel: 14/25 dias; Castro: 22/30 dias; Chopinzinho: 12-18/25-30 dias; Cianorte: 12/23 dias; Dois Vizinhos: 13/28 dias; Londrina: 12-15/15-20 dias; Toledo: 12-15/30-50.

lote, que já ultrapassava 45 dias, sem qualquer comprovação dessa ocorrência, em laudo, por parte do integrador.

A Tabela 24 apresenta as hipóteses expressas nos três contratos analisados que permitem o aumento de intervalo entre os lotes. Observa-se que o contrato faz não o prazo de intervalo entre os lotes, tampouco as hipóteses de aumento desse intervalo.

Tabela 24. Hipóteses expressas de aumento do intervalo entre lotes.

	A	B	C
Mediante solicitação	X	X	-
Falta de preparo do aviário para receber o novo lote	X		
Procedimentos não condizentes com a boa prática de manejo	X		
Descumprimento de orientações técnicas		X	
Problemas estruturais	X	X	
Questões sanitárias	X	X	
Questões climáticas		X	
Dificuldade de acesso	X	X	
Força maior	X	X	
Cláusula	2.2.	2ª, §1º	

Assim como ocorre na quantidade de aves alojadas, o contrato traz hipóteses expressas de aumento do intervalo entre os lotes, decorrentes de problemas técnicos, mas também apresenta uma possibilidade genérica, exigindo-se, apenas, solicitação por parte do integrador, independentemente de ônus.

A solicitação depende de ajuste prévio entre as partes. Entretanto, em razão da dependência econômica observada na relação contratual, o produtor integrado não possui meios para impor a sua vontade sem risco de eventual término da relação contratual e, consequentemente, dificuldades na busca para um novo parceiro. Assim, na prática, a solicitação passa a ser uma imposição do integrador, por decisão unilateral, implicando em potenciais prejuízos ao produtor integrado.

Desse modo, mais do que a simples menção das hipóteses, faz-se necessário o estabelecimento de critérios claros e precisos, bem como a exigência de comprovação de sua ocorrência, em nome da boa-fé, da transparência e do equilíbrio contratual.

Em um sistema de integração, em tese, ambas as partes devem possuir uma posição de paridade entre seus direitos e deveres. Porém, essa situação mostra, mais uma vez, que, na prática, o integrador impõe a sua força sobre o produtor integrado, assegurando privilégios para o seu lado, sem a imposição de qualquer sanção pelo descumprimento. Já quanto ao produtor integrado, acaba por aceitar tais determinações, compelido por sua dependência econômica.

Por fim, antes da colocação de novo lote, deve o integrador informar ao produtor integrado sobre o dia e a hora aproximada para o alojamento dos “pintos de um dia”, bem como para a entrega da ração. Isso permite a preparação do aviário para recebimento do novo lote, evitando sanções ao produtor por descumprimento do cronograma, na medida em que o atraso na preparação pode resultar em alargamento do prazo para colocação do novo lote, na diminuição da quantidade de aves alojadas e até mesmo na extinção do contrato por descumprimento de obrigação do produtor integrado.

Nos três contratos analisados, apenas o Contrato A estabelece tal prescrição, com antecedência mínima de 24 horas. Contudo, mesmo na ausência de previsão contratual, este é, na prática, e assim deve ser, o procedimento adotado pelo integrador, sob pena de não imposição de sanções aos produtor intrigado, já que decorrente de omissão do integrador quanto ao direito de informar e em contradição com o princípio da boa-fé.

4.4.5 Preço e Forma de Pagamento

A apuração da quota-parte cabível ao produtor integrado será realizada após a retirada das aves para abate, com a pesagem dos caminhões. Os critérios técnicos para a definição do valor a ser pago constam em anexo no contrato, e partem de percentuais básicos predeterminado contratualmente.

Cada contrato apresenta uma fórmula distinta para apuração do valor a ser pago aos produtores integrados, conforme constam nos ANEXOS D, E e F. Porém, em linhas gerais, levam em consideração critérios como sazonalidade¹⁷⁷, sexo, peso de abate e idade das aves. Além disso,

¹⁷⁷ A sazonalidade é relativa ao período climático de alojamento das aves. Assim, conforme Contrato A, se realizado em períodos quentes, não há ajuste a ser feito. Porém, se períodos frios, há soma de 0,09 no percentual

são estabelecidos critérios de meritocracia, que dependem do desenvolvimento do manejo exercido pelo produtor integrado, como mortalidade e conversão alimentar.

A conversão alimentar é um parâmetro de rendimento da produção, consistente da divisão do consumo total de ração pelo peso médio das aves¹⁷⁸. Desse modo, o consumo de ração para outras atividades por parte do produtor integrado, mesmo que não vedado contratualmente, irá afetar a sua conversão, pois haverá um maior consumo em relação ao peso final do lote, prejudicando a sua remuneração.

Além disso, são considerados critérios de qualidade dos frangos de corte, como percentual de calos de pé, arranhaduras, condenações e papo cheio, que podem aumentar ou diminuir o percentual cabível ao produtor integrado.

O percentual correspondente ao pagamento ao produtor integrado pode estar previsto diretamente no contrato ou constar do anexo relativo à fórmula de cálculo de pagamento. No Contrato C, tal previsão consta do contrato, que estipula um percentual de 5-10% do peso total do lote, dependendo do desempenho da produção, descontando-se o fornecimento de gás, vacinas, medicamentos e eventuais fornecimentos extraordinários. Por sua vez, os contratos A e B trazem nos contratos apenas os critérios técnicos que serão utilizados, designando a fórmula de cálculo e o percentual no anexo.

O Contrato A¹⁷⁹ estipula um percentual básico (7,17), que será ajustado em razão da sazonalidade, sexo e peso de abate e idade das aves, resultando, assim, na quota-parte básica cabível ao produtor integrado. Além disso, indica ajustes em razão da meritocracia, considerando a mortalidade e a conversão alimentar. Ademais, tem em consideração ajustes em

básico, ao passo que se realizado em períodos mistos, serão considerados os dias em período quente e os dias em período frio.

¹⁷⁸ O fornecimento de ração corresponde ao maior custo por unidade da produção (aproximadamente 65%), por isso o constante esforço para alcançar baixas conversões, pois isso significa um menor consumo para um maior peso. Os principais fatores que afetam a conversão são: temperatura – no frio consomem mais ração; ventilação; qualidade da ração; qualidade da água; refugos – aves doentes ou deficientes consomem ração, mas não serão aproveitadas, devendo, portanto, ser eliminadas até os 14 dias; doenças e medicações (TORRETTA, 2017).

¹⁷⁹ A forma de remuneração do Contrato A consta no Anexo D.

função da qualidade, atinentes a calo de pé¹⁸⁰, arranhaduras¹⁸¹, condenações¹⁸², papo cheio¹⁸³, peso. Por fim, prevê ajustes em razão do processos e procedimentos, tendo em conta ajustes de adequação estrutural e ajustes de procedimentos.

Desse modo, têm-se que o resultado final da participação do produtor integrado (PT) é igual à soma da quota-parte básica (QB), dos ajustes de meritocracia (MT), de qualidade (QT) e de processos e procedimentos (PP), conforme observado na Figura 4.

Figura 4. Resultado final da participação do produtor integrado

$$PT = QB + MT + QT + PP$$

Após o cálculo do percentual cabível, deve-se verificar a quantidade de quilogramas de frangos vivos pertencentes ao produtor integrado. Para isso, multiplica-se o percentual cabível pelo peso total de frangos entregues ao integrador. Por fim, multiplica-se o peso total cabível ao produtor integrado pelo preço base do frango vivo pago pelo integrador, obtendo-se, assim, a quota-parte devida ao produtor integrado pela sua participação no sistema de produção.

Por sua vez, o Contrato B¹⁸⁴ apresenta fórmula de remuneração distinta, considerando basicamente os mesmos critérios, mas em pontos distintos do cálculo. Nessa situação, o percentual básico já considera o sexo e peso dos animais, mas não prevê ajustes para sazonalidade e idade. Agregam-se a esse valor básico ajustes em razão a conversão alimentar,

¹⁸⁰ Calo de pé corresponde à pododermatite, lesão comum encontrada em frangos de corte criados sobre camas úmidas e compactadas (SANTOS; NUNES; BAIÃO, 2002, p. 655). Os pés têm aumentado a sua importância comercial, em razão de exportação para os países asiáticos. Desse modo, a ocorrência de calos de pé irá aumentar o descarte de produto, resultando em prejuízo econômico, além de ser um indicador de bem-estar animal.

¹⁸¹ A arranhadura corresponde a lesões nas carcaças do frango, tendo como principais causas a densidade do aviário, temperatura do ambiente qualidade de cama, peso e idade das aves. A depender da intensidade dos arranhões, pode ocorrer a ruptura de pele e evoluir para um processo inflamatório, resultando em dermatoses, uma das principais causas de condenação das aves (SCHERER FILHO, 2009, p. 37-38).

¹⁸² As condenações representam o descarte das aves em razão de problemas de sanidade. Adriana Oliveira *et al.* (2016, p. 84) apontam que entre os anos de 2006 e 2011, o índice de condenação do Serviço de Inspeção Federal nos matadouros-frigoríficos foi de 5,99%, observando como principais causas: contaminação (1,80%). Contusão/lesões traumáticas (1,57%), dermatoses (0,74%) e celulite (0,50%), artrite (0,38%), aerossaculite (0,13%) e aspecto repugnante (0,13%).

¹⁸³ Papo cheio representa a permanência do alimento do papo do animal, impedindo a sua digestão. Essa situação pode resultar em infecção, inanição e morte do animal. Além disso, a verificação de papo cheio no abate pode representar um risco de contaminação, pela presença de bactérias. Assim, o seu rompimento irá resultar na contaminação e condenação de toda a carcaça (RUI; ANGRIMANI; SILVA, 2011, p. 1291).

¹⁸⁴ A forma de remuneração do Contrato A consta no Anexo E.

da qualidade do lote (condenações e calo de pé¹⁸⁵) e de bonificações em cumprimento do *chek list* determinado pelo integrador.

Assim, o valor final devido ao produtor integrado será calculado da mesma forma: soma dos fatores descritos acima, multiplicado pelo peso vivo total de abate e pelo preço estipulado para a partilha. Destaca-se que o produtor integrado não poderá dispor de sua parcela antes da partilha, devendo esperar a apuração feita pelo integrador. Eventual consumo não permitido ou venda antecipada, além de considerada falta grave, irá afetar os índices de viabilidade¹⁸⁶ e a conversão.

Os critérios devem ser claros e precisos, constantes em anexo do contrato, e fornecidos aos produtores integrados para controle. Além disso, faz-se necessária a disponibilização de tabela de resultado e desempenho após o cálculo de cada lote, em linguagem acessível, para que o produtor integrado tenha acesso aos dados e cálculos utilizados para a determinação de sua quota.

Apenas o Contrato A prevê a obrigação do integrador de disponibilizar, sempre que solicitado pelo produtor integrado, todos os parâmetros relacionados ao cálculo dos resultados auferidos pelas partes, conforme cláusula 5.9. Além disso, obriga-se a disponibilizar informe contendo os dados sobre a quantidade de ração fornecida, quantidade de ração consumida pelo lote, indicadores zootécnicos, quantidades produzidas, índice de produtividade e o preço base usado nos cálculos. Trata-se de dever de informação necessário para a garantia da transparência na relação contratual, devida independentemente de previsão detalhada no contrato. No mesmo sentido, há necessidade de descrição do prazo e da forma de pagamento.

Tabela 25. Prazo e forma de pagamento.

	A	B	C
Prazo	15 dias	21 dias	
Forma	Depósito em conta corrente	Moeda corrente	-
Prazo para contestação	3 dias		
Cláusula		4 ^a	

¹⁸⁵ Explicar porque interfere na qualidade

¹⁸⁶ A viabilidade diz respeito à diferença entre a quantidade de aves alojadas e a quantidade de aves retiradas para o abate, expressa em porcentagem.

O prazo para o pagamento pode variar a depender das disposições do contrato, mas deve estar previsto expressamente. Do mesmo modo, a forma de pagamento, ajustada em moeda corrente, mas que poderá ser realizado via depósito bancário, cheque, em espécie ou de outro modo pactuado entre as partes.

4.4.5.1 Auxílio baixa produtividade

Tratando-se de uma produção em sistema integrado, os riscos pelo resultado devem ser divididos entre integrador e produtor integrado. Nesse sentido, o Contrato B prevê um auxílio de baixa produtividade ao avicultor. Trata-se de situação excepcional, que se verificada sua constante repetição, pode ensejar a extinção do contrato, sem direito a pagamento a título de indenização, multa ou compensação.

O índice de produtividade a ser alcançado pela cláusula décima primeira do Contrato B é de 65%. Entretanto, em situações excepcionais, não atingido referente percentual, desde que ocorra o cumprimento das demais obrigações, a renda será vinculada ao percentual de 65% aplicada sobre a média dos últimos três lotes.

Há, porém, um limite de emprego do auxílio baixa produtividade. O produtor integrado poderá valer-se deste benefício desde que não atinja o resultado igual ou superior a 65% em metade dos lotes entregues nos últimos doze meses. Nesta situação, a critério do integrador, o contrato poderá ser extinto, não sendo devido pagamento a título de indenização, multa, compensação ou de qualquer outra natureza.

4.4.5.2 Descontos automáticos e retenção

O contrato pode prever, ainda, outras hipóteses que impactam o preço e a forma de pagamento devido ao produtor integrado. Nos contratos analisados, observou-se a presença de possibilidade de desconto automático e de retenção do pagamento, em função de conduta do avicultor.

CONTRATO B

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§4º. O **INTEGRADO** assume inteira responsabilidade por todos os atos praticados pelos empregados que utilizar para prestar serviços ora contratados, obrigando-se a ressarcir quaisquer danos e/ou prejuízos eventualmente provocados pelos mesmos a

INTEGRADORA, ainda que por imperícia ou negligência, ficando autorizado o desconto automático dos valores apurados nos pagamentos ainda não realizados. Caso a **INTEGRADORA** seja demandada por qualquer empregado do **INTEGRADO**, ou ainda de prestador de serviço contratado para a realização de objeto deste instrumento, diante da inexistência de vínculo entre as **PARTES**, deverá o **INTEGRADO** assumir a condição de demandada, requerendo a exclusão da **INTEGRADORA** do polo passivo da demanda. Caso o **INTEGRADO** não cumpra com o estabelecido nesta cláusula, a **INTEGRADORA** poderá **RETER** os pagamentos, até o integral cumprimento da obrigação.

Desse modo, poderá haver, por expressa previsão no Contrato B, desconto automático dos valores apurados nos pagamentos ainda não realizados na hipótese de prejuízos eventualmente causados pelo produtor integrado ou por seus empregados. Além disso, a cláusula busca eximir a responsabilidade do integrador por obrigações trabalhistas relativas a empregados e prestadores de serviço do produtor integrado. Como sanção à desobediência desta cláusula, o integrador poderá reter os pagamentos até o seu cumprimento.

Entretanto, como observado na hipótese de terceirização ilícita de transporte, o TST entende que eventuais divisões contratuais de responsabilidade não possuem eficácia *erga omnes* e não são capazes de obstar a incidência do artigo 9º da CLT¹⁸⁷. Desse modo, a cláusula pode ser entendida como um instrumento de coerção sobre o produtor integrado para que assuma a responsabilidade por suas obrigações trabalhistas, porém, não é capaz de afastar judicialmente a responsabilidade do integrador por tais débitos.

4.4.6 Extinção

Ao contrário do que ocorre com os direitos reais, propensos à perenidade, as obrigações, como direitos pessoais, possuem uma natureza transitória. Desse modo, quando verificado o cumprimento do que foi pactuado, o contrato irá extinguir-se, naturalmente. Mesmo que não convencionado, *a priori*, um prazo determinado para o seu cumprimento, em razão de seu caráter não perene, as partes possuem uma expectativa de seu término. Assim, para contratos de trato sucessivo ou execução continuada, celebrados por prazo indeterminado, como no caso analisado, faz-se necessária a manifestação de vontade no sentido de desfazimento do vínculo contratual.

¹⁸⁷ TST. RR n. 114-97.2010.5.09.0749, 8T - Relatora Ministra Dora Maria da Costa. Data de julgamento 02/05/2012.

Trata-se de hipótese de resilição do contrato. No entanto, Miguel Maria de Serpa Lopes (1964, p. 199) já observava que esse termo não era de uso consagrado pela prática e, em alguns casos, tampouco pela legislação, adotando-se, com maior frequência, o termo rescisão¹⁸⁸. A rescisão, porém, conforme os ensinamentos de Francesco Messineo (1952, p. 2010), diz respeito a extinção do contrato em razão da ocorrência de lesão ou celebrados sob estado de perigo. Já a resilição, conforme definição de Sílvia de Salvo Venosa (2013, p. 521) é a “cessação do vínculo contratual pela vontade das partes, ou, por vezes, de uma das partes”.

Deve-se, desse modo, atentar-se para a natureza da modalidade da extinção prevista contratualmente, malgrado a nomenclatura utilizada, sobretudo nas hipóteses de resilição e rescisão, confusão já consagrada pela prática contratual¹⁸⁹.

A resilição pode-se promover bilateral ou unilateralmente. A resilição bilateral é o distrato, previsto no artigo 472 do Código Civil (BRASIL, 2002), configurada como “o mútuo consenso para o desfazimento do vínculo” (VENOSA, 2013, p. 522). Nesse sentido, se partes possuem a autonomia para criar um vínculo jurídico obrigatório, conclui-se, de modo lógico, que a manifestação de vontade de ambas possui a virtude de extingui-lo. Desse modo, conforme lição de Orlando Gomes (2008), todos os contratos podem ser resilidos, por distrato.

Para que possa ser extinto bilateralmente, o artigo 472 do Código Civil exige que o distrato seja feito pela mesma forma exigida para o contrato. Assim, como o artigo 4º da Lei n. 13.288/2016 exige forma escrita para sua celebração, sob pena de nulidade, o distrato também deverá se dar por escrito.

Por sua vez, em razão da natureza do contrato, pode-se permitir que uma das partes, de modo unilateral, coloque fim à relação contratual. É o que ocorre com “os contratos de trato sucessivo, de execução continuada, quando por prazo indeterminado, permitindo que, por meio de uma denúncia prévia, para não surpreender o outro contratante, sejam resilidos (ou rescindidos, como quer o termo mais vulgar)” (VENOSA, 2012, p. 524).

¹⁸⁸ Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012, p. 270) asseveram que a legislação muitas vezes utiliza as expressões extinção, resilição, resolução e rescisão como sinônimas. Apresentam como exemplo a CLT, que utiliza a expressão rescisão indistintamente, para diversas modalidades de extinção contratual.

¹⁸⁹ A resolução tem como causa o inadimplemento voluntário ou involuntário do contrato. Por sua vez, a resilição não depende do inadimplemento, mas unicamente da vontade das partes (GONÇALVES, 2011).

Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012, p. 281) apontam que em razão da força obrigatória dos contratos, a possibilidade de sua extinção unilateral não pode ser bem vista, por ser, no mínimo, atentatória à segurança de uma estipulação contratual¹⁹⁰. Nessa linha dispõe o artigo 473 do Código Civil:

Art. 473. A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.

Desse modo, os contratos analisados estipulam essa possibilidade, a qualquer tempo, por interesse de uma das partes, sendo necessária apenas a notificação à outra parte, respeitando-se o prazo definido de aviso prévio, sem a incidência de ônus pela extinção da relação contratual. Haverá a aplicação de indenização somente nos casos de falta de notificação, conforme observado na Tabela 26.

Tabela 26. Prazo de vigência e notificação para rescisão

	A	B	C
Prazo	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado
Extinção	Qualquer parte a qualquer tempo	Qualquer parte a qualquer tempo	Qualquer parte a qualquer tempo
Ônus	Não	Não	Não
Notificação	Escrito	Escrito	Escrito
Prazo para notificação	1 lote	60 dias	60 dias
Indenização pela falta de notificação	Média dos últimos 3 lotes	Média dos últimos 3 lotes	Não previsto
Cláusula	4.1.	12 ^a	12 ^a

Entretanto, conforme observa Kassia Watanabe (2007, p. 226), em termos de teoria econômica dos custos de transação, deve-se evitar comportamentos oportunistas para o funcionamento de modo eficiente do sistema agroindustrial. Nesse sentido, caso o produtor integrado realize investimentos específicos, deve-se criar salvaguardas contratuais para proteger os investimentos realizados. Porém, os contratos analisados não trazem essa respectiva garantia ao produtor integrado, tampouco é prevista na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016).

No desenvolvimento do sistema de produção integrado, é comum exigências por parte do integrador sobre as instalações e equipamentos dos aviários, sendo sua adequação requisito para

¹⁹⁰ Os autores sugerem que antes de efetivar a rescisão unilateral, deve haver aviso prévio e, caso descumprido, sujeita o infrator ao pagamento das perdas e danos devidos (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 281).

continuidade da relação contratual, para garantia de uma maior quantidade de aves alojadas ou, ainda, para recebimento de um maior percentual da produção. Para tanto, o produtor integrado realiza investimentos específicos na modernização de sua estrutura, buscando, frequentemente, financiamentos em entidades públicas ou privadas. Porém, o contrato e a lei, como observado, não trazem garantias de continuidade de contratado após a realização dos investimentos, aumentando o risco de comportamento oportunista do integrador, em razão da aumento da dependência econômica do produtor integrado.

O Código Civil (BRASIL, 2002), no parágrafo único do artigo 473, traz proteção à parte que realizou investimentos específicos em decorrência da denominada denúncia vazia do contrato, ou seja,

Art. 473, parágrafo único. Se, porém, dada a natureza do contrato, uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.

Sílvia de Salvo Venosa (2013, p. 525) aponta que esta previsão “atende à finalidade social que o vigente estatuto procurou imprimir ao cumprimento das obrigações e se apresenta com o caráter cogente”. No mesmo sentido, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012, p. 282) entendem não ser razoável, nem compatível com a boa-fé objetiva, o não ressarcimentos de tais gastos. Desse modo, a rescisão em tempo insuficiente para retorno dos investimentos realizados mostra-se abusiva.

Entretanto, essa situação de abusividade pode ser observada nos contratos em questão. Não há proteção para os investimentos específicos realizados pelo produtor integrado, e possibilita-se a rescisão unilateral do contrato cumprindo-se aviso prévio de 1 (um) lote ou 60 (sessenta) dias, conforme disposto na Tabela 26. Desse modo, afora o silêncio do contrato e da Lei n. 13.288/2016, o Código Civil traz essa proteção, exigindo o transcurso de prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.

Porém, a proteção disposta no Código Civil não tem prevalecido no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que possui entendimento pacificado de que os investimentos incorporam-se ao patrimônio do produtor integrado, não havendo, assim, prejuízo que enseja a indenização por

dano material, independentemente do motivo pelo qual se deu o término contratual, resilição unilateral ou inadimplemento de obrigações¹⁹¹.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DOS AUTORES. [...] CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA CELEBRADO POR PRAZO INDETERMINADO. [...] CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE BENFEITORIAS E MELHORIAS NO AVIÁRIO QUE NÃO CARACTERIZAM DANOS MATERIAIS. - "[...] Em sede de contrato de parceria avícola, a implantação de benfeitorias, a aquisição de equipamentos e a contratação de mão-de-obra pelo parceiro criador, porque ínsitos à execução da avença, não caracterizam danos materiais, até porque ele não sofreu, com isso, segundo a prova, deterioração ou perda, parcial ou total, de bens corpóreos que ainda lhes pertencem [...]" (TJSC, Apelação Cível n. 2014.018933-0, de Ipumirim, rel. Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, j. 04-05-2015 - Grifo nosso).'. ABALO ANÍMICO NÃO COMPROVADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO" (AC n. 0000097-59.2014.8.24.0068, Des. Cláudia Lambert de Faria).

Esse entendimento, no entanto, não é repetido no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que reconheceu o dever de indenizar no caso de dissolução unilateral do contrato¹⁹².

"CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA - RESCISÃO UNILATERAL - LUCROS CESSANTES-CABIMENTO. A dissolução do contrato de parceria avícola, de forma antecipada e unilateral, vale dizer, sem causa justa, não elimina o dever de indenizar." (TJSP, Apelação sem revisão n. 715.015-0/7, 26ª Câmara, Relator Desembargador Renato Sartorelli, d.j. 10/10/2005).

Entende-se que nas hipóteses de resilição unilateral, o integrador deve responder pelos investimentos específicos realizados para a execução da produção. Principalmente, pela dificuldade em encontrar outro parceiro para celebrar novo contrato de integração. Como visto, na região de Santa Catarina, existe apenas um parceiro viável. Esse cenário repete-se em São Paulo. Assim, a possibilidade de resilição unilateral sem indenização ou em tempo insuficiente representa um abuso de poder por parte do integrador, eivada, portanto, de vício.

Além disso, conforme previsão no artigo 473 do Código Civil, há necessidade de notificação da outra parte sobre a resilição do contrato. Nessa perspectiva, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina entende que a resilição unilateral de contrato celebrado por prazo

¹⁹¹ Ap. Cív. n. 2004.015232-9, de Concórdia, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 15.10.2004). [...]" (AC n. 2008.046096-3, Des. Sebastião César Evangelista); (AC n. 2008.045132-8, Des. Artur Jenichen Filho); (AC n. 2011.082541-3, Des. Joel Figueira Júnior); Apelação n. 0300415-58.2015.8.24.0124, Relator Desembargador Substituto Luiz Antônio Zanini Fornerolli, d. j. 19/06/2016.

¹⁹² No mesmo sentido, TJSP Apelação sem revisão n. 750584-0/2, Relator Desembargador Luis de Carvalho, d.j. 04/06/2008.

indeterminado depende de aviso prévio, sob pena de responsabilidade pelos prejuízos provocados à parte contrária, bem como dos respectivos lucros cessantes.

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIA – CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – RESILIÇÃO UNILATERAL DOS CONTRATOS – PARCERIAS FIRMADAS POR PRAZO INDETERMINADO – NÃO COMPROVAÇÃO DE AVISO PRÉVIO – LUCROS CESSANTES DEVIDOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM A LUCRATIVIDADE MÉDIA APURADA EM PERÍCIA – AQUIESCÊNCIA DAS PARTES COM RELAÇÃO À PROVA EMPRESTADA – DESCABIMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS ÚLTIMAS REMUNERAÇÕES DOS AUTORES PARA A FIXAÇÃO DA QUANTIA DEVIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I – Em se tratando de contrato de parceria avícola por tempo indeterminado, a resilição unilateral, sem a devida notificação prévia, acarreta evidente prejuízo à parte contrária, devendo o prejudicado ser ressarcido pelos respectivos lucros cessantes. (TJSC, Apelação n. 0001162-36.2000.8.24.0018, Relator Desembargador Substituto Luiz Antônio Zanini Fornerolli, d.j. 15/08/2016).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo também possui entendimento nesse sentido, de que torna-se necessária a prévia denúncia escrita do contrato, sob pena de ressarcimento de danos e multa contratual.

CONTRATO DE PARCERIA - RESSARCIMENTO DE DANOS E MULTA CONTRATUAL - DECRETO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA- NECESSIDADE – HIPÓTESE EM QUE NÃO FOI COMPROVADA A PRÉVIA DENÚNCIA ESCRITA DO CONTRATO, CONFORME PREVISTO NA AVENÇA - ALEGAÇÃO DE RECUSA EM ASSINAR DOCUMENTO TRAZIDA SOMENTE EM SEDE DE APELAÇÃO- SENTENÇA MANTIDA. (TJSP, Apelação sem revisão n. 912564-0/3, Relator Desembargadora Cristina Zucchi, d.j. 03/07/2016).

Por outro lado, a relação contratual pode ser desfeita pela resolução, ou seja, em razão de inexecução do contrato por uma das partes. Neste caso, mais uma vez, há habitualmente a utilização do termo rescisão para representar a resolução, observando-se tal fato nos três contratos analisados. A Tabela 27 apresenta as hipóteses de resolução imediata do contrato, sem aviso prévio, devendo-se indenização por perdas e danos, quando cabível.

Tabela 27. Hipóteses de resolução imediata sem aviso prévio

	A	B	C
Descumprimento de qualquer cláusula contratual	X	X	X
Uso de medicamentos, vacinas, inseticidas, raticidas e demais aditivos sem ou contrários à orientação técnica do Integrador		X	
Não cumprimento do compromisso de biossegurança: não possuir animais de qualquer espécie na propriedade		X	
Descumprimento da legislação ambiental		X	
Utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas à escrava	X	X	
Deficiência de manejo do plantel		X	
Descumprimento de normas técnicas		X	
Utilização indevida das rações fornecida		X	
Dispor de sua parte antes da partilha		X	
Não atingir 65% de resultado na produção em no mínimo metade dos lotes entregues no últimos 12 meses (sem multa e compensação)		X	

A resolução representa a extinção do contrato por descumprimento do estabelecido em suas cláusulas, e pode ocorrer por culpa ou de modo involuntário. De qualquer modo, ambas as situações podem ensejar o pedido de resolução da relação contratual. Por sua vez, a razoabilidade do não cumprimento importa para fins de responsabilidade por perdas e danos. Nesse sentido, quando verificada a culpa de uma das partes, pode a outra exigir indenização por perdas e danos.

Em todo contrato bilateral, existe uma cláusula resolutória tácita, em razão da interdependência das obrigações. Desse modo, o descumprimento culposos do pactuado gera justa causa para a resolução de contrato. Por sua vez, é lícito às partes estipular no contrato expressamente uma cláusula resolutória ou pacto comissório expresso¹⁹³. Essas duas situações estão dispostas no artigo 474 do Código Civil (BRASIL, 2002):

Art. 474. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.

¹⁹³ O pacto comissório possuía acento no Código Civil de 1916, no artigo 1163, permitindo o desfazimento da venda no caso de não pagamento do preço até o dia determinado. Embora não consagrado no novo Código Civil, subsiste em nível doutrinário, como sinônimo de cláusula resolutória, presente, por exemplo, em Sílvia de Salvo Venosa (2013, p. 526) e em Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012, p. 289).

O objetivo da previsão de cláusula resolutória é resguardar o contratante contra o comportamento oportunista da outra parte. Assim, de acordo com o artigo 474, o inadimplemento resulta em operação de pleno direito da cláusula resolutória. Isso, entretanto, não significa que o contrato será automaticamente extinto. A parte insatisfeita possui meios legais para postular o reexame das cláusula e até mesmo para o desfazimento do contrato, não bastando, para tanto, o não cumprimento¹⁹⁴.

Neste caso, o que se decorre, é a possibilidade da parte lesada exigir o cumprimento do contrato, conforme artigo 475 do Código Civil¹⁹⁵, ou não sendo possível ou se preferir, optar, então, pela sua resolução, cabendo, em qualquer caso, indenização por perdas e danos. Observa-se que na inexistência de cláusula expressa, a resolução dependerá de interpelação judicial.

Sílvia de Salvo Venosa (2013, p. 526-527) atenta que a existência de cláusula expressa não afasta, necessariamente, a obrigação de declaração judicial, pois além do desfazimento do vínculo contratual, outros efeitos concretos são observados, como o dever de indenizar ou a demonstração de inocência da parte contrária.

Desse modo, observa-se que as hipóteses previstas para a resolução dos contratos devem decorrer de culpa do produtor integrado, resultante de imperfeições no desenvolvimento do manejo de criação das aves, não se imputando fatores alheios ao seu controle, como caso fortuito e força maior, ou consequentes de atuação do integrador, como a mortalidade por causas pré-existentes nos pintos de um dia ou por doenças não controladas por seus técnicos veterinários ou medicamentos fornecidos.

¹⁹⁴ “Direito civil. Contrato de intermediação. Convênio estabelecido entre o Hospital São Bernardo s/a e a Autolatina. Cláusula prevendo o pagamento pela intermediação. Inocorrência de extinção do contrato. Inércia do devedor. Obrigação de efetuar o pagamento enquanto perdurar a situação prevista no contrato. Valor da remuneração. Fixação. Razoabilidade. Recurso provido parcialmente. Votos vencidos. I — Nosso sistema não contempla a figura da extinção do contrato simplesmente porque uma das partes, não se interessando mais por ele, resolve deixar de cumpri-lo, sem que haja previsão de indenização. II — A parte insatisfeita com a forma como se desenrola a execução do contrato tem meios legais para postular o reexame das cláusulas nele inseridas e até mesmo para postular o desfazimento da avença. III — Na espécie dos autos, embora tenham sido firmadas diversas repactuações entre as partes interessadas, a substância daquele primeiro contrato permaneceu, razão pela qual a cláusula prevendo pagamento pela intermediação deve ser mantida, até que haja a efetiva extinção do ajuste. IV — Provimento parcial do recurso para assegurar ao recorrente a percepção da remuneração pelo valor fixado em abril de 1995, enquanto durar o convênio ou até que haja alteração imposta por decisão judicial em ação que venha a ser, eventualmente, proposta pelo recorrido” (STJ, REsp 435.920/SP; REsp (2002/0059717-8), DJ, 22-3-2004, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, 4.^a Turma).

¹⁹⁵ Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.

Além disso, a situação deve ser comprovada mediante laudo técnico, de modo a evitar a alegação de problemas ambientais e sanitários como forma de extinguir o contrato unilateralmente, sem o devido respeito aos investimentos específicos realizados pelo produtor integrado. Eventuais abusos no desfazimento da relação contratual deverão ser indenizados pelo integrador, inclusive quanto às obrigações decorrentes de financiamento para fins de estrutura e equipamento.

Por outro lado, discute-se a necessidade de notificação na esfera do inadimplemento contratual por uma parte, ou seja, na execução da cláusula resolutória. Nos contratos analisados, observa-se a instituição de cláusula expressa, prevendo a resolução de pleno direito, independentemente de notificação. Sílvio de Salvo Venosa (2013, p. 527) atenta que mesmo com a resolução de pleno direito, com frequência a declaração judicial é necessária e útil, assim, a notificação torna-se importante meio de comprovação do momento em que se caracterizou o inadimplemento.

Para as hipóteses genéricas de resolução, com referência geral ao descumprimento do contrato, Darcy Bessone (1987, p. 319) argumenta que enfraquece a sua força, equiparando-se a cláusula resolutória tácita, necessitando, assim de notificação. O aviso torna-se necessário para que a outra parte tome conhecimento de que efetivamente descumpriu o contrato e para que possa cumpri-lo, se ainda for possível (VENOSA, 2013, p. 527).

Por fim, o Contrato A é o único a prever uma escala de sanções antes de extinguir a relação contratual. Os demais ocasionam a extinção imediata do contrato, ensejando indenização por perdas e danos. A situação prevista no Contrato A é resultado da política de sustentabilidade da cadeia agropecuária, prevista no Relatório Anual e de Sustentabilidade (BRF, 2017, p. 133). Assim, o contrato de produção integrada prevê medidas de recomendação e orientação, que, caso não observadas, não resultam automaticamente em extinção do contrato, salvo condições especiais de natureza grave.

CONTRATO A

8.3. Em ocorrendo o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais ou não atendimento das recomendações técnicas pelo(s) INTEGRADO(S), que, a juízo e critério exclusivo da BRF, não comprometam a relação da produção integrada, poderá esta (BRF), adotar as seguintes medidas:

a) No 1º descumprimento = notificar por simples correspondência o(s) INTEGRADO(S), solicitando a adequação necessária com prazo definido;

- b) No 2º descumprimento = notificar por simples correspondência o(s) INTEGRADO(S), desta vez suspendendo o alojamento do próximo lote, para fins de adequação necessária, sem direito ao(s) INTEGRADO(S) de qualquer remuneração ou indenização, com a aplicação de multa não compensatória de 5% (cinco por cento) do valor da média dos três (03) últimos lotes;
- c) No 3º descumprimento = notificar por simples correspondência o(s) INTEGRADO(S) da rescisão do contrato, com a cobrança de perdas e danos, se houver, com a aplicação de multa não compensatória de 10% (dez por cento) do valor da média dos três (03) últimos lotes.

Desse modo, a não observância de cláusulas contratuais ou o não atendimento das recomendações técnicas resulta em, um primeiro momento, em notificação para adequações necessárias, com prazo definido; em caso de reiteração, suspensão do próximo lote para adequação, com a imposição de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor médio dos últimos três lotes; por fim, no caso de novo descumprimento, dar-se-á, afinal, a extinção do contrato, indenizando-se o integrador por eventuais perdas e danos, e aplicando-se multa não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor médio dos últimos três lotes. No ano de 2016, a BRF (2017, p. 133) informa que não houve distrato por questões ambientais.

4.4.7 Disposições gerais

Neste último item de análise, serão estudadas as principais disposições gerais contidas nos instrumentos contratos em questão, quais sejam, relativas às obrigações ambientais e sanitárias, à proibição e ao combate de utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas à escrava, à boa-conduta na relação contratual, confidencialidade e, por fim, à discussão sobre a validade da cláusula de eleição de foro.

4.4.7.1 Obrigações ambientais e sanitárias

Como responsável pelo desenvolvimento do manejo de criação das aves e pela disponibilização da estrutura de aviário para a sua execução, cabe aos produtor integrado a obtenção das licenças ambientais necessárias para funcionamento e viabilização da atividade, devendo obedecer e cumprir todas as normas e regras aplicáveis.

Por sua vez, apesar de não constar no Contrato A, a BRF (2017, p. 133), em seu Relatório Anual e de Sustentabilidade 2016, informa que, como medida preventiva, mantém um sistema que gerencia o licenciamento ambiental das propriedades integradas. Em 2016, alcançou 98,02%

das propriedades com licenciamento ambiental, ao passo que os 1,98% restantes estão em processo de obtenção.

A Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) determina como conteúdo necessário do contrato de integração disposições relativas às obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação ambiental, conforme artigo 4º, XII. Nos três contratos analisados, a responsabilidade é conferida ao produtor integrado, como encarregado pelo desenvolvimento da produção. Entretanto, o integrador é diretamente interessado no cumprimento de tais obrigações, sob risco de danos à sua imagem, contaminação da carne produzida e, conseqüentemente, embargos de exportação.

Desse modo, os contratos passam a ter uma maior preocupação com questões relacionadas principalmente à biosseguridade e biossegurança. A biosseguridade refere-se à saúde animal, com medidas de prevenção e seguridade. Já a biossegurança, diz respeito à saúde humana, devendo garantir proteção e erradicar os riscos, pautando-se pelo princípio da precaução.

Nessa circunstância, verificam-se cláusulas de obrigações genéricas de cumprimento da legislação ambiental e de normas de biosseguridade, biossegurança, bem estar animal e sanitárias, estabelecidas em âmbito municipal, estadual e federal, bem como as impostas pelo integrador. Além disso, os contratos impõem obrigações específicas visando a esses objetivos.

Por exemplo, o Contrato A (6.11.a.) não permite o acesso às instalações por terceiros, sem prévia autorização por escrito e, quanto autorizado, deve cumprir com as condições estabelecidas. Já o Contrato B (17ª), proíbe o produtor integrado de possuir quaisquer espécies de animais domésticos ou silvestres, bem como aves, na propriedade, ensejando, em caso de descumprimento, a extinção imediata do contrato, independentemente de notificação, arcando, ainda, com os prejuízos.

Portanto, de modo geral, fica sob responsabilidade do produtor integrado a segurança e saúde de todas as pessoas que desenvolvem atividades no aviário, bem como a higienização da granja, o controle de insetos e roedores, e adequada destinação dos frangos mortos, dos dejetos, embalagens e equipamentos descartáveis de vacinas, medicamentos, desinfetantes, defensivos agrícolas, bem como dos demais resíduos.

Por sua vez, artigo 10 da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) trouxe uma limitação à responsabilidade ambiental do integrador. Este só será responsável de modo concorrente quando definir as tecnologias empregadas ou supervisionar a sua adoção. Por outro lado, quando o dano resultar de adoção de conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pelo integrador, a responsabilidade será exclusiva do produtor integrado.

4.4.7.2 Utilização de mão de obra infantil ou escrava

Pode-se observar nos contratos analisados, uma preocupação com a não utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas a escravo por parte do produtor integrado. Referida cláusula possui o objetivo de evitar eventual responsabilidade do integrador em razão da produção em um sistema integrado, além de proteger a sua imagem, que acabará por ter mais destaque midiático do que o produtor integrado infrator.

Os contratos A (6.1.b) e B (18ª, caput, §1º e 2º) trazem como obrigação do produtor integrado a não utilização de mão de obra de pessoas com idade inferior a 18 ano, em condições degradantes ou análogas a escravo, sob pena de resolução imediata do contrato, independentemente de notificação, respondendo ainda por eventuais perdas e danos.

Para tanto, o contrato exclui a responsabilidade do integrador por eventual descumprimento da legislação trabalhista protetiva, mas isso não impede que, a depender do caso concreto, seja condenado por tal prática, em virtude do artigo 9º da CLT (BRASIL, 1943), que decreta ser nulo de pleno direitos ato praticados com objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação de seus preceitos.

4.4.7.3 Boa conduta na relação contratual

O Contrato B estabelece, na cláusula décima quinta, prática de boa conduta na relação contratual, impondo às partes o cumprimento de todas as determinações do contrato e as demais regras aplicadas à matéria, coibindo, especialmente, atos de corrupção, sob pena de perdas e danos quando à imagem da parte prejudicada, que poderá também optar pela rescisão do contrato.

O objetivo de tal disposição é proteger a imagem do integrador por atos de corrupção praticados pelo produtor integrado, mas não há restrição em relação à parte, ou seja, aplicável também ao produtor integrado por atos praticados pelo integrador.

Destaca-se que, nos últimos anos, o integrador parte do respectivo contrato foi alvo de diversas investigações e manchetes diárias na mídia nacional por escândalos de corrupção. O acordo de leniência envolvendo a J&F Investimentos S.A., holding do grupo JBS foi pactuado com multa de R\$ 10.300.000.000,00 (dez bilhões e trezentos milhões de reais), a maior da história do país, em razão dos ilícitos apurados (MPF, 2017 p. 15).

Desse modo, comprovando-se danos à imagem dos produtores integrados em razão de atos do integrador, pode-se requerer perdas e danos e, eventualmente, optar pela rescisão do contrato. Além disso, comprovando-se que o integrador diminuiu sua participação no mercado em razão dos eventos citados e, com isso, repassou ao produtor integrado uma diminuição da quantidade de aves alojadas, diminuindo, com isso, a sua receita, possibilita ao avicultor uma indenização pelas respectivas perdas e danos.

4.4.7.4 Confidencialidade

A cláusula de confidencialidade não decorre de previsão na Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), mas encontra uso frequente para proteger informações capazes de influenciar a competição empresarial. Dentre os três contratos analisados, apenas o Contrato B trouxe o seu preceito, na cláusula décima nona.

Segundo esse dispositivo, o produtor integrado obriga-se a guardar sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada com a atividade da integradora, da qual tenha conhecimento em razão da relação de integração, salvo expressa autorização por escrito permitindo a sua divulgação¹⁹⁶. O descumprimento resulta em responsabilização por eventuais perdas e danos. O prazo definido para a sua validade é de 5 (cinco) anos após o término na relação contratual, alcançando os representantes e sucessores do produtor integrado.

¹⁹⁶Por exemplo, em razão da cláusula de confidencialidade, os produtores integrados informaram que não podem divulgar a ocorrência de doenças ou de mortalidade. Entretanto, o integrador não informa qual é a causa verificada.

Ressalva-se, no entanto, a disposição sobre a desnecessidade de advertência sobre a confidencialidade de determinada informação. O contrato determina que tal característica deve ser sempre presumida pelo produtor integrado, porém, conforme a reflexão de Leonam de Souza e Rodrigo Corrêa (2012, p. 165), não basta a mera classificação da informação como confidencial, sendo indispensável a possibilidade de influir de forma razoável na competição empresarial. Desse modo, a presunção de confidencialidade resulta em ônus exacerbado ao produtor integrado, restringindo sua atuação na defesa de seus direitos, principalmente na esfera extrajudicial.

Assim, entende-se que o integrador deve informar, por escrito, de modo claro e preciso, quais situações e circunstâncias são abrangidas pela cláusula de confidencialidade, garantindo segurança jurídica na relação contratual.

4.4.7.5 Cláusula de eleição de Foro

Observa-se, nos três contratos analisados, a presença de cláusula de eleição de foro, como mostra a Tabela 28, sendo este diferente da localidade em que se encontra o aviário de produção¹⁹⁷.

Tabela 28. Cláusula de eleição de foro.

	A	B	C
Cláusula de eleição de foro	Sim	Sim	Sim
Foro	Videira/SC	São Paulo/SP	Criciúma/SC
Cláusula	9.13.	21 ^a	15 ^a

Entretanto, o parágrafo único do artigo 2º da Lei n. 13.288/2016 estabelece como competente para as ações fundadas no contrato de integração, o foro do lugar onde se situa o empreendimento do produtor integrado, devendo ser indicado no contrato.

De acordo com o Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), conforme artigo 63, as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações, derogando, assim, o previsto na lei. Desse

¹⁹⁷ Os Contratos A e B são instrumentos-padrão dos referidos integradores, podendo ter o local de foro alterado a depender da região em que se verificar a contratação.

modo, tratando-se de competência relativa, como a hipótese em tela, as partes podem, a princípio, optar por foro diverso, mediante cláusula escrita no contrato, desde que se referiram expressamente ao negócio jurídico em questão.

Porém, tal cláusula poderá ser declarada nula de ofício pelo magistrado, quando abusiva. Caso contrário, caberá ao réu alegar a abusividade na contestação, sob pena de preclusão, em concordância com os parágrafos terceiro e quarto do artigo supra.

Daniel Amorim Assumpção Neves (2017, p. 223) entende que a cláusula de eleição de foro será nula quando impuser, presumidamente, dificuldades na defesa do réu, tratando-se, entretanto, de presunção relativa. Assim, no caso concreto, o produtor integrado poderá optar pela cláusula de eleição de foro, contrariando a proteção prevista na lei.

Destaca-se, ainda, que o Novo CPC ampliou a esfera de atuação do juiz, ao permitir o reconhecimento de ofício da nulidade. O artigo 112 do antigo Código de Processo Civil (BRASIL, 1973) restringia essa possibilidade ao contrato de adesão. Já com o artigo 63 do novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), essa circunstância foi ampliada para todo e qualquer contrato¹⁹⁸.

Pormenorizando o sistema de integração, o contrato celebrado entre integrador e produtor integrado pode ser caracterizado como um contrato de adesão. Por essa característica, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu pela sua nulidade da cláusula de eleição de foro¹⁹⁹. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça decidiu de maneira reiterada pela não prevalência do foro contratual em contratos de adesão, por não se tratar de uma livre escolha e implicar em dificuldade de defesa para a parte mais fraca²⁰⁰.

¹⁹⁸ Art. 63, § 3º Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu (BRASIL, 2015).

¹⁹⁹ AGRAVO DE INSTRUMENTO. Parceria avícola. Demanda reparatoria ajuizada pelo avicultor. Negócio de adesão. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (avicultor, destinatário de produtos e serviços, sob conveniência de grupo agropecuário). Cláusula de eleição de foro. Previsão abusiva. Nulidade. Exceção de incompetência, rejeitada. Recurso do autor. Provimento. (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0019820-06.2003.8.26.0000, Relator Desembargador Carlos Russo, d.j. 03/12/2003).

²⁰⁰ STJ, CC n. 23968, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ 16/11/1999; REsp n. 722437, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ 09/05/2005.

Desse modo, ao determinar expressamente qual será o foro competente, a Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) reconhece a vulnerabilidade do produtor e objetiva resguardá-lo de eventuais abusos, concernentes na tentativa de dificultar a defesa de seus interesses em juízo. Conclui-se, assim, pela abusividade da eleição de foro por meio de cláusula contratual de adesão, quando esta dificultar a defesa dos interesses do produtor integrado, devendo-se respeitar, no seu interesse, a disposição trazida pela Lei n. 13.288/2016, mesmo para os contratos celebrados anteriormente, por se tratarem de contrato de adesão e verificada a vulnerabilidade do produtor integrado.

4.4.8 Considerações finais sobre a análise dos contratos

Apesar dos contratos analisados serem anteriores à publicação da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016), não se observou contrariedades significativas às suas disposições, na medida em que a preocupação maior do legislador quanto ao regramento do contrato foi estabelecer o conteúdo mínimo que deve estar previsto, sem, entretanto, impor verdadeiras obrigações às partes quanto às cláusulas. Assim, esse conteúdo encontra-se abarcado pelos contratos A e B. Já o Contrato C, não observou todas as disposições obrigatórias, limitando-se às disposições essenciais de funcionamento do sistema de integração.

Deve-se destacar, também, a divisão de responsabilidades presente nos instrumentos contratuais. Os contratos B e C caracterizam-se, sobretudo, como um código de conduta do produtor integrado, um verdadeiro guia ou manual de suas obrigações. Tratando-se de contrato de adesão, com conteúdo imposto pelo integrador, apresentam um peso desigual na divisão de atribuições, na medida em que não prescreve número de responsabilidades ao integrador em equivalência às atribuídas ao produtor integrado.

Com uma natureza jurídica que absorve circunstâncias do contrato de parceria e de sociedade, evidencia-se um abuso de poder por parte do integrador ao distribuir de modo desigual os riscos da atividade, contando com cláusulas abusivas, como a responsabilidade pela mortalidade de aves no carregamento, mesmo sendo este de atribuição do integrador, e a imposição de foro para solução de conflitos.

Nesse sentido, o artigo 4º da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) exige a disposição sobre as responsabilidades e obrigações do produtor integrado e do integrador, tendo como princípio

orientador a conjugação de esforços. Desse modo, viola os seus preceitos quando verificada a unilateralidade excessiva das cláusulas.

O Contrato A, por sua vez, aproxima-se mais de um modelo ideal de distribuição de obrigações em um contrato que tem por fundo a parceria, com a previsão, por exemplo, de um escalonamento de sanção ao produtor integrado antes da resolução do contrato. Nos demais instrumentos analisados, a resolução opera-se de modo imediato. Além disso, possui cláusula consideravelmente mais extensa dispondo sobre as obrigações do integrador.

Entretanto, de modo geral, ainda não é suficiente para se verificar um verdadeiro equilíbrio entre as partes, marcadas pela dependência econômica, motivo pelo qual, presume-se, de modo relativo, a vulnerabilidade do produtor integrado. Isso, porque, não há uma descrição pormenorizada das obrigações do integrador, como existe para o produtor integrado. Questões como a qualidade da ração, dos pintos de um dia e dos insumos fornecidos, as salvaguardas em consequência de investimentos específicos, e a responsabilidade do integrador por não cumprimento do contrato, não são previstas.

Desse modo, observando-se a insuficiência da autorregulação do setor produtivo, demanda-se a intervenção do Estado para determinar as regras incidentes na relação contratual, garantindo certa proteção ao contratante identificado como vulnerável. Nesse sentido, relevante a opção do legislador por regular o sistema de integração com a publicação da Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016).

Porém, a legislação limitou-se a determinar o regime jurídico aplicável, preocupando-se principalmente com a regulação geral do sistema de integração, trazendo conceitos, criando órgãos colegiados (CADEC e FONIAGRO) e instrumentos de transparência acessórios ao contrato, como o Relatório de Informações da Produção Integrada – RIPI e o Documento de Informação Pré-Contratual – DPIC. Quanto à regulação efetiva da relação contratual, preservou a competência dos atores envolvidos no sistema de integração para estipularem as suas cláusulas.

Observa-se, assim, a adoção pelo legislador de estratégia diversa da verificada no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que impõe obrigações às partes, tratando-se de norma cogente, ou seja, de observância obrigatória. Desse modo, na celebração de contrato de arrendamento ou

parceria, as partes estão obrigadas a respeitar as disposições sobre prazo mínimo, preço, forma de pagamento e direito de preferência, por exemplo. Por sua vez, a Lei n. 13.288/2016, determina apenas os assuntos que deverão constar no contrato, sendo o seu conteúdo de livre estipulação entre as partes.

Na prática, entretanto, o que se verifica é a imposição do contrato pelo integrador, estando o produtor integrado impossibilitado de discutir os seus parâmetros. A limitação de integradores disponíveis em uma mesma região dá ensejo a possibilidade de comportamentos oportunistas em um abuso de dependência econômica.

Interessante notar, por fim, que nos contratos de arrendamento e parceria, previstos no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), transaciona-se o a posse ou uso temporário da terra. Desse modo, o gozo do imóvel caberá ao arrendatário ou parceiro-outorgado, que terão a responsabilidade principal pelo desenvolvimento do ciclo biológico, assumindo os riscos do resultado. Por outro lado, no sistema de integração, a agroindústria não assume os riscos principais do desenvolvimento do ciclo biológico, restando essa obrigação ao produtor integrado, bem como os investimentos necessários para a atividade.

Apesar dessas características, o Estatuto da Terra promove uma proteção significativamente maior do que a observada na Lei n. 13.288/2016. Entretanto, justamente por sua tônica protetiva, sofre críticas quanto à imperatividade de suas disposições relativas às cláusulas contratuais²⁰¹. Desse modo, a Lei n. 13.288/2016 apresenta-se mais condizente com uma relação contratual interempresarial.

4.5 IMPACTOS DA TIPIFICAÇÃO PARA O SETOR AVÍCOLA

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, utilizou-se múltiplos instrumentos para a coleta de dados. Os primeiros capítulos tiveram como base uma revisão de literatura sobre a Nova Economia Institucional, contratos, integração vertical e quase-integração, como referencial teórico para o estudo do contrato de integração. Em um segundo momento, realizou-se análise documental, referente à legislação aplicável à integração. Por fim, chegou-se nesse presente

²⁰¹ Defendemos em trabalho apresentado no XIII Congresso Mundial de Direito Agrário a necessidade de se discutir e alterar algumas normas restritivas que não mais se adequam à realidade social e econômica brasileira (DARIO; TRENTINI; AGUIAR, 2014, p. 73).

capítulo de análise empírica, em que por meio da análise de dados, entrevistas e análise documental de instrumentos contratuais pode-se ter uma visão aprofundada sobre o sistema de integração e a utilização de contratos.

Neste item, dessa forma, tem-se o objetivo de triangulação de todos os dados e informações discutidas ao longo da pesquisa, de modo a explorar os impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração para o sistema avícola brasileiro.

A presente análise teve como ponto de partida a indagação feita por Kassia Watanabe (2007, p. 241) sobre a necessidade de intervenção do Estado com lei específica regulando os contratos agroindustriais, na medida em que os próprios agentes econômicos envolvidos na atividade determinam as regras para o seu funcionamento.

A necessidade de intervenção do Estado, de acordo com Kassia Watanabe (2007, p. 242), pode ser analisada sob duas perspectivas: i) teoria normativa da regulamentação: “o Estado deve intervir quando o sistema de transações impessoais de mercado, mediado somente pelos preços, falha em proporcionar uma alocação eficiente de recursos” (FARINA, 1997, p. 115); ii) complementariedade: as regras advindas do Estado serão complementares as regras determinadas pelos agentes econômicos envolvidos no sistema agroindustrial

Observa-se que as duas perspectivas foram alcançadas pelo legislador. Há intervenção das regras estatais na obrigatoriedade de instituição de CADEC e FONIAGRO, no fornecimento de DIPC e do RIPI, bem como na determinação de foro competente e de divisão da responsabilidade ambiental, por exemplo. Por outro lado, quanto às cláusulas contratuais, a não utilização normas imperativas demonstra a complementariedade das regras estatais, uma vez que dispõe apenas sobre *o que* deve constar no contrato, deixando o *como* para definição dos agentes econômicos.

Nesse sentido, a análise empírica desenvolvida no setor avícola demonstrou a necessidade de regulação do contrato de integração, em razão de falhas na alocação eficiente de recursos e na insuficiência do regramento particular, demandando, assim, a atuação do Estado para não só complementar essas regras, mas também para impor novas diretrizes ao sistema de integração, com objetivo de evitar abuso de poder econômico, evitando, dessa forma, comportamentos oportunistas na relação contratual.

O legislador, por sua vez, optou por criar regras de conduta, respeitando, assim o que já existia na prática contratual, ao contrário do que se observa no Estatuto da Terra, que, ao regulamentar os contratos agrários típicos de arrendamento e parceria, traz normas imperativas, impondo conteúdo das cláusulas estruturais do contrato, tais como prazo mínimo, preço e forma de pagamento, benfeitorias.

Por um lado, o estabelecimento de cláusulas gerais e regras de conduta asseguram maior autonomia de vontade para as partes determinarem o conteúdo normativo do contrato, além de instituir parâmetros interpretativos. Por outro lado, a ausência de normas imperativas pode resultar em falha na repressão ao abuso de dependência econômica, permitindo, por exemplo, ao integrador a imposição seus interesses nas deliberações da CADEC e do FONIAGRO, bem como na divisão contratual de obrigações e responsabilidades.

4.5.1 Tipificação

Nessa perspectiva, enseja o questionamento de Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 163) sobre a concreta tipificação do contrato de integração, afirmando que permanece como atípico, por não estabelecer um regulamento contratual, com direitos e obrigações incidentes sobre as partes, mas apenas “regras de conduta a serem observadas pelas partes na contratação”

Respeitando-se tal posicionamento, entende-se que o contrato de integração foi tipificado pela Lei n. 13.288/2016, na medida em que o define e estabelece padrões de comportamento que devem ser observados pelos contratantes. Há, de certo modo, uma maior preocupação do legislador em regular o sistema de integração, mas isso não implica na continuidade do contrato como atípico.

Isto, porque, quando as partes necessitarem celebrar um contrato de integração, não poderão livremente estipular as suas cláusulas e o seu conteúdo. Pelo contrário, deverão observância às disposições previstas na Lei n. 13.288/2016, quanto ao conceito do sistema de integração, do contrato e das partes, quanto as cláusulas de repetição obrigatória, quanto aos princípios e cláusulas gerais, bem como quanto aos instrumentos de transparência, Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC) e Relatórios de Informações da Produção Integrada (RIPI).

Desse modo, conforme explicação de Álvaro Villaça de Azevedo (2009, p. 69), de que “a tipicidade significa presença, e a atipicidade ausência, de tratamento legislativo específico”, não se pode negar que a lei trouxe um tratamento legal específico, definindo um novo tipo contratual.

4.5.2 Dependência econômica

A análise do sistema de integração avícola mostrou que a relação contratual envolve empresários, conforme a definição trazida pelo Código Civil²⁰², afastando, assim, a vulnerabilidade típica da relação consumerista. Entretanto, isso não significa que as partes encontram-se em igualdade de condições, caracterizando-se a relação pela existência de desequilíbrio econômico entre integrador e produtor integrado.

O desequilíbrio econômico, por sua vez, pode resultar em situação de dependência econômica, conforme definição de Gustavo Diniz (2010, p. 9)²⁰³. Em primeiro momento, a dependência econômica deve ser decisiva na condução do contrato, em todas as suas fases. Esse fator é verificado na integração avícola: o contrato é de adesão, implicando na imposição de seu conteúdo ao produtor integrado para contratar. Além disso, o sistema é marcado pela ingerência do integrador nas obrigações e responsabilidades do produtor integrado, com o fornecimento de insumos e de assistência técnica, bem como o controle do cumprimento de boas-práticas de manejo e da legislação trabalhista e ambiental.

Além disso, o integrador encontra-se em posição de impor circunstâncias e condições do contrato, pois os produtores integrados são obrigados a aceitá-las para a manutenção do contrato e a sua participação no mercado. Isso, resulta, dos investimentos específicos realizados para o desenvolvimento da produção e do pequeno número de integradores viáveis para realizar novo contrato²⁰⁴.

²⁰² Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

²⁰³ Gustavo Diniz (2010, p. 9) conceitua a dependência econômica como “influência decisiva de poder de uma das partes para impor circunstâncias relevantes e condições à outra, que as aceita para manter o contrato e se manter no mercado”.

²⁰⁴ Observou-se que a produção independente é inviável e existe uma limitação de parceiros nas regiões, dificultando o encontro de novo integrador para contratar em decorrência da elevada especificidade dos ativos, principalmente locacional, em razão do custo e prazo para transporte.

Desse modo, os produtores integrados não possuem a liberdade de negociar os parâmetros constantes no contrato e são obrigados a aceitar as imposições do integrador sob risco de não contratação ou de desfazimento unilateral do contrato. Não encontrando outras opções viáveis para contratar, isso resultaria em interrupção da atividade avícola e em não utilização das estruturas produtivas, acarretando prejuízos.

Destaca-se a afirmação de Martine Behar-Touchais e Georges Virassamy (1999, p. 77) de que a desigualdade de condições entre os agentes econômicos contratantes é inevitável, sendo uma das características dominantes das relações contratuais contemporâneas. Assim, a situação de dependência econômica, por si, não é repreensível, mas sim o seu abuso.

No sistema de integração avícola, observou-se a existência de abuso de dependência econômica, principalmente quanto à imposição de obrigações sob pena de desfazimento unilateral do contrato. Verificou-se também uma unilateralidade excessiva na distribuição de direitos e obrigações entre as partes, transformando o contrato, praticamente, em um código de conduta ao produtor integrado. O contrato estabelece inúmeras obrigações ao avicultor, constando suas sanções respectivas, entretanto, são poucas as obrigações atinentes ao integrador, inexistindo sanção para o seu descumprimento.

Assim, verifica-se a necessidade de dispositivos legais voltados para a coibição do abuso de dependência econômica. Porém, como se trata de relação interempresarial, a tutela deve estar “em conformidade com as regras e os princípios típicos do direito mercantil e não da lógica consumerista” (FORGIONI, 2010, p. 35). Critica-se o Estatuto da Terra justamente pela adoção de normas protetivas imperativas, trazendo restrições até mais rigorosas do que as previstas no Código de Defesa do Consumidor²⁰⁵.

Gustavo Diniz (2016, p. 8) aponta a dicotomia que deve ser respeitada nesse sistema: delimitação de poderes contratuais geradores de dependência econômica x preservação da autonomia da vontade. O que se espera da lei, nesse sentido, é a constituição de mecanismos para equilíbrio de poder e coibidores de abuso de dependência econômica, e não uma norma essencialmente protetiva, contrária, assim, à natureza empresarial da relação jurídica.

²⁰⁵ Como exemplo, a obrigação de prazo mínimo para o contrato.

A constituição de órgãos colegiados com formação paritária denota ser um importante mecanismo de equilíbrio de poder, ao permitir a participação dos produtores integrados no acompanhamento do sistema de integração e na solução de litígios. Entretanto, como se verificou, a ausência de regulamento sobre a sua composição e a forma de eleição dos respectivos membros acaba por restringir a participação dos produtores integrados. Assim, conforme observado em Santa Catarina, a criação de CADEC unilateralmente pelo integrador contraria a disposição legal e o seu objetivo, e transforma-se em instrumento de legitimação de interesses.

Relevante, nesse sentido, a previsão do inciso XIV do artigo 4º, de prazo para aviso prévio, no caso de rescisão unilateral e antecipada do contrato, devendo-se levar em consideração o ciclo produtivo e o montante dos investimentos realizados. Apesar de disposição nesse sentido constante no artigo 473 do Código Civil, observou-se ser comum o desfazimento unilateral do contrato, independentemente de aviso prévio proporcional ao montante dos investimentos realizados.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina entende, nessa situação, que os investimentos não caracterizam danos materiais, pois continuam pertencentes aos avicultores.²⁰⁶ Entretanto, o desfazimento unilateral do contrato implica em prejuízos, uma vez que retira o produtor integrado da atividade, na ausência de outro parceiro viável.

Assim, a necessidade de prazo para aviso prévio, proporcional à atividade e ao investimento, além de parâmetro interpretativo, deve constar obrigatoriamente no instrumento contratual, promovendo uma maior segurança jurídica ao produtor integrado quanto o desfazimento unilateral do contrato. Segue-se, deste modo, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça,

²⁰⁶ APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIA – CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – RESILIÇÃO UNILATERAL DOS CONTRATOS – PARCERIAS FIRMADAS POR PRAZO INDETERMINADO – NÃO COMPROVAÇÃO DE AVISO PRÉVIO – LUCROS CESSANTES DEVIDOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM A LUCRATIVIDADE MÉDIA APURADA EM PERÍCIA – AQUIESCÊNCIA DAS PARTES COM RELAÇÃO À PROVA EMPRESTADA – DESCABIMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS ÚLTIMAS REMUNERAÇÕES DOS AUTORES PARA A FIXAÇÃO DA QUANTIA DEVIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I – Em se tratando de contrato de parceria avícola por tempo indeterminado, a resilição unilateral, sem a devida notificação prévia, acarreta evidente prejuízo à parte contrária, devendo o prejudicado ser ressarcido pelos respectivos lucros cessantes. (TJSC, Apelação n. 0001162-36.2000.8.24.0018, Relator Desembargador Substituto Luiz Antônio Zanini Fornerolli, d.j. 15/08/2016).

quanto ao abuso da cláusula de não indenização por investimentos específicos ainda não amortizados²⁰⁷.

4.5.3 Contrato de integração

Primeiramente, ressalta-se que a opção do legislador por não estabelecer normas restritivas imperativas, mas sim regras de conduta e de conteúdo obrigatório no contrato, não resultou em significativos impactos quanto às principais obrigações contratuais. Isto, porque, a lei assegura a autonomia da vontade para as partes definirem o conteúdo das cláusulas obrigatórias. Nesse cenário, apresenta-se como complementar às regras determinadas pelos agentes econômicos.

Por exemplo, quanto à duração do contrato, poderá ser pactuado por prazo determinado ou indeterminado, não havendo prazos mínimos, como se verifica no Estatuto da Terra. A distribuição das responsabilidades e obrigações também irá decorrer da vontade das partes, devendo, entretanto, respeito aos princípios e cláusulas gerais, tais como a reciprocidade das responsabilidades e obrigações, a conjugação de esforços, a justiça da distribuição dos resultados e a transparência.

Quanto ao preço e forma de pagamento, a Lei n. 13.288/2016 não determina expressamente como deve ser apurado, como faz o Estatuto da Terra, entretanto, atribui essa função ao FONIAGRO, que deverá estabelecer metodologia de cálculo do valor de referência para a remuneração do integrado. Nota-se a inspiração no sistema de precificação da cana-de-açúcar, determinada pela metodologia do CONSECANA.

Na literatura, apontou-se como vantagem do contrato de integração, a possibilidade de transferência de tecnologia. A lei trata dessa situação, quando discorre sobre a propriedade de máquinas e equipamentos fornecidos pelo integrador e instalações financiadas ou custeadas pelo integrador (art. 8º). Entretanto, essa situação não foi verificada nas entrevistas e na análise

²⁰⁷ AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. RESILIÇÃO UNILATERAL. VIOLAÇÃO À BOA-FÉ OBJETIVA. ABUSO DE DIREITO. INDENIZAÇÃO. 1. As conclusões do acórdão recorrido quanto à violação ao princípio da boa-fé objetiva, à constatação do abuso de direito, bem como ao critério para aferição dos lucros cessantes, não podem ser afastadas sem a revisão do contexto fático-probatório da demanda ou a análise precisa do contrato entabulado entre as partes, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 1224400 / PR, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, d.j. 04/09/2012).

de contrato. Na avicultura, a responsabilidade pela construção do galpão e pela aquisição de equipamentos é exclusiva do produtor, sem a participação do integrador.

4.5.4 Solução de conflitos

A transação de matéria-prima pode ser considerada um dos pontos mais importantes no sistema agroindustrial, porém, também, o mais conflituoso. Analisando o SAG da cana-de-açúcar, Marcos Fava Neves, Roberto Silva Waack e Matheus Kfoury Marino (1998, p. 10) concluíram que as partes não se comportam como parceiras, buscando relacionamentos estáveis e de longo prazo, com divisão de riscos e margens, mas sim com uma visão de curtíssimo prazo, visando a resultado imediato.

A análise empírica mostrou que a transação de matéria-prima na avicultura, apesar da organização em um sistema de integração, também caracteriza-se por um comportamento não cooperativo, não havendo uma divisão equitativa de riscos e margens, com uma visão de curtíssimo prazo, na medida em que o contrato pode ser resilido unilateralmente a qualquer momento. Nesse sentido, diversos foram os problemas apontados pelos entrevistados e observou-se com certa frequência o desfazimento unilateral do contrato pelo integrador.

Em seus estudos, Nunziata Paiva (2005, p. 115) verificou serem poucas as decisões judiciais envolvendo o contrato de integração e discorreu sobre duas hipóteses para esse fenômeno: i) adoção de arbitragem para a solução de conflitos entre as partes; ii) o desequilíbrio econômico entre as partes inibiria os produtores integrados a denunciar judicialmente irregularidades na relação contratual, sob risco de exclusão.

A Constituição Federal garante o acesso à justiça para todos, de modo a terem suas pretensões apreciadas pelo Poder Judiciário²⁰⁸. Assim, José Roberto dos Santos Bedaque (2003, p. 71) disserta que

Acesso à justiça, ou mais precisamente, acesso à ordem jurídica justa, significa proporcionar a todos, sem qualquer restrição, o direito de pleitear a tutela jurisdicional do Estado e ter à disposição o meio constitucionalmente previsto para alcançar esse resultado. Ninguém pode ser privado do devido processo legal, ou melhor, do devido processo constitucional. E o processo modelado em conformidade com garantias

²⁰⁸ Art, 5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito

fundamentais, suficientes para torná-lo équo, correto e justo. (BEDAQUE, 2003, p. 71)

Por outro lado, explana que inúmeras são as dificuldades enfrentadas por quem busca a tutela jurisdicional do Estado, resultantes de uma justiça em crise, sobretudo quanto à exagerada demora e ao alto custo do processo (BEDAQUE, 2003, p. 71). Além disso, os entrevistados apontaram o risco de perda do parceiro e a descrença no Poder Judiciário como fatores decisivos pela sua não procura.

Retornando às hipóteses elencadas por Nunziata Paiva (2005, p. 115), não se observou a adoção de arbitragem para a solução de conflitos, concluindo-se, deste modo, que o baixo número de decisões judiciais resulta da inibição em buscar o Poder Judiciário, em decorrência do desequilíbrio econômico das partes. Observou-se, assim, um sentimento de descrença em relação à jurisdição, uma vez que a disparidade econômica e, conseqüentemente, técnica e jurídica, levaria a uma prevalência dos interesses do integrador. Além disso, a sua procura certamente resultaria em exclusão contratual.

Desse modo, nota-se um campo fértil para a promoção de mecanismos de solução alternativa de conflitos. Acertada, assim, a opção do legislador de incluir nas funções da CADEC “dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e a integradora”. Porém, a lei não menciona qual mecanismo poderá ou deverá ser utilizado: negociação, conciliação, mediação ou arbitragem.

Em princípio, ao dispor que a solução deverá ser mediante acordo, a lei faz referência aos meios consensuais, em que as próprias partes buscam a solução para o conflito, “não havendo, portanto, a delegação do poder de resposta, já que a mesma é construída” (SALES; RABELO, 2009, p. 75). Desse modo, a CADEC não teria competência para a realização de arbitragem, solução heterônoma, em que um terceiro decide a questão.

Entretanto, a estrutura de atribuições da CADEC aproxima-se dos *disputes boards*, mecanismos com função pericial, arbitral e de acompanhamento, explicado por Arnold Wald (2005, p. 18)

Os *disputes boards* (DB) são os painéis, comitês, ou conselhos para a solução de litígios cujos membros são nomeados por ocasião da celebração do contrato e que acompanham a sua execução até o fim, podendo, conforme o caso, fazer recomendações (no caso dos *Dispute Review Boards* - DRB) ou tomar decisões

(*Dispute Adjudication Boards* - DAB) ou até tendo ambas as funções(*Combined Dispute Boards* - CDB), conforme o caso, e dependendo dos poderes que lhes foram outorgados pelas partes (WALD, 2005, p. 18)

A composição da CADEC será estabelecida pelas partes envolvidas no contrato, de modo paritário, com função de acompanhar o cumprimento dos encargos e das obrigações contratuais, bem como de dirimir questões e solucionar litígios. Arnold Wald (2005, p. 19) aponta como grande vantagem desse sistema a constituição por especialistas que acompanham todo o desenvolvimento do contrato. Além disso, é caracterizado pela solução rápida, confidencial, menos onerosa e mais eficiente (SKITNEVSKY, 2016, p. 9).

Gilberto José Vaz (2006, p. 166) assinala dois pressupostos para os seus integrantes: profissionais capacitados e imparciais. Assim, a indicação de representantes pelo integrador e produtores integrados cumpre a capacitação dos profissionais, por estarem envolvidos diretamente na atividade, possuindo, assim, conhecimento específico sobre o funcionamento do sistema de integração. Entretanto, a lei não dispõe de instrumentos garantidores da imparcialidade do mecanismo.

Em razão da CADEC ser constituída por componentes do sistema de integração, que encontram-se em situação assimétrica, há necessidade de previsão de salvaguardas contra o abuso de dependência econômica. Por exemplo, a proteção contra o desfazimento unilateral do contrato, sem justa causa, para os representantes eleitos pelos produtores integrados. Não há como garantir a imparcialidade do mecanismo, quando metade dos componentes da CADEC podem sofrer exclusão contratual no caso de contrariarem os interesses do integrador.

No entanto, a Lei n. 13.288/2016 não esclarece como as controvérsias serão solucionadas e tampouco traz proteção aos representantes dos produtores integrados na CADEC, falhando, assim, em coibir abusos de dependência econômica. Caberá, portanto, ao regulamento assentar as regras incidentes nesse sistema, sob pena de não ser efetivado, na prática, ou, ainda pior, de transformar-se em instrumento para legitimação da imposição de interesses do integrador.

4.5.5 Responsabilidade ambiental

Os contratos analisados determinam obrigações ambientais e sanitárias ao produtor integrado, em razão de seu papel no manejo da criação das aves. Por desenvolver a atividade produtiva,

torna-se responsável pela obtenção de licenças ambientais e pelo cumprimento das normas e regras aplicáveis, bem como, conseqüentemente, aos respectivos danos ambientais. Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de incluir na responsabilidade pelo dano ambiental aqueles que dele se beneficiem²⁰⁹. Francisco de Godoy Bueno (2017, p. 189) alerta para a insegurança jurídica que isso resultaria no sistema agroindustrial, tornando os contratos insuficientes para definir riscos e responsabilidades.

Nesse sentido, o artigo 10 da Lei n. 13.288/2016 trouxe uma limitação à responsabilidade ambiental do integrador. Este só será responsável de modo concorrente quando definir as tecnologias empregadas ou supervisionar a sua adoção. Por outro lado, quando o dano resultar de adoção de conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pelo integrador, a responsabilidade será exclusiva do produtor integrado.

²⁰⁹ 13. Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem. 14. Constatado o nexo causal entre a ação e a omissão das recorrentes com o dano ambiental em questão, surge, objetivamente, o dever de promover a recuperação da área afetada e indenizar eventuais danos remanescentes, na forma do art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81. STJ, REsp 650.725/SC, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, d.j. 23/10/2007. Nesse mesmo sentido, REsp 1381211/TO, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, d.j. 15/05/2014.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou verificar quais foram os impactos jurídicos da tipificação do contrato de integração para o setor avícola brasileiro. O contrato de integração ganhou importância no Brasil na década de 1960, quando foi introduzido na avicultura catarinense. O modelo contratual tornou-se fundamental para o crescimento e desenvolvimento de diversas atividades agrárias, como avicultura, suinocultura, fruticultura, piscicultura e silvicultura, e foi tipificado pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016).

No primeiro capítulo, estudou-se a Nova Economia Institucional e os contratos, observando como as instituições, nas quais se incluem as regras sobre contratos, interferem nos custos de transação e atuam como indutores de formas de governança, ao lado das características da transação e dos pressupostos comportamentais.

Desse modo, esses três fatores irão influenciar na opção por uma estrutura hierárquica, de mercado ou híbrida. A estrutura híbrida configura-se por uma quase-integração, ou integração contratual, sendo permitida pelo ordenamento jurídico a criação de contratos atípicos que melhor se adequem aos interesses das partes. Nesse cenário foi instituído o contrato agroindustrial de integração, pelo qual as partes coordenam a produção e o suprimento de matéria-prima para a agroindústria.

Entretanto, em algumas situações, mostra-se necessária a regulação contratual, de modo a assegurar a estabilidade do pactuado, ou seja, garantir segurança jurídica às partes. O legislador, por sua vez, deve considerar que normas excessivamente restritivas ou mal redigidas podem gerar efeitos negativos, resultando na criação de novos contratos atípicos.

No segundo capítulo, iniciou-se a comparação entre os conceitos de integração vertical para a Administração e para o Direito, uma vez que a terminologia empregada pela Lei n. 13.288/2016 corresponde a uma quase-integração, ou seja, uma integração contratual. A integração vertical propriamente dita corresponde à propriedade e ao controle de etapas da produção, em um mesmo poder decisório.

A integração contratual, por sua vez, permite a concentração de esforços nas atividades principais, melhorando a performance econômica, conferindo ainda algumas vantagens da integração vertical em razão da celebração e contratos de longa duração: *i)* comunhão de interesses das partes; *ii)* diminuição de riscos de oscilação de preço; *iii)* diminuição de risco de oscilação ou interrupção da oferta ou da demanda; *iv)* minimização do poder de negociação. Além disso, não exige o investimento e a administração de atividades conexas.

Os sistemas agroindustriais, com a inserção da agricultura no sistema econômico, apresentam uma tendência moderna para a estruturação em integração contratual, devido à necessidade das agroindústrias de coordenarem quantidade e qualidade com o setor produtivo. Desse modo, utiliza-se contratos de longa duração, com fortes relacionamentos operacionais, permitindo a ingerência da agroindústria sobre o produtor.

Essa relação é marcada por um situação de desequilíbrio econômico, que pode resultar em dependência econômica, favorecendo o seu abuso, em razão de comportamento oportunista de uma das partes. A existência de cláusula de exclusividade, de investimentos específicos realizados pelo produtor integrado e contratos celebrados por prazo indeterminado com permissão para a rescisão unilateral, são fatores que elevam o grau de dependência econômica, demandando atuação da lei em sua redução e na coibição o seu abuso.

A Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) tipificou o contrato agroindustrial de integração, optando-se pela criação de regras de conduta e de conteúdo obrigatório no contrato, em contrapartida às normas restritivas imperativas que regem o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964).

Quanto ao controle do abuso de dependência econômica, a Lei n. 13.288/2016 institui importantes instrumentos com a finalidade de equilibrar o poder e permitir a participação dos produtores integrados no acompanhamento do sistema de integração: *i)* órgãos colegiados de formação paritária - CADEC e FONIAGRO; *ii)* mecanismos de transparência - DIPC e RIPI; *iii)* aviso prévio para a rescisão unilateral do contrato considerando o ciclo produtivo e o montante dos investimentos realizados.

No terceiro capítulo, desenvolveu-se uma análise empírica do setor avícola, mediante análise de dados e entrevistas, conjugando-se uma análise documental de instrumentos contratuais de integração. Essa análise foi fundamental para a persecução do objetivo de pesquisa, permitindo-

se a coleta de informações e a descoberta de fenômenos, necessárias em razão da incipiência de estudos jurídicos sobre o contrato de integração.

Observou-se que o contrato de integração caracteriza-se como de adesão, não havendo negociação sobre nenhum critério ou parâmetro. Assim, as suas cláusulas são impostas pelo integrador aos produtores integrados, que podem decidir apenas entre contratar ou não. Além disso, observou-se uma unilateralidade excessiva nos contratos, com imposição de obrigações e responsabilidades aos produtores integrados, configurando-se como uma espécie de código de conduta. Isso fere a lógica de cooperação do sistema, reconhecido pela Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016) no princípio orientador da conjugação de recursos e esforços e pela distribuição justa dos resultados, conforme artigo 3º.

Além disso, observou-se a ocorrência de investimentos específicos determinantes para o desenvolvimento da atividade avícola, resultando em dependência econômica. Assim, as exigências do integrador para modernização das estruturas devem ser acatadas para a continuidade da relação contratual. Porém, os contratos não estabelecem salvaguardas relativas aos investimentos específicos, possibilitando ação oportunista do integrador. Desse modo, importante a previsão do artigo 4º, XIV, relativo à consideração do montante dos investimentos realizados na definição e prazo para aviso prévio no caso de rescisão unilateral do contrato.

A ausência de normas restritivas imperativas demonstra o reconhecimento da natureza interempresarial da relação contratual, afastando-se do protecionismo característico da lógica consumerista. Entretanto, para algumas situações que envolvem diretamente as cláusulas do contrato na avicultura, a situação de abuso de dependência econômica ainda pode ser verificada, como o prazo para alojamento de lote e a quantidade de aves alojadas. Nesse sentido, a Lei n. 13.288/2016 não se mostrou plenamente suficiente para coibir abuso de dependência econômica.

Por fim, verificou-se que, mesmo após dois anos de sua publicação, os avicultores pouco têm ciência sobre a sua existência e sobre o seu conteúdo, não sendo plenamente respeitada. Os mecanismos de transparência (DIPC e RIPI) não estão sendo fornecidos pelo integrador, e os órgãos colegiados ainda não foram instituídos para todos os setores produtivos. Assim, o principal desafio que se apresenta quanto à Lei n. 13.288/2016 é a sua efetivação no sistema de integração avícola.

REFERÊNCIAS

ABPA. Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório anual**. 2015. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/relatorios-anuais>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. **Relatório Anual 2017**. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/relatorios-anuais>. Acesso em: 3 abr. 2018.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AGROCERES. **Manejo da cama do aviário** - como, quando e por quê, 25 jan. 2016. Disponível em: <http://www.agroceresmultimix.com.br/blog/manejo-da-cama-do-aviario-como-quando-e-por-que/>. Acesso em: 24 abr. 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor**. 2. ed. Rio de Janeiro: AIDE, 2003.

AGUIRRE, Basília. Mudança institucional: a perspectiva da Nova Economia Institucional. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel. (Org.). **Direito & Economia**: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 235-243.

ALABRESE, Mariagrazia. **Riflessioni sul tema del rischio nel diritto agrario**. Pisa: ETS, 2009.

ALVIM, Pedro. **O contrato de seguro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

AMARAL, Rafael Oliveira. **Análise da transação de suprimentos de cana-de-açúcar e os relacionamentos inter-organizacionais**. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

AMOROSO, Ricardo. **Alianças e parcerias**: uma abordagem baseada na aprendizagem organizacional. 1994. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

APPOLINARIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning Nacional, 2012.

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

ASSAYAG JÚNIOR, Mário Sérgio; PEDROSO, Antonio Carlos; FRANCO, Sebastião Gonçalves; BODZIAK, Suzane; SILVA, Jaqueline de Cássia. Efeito da duração do jejum pré-abate sobre peso corporal de frangos de corte aos 45 dias de idade. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 188-192, 2005.

ATIYAH, Patrick. **The rise and fall of freedom of contract**. Oxford: Clarendon Press, 1979

_____. **An introduction to the law of contract**. 5.ed. Oxford: Clarendon Press, 2000.

AURORA. **Balanço 2016 apresenta resultados positivos**, 02 fev. 2017, Disponível em: <<https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/noticia/411/balanco-2016-apresenta-resultados-positivos>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

AVICULTURA INDUSTRIAL. **Avicultores paranaenses reclamam de preços recebidos**, 03 maio 2010. Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/avicultores-paranaenses-reclamam-de-precos-recebidos/20100503-115324-y817>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **Manejo pré-abate e sua importância para a qualidade, rendimento e inocuidade**, 1 out. 2014. Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/manejo-pre-abate-e-sua-importancia-para-a-qualidade-rendimento-e-inocuidade/20141001-082427-u575>>. Acesso em: 18 abr. 2018

_____. **Custo de energia das granjas** - o item de maior custo de produção para os integrados da avicultura de corte. 16 maio 2016. Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/custo-de-energia-das-granjas-o-item-de-maior-custo-de-producao-para-os/20160516-095510-c801>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

AVISITE. **RF e JBS: participação no mercado do frango em 2014**. Disponível em: <https://www.avisite.com.br/noticias/imprimir.php?codnoticia=15766>. Acesso em: 18 abr. 2018.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARZEL, Yoram. **Economics Analysis of Property Right**. New York: Cambridge University Press, 1997.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hutcitec, 1997.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência**. São Paulo: Malheiros, 2003.

BEHAR-TOUCHAIS, Martine; VIRASSAMY, Georges. **Les contrats de la distribution**. Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1999.

BENEDETTI, Alberto Maria. **Autonomia private procedimentale: la formazione del contratto fra legge e volontà delle parti**. Torino: G. Giappichelli Editore, 2002.

BENINCASA, Maurizio. **Il problema della tipicità dei contratti agro-industriali. Il diritto dell'agricoltura**, v. 1, 1992.

BENJAMIN, Antonio Herman. Responsabilidade civil pelo dano ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 9, p. 5-52, jan./mar. 1998.

BESSONE, Darcy. **Do contrato**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**, v. 4. 8. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1950.

BRASIL. **Código Civil**, Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (revogado). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Código Civil**, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Código Comercial**, Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Código de Defesa do Consumidor**, Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. **Código de Processo Civil**, Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (revogado). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869impressao.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Código Processo Civil**, Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**, Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. **Decreto n. 53.831**, de 25 de março 1964 (revogado). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d53831.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Decreto n. 59.566**, de 14 de novembro de 1966. Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei n. 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

_____. **Decreto-Lei n. 4.657**, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Lei Complementar n. 95**, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. **Lei n. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. **Lei n. 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Lei n. 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.HTM>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Lei n. 8.245**, de 18 de outubro de 1991. Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8245.htm>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. **Lei n. 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Lei n. 9.656**, de 3 de junho de 1998. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9656.htm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Lei n. 11.326**, de 24 e julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Lei n. 11.443**, de 5 de janeiro de 2007. Dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11443.htm#art1>. Acesso em: 6 jun. 2017.

_____. **Lei n. 12.529**, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Lei n. 13.123**, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Lei n. 13.288**, de 16 de maio de 2016. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13288.htm>. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio: Brasil 2016/17 a 2026/27**. Brasília: MAPA/SPA, 2017.

_____. **Portal Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/pib-do-agronegocio-cresceu-1-8-em-2015>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

_____. **Projeto de Lei n. 4.378**, de 7 de abril de 1998. Regula as relações jurídicas entre a agroindústria e o produtor rural integrado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20847>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Projeto de Lei n. 3.979**, de 2 de setembro de 2008. Estabelece normas para regular as relações jurídicas entre a agroindústria e o produtor rural integrado. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=408596>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Projeto de Lei n. 8.023**, de 15 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a integração vertical na agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=489913&ord=0>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Projeto de Lei n. 1.572**, de 14 de junho de 2011. Institui o Código Comercial. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508884>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Projeto de Lei do Senado n. 330**, de 14 de junho de 2011. Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/100728>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Projeto de Lei do Senado n. 487**, de 22 de novembro de 2013. Reforma o Código Comercial. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115437>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRF. **Relatório anual e de sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/pt/responsabilidade-corporativa/relatorio-anual>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BROWNSWORD, Roger. **Contract law: themes for the twenty-first century**. London: Butterworths, 2000.

BUENO, Francisco de Godoy. **Contratos agrários agroindustriais: análise à luz da teoria dos contratos atípicos**. São Paulo: Almedina, 2017.

CARROZZA, Antonio. La tipizzazione dei contratti “agro-industriali”. **Rivista di Diritto Civile**, a. 30, 2. parte. Padova: Cedam, 1984.

_____. Consideraciones sobre la tipificación del contrato agroindustrial. In: CARROZZA, Antonio; ZELEDÓN, Ricardo Zeledón. **Teoría general e institutos de derecho agrario**. Buenos Aires: Astrea, 1990.

CHEUNG, Steven Ng-Sheong. Transaction costs, risk aversion, and the choice of contractual arrangements, **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 12, n.1, p. 23-42, 1969.

_____. The contractual nature of the firm. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, n. 1, p. 1-21, 1983.

COASE, Ronald Harry. The nature of the Firm. **Economica**, London, vol. 4, Issue 16, p. 386-405, 1937.

_____. The problem of social cost. **The Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 3, n.1, p. 1-44, 1960.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**, v. 1. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

COHEN, Susan G. A nova organização por equipes e o trabalho de equipe. In: GALBRAITH, Jay R.; LAWLER III, Edward E. (Org.) **Organizando para competir no futuro: estratégias para gerenciar o futuro das organizações**. São Paulo: Makron Books, 1995. p. 168-197.

CONFORTINI, Massimo; ZIMATORE, Attilio. Recenti proposte di legge sulla intergrazione verticale e sulla interprofessionalità in agricoltura. **Rivista di Diritto Agrario**, Milano, p.219-261, 1982.

CONSER, Fabiano José. **Contratos de integração de suínos: formatos, conteúdos e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira**. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília 2010.

CONY, Arthur Valerio. Manejo do carregamento, abate e processamento: como evitar perdas? In: CONFERÊNCIA APINCO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2000, Campinas. **Anais...** Campinas: FACTA, p. 203-212

COOTER, Robert et al. **Il mercato delle regole**: analisi economica del diritto civile. Bologna: Il Mulino, 1999.

COSENTINI, Francesco. **La riforma della legislazione civile**. Modena: Societa Tipografica Modenese, 1911.

COURTÈS, Marc. **Dépendance économique et abus de dépendance économique en droit de la concurrence et en droit des contrats**. 1999. Tese (Doutorado em Direito). Université Montpellier 1, Montpellier, 1999.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DARIO, Bruno Baltieri; TRENTINI, Flavia; AGUIAR, Carolina Costa de. In: CONGRESSO MUNDIAL DE DIREITO AGRÁRIO, 13., 2014, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Altai Edições, 2014, p. 73-85.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DC. **Santa Catarina enfrenta aumento das exportações de milho e escassez para consumo interno**, 22 fev. 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/02/santa-catarina-enfrenta-aumento-das-exportacoes-de-milho-e-escassez-para-consumo-intenro-4980784.html>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2008.

_____. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

DEMESETZ, Harold. **The economics of the business firm**: seven critical commentaries. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Rio de Petrópolis: Vozes, 2012.

DIÁRIO, O. **Produtores reclamam de preço do frango pago por integradoras**, 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/agribusiness/2016/03/produtores-reclamam-de-preco-do-frango-pago-por-integradoras/2106619/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

DI LAURO, Alessandra. L'agricoltura fra diritto nazionale e comunitario. In: CONGRESO AMERICANO DE DERECHO AGRARIO, 4., 2005, San Jose. **Anais...** San Jose, 2005. 1 CD-ROM.

DI MARZIO, Fabrizio. Verso il nuovo diritto dei contratti. In: DI MARZIO, Fabrizio (Org.) **Il nuovo diritto dei contratti**. Milano: Giuffrè Editore, 2004. p. 1-28.

DINIZ, Gustavo Saad. **Dependência econômica nos acordos verticais**. GENjurídico, 26 out. 2016. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2016/10/26/dependencia-economica-nos-acordos-verticais/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

DUCHESNE, Sophie. Pratique de l'entretien dit "non-directif". In: BACHIR, Myriam (Org.). **Les méthodes au concret**: démarches, formes de l'expérience et terrains d'investigation en science politique. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p. 9-30.

EMBRAPA. **Cama de aviário**: materiais, reutilização, uso como alimento e fertilizante. Concórdia: EMBRAPA-CNPSA, 1992,

EISENHOWER, Dwight D. **Discurso Bradley University**. Peoria, Illinois, 25 set. 1956. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=10610>>. Acesso em: 28 maio 2018.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. Regulamentação, política antitruste e política industrial. In: FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997. p. 115-162.

_____. Prefácio. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel (Org.). **Direito e Economia**: Análise Econômica do Direito e das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FLIGSTEIN, Neil. **The architecture of markets**: an economic, sociology of twenty-first-century capitalist societies. Princeton: Princeton University Press, 2001.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FORGIONI, Paula. **A evolução do direito comercial brasileiro**: da mercancia ao mercado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Teoria geral dos contratos empresariais**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **Contrato de distribuição**. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

FRANÇA, Pedro Arruda. **Contratos atípicos**: legislação, doutrina e jurisprudência. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FRIEDMAN, David. **L'ordine del diritto**: perché l'analisi economica può servire al diritto. Bologna: Il Mulino, 2004.

FRIEDMANN, Wolfgang. **Law and changing society**. 2.ed. London: Penguin, 1972.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Direito civil**: contratos, teoria geral, v. 4, T. I. 8.e d. São Paulo: Saraiva, 2012.

GALGANO, Francesco. **Il contratto**. Padova: Cedam, 2007.

GALLO, Paolo. **Trattado del contratto**: la formazione, v. 1. Torino: UTET, 2010.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito do trabalho**. 7.ed. Rio d Janeiro: Forense, 2013.

GAZETA DE TOLEDO. **Avicultores reclamam de baixo preço pago por integradoras**, 25 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gazetatoledo.com.br/NOTICIA/12716/AVICULTORES_RECLAMAM_DE_BAIXO_PRECO_PAGO_POR_INTEGRADORAS#.WxRQwkgvzIV>. Acesso em: 18 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIULIANI, Alessandro; PALAZZO, Antonio; FERRANTI, Ione. **L'interpretazione della norma civile**. Torino: Giappichelli, 1996.

GOLDBERG, Ray A. **Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean, and Florida orange economies**. Boston: Harvard Business School, 1968.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais**, v. 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Direito civil brasileiro: parte geral**, v. 1. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

GORLA, Gino. **Il Contratto: problemi fondamentali trattati con il método comparativo e casistico**, v. 1. Milano: Giuffrè, 1954.

GRAÑA, Alfredo Lora. **Sistema Dark House de produção de frangos de corte: vantagens e desvantagens**, 25 de setembro de 2017. Avinutri. Disponível em: <<http://avinutri.com/sistema-dark-house-de-producao-de-frangos-de-corte-vantagens-e-desvantagens/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

GRANT, Robert M. **Contemporary Strategy Analysis: Concepts, Techniques, Applications**. 4.ed. Hoboken: Blackwell Publishers, 2002

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HART, Oliver Simon D'Arcy; HOLMSTRÖM, Bengt. The theory of contracts. In: BEWLEY, Truman F. (Org.) **Advances in economic theory: fifth world congress of the economic, society**. New York: Cambridge University Press, 1987. p. 71-156.

HORWITZ, Morton. **The transformation of american law 1780-1860**. Harvard University Press, 1977

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/censoagro/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

IGREJA, Rebecca Lemos. O Direito como objeto de estudo empírico. In: MACHADO, Máira Rocha (Org.) **Pesquisar empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 11-37.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é?** - Mercado Spot. Desafios do Desenvolvimento, 2006, ano 3, edição 21, 04/04/2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2099:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 20 out. 2017.

IPESE. Instituto de Pesquisas Socioeconômicas Aplicadas. **Relatório de pesquisa para viabilidade econômica para implantação de uma granja avicultora** - sistema climatizado. Criciúma: UNESC, 2014.

_____. **Relatório de pesquisa para viabilidade econômica para implantação de uma granja avicultora** - sistema convencional. Criciúma: UNESC, 2014.

_____. **Relatório de pesquisa para viabilidade econômica para implantação de uma granja avicultora** - sistema *dark house*. Criciúma: UNESC, 2014.

ITÁLIA. **Codice Civile Italiano**, R.D. 16 marzo 1942, n. 262. Disponível em: <http://www.jus.unitn.it/cardoza/obiter_dictum/codciv/Codciv.htm>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Decreto Legislativo n. 102**, de 27 de maio de 2005. Regolazioni dei mercati agroalimentari, a norma dell'articolo 1, comma 2, lettera e), della legge 7 marzo 2003, n. 38. Disponível em: <http://www.edizionieuropee.it/LAW/HTML/11/zn2_04_103.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Lei n. 88**, de 16 de março de 1988. orme sugli accordi interprofessionali e sui contratti di coltivazione e vendita dei prodotti agricoli. Disponível em: <http://www.edizionieuropee.it/LAW/HTML/11/zn2_04_035.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Lei n. 192**, de 18 de junho de 1998. Disciplina della subfornitura nelle attività produttive. Disponível em: <<http://www.parlamento.it/parlam/leggi/981921.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

JANNARELLI, Antonio. Disciplina legale e prassi applicativa nei contratti di integrazione verticale in agricoltura: l'esperienza francese. **Rivista di Diritto Agrario**, Milano, p. 327-393, 1981.

JBS. **Perfil corporativo**, 27 set. 2017. Disponível em: <<http://jbss.infoinvest.com.br/static/ptb/perfil-corporativo.asp?idioma=ptb>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **Relatório anual e de sustentabilidade 2017**, 27 abr. 2018. Disponível em: <<http://jbss.infoinvest.com.br/ptb/s-7-ptb.html?idioma=ptb>>. Acesso em: 29 maio 2018.

JOSSERAND, Louis. **Cours de droit civil positif français**. Paris: LGDJ, 1933.

_____. La publicisation du contrat. In: **Introduction à l'étude du droit compare**: recueil d'études en l'honneur d'Eduard Lambert, Tomo III. Paris: Sirey-LGDJ, 1938. p.463.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest and money**. London: Macmillan, 1936

KILMER, Richard L. Vertical integration in agricultural and food marketing. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 68 n. 5, p. 1155-1160, 1986.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

LEME, Maristela Franco Paes; ZYLBERSZTAJN, Decio. Determinantes da escolha de arranjos institucionais: Evidências na Comercialização de Fertilizantes para Soja. **Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília**, v. 46, n. 2, p. 517-546, 2008.

LIKERT, Rensis. **A technique for the maeasurement of attitudes**. New York: R.S. Woodworth Editor, 1932.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**: parte general. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni Editores, 2004.

LUZ, Tobias Marini de Salles. **Lei da integração**: (III) A “CADEC”. Direito rural, agronegócio, justiça e direito. 1 jun. 2016. Disponível em: <<http://direitorural.com.br/blog/lei-da-integracao-iii-acadec/>>. Acesso em 20 abr. 2018

MACDONALD, James M.; KORB, Penni. **Agricultural Contracting Update**: Contracts in 2008. EIB-72. U.S. Dept. of Agriculture, Econ. Res. Serv. February 2011.

MACHADO, Maíra Rocha (Org.) **Pesquisar empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MAIA, Anna Carolina Resende de Azevedo. A evolução principiológica dos contratos. **Revista CEJ**, Brasília, n. 24, p. 62-66, jan/mar 2004.

MAPFRE. **Seguro pecuário**, condições gerais versão 1.0, 2014. Disponível em: <<https://www.mapfre.com.br/seguro-br/para-seus-negocios/agronegocios/pecuaria/pecuario/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução, amostragens e técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

_____. BENJAMIN, Antônio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES, Pedro Valentim. Economia da integração vertical na avicultura de corte do estado de São Paulo. 1991. 133f. Tese (Livre Docência). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1991.

MAZZONI, Alberto. Prime riflessioni sull'abuso de dipendenza economica nei contratti agro-industriali. **Rivista di Diritto Agrario**, v. 2, p. 159-172, 1999.

MÉNARD, Claude. Markets as institutions versus organizations as markets? Disentangling some fundamental concepts. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 28, n. 2, p. 161-182, out. 1995.

MENDES, Ariel Antonio. Jejum pré-abate em frangos de corte. **Revista Brasileira de Ciência Avícola**, v. 3, n. 3 Campinas set./dez. 2001.

MESSINEO, Francesco. **Doctrina general del contrato**. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1952, t. II, 1952.

MINAYO, Maria Cecília S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-77.

MPF. Ministério Público Federal. **Acordo de leniência**, 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/acordo-leniencia>>. Acesso em: 16 maio 2018.

MORUZZI, Luigi. **Profili della vendita di prodotti agricoli com prezzo a riferimento e contratti di integrazione verticale**. Milano: Giuffrè, 1962.

NATOLI, Roberto. Abuso di dipendenza economica. In: **Digesto delle discipline privatistiche**. Sezione Commerciale. Torino: UTET, p. 1-27, 2003.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

NEVES, Marcos Fava. **Sistema Agroindustrial Citrícola: um exemplo de quase-integração no agribusiness Brasileiro**. 1995, 119f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. WAACK, Roberto Silva; MARINO, Matheus Kfourir. Sistema Agroindustrial da cana-de-açúcar: caracterização das transações entre empresas de insumo, produtores de cana e usinas. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais... SOBER**, 1998, p. 559-572.

NORTCHUTT, J.K.; SAVAGE, S.I.; VEST, L.R. Relationship between feed withdrawal and viscera condition of broilers. **Poultry Science**, v.76, p.410-414, fev. 1997.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press, 1990.

NORTON, Geroge W.; ALWANG, Jeffrey. **Economia del desarrollo agrario**. Madri: Mundi-Prensa, 1995.

NOTÍCIA, A. **Cerca de 600 produtores de frangos enfrentam problemas financeiros no Sul de Santa Catarina**, 4 nov. 2013. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/11/cerca-de-600-produtores-de-frangos-enfrentam-problemas-financeiros-no-sul-de-santa-catarina-4323242.html>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

OLIVEIRA, Adriana Aguiar; ANDRADE, Maria Auxiliadora; ARMENDARIS, Paulo Marcel; BUENO, Pedro Henrique Salvado. Principais causas de condenação ao abate de aves em matadouros frigoríficos registrados no Serviço Brasileiro de Inspeção Federal entre 2006 e 2011. **Ciência Animal Brasileira**, 2016, v. 17, n. 1, p. 79/89, jan./mar. 2016.

OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de; REYS, Marcos Alves de. As fontes dos custos de transação: uma análise mediante a teoria *fuzzy*. In: PADILHA, Ana Claudia Machado; GOLLO, Silvana Saionara; SILVA, Monica Nardini da. **Estudos na cadeia produtiva do biodiesel**. Jaguarão: Unipampa, 2012. p. 209-228

PÁGINA RURAL. **Avicultor denuncia preço excessivamente baixo pago por indústria de frangos**, 29 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/7085/avicultor-denuncia-preco-excessivamente-baixo-pago-por-industria-de-frangos>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PAIVA, Nunziata Stefania Valenza. Os contratos de integração vertical agroindustrial: a viabilidade de uma disciplina legal em face da prática contratual brasileira. 2005. 266f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

_____. Contornos Jurídicos e Matizes Econômicas dos Contratos de Integração Vertical Agroindustriais no Brasil. **Revista de Direito Mercantil**, n. 144, p. 84-106, out./dez. 2006.

_____. O problema da qualificação jurídica dos contratos de integração vertical agroindustriais no direito brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 33, n. 2, p. 184-198, jul./dez. 2009.

_____. **Contratos agroindustriais de integração econômica vertical**. Curitiba: Juruá, 2010.

PARDOLESI, Robert; TASSONE, Bruno. **I giudici e l'analisi economica del diritto privato**. Bologna: Il Mulino, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: contratos**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PEREIRA, Régis Fichtner. **A responsabilidade civil pré-contratual: teoria geral e responsabilidade pela ruptura das negociações**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

PETTER, Lafayette Josué. Ato jurisdicional positivo na ordem econômica. Uma normatividade a espera de efetividade. Análise de algumas consequências jurídicas previstas na Lei n. 8.884/94. In: ROCHA, João Carlos de Carvalho; MOURA JÚNIOR, Flávio Paixão de; DOBROWOLSKI, Samantha Chantal; SOUZA, Zani Tobias de. (Org.) **Lei antitruste: 10 anos de combate ao abuso de poder econômico**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 135-166.

PINAZZA, Luiz Antonio; ALIMANDRO, Regis. (Org.). **Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócio no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Abag, 1999.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel K. **Microeconomics**. 2. ed. Macmillan, 1992.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria geral do direito civil**. 3.ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1996

PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 154-214.

PONDÉ, João Luiz. **Nova Economia Institucional**, v. 1. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2017.

PORRU, Paola. Riflessioni sulla causa dei contratti-agro-industriali. In: MASSART, Alfredo (Org.). **Accordi interprofessionali e contratti agroindustriali: problemi di inquadramento giuridico**. Pisa: ETS, 1990.

PORTER, Michael E. **Estrategia competitiva: técnicas para el análisis de los sectores industriales y de la competencia**. Ciudad de México: Grupo Editorial Patria, 2008.

PORTUGAL. **Código Civil**. DL n. 47.344/1966, de 25 de novembro. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=775A0227&nid=775&tab_ela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo>. Acesso em: 26 maio 2018.

POSSAS, Maria Silvia. **Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista**. 1993. 232f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

RESCIGNO, Pietro. **Trattato di diritto privato**. Torino: UTET, 1982.

RIBEIRO, Joaquim de Souza. **Direito dos contratos: estudos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RITTICH, Kerry. The future of law development: second generation of reforms and the reforms and the incorporation of the social. **Michigan Journal of International Law**, v. 26, p. 199-243, 2004.

ROPPO, Vincenzo. **Il contratto**. Milão: Giuffrè, 2001.

_____. **Diritto privato**. Torino: G. Giappichelli, 2010.

_____. **Il contratto del duemila**. 3.ed. Torino: Giappichelli, 2011.

ROSA, Paulo Sérgio; ÁVILA, Valdir Silveira de; JAENISCH, Fátima Regina Ferreira. **Restrição alimentar em frangos de corte: como explorar suas potencialidades**. Comunicado Técnico n. 250. Embrapa Suínos e Aves, jul. 2000, p. 1-4.

RUI, Bruno Rogério; ANGRIMANI, Daniel de Souza Ramos; SILVA, Marcos Augusto Alves da. Pontos críticos no manejo pré-abate de frango de corte: jejum, captura, carregamento, transporte e tempo de espera no abatedouro. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 7, p. 1290-1296, jul. 2011.

SALES, Lilia Maria de Moraes; RABELO, Cilana de Moraes Soares. Meios consensuais de solução de conflitos: instrumentos de democracia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 182, p. 75-88, abr./jun. 2009.

SANTOS, R.L.; NUNES, V.A.; BAIÃO, N.C. Pododermatite de contato em frangos de corte. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**. Belo Horizonte, v. 54, n. 6, p. 655-658, dez. 2002.

SCHERER FILHO, Milton Weschenfelder. **Análise dos fatores que influenciam na condenação de carcaças inteiras de frango** (griller). 2009. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia de Alimentos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHMIDT NETO, André Perin. O superendividamento ativo na sociedade de consumo pelo prisma da filosofia. In: MELGARÉ, Plínio (Org). **O direito das obrigações na contemporaneidade**: estudos em homenagem ao Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014. p. 61-78.

SELLTIZ, Claire; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SESCOOP. **Cooperativas crescem 15%**, obtêm receitas de R\$ 31,5 bi e impulsionam a economia de SC. 27 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.sescoopsc.org.br/noticia/122>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SIMON, Herbert A. **Administrative Behaviour**. New York: Macmillan, 1961.

SKITNEVSKY, Karin Hlavnicka. **Dispute boards**: meio de prevenção de controvérsias. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

SOUZA, José Francisco Dias de. **Integração vertical e financeirização**: o caso da agroindústria processadora de grãos no Brasil. 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, Leonam Machado de; CORRÊA, Rodrigo de Oliveira Botelho. Legalidade da obrigação de confidencialidade e pacto de não concorrência. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 21., 2012, Niterói. **Anais...** Florianópolis: FUNJAB, 2012, p. 162-177.

STIGLITZ, Joseph E. Incentives and risk-sharing in sharecropping. **The Review of Economic Studies**, v. 41, n. 2, p. 219-255, abr. 1974.

STURGEON, Timothy J. Modular production networks: a new American model of industrial organization. **Industrial and corporate change**, vol. 11, n. 3, p. 451-496, 2002.

SZWARCFITER, Cláudio; DALCOL, Paulo Roberto T. Economias de escala e de escopo: desmistificando alguns aspectos da transição. **Produção**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 117-129, nov. 1997.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: lei de introdução e parte geral, v. 1. 10.ed. São Paulo: Método, 2014

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. Introdução: crise das fontes normativas e técnica legislativa na parte geral do Código Civil de 2002. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). A parte geral do novo Código Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 15-33.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial**: teoria geral e direito societário, v.1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TORRETTA, Marcelo. **Fatores que afetam a conversão alimentar em frangos de corte**. Agrocere Multimix, 26 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.agrocere multimix.com.br/blog/fatores-que-afetam-conversao-alimentar-em-frangos-de-corte/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

TRENTINI, Flavia. **Teoria geral do direito agrário**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Contrato de integração**, o novo contrato típico agrário. Conj. 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-nov-10/direito-agronegocio-contrato-integracao-contrato-tipico-agrario>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

UBABEF. **A saga da avicultura brasileira**: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango. Rio de Janeiro: Insight, 2011. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/fcc1856de5f036bb47a8a246a0781e26.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ULEN, Thomas. The efficiency of specific performance: toward a unified theory of contracts remedies. **Michigan Law Review**, v. 83, n. 2, p. 341-403, 1984.

UNIÃO EUROPEIA. **Decisão da Comissão 2007/843/CE**, de 11 de dezembro de 2007. Relativa à aprovação de programas de controlo de salmonelas em bandos de reprodução de Gallus gallus em determinados países terceiros. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32007D0843>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CEE) n. 2081/92 do Conselho**, de 14 de Julho de 1992. Relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31992R2081>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 28 de janeiro de 2002. Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:031:0001:0024:PT:PDF>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 17 de Novembro de 2003. Relativo ao controlo de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32003R2160>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 29 de abril de 2004. Relativo à higiene dos géneros alimentícios. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A02004R0852-20090420>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 853/2004 do parlamento Europeu e do Conselho**, de 29 de abril de 2004. Estabelece regras específicas aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:226:0022:0082:PT:PDF>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 29 de abril de 2004. Estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A32004R0854R%2801%29>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 2073/2005 da Comissão**, de 15 de novembro de 2005. Relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:338:0001:0026:PT:PDF>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 798/2008 da Comissão**, de 8 de agosto de 2008. Estabelece a lista de países terceiros, territórios, zonas ou compartimentos a partir dos quais são autorizados a importação e o trânsito na Comunidade de aves de capoeira e de produtos à base de aves de capoeira, bem como as exigências de certificação veterinária aplicáveis. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32008R0798>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Regulamento (CE) n. 1099/2009 do Conselho**, de 24 de setembro de 2009. Relativo à proteção dos animais no momento da ocisão. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32009R1099>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia 2012/C 326/01**, versão consolidada. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=it>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

VAZ, Gilberto José. Breves considerações sobre os dispute boards no direito brasileiro. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 140-179, 2006.

VEJA. **JBS compra Agrovêneta por R\$ 128 milhões**, 6 nov. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/jbs-compra-agroveneto-por-r-128-milhoes/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo Venosa. **Direito civil**: parte geral, v. 1. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Direito civil**: contratos em espécies, v. 3. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VINUTO, Juliana. A amostragem em boa de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014

VIRASSAMY, Georges. **Les contrats de dépendance** : essai sur les activités professionnelles exercées dans une dépendance économique. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1986.

WALD, Arnold. **Obrigações e contratos**: curso de direito civil brasileiro, v. 2. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

WATANABE, Kassia. **Natureza jurídica do contrato de integração e sua importância no agribusiness**. 2002, 150f. (Monografia) Istituto di Diritto Agrario Internazionale e Comparato, Firenze, 2002.

_____. **Relações contratuais no agribusiness**. 2007. 274f. Tese (Doutorado) - Scuola Superiore Sant'Anna, Pisa, 2007.

WILLIAMSON, Oliver E. **Markets and hierarchies**: analysis and antitrust implications - a study in the economics of internal organization. New York: Free Press, 1975.

_____. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **Journal of law and economics**, Chicago, v. 22, n.2, p. 233-261, 1979.

_____. **The economics institution of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

_____. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

WHITE, James Boyd. Economics and Law: two cultures in tension. **Tennessee Law Review**, v. 64, p. 161, 1986.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas notas sobre a entrevistas qualitativa de pesquisa. In: MACHADO, Máira Rocha (Org.) **Pesquisar empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 119-158.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZALUSKI, Patricia Regina da Silva; MARQUES, Ieso Costa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35., 2015, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_WIC_206_219_27184.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Contratação na sociedade massificada. **Revista Brasileira de Direito Civil**. Belo Horizonte, v. 14, p. 75-98, out./dez. 2017.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições**. 1995. 241f. Tese (Livre Docência em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Agribusiness systems analysis: origin, evolution and research perspectives. *Revista de Administração*, São Paulo, n. 52, p. 114-117, 2017.

_____. Análise Econômica do Direito e das Organizações. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel (Org.). **Direito e Economia: Análise Econômica do Direito e das Organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 1-15.

_____; SZTAJN, Rachel (Org.). **Direito e Economia: Análise Econômica do Direito e das Organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

APÊNDICE A - QUADRO COMPARATIVO PROJETOS DE LEI

PL 4378/1998	PL 3979/2008	PL 8023/2010	PL 1572/2011 – EMC 33	PLS 487/2013	PLS 330/2011 inicial	LEI 13288/2016
Contrato de integração	Contrato de produção integrada	Contrato de integração econômica vertical ou contrato de integração	Contrato de integração agroindustrial	Contrato de integração agroindustrial	Contrato de parceria de produção integrada agropecuária ou contrato de integração	Contrato de integração vertical ou contrato de integração
Art. 2º, III - processo de integração - aquele em que o produtor rural integrado assume a realização de etapa determinada do processo de produção de animais ou vegetais, destinados à industrialização ou à comercialização, por parte da agroindústria contratante	Art. 2º, III – sistema de produção integrada: aquele em que produtor rural integrado e agroindústria associam-se para a realização de determinada etapa do processo produtivo de bens finais ou de matérias-primas de origem vegetal ou animal, mediante contrato de produção integrada;	Art. 2º, I – integração agroindustrial ou integração: o sistema de integração vertical entre produtores agrícolas e agroindústrias integradoras, visando planejar e realizar a produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final, e cujas responsabilidades e obrigações recíprocas são estabelecidas em contratos de integração;	Art. 33. A atividade econômica agroindustrial objeto de contrato será explorada por meio de um sistema de integração.		Art. 2º, I - integração agroindustrial ou integração: o sistema de parceria integrada entre produtores agrícolas e agroindústrias integradoras, visando planejar e realizar a produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final, e cujas responsabilidades e obrigações recíprocas são estabelecidas em contratos de integração;	Art. 2º, I - integração vertical ou integração: relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração;
Art. 2º, II - produtor rural integrado - aquele que, de forma individual ou associativa, mediante contrato, assume etapa do processo produtivo determinado pela agroindústria;	Art. 2º, II - produtor rural integrado: aquele que, na condição de produtor agropecuário, extrativista vegetal ou pescador, atuando individual ou coletivamente, realiza etapa de processo de produção determinado por agroindústria;	Art. 2º, II – produtor agropecuário integrado ou produtor integrado: produtor agropecuário, pessoa física ou jurídica, que individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de prepostos, se vincula à integradora por meio de contrato de integração para produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final	Art. 30. O produtor é o contratante integrado; o outro empresário ou os demais empresários contratantes são os integradores.	Art. 694. O produtor é o contratante integrado e o outro empresário ou os demais empresários contratantes são os integradores.	Art. 2º, II – produtor agropecuário integrado ou produtor integrado: produtor agropecuário, pessoa física ou jurídica, que individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de prepostos, vincula-se à integradora por meio de contrato de parceria integrada, com o fornecimento de bens e serviços, para produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final;	Art. 2º, II - produtor integrado ou integrado: produtor agrossilvipastoril, pessoa física ou jurídica, que, individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, se vincula ao integrador por meio de contrato de integração vertical, recebendo bens ou serviços para a produção e para o fornecimento de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final;
Art. 2º, I – agroindústria - empresa que industrializa ou beneficia produtos de origem agropecuária;	Art. 2º, I – agroindústria: a empresa que industrializa ou beneficia produto de origem agropecuária, extrativista ou da pesca;	Art. 2º, III – agroindústria integradora: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor agropecuário por meio de contrato de integração			Art. 2º, III - agroindústria integradora: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor agropecuário por meio de contrato de parceria	Art. 2º, III - integrador: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor integrado por meio de contrato de integração vertical, fornecendo bens, insumos e

		para recebimento de matéria-prima, de bens intermediários ou de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial;			integrada, com o fornecimento de bens e serviços, para produção de matéria-prima, de bens intermediários ou de consumo final utilizados em seu processo industrial ou comercial;	serviços e recebendo matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial;
Art. 2º. Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, equiparam-se à agroindústria os comerciantes e exportadores que, para obter produtos agrícolas, formalizam contratos de integração com produtores rurais.	Art. 2º. Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à agroindústria os comerciantes e exportadores que, para obter produtos agrícolas, do extrativismo ou da pesca, formalizam contratos de integração com produtores rurais.	Art. 2º, § 1º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à agroindústria integradora os comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens de consumo intermediário ou final, celebram contratos de integração com produtores agropecuários.			Art. 2º, § 1º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à agroindústria integradora os comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens de consumo intermediário ou final, celebram contratos de integração com produtores agropecuários.	Art. 2º, § 1º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se ao integrador os comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, celebram contratos de integração com Produtores agrossilvipastoris.
		Art. 2º, IV - contrato de integração econômica vertical ou contrato de integração: o contrato firmado entre o produtor integrado e a integradora que estabelece a finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outras que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato;	Art. 29. Pelo contrato de integração, empresários do agronegócio, sendo pelo menos um deles produtor, obrigam-se a conjugar recursos e esforços na exploração de atividade econômica agroindustrial, por meio de um sistema congruente de integração.	Art. 693. Pelo contrato de integração, empresários do agronegócio, sendo pelo menos um deles produtor, obrigam-se a conjugar recursos e esforços na exploração de atividade econômica agroindustrial, por meio de um sistema congruente de integração, visando à produção de bens agrícolas, pecuários, de reflorestamento e pesca, bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico.	Art. 2º, IV - contrato de integração: o contrato de parceria para produção integrada, firmado entre o produtor integrado e a integradora que estabelece a finalidade, a participação econômica de cada parte na constituição da parceria e na partilha do objeto do contrato, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outras que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato;	Art. 2º, IV - contrato de integração vertical ou contrato de integração: contrato, firmado entre o produtor integrado e o integrador, que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato;
						Art. 2º, V - atividades agrossilvipastoris: atividades de agricultura, pecuária, silvicultura,

						aquicultura, pesca ou extrativismo vegetal.
		Art. 2º, § 2º A simples obrigação do pagamento do preço estipulado contra a entrega dos produtos agropecuários não caracteriza um contrato de integração.			Art. 2º, § 2º A simples obrigação do pagamento do preço estipulado contra a entrega dos produtos agropecuários não caracteriza um contrato de integração.	Art. 2º, § 2º A simples obrigação do pagamento do preço estipulado contra a entrega de produtos à agroindústria ou ao comércio não caracteriza contrato de integração.
		Art. 2º, § 3º A integração definida nos termos desta lei não configura relação de emprego entre integradora e integrado, seus prepostos ou empregados.	Art. 32. O contrato de integração agroindustrial é empresarial e não gera direitos trabalhistas.		Art. 2º, § 3º A integração, relação civil definida nos termos desta lei, não configura prestação de serviço ou relação de emprego entre integradora e integrado, seus prepostos ou empregados.	Art. 2º § 3º A integração, relação civil definida nos termos desta Lei, não configura prestação de serviço ou relação de emprego entre integrador e integrado, seus prepostos ou empregados.
		Art. 1º Parágrafo único. A integração vertical agropecuária entre cooperativas agropecuárias e seus associados ou entre cooperativas entre si associadas constitui ato cooperativo, regulado por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.			Art. 1º Parágrafo único. A parceria de produção integrada agropecuária entre cooperativas agropecuárias e seus associados ou entre cooperativas entre si associadas constitui ato cooperativo, regulado por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.	Art. 1º Parágrafo único. A integração vertical entre cooperativas e seus associados ou entre cooperativas constitui ato cooperativo, regulado por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.
		Art. 3º É princípio orientador na aplicação e interpretação dessa lei que a relação de integração caracteriza-se pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição dos resultados.			Art. 3º É princípio orientador na aplicação e interpretação dessa lei que a relação de integração caracteriza-se pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição dos resultados.	Art. 3º É princípio orientador da aplicação e interpretação desta Lei que a relação de integração se caracterize pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição justa dos resultados.
	Art. 3º. Sob pena de nulidade, o contrato de produção integrada deverá observar os seguintes dispositivos, sem prejuízo de outros acordados entre as partes: I – especificação detalhada de critérios objetivos de avaliação da qualidade do produto ou do serviço;	Art. 4º O contrato de integração, sob pena de nulidade, deve ser escrito de forma direta e precisa, em português simples e com letras em fonte doze ou maior, e dispor sobre as seguintes questões, sem prejuízo de outras que as partes considerem mutuamente aceitáveis:	Art. 31. Não produzirá efeitos a cláusula do contrato de integração agroindustrial: I – cuja redação não permitir a imediata, completa e correta interpretação de seu conteúdo e alcance por empresário do setor; ou	Art. 695. São requisitos mínimos para os contratos de integração, sob pena de nulidade: I – a redação clara e precisa das cláusulas contratuais em língua portuguesa;	Art. 4º O contrato de integração, sob pena de nulidade, parcial ou total, deve ser escrito de forma direta e precisa, em português simples e com letras uniformes de fácil visualização, e dispor sobre as seguintes questões, sem prejuízo de outras que as partes considerem mutuamente aceitáveis:	Art. 4º O contrato de integração, sob pena de nulidade, deve ser escrito com clareza, precisão e ordem lógica, e deve dispor sobre as seguintes questões, sem prejuízo de outras que as partes contratantes considerem mutuamente aceitáveis: I - as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais para os contratantes;

	<p>II – definição do sistema de produção a ser adotado, do método de trabalho, da tecnologia a ser utilizada e dos índices de desempenho esperados, em face dos padrões tecnológicos preconizados;</p> <p>III – especificação dos critérios de remuneração, das formas e prazos de pagamentos pelos serviços prestados ou pela produção realizada;</p> <p>IV - definição de prazo para aviso prévio, pela agroindústria, de interrupção do contrato de produção integrada, que deve levar em conta o ciclo produtivo e o montante de investimentos realizados pelo produtor integrado;</p> <p>V – definição dos limites da responsabilidade do produtor rural integrado sobre os produtos e insumos mantidos sob sua guarda, em decorrência de sua participação no processo produtivo.</p>	<p>I – as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais;</p> <p>II - as responsabilidades e obrigações da integradora e do integrado no sistema de produção agropecuário;</p> <p>III – os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuídos pela agroindústria integradora para o estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto;</p> <p>IV – os padrões mínimos e os métodos de aferição da qualidade dos insumos fornecidos pela integradora e do produto a ser entregue pelo integrado;</p> <p>V - as fórmulas para o cálculo da eficiência da criação animal ou do cultivo vegetal, com explicação detalhada dos parâmetros empregados e da metodologia de obtenção dos resultados;</p> <p>VI - as formas e os prazos de pagamento ao produtor integrado, devendo ser estabelecidos multa por atraso e o valor mínimo de remuneração financeira a ser pago aos integrados para cada ciclo de produção;</p> <p>VII – os custos financeiros e administrativos do crédito e dos insumos fornecidos em adiantamento pela integradora;</p> <p>VIII – as condições para o acesso às áreas de produção agropecuária por preposto da integradora e das áreas</p>	<p>II – impressa em caracteres ou formatação que não permitam sua direta e fácil interpretação.</p> <p>Art. 35. O sistema de integração será descrito no contrato, com a definição da responsabilidade e obrigações de cada parte.</p> <p>§ 1º Do instrumento contratual, ou de anexo, constarão as condições técnicas, econômicas e jurídicas de implantação do sistema de integração, bem como o estudo de viabilidade econômica e financeira.</p> <p>§ 2º Na implantação do sistema de integração, serão observados os métodos de avaliação da qualidade de insumos e produtos, os critérios de eficiência e as metodologias de obtenção de resultados da produção definidos em contrato.</p>	<p>II – a descrição do sistema de integração, com a definição das responsabilidades e obrigações de cada parte;</p> <p>III – as definições dos padrões mínimos e os métodos de aferição da qualidade dos insumos fornecidos pelo contratante integrador e do produto a ser entregue pelo contratante integrado;</p> <p>IV - as formas e os prazos de pagamento ao contratante integrado, multa moratória e o valor mínimo a ser pago ao contratante integrado para cada ciclo de produção;</p> <p>V - os valores, prazos e condições dos créditos ou insumos eventualmente fornecidos pelo contratante integrador ao contratante integrado, que devem respeitar os ciclos de produção;</p> <p>VI - a definição de prazo para aviso</p>	<p>I - as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais;</p> <p>II - as responsabilidades e obrigações da integradora e do integrado no sistema de produção agropecuário;</p> <p>III - os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuídos pela agroindústria integradora para o estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto;</p> <p>IV - as fórmulas para o cálculo da eficiência da criação animal ou do cultivo vegetal, com explicação detalhada dos parâmetros empregados e da metodologia de obtenção dos resultados;</p> <p>V - as formas e os prazos de distribuição dos resultados entre os participantes da relação contratual, devendo ser estabelecido multa à agroindústria na hipótese de atraso no repasse da quota parte do integrado.</p> <p>VI - os custos financeiros e administrativos dos insumos fornecidos em adiantamento pela integradora;</p> <p>VII - as condições para o acesso às áreas de produção agropecuária por preposto da integradora e das áreas industriais diretamente afetadas ao objeto do contrato, pelo integrado ou seu preposto;</p> <p>VIII - as responsabilidades quanto ao pagamento de taxas e impostos inerentes ao sistema de produção integrada e as</p>	<p>II - as responsabilidades e as obrigações do integrador e do produtor integrado no sistema de produção;</p> <p>III - os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuídos pelo integrador com base no estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto;</p> <p>IV - os padrões de qualidade dos insumos fornecidos pelo integrador para a produção animal e dos produtos a serem entregues pelo integrado;</p> <p>V - as fórmulas para o cálculo da eficiência da produção, com explicação detalhada dos parâmetros e da metodologia empregados na obtenção dos resultados;</p> <p>VI - as formas e os prazos de distribuição dos resultados entre os contratantes;</p> <p>VII - visando a assegurar a viabilidade econômica, o equilíbrio dos contratos e a continuidade do processo produtivo, será cumprido pelo integrador o valor de referência para a remuneração do integrado, definido pela Cadec na forma do art. 12 desta Lei, desde que atendidas as obrigações contidas no contrato;</p> <p>VIII - os custos financeiros dos insumos fornecidos em adiantamento pelo integrador, não podendo ser superiores às taxas de juros captadas, devendo ser comprovadas pela Cadec;</p> <p>IX - as condições para o acesso às áreas de produção por preposto ou empregado do integrador e às instalações industriais ou</p>
--	--	---	--	--	---	---

		<p>industriais pelo integrado ou seu preposto;</p> <p>IX – as responsabilidades quanto ao pagamento de taxas e impostos inerentes ao sistema de produção integrada e as obrigações previdenciárias da agroindústria integradora e dos produtores integrados;</p> <p>X – as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências sanitárias legais, a prevenção e o controle sanitário dos rebanhos e das culturas agrícolas, e as ações emergenciais em caso de surto de doença ou praga;</p> <p>XI – as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências legais de proteção ambiental;</p> <p>XII – a obrigatoriedade ou não de seguro da produção, os custos para as partes contratantes e a extensão de sua cobertura;</p> <p>XIII – a definição de prazo para aviso prévio de interrupção do contrato de produção integrada, que deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados;</p> <p>XIV – a instituição de Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias - CADISC, a quem as partes concordam recorrer para a solução de</p>		<p>prévio de interrupção do contrato, que deve levar em consideração os ciclos de produção e o montante dos investimentos realizados pelas partes; e</p> <p>VII - a previsão de plano de descarte de embalagens de agroquímicos, desinfetantes e produtos veterinários, sendo certo que a agroindústria integradora deve se responsabilizar pela adequada destinação de tais embalagens de acordo com a legislação específica aplicável.</p>	<p>obrigações previdenciárias da agroindústria integradora e dos produtores integrados;</p> <p>IX - as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências sanitárias legais, a prevenção e o controle sanitário dos rebanhos e das culturas agrícolas, e as ações emergenciais em caso de surto de doença ou praga;</p> <p>X - as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências legais de proteção ambiental;</p> <p>XI - a obrigatoriedade ou não de seguro da produção, os custos para as partes contratantes e a extensão de sua cobertura;</p> <p>XII - a definição de prazo para aviso prévio de rescisão do contrato de produção integrada, que deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados;</p> <p>XIII - as sanções para os casos de inadimplemento ou rescisão unilateral do contrato.</p>	<p>comerciais diretamente afetas ao objeto do contrato de integração pelo produtor integrado, seu preposto ou empregado;</p> <p>X - as responsabilidades do integrador e do produtor integrado quanto ao recolhimento de tributos incidentes no sistema de integração;</p> <p>XI - as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação de defesa agropecuária e sanitária;</p> <p>XII - as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação ambiental;</p> <p>XIII - os custos e a extensão de sua cobertura, em caso de obrigatoriedade de contratação de seguro de produção e do empreendimento, devendo eventual subsídio sobre o prêmio concedido pelo poder público ser direcionado proporcionalmente a quem arcar com os custos;</p> <p>XIV - o prazo para aviso prévio, no caso de rescisão unilateral e antecipada do contrato de integração, deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados, devidamente pactuado entre as partes;</p> <p>XV - a instituição de Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - CADEC, a quem as partes poderão recorrer para a interpretação de cláusulas contratuais ou outras</p>
--	--	--	--	--	--	--

		<p>controvérsias quanto a interpretação de cláusulas contratuais ou outras questões inerentes à relação de integração;</p> <p>XV – as sanções para os casos de inadimplemento ou rescisão unilateral do contrato;</p> <p>§ 2º O pagamento do valor mínimo de remuneração financeira previsto no inciso VI deste artigo será condicionado ao cumprimento pelas partes das obrigações previstas no contrato.</p>				<p>questões inerentes ao contrato de integração;</p> <p>XVI - as sanções para os casos de inadimplemento e rescisão unilateral do contrato de integração.</p>
		<p>Art. 4º, § 1º O Fórum de Justiça da localidade onde se situa o empreendimento do produtor integrado deverá ser indicado no contrato para fim de solução de litígio judicial.</p>		<p>Art. 696. É competente o foro do domicílio do contratante integrado para a ação que vier a discutir litígio decorrente do contrato de integração.</p>	<p>Art. 4º Parágrafo Único: Cláusula relativa à solução de litígios judicialmente deverá indicar o fórum de justiça da localidade onde se situa o empreendimento do produtor integrado.</p>	<p>Art. 4º Parágrafo único. O fórum do lugar onde se situa o empreendimento do produtor integrado é competente para ações fundadas no contrato de integração, devendo ser indicado no contrato.</p>
		<p>Art. 5º Fica criado o Fórum Nacional de Integração Agroindustrial - FONIAGRO, entidade privada com a atribuição de definir políticas e diretrizes para o acompanhamento e o desenvolvimento dos sistemas de integração agroindustrial.</p> <p>§ 1º O FONIAGRO será constituído em número igual de membros por representantes dos produtores integrados, das agroindústrias integradoras;</p> <p>§ 2º O regulamento desta Lei definirá o número de participantes do</p>				<p>Art. 5º Cada setor produtivo ou cadeia produtiva regidos por esta Lei deverão constituir um Fórum Nacional de Integração - FONIAGRO, de composição paritária, composto pelas entidades representativas dos produtores integrados e dos integradores, sem personalidade jurídica, com a atribuição de definir diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e de promover o fortalecimento das relações entre o produtor integrado e o integrador.</p> <p>§ 1º Para setores produtivos em que já exista fórum ou entidade similar</p>

		<p>FONIAGRO e as entidades que indicarão os representantes, seu regime e localidade de funcionamento e outros aspectos de sua organização;</p> <p>§ 3º Deverão ser criadas Câmaras Técnicas para cada setor do agronegócio em que exista integração agroindustrial.</p>				<p>em funcionamento, será opcional a sua criação.</p> <p>§ 2º O regulamento desta Lei definirá o número de participantes do fórum e as entidades dos integrados e dos integradores que indicarão os representantes, seu regime e localidade de funcionamento e outros aspectos de sua organização.</p>
						<p>Art. 12. Compete ao Fórum Nacional de Integração - FONIAGRO estabelecer metodologia para o cálculo do valor de referência para a remuneração do integrado, que deverá observar os custos de produção, os valores de mercado dos produtos in natura, o rendimento médio dos lotes, dentre outras variáveis, para cada cadeia produtiva.</p> <p>§ 1º Para estabelecer metodologia para o cálculo do valor de referência para a remuneração do integrado, o Foniagro poderá contratar entidades ou instituições de notório reconhecimento técnico, desde que requisitada por uma das partes e cuja escolha dar-se-á por comum acordo.</p> <p>§ 2º A metodologia para o cálculo do valor de referência para a remuneração do integrado será reavaliada periodicamente, conforme regulamentação específica do Foniagro.</p> <p>§ 3º O Foniagro terá o prazo máximo de seis meses contados da promulgação desta Lei para apresentar as metodologias de cálculo para cada cadeia produtiva,</p>

						podendo esse prazo ser prorrogado, mediante justificativa aceita pelas partes. § 4º Compete ao Foniagro o envio das metodologias para o cálculo do valor de referência para a remuneração dos integrados às respectivas Cadecs.
Comissão – Art. 10 – Sem prejuízo do disposto no art. 3º desta lei, no caso de contratos que condicionem o montante da remuneração do produtor rural integrado à aplicação de índices de produtividade ou pela classificação qualitativa do produto, a avaliação do resultado, do produtor e da média da respectiva comunidade, bem como a definição de critérios de classificação serão feitas por comissão municipal com a participação de representantes dos produtores, sindicatos, cooperativas e entidades governamentais e provadas que atuem no ramo agropecuário, a serem constituídas na forma do regulamento dessa lei. Parágrafo único. A comissão referida no caput será incumbida, também, de primeira arbitragem sobre	Art. 9º As Federações Estaduais de Agricultura e de Trabalhadores da Agricultura providenciarão a criação, em municípios ou microrregiões onde se observar concentração de empreendimentos em sistema de produção integrada, de Comissões de Conciliação e Arbitragem, destinadas a mediar e arbitrar os conflitos e divergências porventura existentes entre a agroindústria e os produtores integrados. § 1º As Comissões de que trata o caput deste artigo, tantas quanto forem necessárias para atender à diversidade de produtos e de localidades, terão composição paritária, com representantes indicados da seguinte forma: I – um terço dos membros indicado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do respectivo Estado ou do Distrito Federal; II – um terço dos membros indicado pela Federação da	Art. 6º Cada unidade da agroindústria integradora e os produtores a ela integrados deve constituir Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias - CADISC, de composição paritária e integrada por membros indicados pela integradora e pelas entidades representativas dos integrados, com os seguintes objetivos, entre outros a serem estabelecidos em seu regulamento: I – elaborar estudos e análises econômicas, sociais e tecnológicas das cadeias produtivas ou de segmentos das cadeias; II – acompanhar e avaliar os padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos integrados e a evolução dos parâmetros de qualidade dos produtos requerida pela integradora; III - estabelecer o sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações pelos contratantes; IV – promover estudos e avaliações dos aspectos	Art. 40. O contrato poderá prever uma instância de solução das divergências, de natureza técnica ou operacional, surgidas na implantação do sistema de integração.		Art. 5º Cada unidade da agroindústria integradora e os produtores a ela integrados deve constituir Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias - CADISC, de composição paritária da agroindústria e seus integrados, com os seguintes objetivos, entre outros a serem estabelecidos em seu regulamento. I - elaborar estudos e análises econômicas, sociais e tecnológicas das cadeias produtivas ou de segmentos das cadeias; II - acompanhar e avaliar os padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos integrados e a evolução dos parâmetros de qualidade dos produtos requeridos pela integradora; III - estabelecer o sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações pelos contratantes; IV - promover estudos e avaliações dos aspectos jurídicos, sociais, econômicos, sanitários e ambientais do contrato de integração;	Art. 6º Cada unidade da integradora e os produtores a ela integrados devem constituir Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - CADEC. § 1º A Cadec será composta paritariamente por representantes: I - escolhidos diretamente pelos produtores integrados à unidade integradora; II - indicados pela integradora; III - indicados pelas entidades representativas dos produtores integrados; IV - indicados pelas entidades representativas das empresas integradoras. § 2º A falta de indicação dos representantes previstos nos incisos III e IV do § 1º deste artigo não impede a instalação e funcionamento da Cadec. § 3º A constituição da Cadec respeitará as estruturas com função similar às constituídas até a data de publicação desta Lei. § 4º A Cadec terá os seguintes objetivos e funções, entre outros estabelecidos nesta Lei e no regulamento: I - elaborar estudos e análises econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e dos aspectos jurídicos

<p>eventuais divergências, sendo-lhe conferido o direito de fiscalizar o recebimento e a classificação de produtos, por ocasião de seu recebimento pela agroindústria.</p>	<p>Agricultura do respectivo Estado ou do Distrito Federal;</p> <p>III – um terço dos membros indicado pelo conjunto de órgãos governamentais estaduais e municipais, na forma estabelecida pelo Regulamento desta Lei.</p> <p>§ 2º A Presidência das Comissões de Conciliação e Arbitragem será exercida de forma alternada por um dos representantes a que se refere os incisos I a III do parágrafo anterior.</p> <p>§ 3º Para o exercício de suas atribuições, a Comissão de Conciliação e Arbitragem terá poderes para interpelar as partes, convocar reuniões de conciliação e propor acordos, sendo-lhe conferido o direito de fiscalizar o recebimento e a classificação dos produtos objeto dos contratos de integração.</p>	<p>jurídicos, sociais, econômicos, sanitários e ambientais do contrato de integração;</p> <p>V – definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e financeiros</p> <p>a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais e das cultivares de plantas utilizados nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação ou de cultivo;</p> <p>VI – formular o Plano de Modernização Tecnológica da Integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos Integrados e da Integradora no financiamento dos bens e ações previstas;</p> <p>VII – servir de fórum para a conciliação e solução das controvérsias entre os produtores integrados e a agroindústria integradora;</p> <p>VIII – criar e administrar o Fundo Emergencial da Integração, para assistência financeira temporária aos Integrados nos casos em que eventos extraordinários provoquem interrupção da atividade ou queda significativa de produtividade, conforme regras definidas em regimento próprio.</p> <p>Parágrafo único. A CADISC deverá estabelecer em regulamento próprio as formas e os valores das contribuições financeiras dos produtores</p>			<p>V - formular o Plano de Modernização Tecnológica da Integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir, no que couber, a participação dos Integrados e da Integradora no financiamento dos bens e ações previstas, ressalvadas as adequações eventualmente exigidas pelo poder público;</p> <p>VI - servir de fórum para a conciliação e solução das controvérsias entre os produtores integrados e a agroindústria integradora.</p> <p>§ 1º A CADISC deverá constituir-se por regulamento próprio como entidade de direito civil, sem personalidade jurídica, nem constituição de patrimônio físico e pessoal permanente.</p> <p>§ 2º Toda e qualquer despesa da CADISC deverá ser aprovada pelas partes, por demanda específica.</p>	<p>das cadeias produtivas e seus segmentos e do contrato de integração;</p> <p>II - acompanhar e avaliar o atendimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos produtores integrados e para os produtos fornecidos ao integrador;</p> <p>III - estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações contratuais pelos contratantes;</p> <p>IV - dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e a integradora;</p> <p>V - definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e financeiros a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais e das cultivares de plantas utilizadas nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação ou de cultivo;</p> <p>VI - formular o plano de modernização tecnológica da integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos integrados e do integrador no financiamento dos bens e ações previstas;</p> <p>VII - determinar e fazer cumprir o valor de referência a que alude o inciso VII do art. 4º desta Lei.</p> <p>§ 5º Toda e qualquer despesa da Cadec deverá ser aprovada pelas partes contratantes, por demanda específica</p>
--	---	--	--	--	--	--

		integrados e da agroindústria integradora para o desenvolvimento de suas atribuições.				
		<p>Art. 7º A agroindústria integradora deverá organizar Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI) relativo a cada ciclo produtivo do produtor integrado.</p> <p>§ 1º O RIPI deverá conter informações sobre os insumos fornecidos pela integradora, os indicadores fitotécnicos e zootécnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade e os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros, os valores pagos aos integrados, entre outros a serem definidos pela CADISC.</p> <p>§ 2º O RIPI deverá ser consolidado até a data do acerto financeiro entre Integradora e Integrado e fornecido ao integrado, a CADISC e a sua entidade representativa em meio digital e, quando solicitado, também em papel.</p> <p>§ 3º O produtor integrado deverá autorizar por escrito o fornecimento do RIPI a sua entidade representativa e à CADISC.</p> <p>§ 4º É facultado ao Integrado, individualmente ou por intermédio de sua entidade representativa ou da CADISC mediante autorização escrita,</p>			<p>Art. 6º A agroindústria integradora deverá organizar Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI) relativo a cada ciclo produtivo do produtor integrado.</p> <p>§ 1º O RIPI deverá conter informações mínimas sobre os insumos fornecidos pela integradora, os indicadores fitotécnicos e zootécnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade e os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros, os valores de quota parte do produtor integrado, entre outros a serem definidos pela CADISC.</p> <p>§ 2º O RIPI deverá ser consolidado até a data do acerto financeiro entre Integradora e Integrado e fornecido ao integrado.</p> <p>§ 3º Toda e qualquer informação relativas à produção do integrado solicitadas por terceiros, só serão fornecidas pela integradora mediante autorização escrita do integrado.</p>	<p>Art. 7º O integrador deverá elaborar Relatório de Informações da Produção Integrada - RIPI relativo a cada ciclo produtivo do produtor integrado.</p> <p>§ 1º O Ripi deverá conter informações sobre os insumos fornecidos pelo integrador, os indicadores técnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade, os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros e os valores pagos aos produtores integrados relativos ao contrato de integração, entre outros a serem definidos pela Cadec.</p> <p>§ 2º O Ripi deverá ser consolidado até a data do acerto financeiro entre integrador e produtor integrado, sendo fornecido ao integrado e, quando solicitado, à Cadec ou sua entidade representativa.</p> <p>§ 3º Toda e qualquer informação relativa à produção do produtor integrado solicitada por terceiros só será fornecida pelo integrador mediante autorização escrita do produtor integrado.</p> <p>§ 4º É facultado ao produtor integrado, individualmente ou por intermédio de sua entidade representativa ou da Cadec, mediante autorização escrita, solicitar ao integrador esclarecimentos ou informações adicionais sobre o Ripi, os quais deverão ser fornecidos sem custos</p>

		solicitar à Integradora esclarecimentos ou informações adicionais sobre o RIPI, as quais deverão ser fornecidas sem custos e no prazo máximo de até quinze dias após o pedido.				e no prazo máximo de até quinze dias após a solicitação.
		Art. 8º. Para os devidos fins e efeitos todos os bens fornecidos pela agroindústria integradora ao produtor integrado em decorrência das necessidades da produção serão tidos como de propriedade da integradora, inclusive aqueles que estiverem em processo de desenvolvimento a cargo do integrado, incluídos os animais, as sementes e plantas em fase de desenvolvimento, podendo ser estabelecidas normas que permitam o consumo próprio familiar.	Art. 39. Na implantação do sistema de integração, todos os bens fornecidos ou disponibilizados ao produtor integrado presumem-se da titularidade do empresário integrador que os forneceu ou disponibilizou. § 1º A presunção alcança também animais, sementes e produtos agrícolas ou de reflorestamento, ainda que em curso o processo de produção. § 2º A titularidade referida no caput compreende a propriedade do bem, inclusive se resolúvel, ou o direito à posse fundado em contrato firmado com terceiro. § 3º Se o produtor integrado for empresário individual, o contrato de integração estabelecerá, se for o caso, cotas da produção para a sua subsistência e de sua família.	Art. 698. Na implantação do sistema de integração, todos os bens fornecidos ou disponibilizados ao produtor integrado presumem-se da titularidade do contratante integrador que os forneceu ou disponibilizou, incluindo animais, sementes e produtos agrícolas ou de reflorestamento, ainda que em curso o processo de produção. Parágrafo único. Se o contratante integrado for empresário individual, o contrato de integração estabelecerá, se for o caso, cotas da produção para a sua subsistência e de sua família.	Art. 7º Para os devidos fins e efeitos todos os bens fornecidos pela agroindústria integradora ao produtor integrado em decorrência das necessidades da produção serão tidos como de propriedade da integradora, inclusive aqueles que estiverem em processo de desenvolvimento a cargo do integrado, incluídos os animais, as sementes e plantas em fase de desenvolvimento, podendo ser estabelecidas normas que permitam o consumo próprio familiar.	Art. 8º Todas as máquinas e equipamentos fornecidos pelo integrador ao produtor integrado em decorrência das necessidades da produção permanecerão de propriedade do integrador, devendo-lhe ser restituídos, salvo estabelecimento em contrário no contrato de integração. § 1º No caso de instalações financiadas ou integralmente custeadas pelo integrador, o contrato de integração especificará se e quando estas passarão a ser de propriedade do produtor integrado. § 2º No caso de animais fornecidos pelo integrador, o contrato de integração especificará se e quando passarão a ser de propriedade do produtor integrado. § 3º Poderá o contrato, ainda que por ajustes posteriores, estabelecer normas que permitam o consumo próprio familiar, salvo para os setores que necessitam de serviços de inspeção para o consumo do produto.

		<p>Art. 9º A agroindústria integradora deverá elaborar e atualizar trimestralmente Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), para fornecer ao interessado em aderir ao sistema de integração, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:</p> <p>I - razão social, forma societária e histórico da composição societária nos últimos cinco anos, nomes dos sócios-proprietários da agroindústria integradora ou dos sócios-controladores das empresas de capital aberto;</p> <p>II - descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo integrado;</p> <p>III - informações quanto aos requisitos sanitários e ambientais e os riscos econômicos inerentes à atividade;</p> <p>IV – estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do integrado na operação de produção;</p> <p>V – estimativa de remuneração do integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se para o cálculo preços e índices de eficiência produtiva médios nos doze meses anteriores;</p> <p>VI - alternativas de financiamento agropecuário de</p>			<p>Art. 8º A agroindústria integradora deverá elaborar e atualizar trimestralmente Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), para fornecer ao interessado em aderir ao sistema de integração, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:</p> <p>I - razão social, forma societária, CNPJ e endereço da integradora;</p> <p>II - descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo integrado;</p> <p>III - informações quanto aos requisitos sanitários e ambientais e os riscos econômicos inerentes à atividade;</p> <p>IV - estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do integrado na operação de produção;</p> <p>V - estimativa da quota parte do integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se para o cálculo preços e índices de eficiência produtiva médios nos doze meses anteriores;</p> <p>VI - alternativas de financiamento agropecuário de instituição financeira ou da agroindústria integradora e as garantias da integradora para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;</p>	<p>Art. 9º Ao produtor interessado em aderir ao sistema de integração será apresentado pelo integrador Documento de Informação Pré-Contratual - DIPC, contendo obrigatoriamente as seguintes informações atualizadas:</p> <p>I - razão social, forma societária, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e endereços do integrador;</p> <p>II - descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo produtor integrado;</p> <p>III - requisitos sanitários e ambientais e riscos econômicos inerentes à atividade;</p> <p>IV - estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do produtor integrado na produção;</p> <p>V - obrigação ou não do produtor integrado de adquirir ou contratar, apenas do integrador ou de fornecedores indicados formalmente pelo integrador, quaisquer bens, serviços ou insumos necessários à operação ou à administração de suas instalações zootécnicas ou áreas de cultivo;</p> <p>VI - relação do que será oferecido ao produtor integrado no que se refere a:</p> <p>a) suprimento de insumos;</p> <p>b) assistência técnica e supervisão da adoção das tecnologias de produção recomendadas cientificamente ou exigidas pelo integrador;</p> <p>c) treinamento do produtor integrado, de seus prepostos ou</p>
--	--	--	--	--	--	---

		<p>instituição financeira ou da agroindústria integradora e as garantias da integradora para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;</p> <p>VII - Os parâmetros técnicos e econômicos indicados pela integradora para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento.</p> <p>VIII – relação com nome, endereço e telefone dos integrados ativos e dos produtores que se desligaram da integradora nos últimos doze meses, exceto quando não autorizado.</p>			<p>VII - Os parâmetros técnicos e econômicos indicados pela integradora para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento.</p>	<p>empregados, especificando duração, conteúdo e custos;</p> <p>d) projeto técnico do empreendimento e termos do contrato de integração;</p> <p>VII - estimativa de remuneração do produtor integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se, para o cálculo, preços e índices de eficiência produtiva médios nos vinte e quatro meses anteriores, e validados pela respectiva Cadec;</p> <p>VIII - alternativas de financiamento por instituição financeira ou pelo integrador e garantias do integrador para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;</p> <p>IX - os parâmetros técnicos e econômicos indicados pelo integrador e validados pela respectiva Cadec para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento;</p> <p>X - caráter e grau de exclusividade da relação entre o produtor integrado e o integrador, se for o caso;</p> <p>XI - tributos e seguros incidentes na atividade e a responsabilidade das partes, segundo a legislação pertinente;</p> <p>XII - responsabilidades ambientais das partes, segundo o art. 10 desta Lei;</p> <p>XIII - responsabilidades sanitárias das partes, segundo legislação e normas infralegais específicas.</p> <p>Parágrafo único. O DIPIC deverá ser atualizado trimestralmente para</p>
--	--	--	--	--	---	---

						os setores de produção animal e anualmente para os setores de produção e extração vegetal.
<p>Art. 9º São de responsabilidade da agroindústria todas as obrigações legais decorrentes da utilização de medicamentos e insumos, inclusive agrotóxicos, quando prescritos ou fornecidos pela empresa, respondendo civil e penalmente por danos ao produto rural integrado e a terceiros</p> <p>Parágrafo único. Excetua-se das disposições do caput as hipóteses comprovadas de aplicação incorreta dos insumos, por parte do produtor rural integrado, em desacordo com as prescrições dos profissionais da agroindústria ou por ela indicados</p>	<p>Art. 5º, § 1º São de responsabilidade da agroindústria todas as obrigações legais decorrentes da utilização de medicamentos e insumos, inclusive agrotóxicos, quando prescritos ou fornecidos pela empresa, respondendo civil e penalmente por danos ao produtor rural integrado e a terceiros.</p> <p>§ 2º Excetua-se das disposições do § 1º as hipóteses comprovadas de aplicação incorreta dos medicamentos e insumos, por parte do produtor rural integrado, em desacordo com as prescrições dos profissionais da agroindústria ou dos por ela indicados.</p> <p>§ 3º Na hipótese de prescrição, pela agroindústria, de agrotóxicos ou outros insumos que apresentem potencial de risco à saúde do trabalhador, é de responsabilidade da agroindústria o fornecimento de equipamentos de proteção individual aos empregados do produtor integrado, bem como o destino das embalagens vazias, em</p>	<p>Art. 10. Compete ao produtor integrado atender as exigências da legislação ambiental para o empreendimento ou atividade desenvolvida em sua propriedade rural, e o planejamento e a implementação de medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos, a mitigação e a recuperação de danos ambientais.</p> <p>§ 1º Nas atividades agropecuárias de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja definida e supervisionada pela agroindústria integradora, são responsabilidades concorrentes da integradora e dos integrados as ações relativas à proteção ambiental e à recuperação de danos ao meio ambiente ocorridos em decorrência do empreendimento.</p> <p>§ 2º Compete a agroindústria integradora, nas relações de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja por ela definida e supervisionada: I – fornecer projeto técnico de instalações zootécnicas, das áreas de produção agrícola e das obras complementares, em conformidade com as exigências da legislação ambiental, e supervisionar sua implantação;</p>	<p>Art. 42. Será do produtor integrado a responsabilidade pelo atendimento das exigências legais referentes à produção, inclusive as destinadas à proteção ambiental e as de natureza sanitária.</p> <p>§ 1º O empresário integrador fornecedor de tecnologia e o titular do direito contratual de escolher, orientar ou supervisionar o emprego de determinada tecnologia serão responsáveis solidários com o produtor integrado pelo atendimento da legislação ambiental.</p> <p>§ 2º O parágrafo anterior aplica-se à responsabilidade contratual pelo descarte de embalagens ou inservíveis e destinação dos resíduos, adoção de medidas de urgência e recuperação de danos ao meio ambiente.</p> <p>§ 3º O empresário integrador fornecedor de insumos ou medicamentos é solidariamente responsável com o</p>	<p>Art. 700. Compete conjuntamente às partes, planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, realizar o monitoramento da saúde animal e vegetal e executar ações emergenciais em caso de surto epidemiológico.</p>	<p>Art. 9º Compete ao produtor integrado atender as exigências da legislação ambiental para o empreendimento ou atividade desenvolvida em sua propriedade rural, e o planejamento e a implementação de medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos, a mitigação e a recuperação de danos ambientais.</p> <p>§ 1º Nas atividades agropecuárias de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja definida e supervisionada pela agroindústria integradora, são responsabilidades concorrentes da integradora e dos integrados as ações relativas à proteção ambiental, e a recuperação de danos ao meio ambiente ocorridos em decorrência do empreendimento.</p> <p>§ 2º A responsabilidade de recuperação de danos de que trata o parágrafo anterior deixa de ser concorrente quando o parceiro integrado adotar conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pela integradora.</p> <p>§ 3º Compete à agroindústria integradora, nas relações de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja por ela definida e supervisionada:</p>	<p>Art. 10. Compete ao produtor integrado e à integradora atender às exigências da legislação ambiental para o empreendimento ou atividade desenvolvida no imóvel rural na execução do contrato de integração, bem como planejar e implementar medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos e mitigar e recuperar os danos ambientais.</p> <p>§ 1º Nas atividades de integração em que as tecnologias empregadas sejam definidas e sua adoção supervisionada pelo integrador, este e o integrado responderão, até o limite de sua responsabilidade, pelas ações relativas à proteção ambiental e à recuperação de danos ao meio ambiente ocorridos em decorrência do empreendimento.</p> <p>§ 2º A responsabilidade de recuperação de danos de que trata o § 1º deste artigo deixa de ser concorrente quando o produtor integrado adotar conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pelo integrador ou estabelecidas no contrato de integração.</p> <p>§ 3º Compete ao integrador, no sistema de integração em que as tecnologias empregadas sejam por ele definidas e supervisionadas: I - fornecer projeto técnico de instalações e de obras complementares, em conformidade com as exigências da legislação ambiental, e supervisionar sua implantação;</p>

	conformidade com a legislação pertinente.	<p>II – auxiliar o integrado no planejamento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos potenciais impactos ambientais negativos e prestar apoio técnico na sua implementação;</p> <p>III – elaborar, em conjunto com o integrado, plano de descarte de embalagens de agroquímicos, desinfetantes e produtos veterinários, e supervisionar sua implementação;</p> <p>IV - fazer, em conjunto com o integrado, plano de manejo dos resíduos da atividade e supervisionar sua implementação;</p> <p>V – implantar programa de educação ambiental para os integrados e seus empregados, com enfoque nas atividades produtivas e seus reflexos no meio ambiente;</p>	produtor pelo atendimento à legislação sanitária afeta ao seu fornecimento.		<p>I - fornecer projeto técnico de instalações zootécnicas, das áreas de produção agrícola e das obras complementares, em conformidade com as exigências da legislação ambiental, e supervisionar sua implantação;</p> <p>II - auxiliar o integrado no planejamento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos potenciais impactos ambientais negativos e prestar apoio técnico na sua implementação;</p> <p>III - fazer, em conjunto com o integrado, plano de manejo de outros resíduos da atividade e a disposição final dos animais mortos e supervisionar sua implementação;</p>	<p>II - auxiliar o produtor integrado no planejamento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos potenciais impactos ambientais negativos e prestar-lhe assistência técnica na sua implementação;</p> <p>III - elaborar, em conjunto com o produtor integrado, plano de descarte de embalagens de agrotóxicos, desinfetantes e produtos veterinários e supervisionar sua implantação;</p> <p>IV - elaborar, em conjunto com o produtor integrado, plano de manejo de outros resíduos da atividade e de disposição final dos animais mortos e supervisionar sua implantação.</p>
		<p>Art. 11. Compete ao produtor integrado e à agroindústria integradora, concorrentemente, zelar pelo cumprimento da legislação fito e zoonosológica, planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, realizar o monitoramento da saúde animal e vegetal, executar ações emergenciais em caso de surto epidemiológico.</p> <p>Parágrafo único. Nas relações de integração em que os medicamentos utilizados sejam de responsabilidade da agroindústria integradora, o recolhimento e a destinação</p>			<p>Art. 10. Compete ao produtor integrado e à agroindústria integradora, concorrentemente, zelar pelo cumprimento da legislação fito e zoonosológica, planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, realizar o monitoramento da saúde animal e vegetal, executar ações emergenciais em caso de surto epidemiológico.</p>	<p>Art. 11. Compete ao produtor integrado e ao integrador, concorrentemente, zelar pelo cumprimento da legislação sanitária e planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, conforme regulamento estabelecido pelos órgãos competentes.</p> <p>Parágrafo único. Nos sistemas de integração em que os medicamentos veterinários utilizados sejam de propriedade do integrador, o recolhimento e a destinação final das embalagens de antibióticos ou de outros produtos antimicrobianos deverão ser por ele realizados.</p>

		final das embalagens de antibióticos ou de outros produtos antimicrobianos deverá ser realizada pela integradora.				
<p>Art. 3º São direitos dos produtores integrados, sem prejuízo de outros</p> <p>I – Remuneração não inferior aos custos despendidos, nestes incluídos a reposição dos meios de produção utilizados pelo produtor e o valor da força de trabalho própria, familiar ou contratada, empregada para levar a termo a etapa da produção contratada</p> <p>II - Seguros obrigatórios com prêmio pago pela agroindústria, que contratará a apólice:</p> <p>a. De vida</p> <p>b. De cobertura de prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior que afetem o resultado do empreendimento contratado</p>	<p>Art. 3º, § 3º A agroindústria contratará, vedado o repasse do custo do prêmio ao produtor rural integrado, apólice de seguro para cobertura de eventos que possam comprometer o resultado do empreendimento contratado.</p>		<p>Art. 38. O sistema de integração contará com seguro da produção, definindo o contrato os critérios de escolha da seguradora, a extensão da cobertura e a responsabilidade pelo pagamento do prêmio.</p>	<p>Art. 697. O sistema de integração pode contar com seguro da produção, definindo o contrato os critérios de escolha da seguradora, a extensão da cobertura e a responsabilidade pelo pagamento do prêmio.</p>		
<p>Contribuição previdenciária. Art. 4º</p> <p>A contribuição previdenciária devida pelos produtores rurais integrados, no que concerne à renda obtida das atividades</p>	<p>Art. 4º É de responsabilidade da agroindústria o recolhimento, nos prazos legais, da contribuição previdenciária que decorrer da renda gerada pelas atividades contratadas, bem</p>					

contratadas, será recolhida pela agroindústria que, ao final do contrato ou de cada período anual, entregará ao produtor rural integrado os respectivos comprovantes	como a entrega dos respectivos comprovantes ao produtor integrado.					
Pessoalidade. Art. 5º O contrato de integração não obriga a terceiros, ainda que membros da família do produtor rural integrado						
Art. 6º É vedado à agroindústria fazer recair sobre o produtor rural integrado, a qualquer título, ônus decorrente de alterações em prazos, tecnologia de produção, uso de insumos e demais aspectos técnicos, relativamente às atividades objeto do contrato.	Art. 3º, § 1º É nula de pleno direito cláusula contratual que transfira exclusivamente para o produtor rural integrado, a qualquer título, ônus decorrente de alterações em prazos, tecnologia de produção, uso de insumos e demais aspectos técnicos, relativamente às atividades objeto do contrato.					
	Art. 5º As partes contratantes, no limite de suas atribuições legais e contratuais, serão individualmente responsáveis pela observância da legislação em vigor, exceto nos casos em que o contrato de produção integrada determine que a responsabilidade seja conjunta e solidária.					
Art. 7º A responsabilidade do						

produtor integrado sobre o produto final da atividade mantém-se até o momento da comunicação feita à agroindústria da condição de finalização do processo produtivo, assumindo, esta, a partir daquele momento, a responsabilidade por quaisquer alterações que venham a ocorrer sobre o produto						
Art. 8º Serão de responsabilidade da agroindústria todos os custos de armazenagem decorrentes do processo de integração, relativamente ao produto final pronto, mesmo quando realizada na propriedade do produtor rural integrado	Art. 3º, § 2º Serão de responsabilidade da agroindústria todos os custos de armazenagem decorrentes do processo de integração, relativamente ao produto final, mesmo quando realizada na propriedade do produtor rural integrado.					
	<p>Preço. Art. 7º O valor básico da remuneração pelos serviços a serem prestados ou pelo produto a ser entregue será estabelecido previamente ao processo produtivo, mediante negociação entre as partes.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese de as condições de mercado, à época da entrega do produto, assim justificarem, poderá haver renegociação do preço final contratado, observadas as seguintes condições:</p>		Art. 36. Cada contratante é responsável pelo pagamento de suas obrigações perante terceiros, constituídas em decorrência da implantação do sistema de integração.			

	<p>I – no caso de proposta de redução do preço, cobertura, no mínimo, dos custos de produção incidentes sobre a atividade do produtor rural integrado;</p> <p>II – no caso de elevação do preço, divisão do valor excedente de forma a atender aos pressupostos de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e que leve em conta a rentabilidade dos produtos intermediários e finais no mercado;</p> <p>III – manifestação favorável dos sindicatos das categorias que representem as partes;</p> <p>IV – intermediação das negociações pela Comissão de Conciliação e Arbitragem a que se refere o art. 9º desta Lei.</p>		<p>contratante integrador, de obrigações perante terceiros, inclusive de natureza fiscal ou previdenciária, fixando os critérios de compensação.</p> <p>Art. 37. Se contratante integrador fornecer, direta ou indiretamente, crédito ou insumo ao produtor integrado, o contrato fixará os respectivos valores, prazos e condições.</p> <p>Parágrafo único. Os prazos serão contratados em função dos ciclos de produção.</p>			
	<p>Art. 8º É assegurado ao produtor rural integrado o direito de que a classificação do produto a ser entregue, ao final do empreendimento, seja realizada em sua propriedade.</p>		<p>Art. 41. O contratante terá o direito de fiscalizar a implantação do sistema de integração agroindustrial, inclusive mediante acesso ao estabelecimento ou à produção de titularidade de outro contratante.</p>	<p>Art. 699. O contratante integrador tem o direito de fiscalizar a implantação do sistema de integração agroindustrial, inclusive mediante acesso ao estabelecimento ou à produção de titularidade de contratante integrado.</p>		
						<p>Art. 13. Sobrevindo pedido de recuperação judicial ou decretação</p>

						da falência da integradora, poderá o produtor rural integrado: I - pleitear a restituição dos bens desenvolvidos até o valor de seu crédito; II - requerer a habilitação de seus créditos com privilégio especial sobre os bens desenvolvidos.
Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 45 dias.						
Art. 12. Esta lei entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação.	Art. 10. Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.	Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.			Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA

PRODUTOR

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 ID do Censor: _____
- 1.2 País: Brasil
- 1.3 Estado: _____
- 1.4 Cidade: _____
- 1.5 Nome do entrevistado: _____
- 1.6 Função do entrevistado: _____
- 1.7 Data da entrevista: ____ / ____ / ____
- 1.8 Tempo da entrevista: início ____:____ fim ____:____

2 CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR

2.1 Desde quando produz frango? _____

2.2 O produtor é associado a:

☐ 02 Cooperativa de produção de frango	☐ 08 Entidade de classe
☐ 04 Cooperativa de outros tipos de produtores	(sindicatos/associações)
☐ 06 Cooperativa de comercialização	☐ 10 Outro: _____
	☐ 12 Nenhum

2.3 Qual a condição legal do produtor?

☐ 01 Produtor individual	☐ 05 Sociedade empresária – nº de sócios: _____
☐ 03 Sociedade simples – nº de sócios: _____	☐ 07 Outra condição? _____

OBS: número de sócios considerando o entrevistado

3 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO

3.1 Qual o tamanho total da área? _____ unid. (alq/ha)

(incluindo terras destinadas a outras atividades agrícolas)

3.2 Quantas granjas existem para a produção de frangos? _____

3.3 Qual o tamanho e a capacidade das granjas?

3.4 Quais máquinas e equipamentos são utilizados na produção? Como foram adquiridos?

Ventilação forçada: ventiladores / exaustores

Resfriamento do ar (aspersão / pulverização / nebulização / cooling)

Aquecimento (campânula elétrica / campânula gás / lenha / resistência / cortinas / outro)

Comedouro (tubular / automático linear / automático prato / outro)

Bebedouro (pressão / pendular / nipple / calha / outro)

Painel de controle (pressão negativa; controle da temperatura, umidade, ventilação)

Gerador (fonte de energia?)

Outros

3.5 Quem é responsável pela limpeza e desinfecção das instalações e equipamentos?

☐ 02 Produtor

☐ 04 Produtor terceiriza

☐ 06 Agroindústria integradora

☐ 08 Agroindústria integradora terceiriza

☐ 10 Outro

3.6 Qual o percentual normal de mortalidade? _____

3.7 Houve mortalidade excessiva ou total? Quando? Qual motivo?

3.8 O que acontece em caso de mortalidade anormal?

4 CONTRATOS E NOVA LEI

4.1 Qual a sua opinião a respeito da utilização de contratos na relação entre produtores e agroindústrias?

4.2 Você considera que o sistema de contratos é uma opção à produção independente? Por quê?

4.3 Quais as principais vantagens dos contratos de integração?

4.4 Quais as principais desvantagens dos contratos de integração?

4.5 Com qual empresa integradora possui contrato? _____

4.6 Desde quando? _____

4.7 Desde que iniciou a produção de frango, teve contratos com outras empresas? Quais?

☐ Sim (4.4)

☐ Não (4.5)

Empresas:

4.8 Existe outro parceiro viável na região? Quais?

☐ Sim (4.4)

☐ Não (4.5)

Empresas:

4.9 No caso de contratos anteriores com outras empresas, quais foram os motivos levaram à mudança de parceiro? (Ex.: descumprimento contratual; falta de pagamento; má prestação de serviços; preço baixo; melhor proposta do novo parceiro; desgaste na relação; falência da integradora)

4.10 Como o produtor se sente em relação ao atual parceiro? Por quê?

☐ 01 Muito insatisfeito	☐ 04 Satisfeito
☐ 02 Insatisfeito	☐ 05 Muito satisfeito
☐ 03 Única opção	

4.11 Quais produtos e/ou serviços são prestados pela empresa integradora?

☐ 02 Crédito para construção	☐ 14 Veterinário
☐ 04 Crédito para produção	☐ 16 Transporte venda
☐ 06 Crédito para equipamentos	☐ 18 Outros insumos. Quais?
☐ 08 Pintinhos	☐ 20 Outras assistências. Quais?
☐ 10 Ração	☐ 22 Outros
☐ 12 Medicamentos	

4.12 Quais produtos e/ou serviços ficam sob a responsabilidade do produtor?

☐ 02 Mão de obra	☐ 08 Gestão ambiental da produção
☐ 04 Instalações	☐ 10 Outros
☐ 06 Água e energia	

4.13 Como são elaboradas as cláusulas que compõe o contrato de integração? Há participação de ambas as partes ou são impostas pelas agroindústrias integradoras?

4.14 Como são negociados os seguintes parâmetros:

- Técnicos (índices de produção, definição de metas de produtividade, critérios de qualidade)
- Econômicos (forma de remuneração, formação do preço de referência, índices de correção)
- Gestão do Risco (fundo de catástrofe sanitária/ambiental/mercadológica; seguro das instalações e animais, garantia de renda, prazos, forma de saída do contrato)
- Equilíbrio distributivo (renegociação de parâmetros econômicos, divisão de custos agregados no sistema em virtudes de mudanças, alterações tecnológica que aumentam ou reduzem custos)

4.15 Qual o seu grau de satisfação em relação aos produtos e/ou serviços prestados pela empresa integradora?

☐ 01 Muito insatisfeito	☐ 04 Satisfeito
☐ 02 Insatisfeito	☐ 05 Muito satisfeito
☐ 03 Indiferente	

4.16 Houve mudanças no contrato no último ano?

- ☐ Sim ☐ Não

Quais mudanças:

Motivo:

4.17 O produtor sabe da existência da Lei n. 13.288/2016, que passou a regulamentar o contrato de integração vertical?

- ☐ Sim ☐ Não

4.18 Como ficou sabendo? _____

4.19 Houve informação por parte da empresa integradora?

☐ Sim ☐ Não Meio: _____

4.20 Houve eventos para divulgação e informação da nova lei realizado por associações e/ou sindicatos?

☐ Sim ☐ Não Meio: _____

4.21 O produtor participou de algum evento para divulgação e informação da nova lei?

☐ Sim ☐ Não O que foi discutido?

4.22 Você acredita que essa legislação específica irá contribuir para o sistema de integração e para os atores envolvidos? De que forma?

☐ Sim ☐ Não Forma:

5 SOLUÇÃO DE CONFLITOS

5.1 Quais os principais problemas/conflitos contratuais ocorreram nos últimos 10 anos?

☐ 01 Pagamento	☐ 06 Mortalidade
☐ 02 Rompimento contratual	☐ 07 Energia elétrica
☐ 03 Atraso na entrega de insumos	☐ 08 Outros – Quais?
☐ 04 Qualidade dos insumos	
☐ 05 Prestação de serviços	

5.2 Como esses problemas/conflitos foram resolvidos?

☐ 01 Judicialmente	☐ 03 Meios alternativos – qual: (mediação;
☐ 02 Diretamente com a empresa	conciliação; arbitragem; outro

5.3 Qual o seu grau de satisfação em relação à solução dos problemas/conflitos?

☐ 01 Muito insatisfeito	☐ 04 Satisfeito
☐ 02 Insatisfeito	☐ 05 Muito satisfeito
☐ 03 Indiferente	

5.4 A relação com a empresa mudou após a ocorrência desses problemas? De que modo?

☐ Sim ☐ Não Como mudou:

5.5 Você buscou o judiciário em algum momento para resolver problemas contratuais?

☐ Sim ☐ Não (5.9)

5.6 Se sim, teve a pretensão atendida?

☐ Sim ☐ Não

5.7 Qual o seu grau de satisfação com a atuação do Poder Judiciário na resolução do conflito?

☐ 01 Muito insatisfeito	☐ 04 Satisfeito
☐ 02 Insatisfeito	☐ 05 Muito satisfeito
☐ 03 Indiferente	

5.8 Você voltaria a buscar o Poder Judiciário para resolver os conflitos? Por quais motivos?

☐ Sim

☐ Não

Motivos:

5.9 Se não buscou o Poder Judiciário, quais foram os motivos principais?

	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Risco de perder o parceiro						Distância do fórum					
Custo											
Tempo para resolução											
Descrença no PJ											

(1) Discordo totalmente

(3) Indiferente

(5) Concordo totalmente

(2) Discordo parcialmente

(4) Concordo parcialmente

5.10 Existia algum órgão de solução alternativa de conflitos do qual participavam empresa integradora e produtores ou outro órgão independente?

Ex.: Câmara de conciliação, mediação, arbitragem.

☐ Sim

☐ Não

☐ Independente – qual: _____

5.11 Você tem ciência sobre a criação de uma Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração – CADEC, para a sua região?

☐ Sim

☐ Não

5.12 Você participou de debates/eleição para sua criação? Quem realizou?

☐ Sim

☐ Não

Onde:

5.13 A CADEC terá como um de seus objetivos a solução, mediante acordo, de litígios entre produtores e integradora, e será formada por representantes de produtores, da agroindústria integradora e de entidades representativas. Você utilizaria a CADEC para a solução de litígios?

☐ Sim

☐ Não

5.14 Por quais motivos?

	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
CADEC será imparcial						Participação da empresa não será um problema					
Empresa determinará a decisão						Não tem posicionamento					

(1) Discordo totalmente

(5) Concordo totalmente

(2) Discordo parcialmente

(3) Indiferente

(4) Concordo parcialmente

6 ENERGIA

6.1 Você teve que pagar pela instalação da rede elétrica atual?

☐ Sim ☐ Não Ano: _____

6.2 Há problemas na voltagem elétrica recebida pela propriedade (como oscilação)?

☐ Sim ☐ Não

6.3 Com que frequência ocorre interrupções do fornecimento de energia?

- 02 Não havia rede elétrica
☐ 04 Nunca
☐ 06 Algumas vezes ao ano
☐ 08 Mensalmente
☐ 10 Algumas vezes ao mês
☐ 12 Semanalmente
☐ 14 Muitas vezes por semana: _____ vezes

6.4 Como foi a evolução desse problema ao longo dos anos? Piorou ou melhorou?

6.5 A propriedade tem gerador?

☐ Sim ☐ Não

6.5.1 Quando foi adquirido? _____

6.5.2 Qual o motivo da compra?

- ☐ 02 Vontade própria ☐ 06 Imposição da integradora
☐ 04 Problema anterior ☐ 08 Outra _____

6.5.3 Qual a frequência de uso? ☐ 02 Todo dia

- ☐ 04 Toda semana ☐ 10 Não era utilizado
☐ 06 Todo mês ☐ 12 Outra _____
☐ 08 Algumas vezes ao ano

6.6 A propriedade possui para-raios?

☐ Sim ☐ Não

6.7 Como foram resolvidos os problemas relacionados com a falta de energia e/ou raios?

7 SEGURO RURAL

7.1 Você adquiriu um seguro rural para a produção de frango?

☐ Sim (7.3) ☐ Não (7.2) Ano: _____

7.2 Se não adquiriu, qual foi a principal razão?

- ☐ 02 Você não sabia que existia

- ☐ 04 Você não precisava
- ☐ 06 Você queria adquirir, mas não sabia como
- ☐ 08 Você queria adquirir, mas nenhuma companhia seguradora fornecia o seguro que você queria
- ☐ 10 Prêmios eram muito altos
- ☐ 12 A proporção da indenização era muito baixa
- ☐ 14 Você não queria adquirir, pois ninguém ao seu redor adquiria seguro rural
- ☐ 16 Desconfiança nas companhias seguradoras
- ☐ 18 Outra

7.3 Em caso de ter adquirido:

7.3.1 Teve participação da agroindústria integradora? ☐ Sim ☐ Não

7.3.2 Qual companhia seguradora (Est/Priv)? _____

7.3.3 Desde qual ano? _____

7.3.4 Como ficou sabendo? _____

7.3.5 Foi utilizado? _____

7.3.6 Qual o motivo do uso? _____

7.3.7 Como foi a experiência de uso?

- ☐ 01 Muito insatisfeito
- ☐ 02 Insatisfeito
- ☐ 03 Indiferente
- ☐ 04 Satisfeito
- ☐ 05 Muito satisfeito

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **Impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração no Brasil: o caso do setor avícola**, desenvolvida no Programa de Pós – Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, área de concentração Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

A JUSTIFICATIVA OS OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS. O motivo que nos leva a estudar o tema é a recente criação de uma lei que regulamenta o contrato de integração. Assim, a pesquisa se justifica pela importância do contrato para o desenvolvimento agrário nacional. O objetivo desse projeto é analisar quais são os impactos jurídicos da tipificação do contrato de integração para o setor avícola brasileiro. Os procedimentos de coleta de dados serão da seguinte forma: realização de entrevista e aplicação de questionário, requisitados aos participantes apenas no presente momento.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você, se houver interesse. Seu nome ou material que indique a sua participação não serão divulgados. Você não será identificado(a) em nenhum momento da pesquisa, incluindo publicações resultantes deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada e outra será fornecida a você.

Em caso de dúvidas, poderá chamar o estudante Bruno Baltieri Dario, ou professora Orientadora Flavia Trentini, no telefone _____, ou no e-mail _____.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

ANEXO A – CONTRATO BRF

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRODUÇÃO INTEGRADA EM TERMINAÇÃO DE FRANGOS DE CORTE

INTEGRADORA: BRF S.A., atual denominação social de PERDIGÃO S.A. e de BRF –BRASIL FOODS S.A. sucessora por incorporação de PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S.A. e de SADIA S.A., com sede na Rua Jorge Tzachel n 475, Bairro Fazenda, na cidade de Itajaí (SC), com filial na Rua XV de Novembro, nº 100, Centro, na cidade de Videira (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 01.838.723/0224-49, neste ato, representada legalmente e doravante denominada, simplesmente, “BRF”.

INTEGRADO(S): _____, residente(s) e domiciliado(s) na _____, na cidade de _____, inscrito(s) no CPF nº(s) _____, e carteira de identidade nº(s) _____, e,

GRANJA: _____ localizada _____ com área disponível para alojamento de aves de _____ m² de área útil, situada no Imóvel com _____ hectares, matriculado sob o nº _____ do Cartório de Registro de Imóvel de _____ com cadastro no INCRA sob o n. _____

As partes acima qualificadas (assim consideradas em conjunto BFR e INTEGRADO(S) têm entre si, na propriedade rural (“Granja”) acima destacada, justo e contratado, que mutuamente aceitam e outorgam a saber:

1. Considerações Preliminares

1.1. A BRF, entre outras atividades, se dedica às atividades de abate e à comercialização de frangos de corte e pretende utilizar-se dos frangos terminados pelo(s) INTEGRADO(S) como matéria-prima em sua indústria, ou mesmo comercializar tais produtos “in natura”;

1.2. O(s) INTEGRADO(S) é(são) proprietário(s) e/ou possuidor(es) exclusivo(s) da Granja acima destacada, livre de quaisquer ônus, limitações ou restrições;

1.3. O(s) INTEGRADO(S) possui(m) todas as condições necessárias e suficientes para se dedicar à terminação de frangos destinados ao abate, pretendendo fazê-lo nos termos e segundo as condições estabelecidas neste Contrato;

1.4. As Partes têm interesse em formar uma parceria integrada para a terminação de frangos de corte, no exato termo ora contratados, em relação aos quais ambas declaram estar cientes e de acordo, de forma irrevogável e irretratável.

Nestas condições, as Partes firmam o presente “**Contrato de Produção Integrada em Terminação de Frangos de Corte**” (“**Contrato**”), que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, sendo certo que, para os efeitos deste contrato as expressões abaixo mencionadas têm o seguinte significado:

- a) **Apanha:** Ato de apanhar os frangos de corte vivos na Granja, bem como seu carregamento em veículos e condições apropriadas ao transporte até o local de abate;
- b) **Esquipe técnica da BRF:** Grupo de profissionais indicados pela BRF para a prestação da assistência técnica ao(s) INTEGRADO(S), na terminação;
- c) **Frangos descartados:** Frangos que não apresentam condições de terminação, por problemas físicos e/ou sanitários e que são eliminados previamente ao abate, geralmente na própria granja;

- d) Frangos terminados: Frangos retirados da Granja e encaminhados para abate;
- e) Granja: Conjunto de instalações, equipamentos e benfeitorias destinadas ao processo de alojamento e terminação do plantel, objeto deste contrato;
- f) Imóvel: Área de terras rurais de propriedade e/ou posse do(s) INTEGRADO(S), onde está localizada a “Granja” destinada ao processo de produção avícola integrada, descrita na matrícula imobiliária, acima mencionada;
- g) Insumos: Ração, vacinas, medicamentos, desinfetantes e todo produto usado na terminação dos frangos até a saída para o abate;
- h) Lotes: frangos de corte alojados com a mesma idade, desenvolvidos numa mesma instalação;
- i) Pinto(s) de um dia: frango macho ou fêmea com 01 (um) dia de idade;
- j) Plantel: Todas as aves (pintos ou frangos), terminados ou não, destinados ao objeto deste contrato, existentes na Granja de propriedade e/ou posse do(s) INTEGRADO(S), descrita no preâmbulo;
- l) Preposto: Representante legal das partes;
- m) Terminação: Conjunto de procedimentos de responsabilidade do(s) INTEGRADO(S) relacionados com a criação e o desenvolvimento de frangos, em Granja de sua propriedade, até que atinjam as condições ideais para abate estabelecidas pela BRF, tais como, exemplificadamente: peso, sanidade, etc.

2. Objeto do Contrato

2.1. Constitui objeto deste Contrato a criação e engorda até a terminação pelo(s) INTEGRADO(S), dos “pintos de um dia”, machos ou fêmeas que serão fornecidos pela BRF, na quantidade adequada para obtenção de eficiência no processo produtivo, considerando a área, instalações e equipamentos disponibilizado(s) pelo(s) INTEGRADO(S) para a criação e terminação. Nesse contexto, a BRF compromete-se a remeter ao(s) INTEGRADO(S), na Granja de propriedade e/ou posse destes, descrita no preâmbulo, lotes de “pintos de um dia” com peso, linhagem e tipos variáveis, definindo pela BRF, além dos insumos, compatíveis com o padrão e/ou capacidade da Granja e, o(s) INTEGRADO(S) compromete(m)-se a promover a terminação dos frangos, de modo que, ultimada esta fase e respeitadas às demais avenças ora contratadas, a parte que couber dos referidos frangos terminados à BRF retornem a esta para o respectivo abate, bem como a parte cabível ao(s) INTEGRADO(S), nos termos da Cláusula 3.1., “a”, infra.

2.2. Efetuada a entrega de um determinado lote de frangos terminados pelo(s) INTEGRADO(S), obrigar-se-á a BRF, no prazo máximo de 26 (vinte e seis) dias, a entregar um novo lote de “pintos de um dia” e os correspondentes insumos necessários e de sua responsabilidade. Esse prazo de 26 (vinte e seis) dias, no entanto, poderá ser dilatado ou antecipado, sem que acarrete quaisquer ônus à BRF, e a própria quantidade de “pintos de um dia” alojados poderá variar, dependendo em cada caso de ajuste prévio entre as Partes e/ou determinado pelas variáveis verificadas em função de diversos fatores, observando-se um ou mais de um dos seguintes critérios ou circunstâncias:

- a) Dimensões e condições das instalações e equipamentos disponíveis na Granja;
- b) Por restrições ou ocorrências de problemas de natureza ambiental e/ou sanitária detectados na Granja do(s) INTEGRADO(S) pela equipe técnica da BRF e/ou autoridades públicas;
- c) Em virtude de procedimentos adotados pelo(s) INTEGRADO(S) não condizentes com a boa técnica de manejo, capazes de propiciar resultados na terminação aquém do desejável;
- d) Devido a não realização, pelo(s) INTEGRADO(S), de manutenção e/ou investimentos necessários e/ou orientados pela BRF na Granja do(s) INTEGRADO(S), que possam de qualquer forma por em risco a saúde e segurança do plantel de animais e/ou pessoas, bem como, possam afetar os resultados técnicos e econômicos do lote;

- e) Caso fortuito ou força maior (sem culpa das partes), inclusive quando possam implicar em restrições de mercado e, que produzam como consequência, a necessidade de redução da produção, observando o previsto no item 2.2, acima;
- f) Problemas que dificultem o acesso a Granja, tais como falta de manutenção em estradas;
- g) A Granja não esteja devidamente preparada para receber o novo alojamento de “frangos de um dia”, conforme orientações técnicas da BRF de prévio conhecimento por escrito do(s) INTEGRADO(S);
- h) Em casos de ocorrências de sinistro na Granja. Neste caso, o(s) INTEGRADO(S), compromete(m)-se a comunicar a ocorrência à BRF, no prazo de 3 (três) horas, seguindo as orientações fornecidas pela BRF, à respeito.

3. Destinação dos frangos e demais Insumos

3.1. Como condições essenciais e verdadeiros pressupostos deste Contrato:

- a) O(s) INTEGRADO(S) desde já manifestam o seu interesse de vender para BRF a parte dos frangos terminados que lhe couber me razão do presente Contrato, observadas as condições estipuladas na cláusula 7, abaixo e respectivo ANEXO;
- b) Concordam as Partes com o sacrifício dos frangos alojados, a critério das autoridades públicas e/ou da BRF caso ocorram restrições sanitárias, de biossegurança, de biosseguridade, ou outras que venham por em risco a atividade ou saúde humana, cabendo, nestes casos a cada uma das Partes as providências e os ônus com tal evento, conforme as orientações das autoridades públicas e/ou da equipe técnica da BRF;
- c) O(s) INTEGRADO(S) comprometem-se a destinar os frangos e dos demais insumos a eles fornecidos pela BRF, única e exclusivamente ao propósito deste contrato, sendo-lhes vedado, por conseguinte, vende-los, cedê-los a terceiros ou dar-lhes qualquer outra destinação. Declaram ainda, o(s) INTEGRADO(S), que autorizam a BRF, ao final do contrato, a retirar qualquer sobra de ração, medicamentos, vacinas e demais insumos fornecidos pela mesma, bem como, que seguirão as orientações técnicas da BRF para dar o devido destino aos mesmos;
- d) Comprometem-se o(s) INTEGRADO(S) a utilizarem na condução da criação de frangos exclusivamente as rações, vacinas, medicamentos e demais insumos fornecidos pela BRF, detalhados na cláusula 5.1, infra, conforme orientações e prescrições da equipe técnica da BRF;
- e) Comprometem-se o(s) INTEGRADO(S) a não utilizar/aplicar aos frangos, objeto do presente, insumos ou qualquer tipo de substância que não tenham sido fornecidas ou prescritas pela equipe técnicas da BRF. Outrossim, observar o prazo de carência de medicamentos e insumos conforme orientações dadas pela equipe técnica da BRF.

3.2. Nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, o(s) INTEGRADO(S) assume(m) as obrigações de fiéis depositários em relação aos lotes de pintos de um dia, frangos terminados ou não, insumos e quaisquer outros produtos fornecidos pela BRF em razão da presente parceria, uma vez que sabedor(es) de que estas aves e insumos são de propriedade da BRF e cuja nota fiscal de cada remessa será parte integrantes deste Contrato. Obriga(m)-se ainda o(s) INTEGRADO(S) a não venderem o plantel e respectivos insumos, objeto da produção integrada, para terceiros, tampouco onerá-los com penhor ou alienação fiduciária, dar em pagamento ou qualquer outro tipo de alienação ou operação, senão em favor da BRF. Além disso, o(s) INTEGRADO(S) compromete(m)-se em zelar e cuidar dos insumos e do plantel para que lhe forem entregues para engorda, até que os mesmos atinjam o peso programado para devolução, responsabilizando-se pelos mesmos, até a efetiva restituição e entrega à BRF.

3.3. É facultado ao(s) INTEGRADO(S), utilizar para consumo próprio, no máximo, a quantia de 20 (vinte) frangos da sua cota parte em cada lote de frangos alojados. Neste caso, a quantidade de frangos será informada previamente à BRF, registrando-se os eventos em ficha própria fornecida pela BRF, Será de responsabilidade do(s) INTEGRADO(S) a observância de todas as condições e procedimentos necessários ao abate dos frangos consumidos, inclusive no que diz respeito às condições de biossegurança (segurança das pessoas), biosseguridade (segurança dos animais), segurança alimentar, ambiental e sanitária.

4. Vigência do Contrato e dos Prazos de Terminação

4.1. O presente Contrato tem início na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das Partes, sem que lhe acarrete qualquer ônus, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) lote, sob pena de indenização no valor correspondente a quota-parte do(s) INTEGRADO(S) de 1 (um) lote, calculados a partir da média dos valores obtidos pelo(s) INTEGRADO(S), a título de quota-parte nos últimos 3 (três) lotes entregues à BRF.

4.2. A atividade de terminação, a cargo do(s) INTEGRADO(S), se encerra quando os frangos alojados em sua Granja atingirem condições de abate e forem entregues a BRF.

5. OBRIGAÇÕES DA BRF

São obrigações da BRF, além das demais obrigações previstas neste Contrato e na lei e ele aplicável:

5.1. Arcar com as despesas no atendimento de suas obrigações, ou seja, àquelas relacionadas à(ao): (a) aquisição e fornecimento dos “pintos de um dia” a serem alojados; (b) fornecimento de ração; (c) fornecimento de vacinas, medicamentos, raticidas, inseticidas e insumos para desinfecção sanitária das granjas e ou reembolso do valor referente a compra de insumos para tratamento da cama aviária adquirida pelo INTEGRADO (cotação no mercado local), sujeita à comprovação e desde que prescritos, por escrito, pelo profissional técnico da BRF; (d) apanha e carregamento dos frangos terminados para o abate; (f) apoio laboratorial e assistência técnica necessárias para o desenvolvimento da produção dos frangos; e (g) tributos e taxas incidentes sobre os “pintos de um dia”, frangos para o abate (quota-parte da BRF), insumos e despesas de responsabilidade da BRF.

5.2. Encaminhar ao(s) INTEGRADO(S) os animais e insumos de sua responsabilidade, em conformidade à legislação ambiental, sanitária, biossegurança, biosseguridade, fiscal, bem estar animal, qualidade e/ou outras exigências de mercado que eventualmente foram de seu interesse, cabendo ao(s) INTEGRADO(S) recusarem o recebimento, daqueles que se apresentarem em desconformidade com os respectivos requisitos. A BRF se compromete a informar as condições de desenvolvimento sanitário do lote de origem, mediante solicitação do(s) INTEGRADO(S).

5.3. Observar, quando das orientações técnicas e de acesso à Granja por seus prepostos, bem como quando transportar, manter e abater o plantel, a legislação ambiental, sanitária e de bem estar animal, e/ou outras exigências de mercado que eventualmente forem de seu interesse.

5.4. Informar ao(s) INTEGRADO(S), com antecedência mínima de 24hs, através de emissoras de rádio, telefone, e-mail, por seus técnicos ou qualquer outro meio, a data e a hora aproximada para o alojamento dos “pintos de um dia” e retirada dos frangos de sua propriedade;

5.5. Realizar a pesagem dos frangos vivos, no abatedouro, facultando ao(s) INTEGRADO(S) o acompanhamento dos procedimentos de pesagem e recebimento dos lotes entregues, Para efeito deste dispositivo, o(s)

INTEGRADO(S) deverá(ão) manifestar com antecedência esta vontade, atendendo as condições sanitárias exigidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela BRF.

5.6. Receber a parte de frangos terminados que lhe couber na presente produção integrada;

5.7. Adquirir a parte cabível do(s) INTEGRADO(S), pagando-a até o 15º (décimo quinto) dia após a entrega do respectivo lote, através de depósito em conta corrente no estabelecimento bancário a ser indicado pelo(s) INTEGRADO(S), cujo comprovante de depósito as partes reconhecem para todos os fins de direito como prova de recebimento. Em não havendo impugnação escrita do valor depositado, no prazo de 3 (três) dias a contar do depósito bancário, entender-se-á como quitada a partilha e a compra e venda realizada entre as partes relativas ao respectivo lote;

5.8. Efetuar os ajustes na fórmula de calcular os resultados da produção integrada (coeficientes), sempre que se fizer necessário, dada a evolução na produtividade dos frangos em função dos avanços genéticos e nutricionais incorporados ao setor, ou quando houver eventuais mudanças no padrão dos frangos em função da demanda do mercado, de forma a manter o equilíbrio econômico entre as Partes. Quando se fizer necessário, esses ajustes serão previamente negociados com a Comissão de Conciliação da Integração local (itens 7.3 e 9.12), inclusive com respeito ao prazo de vigência das respectivas definições;

5.9. Disponibilizar ao(s) INTEGRADO(S), sempre que estes solicitarem, todos os parâmetros relacionados ao cálculo dos resultados auferidos pelas partes decorrentes deste contrato e ajustados pela Comissão de Conciliação da Integração;

5.10. Elaborar e disponibilizar ao(s) INTEGRADO(S) até a data do acerto financeiro de cada lote, informe, contendo, no mínimo, dados sobre a quantidade de ração fornecida pela BRF, quantidade de ração consumida pelo lote, indicadores zootécnicos, quantidades produzidas, índices de produtividade e o preço base do frango terminado usado nos cálculos dos resultados financeiros, bem como os valores pagos relativos ao objeto da integração;

5.11. Disponibilizar, para que o(s) INTEGRADO(S) possa(m) fazer a respectiva retirada, em locais e horários pré-determinados, as vacinas, medicamentos, raticidas e inseticidas e demais insumos para desinfecção sanitária, orientada/prescritas pela equipe técnica da BRF;

5.12. Realizar, sempre que julgar necessária, a coleta de amostras dos lotes de frangos entregues, bem como da água e outros insumos, materiais ou substâncias utilizadas na terminação dos frangos, e submetê-las a qualquer tipo de análise laboratorial. Fica facultado ao(s) INTEGRADO(S) o acompanhamento da(s) coleta(s) da(s) amostra(s) que a BRF julgar por bem realizar com acesso aos respectivos resultados. Em sendo de seu interesse estas providências, o(s) INTEGRADO(S), poderá(ão) fazê-las por conta e risco, mediante prévio e exposto conhecimento da BRF.

5.13. Receber e analisar relato de eventuais anomalias ocorridas no lote, apontadas pelo(s) INTEGRADO(S) e ou pela BRF até a entrega dos frangos para abate e, em comunhão de esforços com os mesmos, definir o melhor tratamento aos casos, para a manutenção do equilíbrio econômico da produção integrada.

5.14. Observar, tomando as providências cabíveis (complemento ou desconto/compensação do lote) quando do acerto do lote, eventuais anomalias relacionadas à produção, apontada(s) pelo(s) INTEGRADO(S) e ou pela BRF, como por exemplo, sanidade dos “pintos de um dia” entregues para recria, rações, manejo, qualidade técnica, etc.;

5.15. Investir em conhecimento de processos de inovações de forma a otimizar os custos e melhorar a produtividade da cadeia produtiva, repassando-as ao(s) INTEGRADO(S), sempre que possível, respeitando, inclusive, o disposto na Cláusula 5., que trata das responsabilidades pelas despesas entre as partes, quando da eventual implementação destas melhorias.

5.16. Manter estreito relacionamento com entidades públicas e privadas com fins de manutenção e abertura de novos mercados.

5.17. Disponibilizar, sempre que necessário, ao(s) INTEGRADO(S), apoio laboratorial e assistência técnica necessárias para o desenvolvimento da produção dos frangos, objeto este contrato.

6. Obrigações do(s) Integrado(s)

São obrigações do(s) INTEGRADO(S), além das demais obrigações previstas neste Contrato e na lei a ele aplicável:

6.1 Arcar com as despesas no atendimento de suas obrigações, ou seja, àquelas:

a) relativas às instalações e equipamentos da Granja, e respectiva manutenção, de forma a assegurar perfeitas condições técnicas de higiene, de salubridade e de segurança necessárias e suficientes à adequada acomodação do plantel, bem como de seguro sobre as instalações e equipamentos;

b) relativas à mão de obra, incluindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, tributários, capacitação, equipamentos e utensílios de segurança preventiva (EPIs), sendo-lhes vedado, por conseguinte, exemplificativamente, usar mão de obra de pessoas com idade inferior a 18 anos, em condições degradantes ou análogas a escravo ou sem observância às normas de medicina e segurança do trabalho, sob pena de rescisão imediata do presente Contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial;

c) relativas à energia elétrica, água de boa qualidade, tratada e protegida, herbicidas, fonte de aquecimento, material para a formação da cama (maravalha, serragem e outros), licenciamento ambiental e sanitário; operações de compostagem das aves mortas, descarga dos “pintos de um dia”, rações e demais insumos necessários à criação e terminação dos frangos; retirada das vacinas, medicamentos, raticidas e inseticidas e demais insumos para desinfecção sanitária, no local disponibilizado pela BRF; por fim, tributos e taxas incidentes sobre o imóvel (“Granja”) descrito e destacado no preâmbulo, bem como sobre sua quota parte e frangos para abate, insumos e despesas de sua responsabilidade;

6.2. Conduzir a terminação dos frangos de acordo com as orientações técnicas e recomendações fornecidas pela BRF.

6.3. Fornecer ao processo de terminação dos “pintos de um dia” alojados todos os insumos de sua responsabilidade, de acordo com orientações e prescrições da equipe técnica da BRF.

6.4. Realizar a conferência no momento do recebimento, dos “pintos de um dia”, das rações, medicamentos, vacinas e demais insumos fornecidos pela BRF, comunicando-lhe imediatamente qualquer anormalidade encontrada, sendo obrigatória a presença do(s) INTEGRADO(S) ou seu preposto no momento em que os animais e insumos forem entregues pela BRF. Não havendo imediata comunicação de anormalidade, será considerado como correta a entrega dos animais e insumos fornecidos pela BRF, descritos nas respectivas Notas Fiscais. Caso as anormalidades forem constatadas antes da operação de descarregamento, o(s) INTEGRADO(S) deverá(ão)

manter contato imediato com a BRF, para fins de comunicação e orientações dos procedimentos que se fizerem necessários.

6.5. Garantir condições segura de tráfego nas vias de acesso à Granja, de forma a permitir a permanente realização do transporte dos “pintos de um dia”, rações, medicamentos, vacinas e demais insumos e frangos para o abate.

6.6. Utilizar e preencher a ficha de acompanhamento do lote fornecida pela BRF, anotando elementos quantitativos, à identificação dos locais de alojamento, desenvolvimento do plantel, consumo das rações e de medicamentos, mortalidade, e outros eventos relevantes e/ou solicitados pela BRF ocorridos ao longo do tempo da terminação. Anotações finais do lote serão feitas em conjunto com o chefe do carregamento ou motorista do último caminhão transportador do lote entregue, responsabilizando-se por eventuais diferenças.

6.7. Permitir à BRF, através de seus prepostos, a qualquer momento, livre avesso nas dependências da Granja, para fins de inspecionar e acompanhar a terminação dos frangos.

6.8. Comunicar imediatamente a BRF, qualquer anormalidade que porventura venha a se verificar na Granja, nas suas instalações, no seu funcionamento, nas suas benfeitorias e acessos ou, ainda, nos frangos de corte objeto deste Contrato, especialmente de mortalidade de frangos, para que a BRF possa, em tempo hábil, verificar a causa e/ou tomar providências técnicas possíveis e necessárias, devendo o(s) INTEGRADO(S) seguir(em) as orientações fornecidas pela BRF, a respeito, bem como comunicar a BRF, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, eventuais alterações necessárias na programação da ração.

6.9. Permitir e facilitar a BRF o cumprimento das providências necessárias previstas no item 5.12, acima.

6.10. Atender a legislação ambiental, em especial no que tange a preservação da Amazônia, quando for o caso, a adequada destinação dos frangos mortos, dos dejetos, embalagens e equipamentos descartáveis de vacinas, medicamentos, desinfetantes, agro-químicos, bem como de quaisquer outros resíduos decorrentes do processo produtivo, assegurando vigência das respectivas licenças, e comprovando respectiva regularidade legal, quando solicitado.

6.11. Alojjar e manter na “Granja”, exclusivamente, o plantel fornecido pela BRF, objeto do presente contrato, e também a cumprir as orientações técnicas fornecidas pelas autoridades públicas e/ou BRF, referentes à manutenção de outros animais no imóvel de sua propriedade e/ou posse, onde está alojado o referido plantel, especialmente aqueles que apresentem risco a sanidade ou qualidade do plantel, bem como observar as normas de biossegurança, de biossegurança, bem estar animal e sanitárias estabelecidas pela legislação e pela BRF, responsabilizando-se pela sua comprovação no âmbito municipal, estadual e federal, de acordo com as exigências governamentais, tais como, sem se limitar a:

a) não permitir o acesso às instalações e área de biossegurança por terceiros, sem prévia autorização por escrito da BRF, e quando autorizado, cumprir com as condições por ela orientadas;

b) adequar e manter a propriedade, as instalações e os equipamentos em bom estado de conservação, de forma a evitar acidentes com as pessoas, plantel e insumos, bem como limpas, lavadas, desinfetadas e em permanentes condição de uso, de acordo com as recomendações técnicas ditadas pelas autoridades ambientais, sanitárias, bem como parte da BRF;

c) responsabilizar-se pela segurança e saúde das pessoas em razão das atividades desenvolvidas na Granja, cumprindo e fazendo cumprir todas as normas de saúde ocupacional e de biossegurança estabelecida pela

Legislação, como por exemplo, mas não limitadas a estas, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);

d) efetuar a higienização da Granja, controle de insetos e roedores conforme orientações técnicas fornecidas pela equipe técnica da BRF, utilizando para tanto, exclusivamente, os desinfetantes, raticidas e inseticidas fornecidos pela BRF.

6.12. Retornar à BRF a quantidade de frangos terminados cabíveis a ela, bem como a que lhe(s) couber ao(s) INTEGRADO(S), que, juntas, deverão corresponder à quantidade recebida de “pintos de um dia”, ressalvadas apenas e tão somente, as eventuais faltas por mortalidade, consumo próprio e aqueles descartados por autorização da equipe técnica da BRF, devidamente lançados nos controles a que se refere o item 6.6. acima, desde que tais diferenças sejam aceitas pela BRF. O(s) INTEGRADO(S) deverá(ão) realizar ainda, até 2 (dois) dias úteis que antecede a entrega de cada lote, a conferência prévia dos frangos e mortalidades, informando à BRF o número aproximado de animais do plantel a ser entregue;

6.13. Entregar o plantel à BRF ou a quem ela expressamente indicar, mediante autorização expressa e documentação fiscal específica (GTA, Boletim Sanitário, Nota Fiscal de Produtor, entre outros). O(s) INTEGRADO(S) deve(m) observar para que toda saída de animais esteja acompanhada de nota fiscal do produtor e da ordem de carregamento, que deverá consignar a data e hora da saída, as quantidades e o aspecto físico geral dos animais, entre outras informações, respondendo pelas mesmas. Além disso, quando da retirada dos frangos da Granja, obriga(m)-se o(s) INTEGRADO(S):

a) estar presente ou representado por preposto no momento em que os frangos serão carregados e entregues a BRF;

b) deixar a Granja preparada para a retirada dos frangos, antes da chegada do caminhão e equipe de carregamento, tudo de acordo com as instruções da equipe técnica da BRF;

c) manter em jejum os frangos que serão retirados, pelo tempo determinado pela BRF e conforme as normas de fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

d) disponibilizar as instalações e equipamentos (embarcadouro/encarretador) necessários para o carregamento dos frangos, de acordo com as recomendações técnicas e instruções da BRF, inclusive fornece energia elétrica e iluminação adequada no local, local adequado para procedimentos pessoais das equipes e apanha (toaletes e local para refeição), água e estrutura adequada para molhar os frangos, responsabilizando-se pela operação de molhá-los por ocasião do carregamento, quando assim se fizer necessário ao bem estar do plantel;

e) cumprir as exigências técnicas quanto aos modos preventivos e lesões dos frangos, garantindo o bem-estar e o conforto dos mesmos, e por consequência, a qualidade do produto no abatedouro;

f) conferir o número de frangos carregados a cada veículo, conforme quantidade especificada em cada Guia de Transporte de Animais (GTA) e respectivos documentos fiscais, que acompanham a carga. Eventuais sobras de animais deverão permanecer na Granja, devendo o(s) INTEGRADO(S) informar a BRF, para as devidas providências.

6.14. Atender ao disposto no Código de Ética de Relacionamentos adotado pela BRF, declarando o(s) INTEGRADO(S) desde já conhecer e concordar com todos os seus termos.

7. Resultado da Produção Integrada

7.1. Estabelecem as partes de que o resultado da produção integrada será partilhado levando-se em consideração:

7.1.1. A proporcionalidade de participação de cada parte no custo total de um lote, podendo sofrer ajustes para mais ou para menos em função:

- a) Do sexo e peso de abate dos frangos alojados no lote;
- b) Da sazonalidade (período do ano em que o lote de frangos é criado);
- c) Idade de abate do lote na fase de terminação.

7.1.2. A forma, condições e cuidados dispensados, ou seja, a eficiência na condução do lote em produção, podendo sofrer ajustes para mais ou para menos em função:

- a) Mortalidade percentual obtida no lote;
- b) Conversão alimentar do lote.

7.1.3. A qualidade dos frangos entregues para abate, podendo sofrer ajustes para menos em função:

- a) Condenações (não aproveitamento) dos frangos entregues
- b) Calo de pés;
- c) Papo cheio;
- d) Arranhaduras;
- e) Acerto de peso.

7.1.4. Processos e procedimentos de qualidade, bem estar animal, rastreabilidade, biossegurança, biosseguridade, segurança alimentar, ambiental e sanitária, podendo sofrer ajustes para mais, em função:

- a) Da adequação estrutural;
- b) Da adequação de procedimentos;

7.1.5. Dos frangos utilizados para consumo próprio.

7.2. As formas de apuração dos itens especificados constam detalhadamente no ANEXO I, que as partes reconhecem como parte integrante deste contrato.

7.3. Para que os índices de produção sejam mantidos ou mesmo melhorados, levando-se em consideração melhorias tecnológicas entre outros fatores, os padrões supra referidos e vigentes, de conhecimento das partes, poderão sofrer revisões e alterações, periodicamente, conforme previsto na Cláusula 5.8 supra.

7.3.1. As partes concordam que as alterações de padrões e coeficientes estabelecidos mediante negociação com a comissão de conciliação da integração, conforme disposto na cláusula 5.8 supra, são de aplicação imediata e independe de aditamento contratual, cabendo a BRF identificar o(s) INTEGRADO(S) das alterações procedidas.

8. Rescisão e Penalidades

8.1 O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer das Partes, nas seguintes hipóteses:

- a) Insolvência civil, dissolução judicial ou extrajudicial ou decretação de falência de qualquer das Partes;
- b) Em caso de falecimento do(s) INTEGRADO(S);
- c) Motivo de força maior ou caso fortuito, previsto no Código Civil Brasileiro quando não for o caso de suspensão temporária e que impeçam a consecução do objeto do presente Contrato;

- d) Descumprimento, total ou parcialmente, de quaisquer das Cláusulas, termos ou condições previstos ou decorrentes deste instrumento, observando-se o condido na cláusula 8.2;
- e) Transferência a qualquer título e por qualquer meio, total ou parcialmente, ou venda do imóvel e/ou Granja, acessões, construções e benfeitorias realizadas pelo(s) INTEGRADO(S), que comprometa(m) o cumprimento do objeto do presente Contrato;
- f) Relacionamento impróprio, caracterizado por agressões físicas, verbais ou morais por parte do(s) INTEGRADO(S) contra a equipe técnica e/ou prepostos da BRF ou destes contra o(s) INTEGRADO(S) e/ou preposto(s), devidamente comprovado;
- g) Em caso de suspensão ou paralisação das atividades, transferência, venda ou fechamento da unidade de produção do grupo econômico da BRF, qualquer que seja o motivo.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das Cláusulas contratuais, por qualquer das partes, ensejará a rescisão deste Contrato arcando a parte culpada com o ônus de indenização à parte prejudicada pelas perdas e danos decorrente do inadimplemento.

8.3. Em ocorrendo o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais ou não atendimento das recomendações técnicas pelo(s) INTEGRADO(S), que, a juízo e critério exclusivo da BRF, não comprometam a relação da produção integrada, poderá esta (BRF), adotar as seguintes medidas:

- a) No 1º descumprimento = notificar por simples correspondência o(s) INTEGRADO(S), solicitando a adequação necessária com prazo definido;
- b) No 2º descumprimento = notificar por simples correspondência o(s) INTEGRADO(S), desta vez suspendendo o alojamento do próximo lote, para fins de adequação necessária, sem direito ao(s) INTEGRADO(S) de qualquer remuneração ou indenização, com a aplicação de multa não compensatória de 5% (cinco por cento) do valor da média dos três (03) últimos lotes;
- c) No 3º descumprimento = notificar por simples correspondência o(s) INTEGRADO(S) da rescisão do contrato, com a cobrança de perdas e danos, se houver, com a aplicação de multa não compensatória de 10% (dez por cento) do valor da média dos três (03) últimos lotes.

8.4. A perda da vigência do presente Contrato, por qualquer motivo ou causa e a qualquer tempo, acarretará de forma automática e independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial, a imediata rescisão de todos e quaisquer contratos, instrumentos existentes entre as partes com vencimento imediato e antecipado de todos os débitos existentes entre as partes;

8.5. Para rescisão do contrato na forma estabelecida na cláusula 4.1. as partes deverão observar os prazos de eventuais financiamento e/ou investimentos feitos pelo Integrado, de instalações e equipamentos solicitados, por escrito, pela BRF, vinculados a produção integrada do presente contrato.

9. Disposições Gerais e Finais

9.1. Os documentos de qualquer natureza, inclusive os de natureza fiscal, que a BRF vier a gerar para os feitos desta contratação e respeitada a situação cadastral do(s) INTEGRADO(S) junto à Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda, serão sempre emitidos: (a) em favor ou contra um deles, ou (b) em favor ou contra ambos, com a indicação, neste caso, da identificação fiscal apenas daquele que encabeçar a nominata.

9.2. Em havendo mais de um INTEGRADO, para efeito deste contrato, os mesmos outorgam-se, reciprocamente, em caráter irrevogável, os poderes de transigir, receber e dar quitação, firmar compromissos e mais os que se fizerem necessários ao fiel cumprimento da presente avença de maneira que, em qualquer circunstância, as

obrigações assumidas e os direitos exercidos por um deles, se estenderá de pleno direito aos outros, assumindo a responsabilidade solidária entre eles.

9.3. O(s) INTEGRADO(S) não poderá(ão) a qualquer tempo e título, ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos, poderes, faculdades e as obrigações previstas no presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência, por escrito, da BRF.

9.4. No caso de falecimento do(s) INTEGRADO(S), caberá a seus herdeiros, meeiros e/ou sucessores, cumprir todas as obrigações, bem como quitar todos os débitos decorrentes deste Contrato, entretanto, quando o Contrato for firmado com dois ou mais INTEGRADO(S), as obrigações e direitos do INTEGRADO falecido serão, automaticamente, transferidos para o(s) INTEGRADO(S) sobrevivente(s).

9.5. Nenhuma renúncia ou rescisão referente ao presente Contrato ou seus Anexos vinculará quaisquer das Partes a menos que declarada de forma expressa e por escrito. Nenhuma renúncia, de qualquer das Partes, a quaisquer termos, poderes, faculdades, direitos ou disposições do presente Contrato e seus Anexos, bem como nenhuma tolerância a qualquer inadimplemento de tais termos, poderes, faculdades, direitos ou disposições afetará o direito das Partes de, subsequentemente, executar seus respectivos direitos.

9.6. Este contrato somente poderá ser modificado ou alterado por instrumento assinado por ambas as Partes e revoga integralmente outros Contratos celebrados que tenham o mesmo objeto.

9.7. As Partes entendem e concordam que todos os termos, condições e obrigações estabelecidas neste Contrato estão sujeitos à execução específica.

9.8. Caso venha a ser declarada a nulidade de determinada cláusula, condição ou obrigação deste Contrato, tal nulidade somente afetará a referida cláusula, condição ou obrigação, conforme o caso, permanecendo todas as demais em pleno vigor e produzindo os respectivos efeitos de Direito.

9.9. As partes autorizam o direito de promover a compensação automática de débito/crédito existente entre si, decorrentes deste ou de outros instrumentos contratuais firmados pelas partes, até o montante em que se equivalerem entre os valores devidamente comprovados.

9.10. Todas as comunicações e notificações entre as Partes, relacionadas a este Contrato deverão ser feitas por escrito e entregues no endereço do preâmbulo deste, mediante protocolo de recebimento.

9.11. O(s) INTEGRADO(S), neste ato, autorizam a BRF, de forma definitiva, irrevogável, irretroatável e em caráter gratuito, sem qualquer ônus e/ou remuneração, a utilizar e explorar seus direitos de personalidade, incluindo sua imagem, voz e demais características pessoais, já captados ou que ainda venham a ser captados, desde que decorrentes de eventuais entrevistas concedidas à BRF ou a terceiros e que tenham relação com o objeto do presente Contrato. Os direitos de personalidade ora referidos poderão ser veiculados em qualquer território, através dos seguintes meios, porém não se limitando a tais: (i) institucionais: banco de dados, divulgação em exposições permanentes ou temporárias, acervos, publicações de qualquer natureza, apresentações audiovisuais para divulgação ao público em geral; (ii) editoriais: em publicações de qualquer espécie, em qualquer formato (impressas, eletrônicas, digitais e/ou composições multimídia, para veiculação em Internet, TV, vídeo, DCD, CD-ROM ou quaisquer outros suportes existentes); e (iii) mídias sociais. O(s) INTEGRADO(S) se responsabiliza(m), ainda, pela coleta da autorização acima referida de todas as pessoas físicas que eventualmente participem das entrevistas, tais como seus representantes legais, membros da família produtora rural, empregados contratados ou subcontratados, prepostos entre outros.

9.12. Em observância a boa-fé, as Partes envidarão os melhores esforços visando tentar resolver suas controvérsias de forma amigável, sendo facultada a criação de uma Comissão de Conciliação da Integração, a qual buscará aproximar as partes para resolução de eventuais questões inerentes ao presente Contrato. Se criada, esta Comissão será composta paritariamente, até o limite de 5 (cinco) representantes da BRF e 5 (cinco) do(s) INTEGRADO(S) à ela vinculado em cada Unidade Produtora, podendo haver uso de mediação, mas não de arbitragem, por entidade convidada, de idoneidade e capacidade técnica reconhecida pelas Partes. Sempre será lavrada Ata, que deverá ser assinada, contendo as informações e soluções acordadas pelas partes.

Parágrafo único: A falta de interesse de alguma das Partes em relação à criação ou participação da Comissão supracitada não implica em inadimplemento contratual.

9.13. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. As Partes elegem o foro da Comarca da Cidade de Videira – SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir todos e quaisquer conflitos oriundos do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em duas vias, perante as duas testemunhas que igualmente assinam.

Videira – SC, 03 de junho de 2013.

ANEXO B – CONTRATO JBS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE INTEGRAÇÃO PARA FRANGOS DE CORTE

INTEGRADORA: JBS AVES LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.199.996/0001-18, com sede na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco II, Subsolo, Sala 13, Vila Jaguará, CEP 05118-100, São Paulo (SP), por seus representantes legais, doravante denominada **INTEGRADORA**.

INTEGRADOR: NOME INTEGRADO, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº CPF e portador(a) da Carteira de Identidade sob o nº RG, CASADO/SOLTEIRO com NOME DA ESPOSA, inscrito(a) no CPF sob o nº CPF e portador(a) da Carteira de Identidade sob o nº RG, residentes e domiciliados na [endereço], [Bairro], [Cidade]/[Estado], doravante denominado(s) **INTEGRADO**;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS TRATATIVAS ANTERIORES

Ficam rescindidos para todos os efeitos legais quaisquer outros contratos havidos anteriormente entre as partes contratantes, especialmente o [informar o nome do contrato que está sendo rescindido e a data em que foi firmado, e eventuais termos aditivos, outorgando-se a ambas as **PARTES**, total e geral quitação, para mais nada reclamar uma da outra, a qualquer título ou a qualquer tempo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A **INTEGRADORA** entregará ao **INTEGRADO**, de acordo com as suas necessidades operacionais e de mercado, pintos de 1 (um) dia para serem criados e terminados em aviários de propriedade deste. Para a consecução deste objeto caberá à **INTEGRADORA** o fornecimento de ração, das vacinas, medicamentos e dos desinfetantes e, ao **INTEGRADO**, o fornecimento dos inseticidas, raticidas e demais aditivos, para o tratamento dos lotes de pintos de 1 (um) dia bem como a responsabilidade pela criação das aves.

§1º. Os pintos de 1 (um) dia serão entregues no aviário do **INTEGRADO** localizado na [endereço], [Bairro], [Cidade]/[Estado]. A quantidade de aves poderá sofrer variações para mais ou para menos em função das necessidades, desde já nominadas, inclusive, mas não limitadas aos seguintes fatos: eventos sanitários, demandas de mercado, disponibilidade de alojamento no imóvel do **INTEGRADO**. Todavia, assegura-se volume mínimo de densidade de alojamento conforme a capacidade tecnológica do imóvel acordada entre as partes, fato que, se não atendido, deverá ser corrigido conforme histórico de desempenho do **INTEGRADO**.

O prazo de alojamento de um novo lote de aves na instalação do **INTEGRADO** deverá ocorrer no prazo máximo de 28 dias, contados do fechamento do lote anterior salvo casos de força maior, questões de natureza sanitária, climática, de acesso, estrutural, no descumprimento de orientações técnicas da **INTEGRADORA** pelo **INTEGRADO**, ou ainda, mediante solicitação, por escrito, do integrado e, desde que pactuadas entre as partes.

§2º. O **INTEGRADO** somente poderá utilizar, para o tratamento dos lotes de pintos, os medicamentos, vacinas, inseticidas, raticidas e demais aditivos sob orientação técnica da **INTEGRADORA**, através de receituário veterinário ou produtos entregues pelo seu Departamento Técnico.

§3º. Fica estritamente proibida a aquisição, pelo **INTEGRADO**, de qualquer medicamento, vacina e demais aditivos, sem a expressa autorização, por escrito, da **INTEGRADORA**.

§4º. A cada entrega de lote de aves para o abate serão analisados os resíduos dos produtos veterinários e, caso seja detectado presença de resíduo não receitado pela equipe técnica da **INTEGRADORA**, toda a responsabilidade pelo uso inadequado de tais produtos será exclusivamente do **INTEGRADO**.

§5º. A não obediência dos parágrafos acima é motivo para rescisão imediata do presente contrato, portanto, sem aviso prévio, por parte da **INTEGRADORA**, respondendo o **INTEGRADO** pelas perdas e danos, se houver.

§6º. Nesta condição, institui-se ao **INTEGRADO**, o encargo de fiel depositário de todas as remessas a ele designadas, assumindo por isso todas as responsabilidades advindas desta condição.

§7º. Para o caso de eventuais sobras de ração, estas deverão ser repassadas para o lote imediatamente seguinte, ou então, disponibilizadas para a **INTEGRADORA**.

§8º. O **INTEGRADO**, por ocasião do carregamento das aves para o abate, deverá seguir a programação estipulada pela **INTEGRADORA**, assim como buscar evitar ao máximo a mortalidade e as contusões das aves, estando ciente de que em casos de negligência poderá vir a ressarcir a **INTEGRADORA** pelos prejuízos causados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS

O **INTEGRADO** dispensará todos os cuidados necessários e imprescindíveis para a criação e terminação das aves, para o que disporá de total assistência técnica da **INTEGRADORA**, através de técnicos habilitados, recebendo ainda, orientação quanto à terminação de aves, tanto no que diz respeito às instalações, como quanto ao manejo e condições sanitárias que deverão ser observadas objetivando a obtenção de resultados melhores.

§1º. O **INTEGRADO** providenciará junto ao órgão ambiental competente a licença para o funcionamento e a viabilização da atividade, obedecendo e cumprindo todas as normas e regras aplicáveis.

§2º. Para atender as exigências de mercado, ambas as partes deverão zelar para atender s “Liberdades do Bem Estar Animal” exemplificativamente, mas sem limitar, conforme abaixo descritas:

“As aves não poderão passar sede e fome”

“As aves não poderão sentir desconforto”

“As aves não poderão sentir injúria, stress, doenças”

“As aves não poderão sentir angústia e medo”

“As aves deverão expressar um comportamento normal”.

CLÁUSULA QUARTA – DA PARTILHA

Uma vez completo o período de criação e engorda de cada lote de aves, e de acordo com os critérios definidos neste contrato, será apurada a quantidade de quilos que cabe a cada uma das partes conforme estabelecidos na Cláusula Quinta e, até o 21º (vigésimo primeiro) dia após a devolução da totalidade das aves terminadas, a **INTEGRADORA** reembolsará ao **INTEGRADO**, em moeda corrente nacional, o equivalente à parcela que lhe coube na partilha.

Parágrafo único. O **INTEGRADO** não poderá dispor da sua parte na parceria antes da partilha, ou seja, antes do fechamento do lote. Caso isso venha a ocorrer, será considerada falta grave, sendo motivo inclusive para a rescisão do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO

Do resultado na terminação de aves, o **INTEGRADO** terá direito, a título de participação, a uma porcentagem sobre o total em quilos das aves produzidas, que variará conforme especificado no Anexo I, convertidos em moeda nacional, a qual o **INTEGRADO** declara expressamente ter pleno conhecimento e, que passa a fazer parte esse instrumento.

§1º. O percentual base da participação do **INTEGRADO** é estabelecido em função do esforço de cada uma das partes para produzir um lote de aves, considerando o sexo das aves e o peso de abate das aves.

§2º. Fatores externos que independem do processo **INTEGRADO** e afetam o desempenho zootécnico, tais qual linhagem e peso do pinto no alojamento, serão considerados com o objetivo de minimizar seus efeitos no resultado do lote.

§3º. O resultado previsto para a conversão alimentar ajustada a cada lote, será estimado pela **INTEGRADORA**, que terá como objetivo acertar a média que deverá ocorrer quando do abate dos referidos lotes, tendo como base os resultados correntes, conhecimento da realidade do campo e pela sazonalidade, quando for o caso.

§4º. O resultado previsto para a qualidade das carcaças será estimado pela **INTEGRADORA**, que terá como base os resultados dos lotes abatidos no mês anterior.

§5º. Sobre o resultado de participação da parte cabível ao **INTEGRADO**, poderá ser adicionado valor a título de bonificação pelo atendimento de critérios estabelecidos pela **INTEGRADORA**, conforme previsto no Check List do Anexo II, a partir do qual o **INTEGRADO** toma ciência.

§6º. O valor do kg de frango, não impede que a qualquer tempo, a **INTEGRADORA** e o **INTEGRADO**, de comum acordo possam revê-lo, respeitadas as possibilidades de cada parte.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRONOGRAMA DE RETIRADA DAS AVES

Caberá a **INTEGRADORA** definir o cronograma de retirada das aves recriadas, sendo de sua responsabilidade o carregamento e transporte das mesmas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS COM A CRIAÇÃO

As despesas relacionadas com a criação das aves, tais como: mão de obra para o trato, limpeza e desinfecção, energia elétrica, seguros, manutenção, licenciamento ambiental, substrato para a “cama”, água, lenha, gás, e outros insumos, correrão por conta exclusiva do **INTEGRADO**, que se obriga ainda a fornecer mão de obra própria ou de terceiros, necessária para esse fim, responsabilizando-se por todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais advindos dessa contratação.

§1º. O **INTEGRADO** deve fornecer técnicas necessárias para a execução dos serviços de carregamento das aves; fornecer energia elétrica e iluminação adequada no local dos serviços; fornecer água e estrutura adequada para molhar as aves; atender condições de acesso à água potável, bem como local de refeições e sanitários destinados ao uso dos profissionais das equipes de carregamento; supervisionar a apanha e o carregamento de modo que sejam aplicadas práticas preventivas quanto a lesões das aves, garantindo o bem estar e o conforto das mesmas, e por consequência, a qualidade do produto no abatedouro; disponibilizar a documentação fiscal necessária ao transporte das aves; proceder as devidas anotações na planilha de controle do carregamento do lote; realizar procedimentos de jejum às aves que serão retiradas pelo tempo determinado pela **INTEGRADORA** e conforme as normas de fiscalização do Ministério da Agricultura.

§2º. A contratação da equipe de carregamento das aves vivas dar-se-á pela **INTEGRADORA**, por instrumento próprio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES SANITÁRIAS

Ocorrendo mortalidade diária anormal das aves objeto deste contrato, o **INTEGRADO** deverá dar imediatamente ciência do ocorrido à **INTEGRADORA**, para que esta possa proceder ao exame, diagnóstico e demais providências que entender necessária.

Parágrafo único. Ocorrendo problemas sanitários com o lote, o **INTEGRADO** deverá seguir as orientações técnicas especiais quanto ao manejo e a **INTEGRADORA** deverá dar atenção especial quanto à retirada e ao vazio sanitário.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRINGÊNCIAS

Eventual deficiência no manejo do plantel, bem como o descumprimento das normas técnicas, ou a utilização indevida das rações fornecidas pela **INTEGRADORA** ou ainda a infringência de qualquer outra disposição desse contrato ensejará a rescisão justificada do mesmo por parte da **INTEGRADORA**, arcando, nesse caso, o **INTEGRADO**, com os prejuízos daí decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO

O **INTEGRADO** autoriza a **INTEGRADORA** a contrair em seu nome, financiamentos bancários e utilizar os recursos para aquisição de insumos necessários à manutenção dos plantéis objeto deste contrato ficando tais financiamentos sob a responsabilidade única e exclusiva da **INTEGRADORA**, até sua liquidação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

O **INTEGRADO** não atingido a produtividade mínima de 65% (sessenta e cinco por cento) do percentual base previsto na CLÁUSULA QUINTA, que remete ao Anexo I, desde que haja o cumprimento de todas as demais obrigações contidas neste contrato, terá sua renda vinculada ao percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) aplicado sobre a média histórica dos seus últimos 3 (três) lotes, convencionando-se como auxílio baixa produtividade.

Parágrafo único. Em face dos altos índices de competitividade do setor, o contrato poderá ser terminado a critério da **INTEGRADORA** ou do **INTEGRADO**, caso o **INTEGRADO** não atinja o resultado igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento) da cota parte do **INTEGRADO** estabelecidos no Anexo I, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos lotes entregues nos últimos 12 (doze) meses, não sendo devido pagamento algum a título de indenização, multa, compensação ou qualquer outro título de Parte a Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de duração indeterminado, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo, sem ônus, desde que a parte que o fizer dê pré-aviso por escrito a outra, com antecedência mínima de 60 dias.

Parágrafo único. Não havendo aviso prévio ou não guardando o aviso prévio no prazo mínimo de **60 (sessenta) dias**, a Partes que rescindir o ajuste pagará à outra multa equivalente à média dos pagamentos dos últimos 03 (três) lotes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUCESSÃO E NOVAÇÃO

O presente contrato obriga as PARTES, seus herdeiros e seus sucessores, a qualquer título, em todos os seus termos. Tolerâncias de Parte a Parte no cumprimento das cláusulas ora estabelecidas não constituem novação, devendo ser consideradas como mera liberalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SISTEMA DA QUALIDADE

O **INTEGRADO** aceita e se compromete nos Termos da Lei, trabalhar segundo as normas e instruções técnicas da Qualidade da **INTEGRADORA** para cumprimento de sistemas de qualidade preconizados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONDUTA NA RELAÇÃO CONTRATUAL

As partes deverão conduzir todas as atividades previstas neste instrumento de forma a cumprir todas as determinações legais aplicáveis à matéria, assim como eventuais regulamentações, instruções e circulares de ordem administrativa, tendo em vista a legalidade do exercício de suas funções, notadamente, a transcrição de todas e quaisquer operações nos livros e registros contábeis competentes, coibindo, principalmente, mas sem limitar, a realização de pagamentos a servidores públicos ou privados, que tenham por objetivo a obtenção ou retenção de negócios ou vantagens indevidas, respondendo a parte que desta forma não agir, pelas perdas e danos apuráveis, especialmente quanto à imagem da parte prejudicada, a qual poderá também optar pela rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO MEIO AMBIENTE

O **INTEGRADO** se responsabilizará pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimento cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que contratadas ou delegadas a terceiros. São de exclusiva responsabilidade do **INTEGRADO** e seus representantes, as sanções impostas pelas normas ambientais decorrentes do exercício de suas atividades ou sinistros de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO COMPROMISSO COM A BIOSSEGURIDADE

Considerando a necessidade de biosseguridade nas granjas e as normas do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compromete-se o **INTEGRADO**, por si e seus empregados, a não ter em suas propriedades/residências quaisquer espécies de animais domésticos ou silvestres, bem como aves (animais de penas).

Parágrafo único. O não atendimento ao compromisso acima firmado ensejará a imediata rescisão do presente contrato, pela **INTEGRADORA**, independentemente de qualquer notificação, arcando o **INTEGRADO**, porém, com os prejuízos da **INTEGRADORA** daí decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O **INTEGRADO** aceita e se compromete a cumprir toda a legislação trabalhista, previdenciária e demais legislações aplicadas à modalidade de trabalho exercida para alcançar o objeto do presente contrato, responsabilizando-se exclusivamente pelo observância e cumprimento de toda àquela legislação, bem como pelo respeito e cumprimento de todas as regras contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial, a não utilização de mão de obra análoga à escrava e infantil.

§1º. O **INTEGRADO** compromete-se a não utilizar mão de obra análoga à escrava e infantil em toda a sua cadeia de produção.

§2º. O **INTEGRADO** compromete-se a utilizar produtos que tenham o menor impacto ao meio ambiente, e ainda a destinar as embalagens e os produtos substituídos para o local adequado, de acordo com a legislação aplicável. Devendo, ainda, possuir junto ao órgão ambiental competente a licença para o funcionamento e viabilização da atividade, obedecendo e cumprindo todas as normas e regras aplicáveis.

§3º. Este contrato pressupõe total obediência à legislação trabalhista e ambiental vigentes, portanto, qualquer uma das partes que descumprir tal legislação ou que seja potencialmente causadora de degradação ambiental, permitirá à outra parte a imediata rescisão do presente, cabendo à parte infratora responder por eventuais perdas e danos.

§4º. O **INTEGRADO** assume inteira responsabilidade por todos os atos praticados pelos empregados que utilizar para prestar serviços ora contratados, obrigando-se a ressarcir quaisquer danos e/ou prejuízos eventualmente provocados pelos mesmos a **INTEGRADORA**, ainda que por imperícia ou negligência, ficando autorizado o desconto automático dos valores apurados nos pagamentos ainda não realizados. Caso a **INTEGRADORA** seja demandada por qualquer empregado do **INTEGRADO**, ou ainda de prestador de serviço contratado para a realização de objeto deste instrumento, diante da inexistência de vínculo entre as **PARTES**, deverá o **INTEGRADO** assumir a condição de demandada, requerendo a exclusão da **INTEGRADORA** do polo passivo da demanda. Caso o **INTEGRADO** não cumpra com o estabelecido nesta cláusula, a **INTEGRADORA** poderá **RETER** os pagamentos, até o integral cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CONFIDENCIALIDADE

O **INTEGRADO** obriga-se por si por seus funcionários ou pessoal contratado, a guardar o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e quaisquer informações relacionadas às atividades da **INTEGRADORA**, das quais venha a ter conhecimento ou acesso em razão do cumprimento do presente Contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, sem a prévia e expressa autorização por escrito da **INTEGRADORA**, responsabilizando-se, em caso de descumprimento dessa obrigação assumida, por eventuais perdas e danos e demais cominações legais. As obrigações assumidas nesta Cláusula subsistirão à rescisão, rescisão e ao término do presente Contrato, por qualquer motivo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, alcançando as Partes, seus representantes e sucessores a qualquer título. Para efeitos do disposto nesta Cláusula, as informações confidenciais da **INTEGRADORA** não conterão ou virão acompanhadas necessariamente de qualquer tipo de advertência de confidencialidade, devendo tal característica ser sempre presumida pelo **INTEGRADO**.

CLÁUSULA VÍGESIMA – DO CÓDIGO DE ÉTICA

Ao **INTEGRADO** é dado acesso ao Código de Ética da **CONTRATANTE** através de acesso ao site <http://www.jbs.com.br> a fim de tomar ciência do inteiro teor do referido normativo, obrigando-se a respeitar as diretrizes e regras nele mencionadas.

CLÁUSULA VÍGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes deste contrato.

E, por estarem justas e acertadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo a tudo presentes.

ANEXO C – CONTRATO AGROVÊNETO

CONTRATO DE PARCERIA RURAL PARA A PRODUÇÃO DE FRANGOS DE CORTE

Pelo presente instrumento de contrato de parceria rural para a produção de frangos de corte, que entre si fazem de um lado, a **AGROVÊNETO S.A. – INDÚSTRIA DE ALIMENTOS**, estabelecida no município de Nova Veneza, estado de Santa Catarina, registrada no CGC/MF sob nº 01.153.928/0001-79, e Inscrição Estadual sob nº 253.323.029, diante designado **PRODUTOR II**, e de outro **NOME INTEGRADO**, produtor nº ____ CPF nº ____, sediado em ____, Município de Lauro Muller, adiante designado **PRODUTOR I**, fica justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O PRODUTOR I obriga-se a instalar e/ou manter, por sua conta e com recursos próprios e/ou terceiros, uma unidade para a produção de frangos de corte medindo 100x12m com capacidade para 14.500 aves ou 100x14m com capacidade para 18.000 aves; ou 125x12m com capacidade para 18.000 aves; ou 150x12m com capacidade para 22.000 aves; ou 14x150 com capacidade para 30.000 aves; ou 28x150 com capacidade para 60.000 aves; ou 36x165 com capacidade para 80.000 aves, podendo ser aumentada ou diminuída a critério único do PRODUTOR II.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PRODUTOR II remete para a propriedade e instalações do PRODUTOR I, pintos de um dia, rações para a produção do lote de frangos, medicamentos e outros insumos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA TERCEIRA: os frangos pertencentes ao PRODUTOR II serão entregues pelo PRODUTOR I, com 35 a 55 dias de idade, conforme programação determinada pelo PRODUTOR II, entretanto poderá a idade, ser reduzida ou dilatada, a critério único do produtor II que variará de acordo com a sua programação de abate.

CLÁUSULA QUARTA: Ao PRODUTOR I, caberá um percentual de quilos de frangos produzidos, que deverá estar de acordo com a Tabela de Performance e Avaliação prevista para a idade do abate, tabela esta que, para todos os efeitos legais, faz parte do negócio jurídico firmado neste ato e terá seu registro no Cartório de Títulos e Documentos juntamente com este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: A Tabela de Performance e Avaliação de resultados, estará sempre na sede do PRODUTOR II, a disposição do PRODUTOR I, para verificação e esclarecimento de qualquer dúvida. Esta tabela será traduzida em valores corrente, conforme as avaliações periódicas de custos de produção.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caberá ao PRODUTOR I uma porcentagem de 5 à 10% do peso total do lote, dependendo de seu desempenho e de acordo com a Tabela de Performance e Avaliação do lote de frango.

CLÁUSULA SEXTA: Dos valores líquidos que cabem ao PRODUTOR I, serão descontados, gás, vacinas, medicamentos e eventuais fornecimentos extraordinários.

CLÁUSULA SÉTIMA: Caberá ao PRODUTOR II, a responsabilidade de dar assistência técnica e veterinária para o lote de frangos e para isso o PRODUTOR I permitirá livre acesso às instalações.

CLÁUSULA OITAVA: O PRODUTOR I compromete-se a seguir todas as orientações técnicas (higiênico-sanitárias) que visam um melhor desempenho e melhor apresentação do lote de frangos.

CLÁUSULA NOVA: Todo o lote de frangos, bem como os insumos, existentes na propriedade, são de posse do PRODUTOR II, caracterizando o PRODUTOR I, como fiel depositário, até que o lote de frangos objeto desta parceria esteja entregue ao PRODUTOR II.

CLÁUSULA DÉCIMA: A pesagem dos frangos vivos será feita na balança rodoviária do PRODUTOR II, ficando o PRODUTOR I, com o direito de acompanhar e verificar a mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A apanha de frangos fica por conta do PRODUTOR I, ficando o transporte do local de criação até o local de recepção, por conta do PRODUTOR II. Os frangos mortos e lesionados em decorrência do mau manejo, por ocasião da captura, serão descontados do PRODUTOR I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O prazo do presente Contrato é por tempo indeterminado, podendo ser rescindido por manifestação de qualquer das partes contratantes, mediante pronunciamento, por escrito, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente Contrato de Parceria Rural, somente poderá ser rescindido se o PRODUTOR I, não possuir financiamento bancário em que o PRODUTOR II esteja citado como avalista ou interveniente. Para que ocorra a rescisão, o financiamento deverá ser liquidado antecipadamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato, motivará a sua rescisão, obrigando a parte infratora a liquidar os débitos que houverem por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As partes elegem o Foro da Comarca de Criciúma – SC para dirimir dúvidas emergentes da aplicação dos preceitos aqui estabelecidos.

E por assim se haverem justos e contratados, assinam o presente termo de Contrato, perante 2 (duas) testemunhas, a tudo presente em 2 (três) vias de igual teor, obrigando-se pelo fiel cumprimento em todas as suas cláusulas e condições, por si só e seus herdeiros e sucessores.

Nova Veneza (SC), 25 de novembro de 2013.

ANEXO D - FÓRMULA DE REMUNERAÇÃO BRF

QUOTA-PARTE BÁSICA CABÍVEL AO(S) INTEGRADO(S)

Especificação	Valor / Fórmula	Observações / Detalhes
Percentual básico	A 7,17	Critério: participação no custo total de produção de um lote de frangos com as seguintes características sazonalidade - "Período Quente", e sexo do lote e peso de abate - "Macho Especial".
Ajuste de Sazonalidade	B $\begin{aligned} &\text{Se "Período Quente"} = 0 \\ &\text{Se "Período Frio"} = 0,09 \\ &\text{Se "Misto"} = ((CPQ - 0) \times (DPF \times 0,09)) / (DPQ + DPF) \end{aligned}$	<p>"Período Quente" - Compreende os lotes alojados e abatidos entre os meses considerados como de "período quente" na região onde foi assinado o presente contrato.</p> <p>"Período Frio" - Compreende os lotes alojados e abatidos entre os meses considerados como de "período frio" na região onde foi assinado o presente contrato.</p> <p>"Misto" - Compreende os lotes alojados em um dos períodos acima e abatido no outro período.</p> <p>DPQ = tempo de permanência do lote no "Período Quente", em dias.</p> <p>DPF = tempo de permanência do lote no "Período Frio", em dias.</p>
Ajuste de sexo e peso de abate	C $\begin{aligned} &\text{Se "Misto Especial"} = 0,41 \\ &\text{Se "Misto Pesado"} = 0,50 \\ &\text{Se "Misto Leve"} = 0,52 \\ &\text{Se "Fêmea Especial"} = 0,72 \\ &\text{Se "Fêmea Pesada"} = 0,53 \\ &\text{Se "Fêmea Leve"} = 0,67 \\ &\text{Se "Macho Especial"} = 0,00 \\ &\text{Se "Macho Pesado"} = 0,49 \\ &\text{Se "Macho Leve"} = 0,91 \\ &\text{Se "Comemorativos"} = 0,07 \end{aligned}$	<p>"Misto Especial" - refere-se ao lote formado por frangos machos e fêmeas com peso médio por frango abatido igual ou superior a 2,000kg.</p> <p>"Misto Pesado" - refere-se ao lote formado por frangos machos e fêmeas com peso médio por frango abatido igual ou superior a 1,550kg e inferior a 2,000kg.</p> <p>"Misto Leve" - refere-se ao lote formado por frangos machos e fêmeas com peso médio por frango abatido inferior a 1,550kg.</p> <p>"Fêmea Especial" - refere-se ao lote formado por mais de 80% de frangos fêmeas, quando do alojamento dos mesmos, e que o peso médio por frango abatido seja igual ou superior a 2,000kg.</p> <p>"Fêmea Pesada" - refere-se ao lote formado por mais de 80% de frangos fêmeas, quando do alojamento dos mesmos, e que o peso médio por frango abatido seja igual ou superior a 1,550kg e inferior a 2,000kg.</p> <p>"Fêmea Leve" - refere-se ao lote formado por mais de 80% de frangos fêmeas, quando do alojamento dos mesmos, e que o peso médio por frango abatido seja inferior a 1,550kg.</p> <p>"Macho Especial" - refere-se ao lote formado por mais de 80% de frangos machos, quando do alojamento dos mesmos, e que o peso médio por frango abatido seja igual ou superior a 2,000kg.</p> <p>"Macho Pesado" - refere-se ao lote formado por mais de 80% de frangos machos, quando do alojamento dos mesmos, e que o peso médio por frango abatido seja igual ou superior a 1,550kg e inferior a 2,000kg.</p> <p>"Macho Leve" - refere-se ao lote formado por mais de 80% de frangos machos, quando do alojamento dos mesmos, e que o peso médio por frango abatido seja inferior a 1,550kg.</p> <p>"Comemorativos" - refere-se ao lote destinado a frangos especiais, normalmente formada por frangos machos.</p>
Ajuste para idade na Fase	D $Q = (IP - IR) \times 0,10$	IR = Idade real na fase do lote, em dias.
Quota-Parte Básica Total	QB $QB = A + B + C + D$	IP = Idade prevista na fase do lote, em dias.
		QB = Quota-parte básica total cabível ao(s) INTEGRADO(S).

AJUSTES EM FUNÇÃO DO RESULTADO DO LOTE - MERITOCRACIA

Especificação	Valor / Fórmula	Observações / Detalhes
Ajuste para Mortalidade	E $\begin{aligned} &\text{Se } MR = MP \\ &E = 0 \\ &\text{Se } MR < MP \\ &E = ((MP - MR) \times 0,5 \times IAA \times PP) / (PVT \times PF) \times 100 \\ &\text{Se } MR > MP \\ &E = ((MP - MR) \times 0,5 \times IAA \times PP) / (PVT \times PF) \times 100 \end{aligned}$	<p>MR = Mortalidade real do lote ajustada para a idade referencial e demais parâmetros do lote (ex.: sexo, linhagem, etc.), em porcentagem.</p> <p>MP = Mortalidade prevista do lote ajustada para idade referencial e demais parâmetros do lote (ex.: sexo, linhagem, etc.), em porcentagem.</p> <p>IAA = número total de pintos alojados no lote.</p> <p>PVT = Peso vivo total do lote de frangos entregues à BRF, em kg.</p> <p>PP = Preço do pinto de frango de um dia da BRF na Unidade, em R\$/pinto.</p> <p>PF = Preço base do frango vivo pago pelo BRF na Unidade, em R\$/kg.</p> <p>"a" e "b" = coeficientes que formam a equação de meritocracia em função da mortalidade obtida no lote, quando a MRA do lote for menor que a MPA. Estes coeficientes determinam o grau de intensidade desta meritocracia, que podem sofrer variação ao longo do tempo em função de vários fatores, mas especialmente em função das oscilações no mercado de frangos e seus insumos. Estes coeficientes encontram-se disponíveis ao(s) INTEGRADO(S) no escritório da BRF e sua alteração somente terá validade a partir de 60 (sessenta) dias após sua divulgação ao(s) INTEGRADO(S).</p> <p>"c" e "d" = coeficientes que formam a equação de meritocracia em função da mortalidade obtida no lote, quando a MRA do lote for maior que a MPA. Estes coeficientes determinam o grau de intensidade desta meritocracia, que podem sofrer variação ao longo do tempo em função de vários fatores, mas especialmente em função das oscilações no mercado de frangos e seus insumos. Estes coeficientes encontram-se disponíveis ao(s) INTEGRADO(S) no escritório da BRF e sua alteração somente terá validade a partir de 60 (sessenta) dias após sua divulgação ao(s) INTEGRADO(S).</p>
Ajuste para Conversão Alimentar	F $\begin{aligned} &\text{Se } CR = CPA \\ &F = 0 \\ &\text{Se } CR < CPA \\ &F = ((CPA - CR) \times 0,5 \times I \times PR) / PF \times 100 \\ &\text{Se } CR > CPA \\ &F = ((CPA - CR) \times 0,5 \times I \times PR) / PF \times 100 \end{aligned}$	<p>CRA = Conversão alimentar real do lote ajustada para o peso de abate e demais parâmetros do lote (ex.: sexo, linhagem, etc.), em kg/kg.</p> <p>CPA = Conversão alimentar prevista do lote ajustada para o peso de abate e demais parâmetros do lote (ex.: sexo, linhagem, etc.), em kg/kg.</p> <p>PR = Preço médio da ração de frango da BRF na Unidade, em R\$/kg ração.</p> <p>"e" e "f" = coeficientes que formam a equação de meritocracia em função da conversão alimentar obtida no lote quando a CRA do lote for menor que a CPA. Estes coeficientes determinam o grau de intensidade desta meritocracia, que podem sofrer variação ao longo do tempo em função de vários fatores, mas especialmente em função das oscilações no mercado de frangos e seus insumos, principalmente a ração. Estes coeficientes encontram-se disponíveis ao(s) INTEGRADO(S) no escritório da BRF e sua alteração somente terá validade a partir de 60 (sessenta) dias após sua divulgação ao(s) INTEGRADO(S).</p> <p>"g" e "h" = coeficientes que formam a equação de meritocracia em função da conversão alimentar obtida no lote quando a CRA do lote for maior que a CPA. Estes coeficientes determinam o grau de intensidade desta meritocracia, que podem sofrer variação ao longo do tempo em função de vários fatores, mas especialmente em função das oscilações no mercado de frangos e seus insumos, principalmente a ração. Estes coeficientes encontram-se disponíveis ao(s) INTEGRADO(S) no escritório da BRF e sua alteração somente terá validade a partir de 60 (sessenta) dias após sua divulgação ao(s) INTEGRADO(S).</p>
Ajuste Total de Meritocracia	MT $MT = E + F$	MT = Ajuste total de Meritocracia cabível ao(s) INTEGRADO(S) base indicadores zootécnicos de produtividade do lote.

Obs.: Tanto o preço do pinto (PP) quanto o da ração (PR) e dos frangos terminados utilizados na aferição dos resultados da meritocracia, acima, encontram-se disponíveis para o(s) INTEGRADO(S), no fomento agropecuário da sede da BRF onde foi assinado o presente Contrato de Produção Integrada em Terminação de Frangos de Corte.

AJUSTES EM FUNÇÃO DA QUALIDADE DOS FRANGOS DE CORTE

Especificação		Valor / Fórmula	Observações / Detalhes
Ajuste para Calo de Pés	G	$\bullet \text{ Se } PCPR > ((PCPM \times 1,10) - G) = ((PCPM \times 1,10) - PCPR) \times 0,0235$ $\bullet \text{ Se } PCPR \leq ((PCPM \times 1,10) - G) = ((PCPM \times 1,10) - PCPR) \times 0,0$	<p>PCPR = Percentual de calo de pés real do lote</p> <p>PCPM = Percentual de calo de pés médio obtido, na Unidade da BRF em que foi assinado o presente contrato, por lote nas últimas 4 semanas.</p>
Ajuste para Arranhaduras	H	$\bullet \text{ Se } PAR > (PAR - M \times 1,10) - H = ((PAR - M \times 1,10) - PAR) \times 0,0094$ $\bullet \text{ Se } PAR \leq (PAR - M \times 1,10) - H = ((PAR - M \times 1,10) - PAR) \times 0,0$	<p>PAR = Percentual de arranhaduras real do lote</p> <p>PCPM = Percentual de arranhaduras médio obtido, na Unidade da BRF em que foi assinado o presente contrato, por lote nas últimas 4 semanas.</p> <p>Este ajuste se aplica apenas para os lotes destinados à produção de frangos inteiros, denominados, pela BRF, de "Griller" e "Comemorativos".</p>
Ajuste para Condenações	I	$\bullet \text{ Se } PCR > (PCM \times 1,10) - I = ((PCM \times 1,10) - PCR) \times 0,0564$ $\bullet \text{ Se } PCR \leq (PCM \times 1,10) - I = ((PCM \times 1,10) - PCR) \times 0,0$	<p>PCR = Percentual de condenações real do lote</p> <p>PCM = Percentual de condenações médio obtido, na Unidade da BRF em que foi assinado o presente contrato, por lote nas últimas 4 semanas.</p> <p>Este ajuste aplica-se apenas para as condenações de causa agropecuária, conforme tabela própria.</p>
Ajuste para Papo Chelo	J	$\bullet \text{ Se } PPCR > (PPCM \times 1,10) - J = ((PPCM \times 1,10) - PPCR) \times 0,0684$ $\bullet \text{ Se } PPCR \leq (PPCM \times 1,10) - J = ((PPCM \times 1,10) - PPCR) \times 0,0$	<p>PPCR = Percentual de papo chelo real do lote</p> <p>PPCM = Percentual de papo chelo médio obtido, na Unidade da BRF em que foi assinado o presente contrato, por lote nas últimas 4 semanas.</p>
Ajuste para Abate de Peso	K	$\bullet \text{ Se } PMR = PMP$ $h = ((PMP - LI) \times 1) - j) \times (P/T) / PVT \times 100$ $\bullet \text{ Se } PMR < PMP$ $h = (((PMP - LI) - (PMP - PMR)) \times h - 1) \times (P/T) / PVT \times 100$ $\bullet \text{ Se } PMR > PMP$ $h = (((LS - PMP) \times (PMP - PMP)) \times m - n) \times (P/T) / PVT \times 100$	<p>LI = Limite inferior de peso médio de abate de acordo com faixa de peso ideal pré-determinada pela BRF para cada lote alojado, em kg/frango</p> <p>LS = Limite superior de peso médio de abate de acordo com faixa de peso ideal pré-determinada pela BRF para cada lote alojado, em kg/frango</p> <p>PMP = Peso médio previsto de 30 dias dos frangos alojados no lote, em kg vivo/frango a ser abatido</p> <p>PMR = Peso médio real vivo dos frangos entregues para o abate no lote, em kg/frango abatido</p> <p>INTF = Número total de frangos do lote entregues à BRF, em cabeças. No cálculo do INTF será considerado inclusive os frangos utilizados para consumo próprio pelo(s) INTEGRADO(S), conforme descrito no item 2.5 do presente contrato.</p> <p>"i" e "j" = coeficientes que formam a equação de ajuste em função do parâmetro de qualidade acerto de peso obtido no lote, quando o PMR do lote for igual que o PMP. Estes coeficientes determinam o grau de intensidade deste ajuste, que podem sofrer variação ao longo do tempo em função de vários fatores, mas especialmente em função das oscilações no mercado de frangos e seus insumos, especialmente o valor de mercado do frango "Griller". Estes coeficientes encontram-se disponíveis ao(s) INTEGRADO(S) no escritório da BRF e sua alteração somente terá validade a partir de 60 (sessenta) dias após sua divulgação ao(s) INTEGRADO(S).</p> <p>"k" e "n" = coeficientes que formam a equação de ajuste em função do parâmetro de qualidade acerto de peso obtido no lote, quando o PMR do lote for menor que o PMP. Estes coeficientes determinam o grau de intensidade deste ajuste, que podem sofrer variação ao longo do tempo em função de vários fatores, mas especialmente em função das oscilações no mercado de frangos e seus insumos, especialmente o valor de mercado do frango "Griller". Estes coeficientes encontram-se disponíveis ao(s) INTEGRADO(S) no escritório da BRF e sua alteração somente terá validade a partir de 60 (sessenta) dias após sua divulgação ao(s) INTEGRADO(S).</p> <p>"m" e "n" = coeficientes que formam a equação de ajuste em função do parâmetro de qualidade acerto de peso obtido no lote, quando o PMR do lote for maior que o PMP. Estes coeficientes determinam o grau de intensidade deste ajuste, que podem sofrer variação ao longo do tempo em função de vários fatores, mas especialmente em função das oscilações no mercado de frangos e seus insumos, especialmente o valor de mercado do frango "Griller". Estes coeficientes encontram-se disponíveis ao(s) INTEGRADO(S) no escritório da BRF e sua alteração somente terá validade a partir de 60 (sessenta) dias após sua divulgação ao(s) INTEGRADO(S).</p> <p>Este ajuste aplica-se apenas para os lotes destinados à produção de frangos inteiros, denominado de "Griller" pela</p>
Ajuste Total de Qualidade	QT	$QT = G + H + I + J + K$	QT = Ajuste total referente à qualidade dos frangos entregues cabível ao(s) INTEGRADO(S).

AJUSTES EM FUNÇÃO DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

Especificação		Valor / Fórmula	Observações / Detalhes
Ajuste para Adequação Estrutural	L	$L = G_B \times AE$	<p>G_B = Quota-parte básica total cabível ao(s) INTEGRADO(S).</p> <p>AE = Índice de adequação estrutural das granjas, em percentagem, referente à avaliação do check list. O valor de AE varia de zero a 5% (cinco por cento).</p>
Ajuste para Adequação de Procedimentos	M	$M = G_B \times AP$	<p>AP = Índice de adequação de procedimentos na condução do lote, em percentagem, referente à avaliação do check list. O valor de AP varia de zero a 5% (cinco por cento).</p>
Ajuste Total de Processos e Procedimentos	PP	$PP = L + M$	<p>PP = Ajusta total referente à adequação de processos estruturais e procedimentos de responsabilidade do(s) INTEGRADO(S) cabível ao mesmo.</p>

RESULTADO FINAL DO LOTE CABÍVEL AO(S) INTEGRADO(S)

Especificação		Valor / Fórmula	Observações / Detalhes
Resultado final da participação do(s) INTEGRADO(S) (% da produção)	PT	$PT = QB + MT + QT + PD$	PT = Resultado final da participação da parte cabível ao(s) INTEGRADO(S) no lote, em percentual da produção de frangos terminados entregues à BRF no lote, tendo por base o peso vivo total entregue a BRF no lote.
Quilogramas de frangos vivos pertencentes ao(s) INTEGRADO(S)	PVI	$PVI = (PT/100) \times PVT$	PVI = Peso vivo total cabível ao(s) INTEGRADO(S) no lote de frangos entregues à BRF, em kg PVT = Peso vivo total do lote de frangos entregues à BRF, em kg. No cálculo do PVT será considerado inclusive os frangos utilizados para consumo próprio pelo(s) INTEGRADO(S), conforme descrito no item 2.5 do presente Anexo.
Pagamento pela parte cabível ao(s) INTEGRADO(S), no lote, em R\$ (resultado do lote)	RL	$RL = PVI \times PF$	RL = Resultado Total a ser pago pelo lote cabível ao(s) INTEGRADO(S), em R\$ PF = Preço base do frango vivo pago pelo BRF na Unidade, em R\$/kg Conforme descrito no item 2.5 do presente Anexo, os frangos utilizados para consumo próprio pelo(s) INTEGRADO(S) serão considerados no encontro de contas para definição do resultado do lote a ser pago ao(s) INTEGRADO(S) quando do fechamento do respectivo lote.

ANEXO E - FÓRMULA DE REMUNERAÇÃO JBS

1 - PERCENTUAL PARTILHA BÁSICA POR TIPO DE LOTE

Classe		Descrição	%	Observação
Participação Básica (%)	A	Macho Pesado	7,90	“Macho Pesado” = frangos machos (acima de 80%) com peso médio abatido igual ou superior a 2.000kg;
		Misto Pesado	8,10	“Misto Pesado” = lote formado por frangos machos e fêmeas com peso médio abatido igual ou superior a 2.000kg;
		Fêmea Pesada	8,40	“Fêmea Pesada” = lote formado por frangos fêmea (acima de 80%) com peso médio abatido igual ou superior a 2.000kg;
		Macho Leve	10,40	“Macho Leve” = frangos machos (acima de 80%) com peso abatido igual ou inferior a 1.999kg;
		Misto Leve	10,45	“Misto Leve” = lote formado por frangos machos e fêmeas com peso médio abatido ou inferior a 1.999kg;
		Fêmea Leve	10,50	“Fêmea Leve” = frangos fêmeas (acima de 80%) com peso abatido igual ou inferior a 1.999kg;

2 - AJUSTES DA PARTILHA EM FUNÇÃO DO RESULTADO DO LOTE EM %

Classe		Valor + Ajuste	Observação
Conversão Alimentar	B	$B = ((CAPA - CARA) \times VRac \times 0,65) / PF \times 100$	CAPA = Conversão Alimentar Prevista Ajustada; CARA = Conversão Alimentar Real Ajustada; VRac = Valor das Rações; PF = Preço do kg de Frango

3 - AJUSTES DA PARTILHA EM FUNÇÃO DO LOTE EM %

Classe		Valor + Ajuste	Observação
Condenações	C	Se CondR = (CondP x 0,80 a 1,20): C = 0	ConP = Condenação Prevista; CondR = Condenação Real; Nota: limitado em -0,5%
		Se CondR > (CondP x 1,20): $C = ((CondP \times 1,20) - CondR) \times 0,45$	
		Se CondR < (CondP x 0,80): $C = ((CondP \times 0,80) - CondR) \times 0,45$	
Calo de Pé	D	Se CaloR = (CaloP x 0,80 a 1,20): D = 0	CaloP = Calo de Pé Previsto; CaloR = Calo de Pé Reaç; Nota: limitado em -0,5%
		Se CaloR > (CaloP x 1,20): $D = ((CaloP \times 1,20) - CaloR) \times 0,015$	
		Se CaloR < (CaloP x 0,80): $D = ((CaloP \times 0,80) - CaloR) \times 0,015$	

4 - BONIFICAÇÃO EM %

Classe		Valor + Ajuste	Observação
Check-list	E	$E = A \times 0,05 \times CKL$	CKL = Pontuação Check List em % (Anexo II)

RESULTADOS DO LOTE - PARTILHA

Classe		Valor + Ajuste	Observação
Resultado final da Participação do Integrado (% da produção)	F	$F = A + B + C + D + E$	
Partilha pertencente ao Integrado (Kg de Frango)	G	$G = (F / 100) \times PVT$	PVT = Peso Vivo Total abatido
Compra da Partilha pertencente ao Integrado	H	$H = G \times PF$	PF = preço do Kg

ANEXO F - FÓRMULA DE REMUNERAÇÃO AGROVÊNETO

TABELA DE PERFORMANCE E AVALIAÇÃO - FRANGO DE CORTE									
TABELA Nº 1.1		LINHAGEM: ROSS 308				VIGENCIA: 07/11/2012			
Lote	Nr.Pintos	% Mortalid.	Nr.Frangos	R.A.C.P.I	R.A.C.J.01	R.A.C.J.02	R.A.C.C. 1	R.A.C.C. 2	R.A.C.F.
Macho	14.500	4,3	13.876	0	3.901	9.005	18.270	0,000	21.837
Misto	15.000	4,1	14.385	0	4.095	9.435	18.645	0,000	21.615
Fêmea	15.000	3,9	14.415	0	4.410	8.790	18.120	0,000	20.640

	Idade	Ganho Diário AC Médio/gr	Peso Médio	Conv.Alim. Acumulada	Peso Total / kg	Consumo Total / kg	Custo/kg AGV	Peso real total (kg) X Índice	NUTRIÇÃO AGV
MACHO	33	60,09	1,983	1,527	27.516	42.017	1,5266		
	34	61,24	2,082	1,546	28.890	44.664	1,5284		
	35	62,34	2,182	1,566	30.277	47.414	1,5282		
	36	63,39	2,282	1,585	31.665	50.189	1,5305		
	37	64,41	2,383	1,605	33.067	53.072	1,5345		
	38	65,39	2,485	1,624	34.482	55.999	1,5386		
	39	66,31	2,586	1,644	35.883	58.992	1,5444		
	40	67,18	2,687	1,664	37.285	62.042	1,5509		
	41	68,00	2,788	1,683	38.686	65.109	1,5574		
	42	68,79	2,889	1,703	40.088	68.269	1,5652		
	43	69,53	2,990	1,722	41.489	71.444	1,5728		
	44	70,25	3,091	1,742	42.891	74.716	1,5817		
	45	70,91	3,191	1,761	44.278	77.974	1,5902		
	46	71,54	3,291	1,781	45.666	81.331	1,6000		
	47	72,11	3,389	1,800	47.028	84.646	1,6094		
	48	72,65	3,487	1,820	48.386	88.062	1,6200		
	49	73,14	3,584	1,839	49.732	91.456	1,6300		
	50	73,62	3,681	1,859	51.078	94.953	1,6412		
	51	74,04	3,776	1,879	52.396	98.452	1,6526		
	52	74,42	3,870	1,898	53.700	101.923	1,6635		
FÊMEA LEVE	35	54,77	1,917	1,587	27.634	43.854	1,5898		
	36	55,50	1,998	1,608	28.801	46.312	1,5927		
	37	56,16	2,078	1,629	29.954	48.796	1,5969		
	38	56,82	2,159	1,650	31.122	51.351	1,6019		
	39	57,41	2,239	1,671	32.275	53.932	1,6078		
	40	58,00	2,320	1,692	33.443	56.585	1,6143		
	41	58,54	2,400	1,713	34.596	59.263	1,6217		
	42	59,05	2,480	1,734	35.749	61.989	1,6296		
	43	59,51	2,559	1,756	36.888	64.775	1,6390		
	44	59,98	2,639	1,777	38.041	67.599	1,6479		
FÊMEA PESADA	45	60,38	2,717	1,798	39.166	70.420	1,6575		
	46	60,76	2,795	1,819	40.290	73.287	1,6675		
	47	61,11	2,872	1,840	41.400	76.178	1,6779		
	48	61,42	2,948	1,862	42.495	79.128	1,6895		
	49	61,71	3,024	1,883	43.591	82.082	1,7006		
	50	62,00	3,100	1,904	44.687	85.083	1,7120		
	51	62,22	3,173	1,925	45.739	88.047	1,7238		
	52	62,42	3,246	1,947	46.791	91.102	1,7366		
	53	62,62	3,319	1,968	47.843	94.166	1,7488		
	54	62,78	3,390	1,989	48.867	97.196	1,7613		
	55	62,89	3,459	2,011	49.861	100.271	1,7749		
	56	62,98	3,527	2,032	50.842	103.310	1,7879		

MISTO	Idade	Ganho Diário AC Médio/gr	Peso Médio	Conv. Alim. Acumulada	Peso Total / kg	Consumo Total / kg	Custo/kg AGV	Peso real total (kg) X Índice	NUTRIÇÃO AGV
	39	61,87	2,413	1,658	34,711	57,551	1,5755		
	40	62,58	2,503	1,678	36,006	60,417	1,5817		
	41	63,27	2,594	1,698	37,315	63,360	1,5886		
	42	63,90	2,684	1,719	38,609	66,369	1,5969		
	43	64,53	2,775	1,739	39,918	69,418	1,6048		
	44	65,11	2,865	1,759	41,213	72,494	1,6134		
	45	65,64	2,954	1,780	42,493	75,638	1,6232		
	46	66,13	3,042	1,800	43,759	78,767	1,6327		
	47	66,62	3,131	1,820	45,039	81,972	1,6426		
	48	67,04	3,218	1,841	46,291	85,222	1,6536		
	49	67,43	3,304	1,861	47,528	88,450	1,6642		
	50	67,80	3,390	1,882	48,765	91,776	1,6759		
	51	68,12	3,474	1,902	49,973	95,050	1,6871		
	52	68,42	3,558	1,922	51,182	98,371	1,6986		
	53	68,70	3,641	1,943	52,376	101,766	1,7110		

Custo Negativo = $RP - (Ct R - Ct P) \times 1/2 \times kg \text{ total} = R.R.$	Índice	Macho	0,1390	Kg
	Índice	Fêmea Leve	0,1350	Kg
	Índice	Misto	0,1320	Kg
	Índice	Fêmea Pesada	0,1250	Kg
	Pintos		0,6000	un
Custo Positivo = $RP + (C.P. - Ct.R) \times 1/2 \times kg \text{ total} = R.R.$	R.A.C. Pré-Inicial		1,4900	Kg
	R.A.C. Inicial 1		0,9900	Kg
	R.A.C. Inicial 2		0,9100	Kg
	R.A.C. Crescimento 1		0,7900	Kg
	R.A.C. Crescimento 2		0,7900	Kg
	R.A.C. Final Fêmea		0,7100	Kg
	R.A.C. Final Macho		0,7100	Kg

PRÊMIO AUDITORIA

AVIÁRIOS CONVENCIONAIS, SEMI-CLIMATIZADOS, CLIMATIZADOS			
AUDITORIA DE ESTRUTURA		AUDITORIA DE MANEJO	
NOTA	VALOR POR CB	NOTA	VALOR POR CB
0,00 - 6,90	(+) 0 Centavos	0,00 - 69,00	(+) 0 Centavos
7,00 - 7,90	(+) 2 Centavos	70,00 - 79,00	(+) 2 Centavos
8,00 - 8,90	(+) 4 Centavos	80,00 - 89,00	(+) 4 Centavos
9,00 - 10,00	(+) 6 Centavos	90,00 - 100,00	(+) 6 Centavos

AVIÁRIOS DARK-HOUSE			
AUDITORIA DE ESTRUTURA		AUDITORIA DE MANEJO	
NOTA	VALOR POR CB	NOTA	VALOR POR CB
0,00 - 6,90	(+) 0 Centavos	0,00 - 69,00	(+) 0 Centavos
7,00 - 7,90	(+) 4 Centavos	70,00 - 79,00	(+) 4 Centavos
8,00 - 8,90	(+) 6 Centavos	80,00 - 89,00	(+) 6 Centavos
9,00 - 10,00	(+) 8 Centavos	90,00 - 100,00	(+) 8 Centavos

BONIFICAÇÕES	
CALO DE PATAS	
PERCENTUAL	VALOR POR CB
00 - 20%	(+) 4 Centavos
21 - 25%	(+) 3 Centavos
26 - 30%	(+) 2 Centavos
31 - 35%	(+) 1 Centavos
36 - 40%	(0) Centavos
41 - 45%	(-) 1 Centavos
46 - 50%	(-) 2 Centavos
51 - 55%	(-) 3 Centavos
56 - 100%	(-) 4 Centavos

CONDENAÇÕES DE MANEJO	
PERCENTUAL	VALOR POR CB
0,00 - 0,15%	(+) 2 Centavos
0,16 - 0,30%	(+) 1 Centavos
0,31 - 0,45%	(0) Centavos
0,46 - 0,60%	(-) 1 Centavos
0,61 - 100%	(-) 2 Centavos

ANEXO G - SUGESTÃO DE REGIMENTO DA CADEC - AVES E SUÍNOS (ABPA/CNA)

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. A Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração – CADEC, prevista no contrato de Integração, de composição paritariamente por representantes:

- I - escolhidos diretamente pelos produtores integrados à unidade integradora;
- II - indicados pela integradora;
- III - indicados pelas entidades representativas dos produtores integrados;
- IV - indicados pelas entidades representativas das empresas integradoras.

§ 1º O prazo de duração da CADEC é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

DO OBJETIVO DA CADEC

Art. 2º. A CADEC terá os seguintes objetivos e funções, entre outros estabelecidos na Lei 13.288/2016 e neste Regulamento:

- I – Elaborar estudos e análises econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e dos aspectos jurídicos das cadeias produtivas e seus segmentos e do contrato de integração;
- II – Acompanhar e avaliar o atendimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos produtores integrados e para os produtos fornecidos ao Integrador;
- III – Estabelecer o sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações contratuais pelos contratantes;
- IV – Dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e a integradora;
- V – Definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e financeiros a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais utilizadas nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação;
- VI – Formular o plano de modernização tecnológica da integração estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos integrados e do integrador no financiamento dos bens e ações previstas;
- VII - Determinar e fazer cumprir o valor de referência;
- VIII - Validar os custos financeiros dos insumos fornecidos em adiantamento pelo integrador;
- IX - Determinar outras informações que o Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI) deve conter, não previstas na Lei 13.288/16;
- X - Solicitar esclarecimentos ou informações adicionais sobre o RIPI;
- XI - Validar a estimativa de remuneração do produtor integrado por ciclo de criação de animais, para o DIPC

XII - Validar os parâmetros técnicos e econômicos no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento, para o DIPC;

XIII – Outros assuntos correlatos ao segmento da avicultura/suinocultura.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. A composição da Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração – CADEC, será de 6 a 10 membros efetivos e respectivos suplentes, 3 a 5 indicados pela Integradora e 3 a 5 pelos produtores integrados, e representante, das entidades representativas dos integrados e integrador, dentre aqueles da respectiva unidade integradora com mandatos de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.

I - A representação é atribuição personalíssima, não podendo ser transferida nem delegada à terceiros. Juntamente com a indicação dos membros titulares, deve haver a indicação e escolha do mesmo número de membros suplentes. Além do mais, havendo as indicações ou escolhas dos representantes, estas devem constar na primeira ata do mandato vigente da CADEC.

II - Para a escolha direta de membros representantes pelos produtores, deverá ocorrer uma eleição, organizada pelos próprios produtores, devendo ser indicado os membros titulares e suplentes por maior número de votos, conforme o artigo 6º, §1º da Lei 13288\2016.

III - Uma categoria não poderá indicar pela outra os seus representantes, sob pena de nulidade do ato. Além do mais, em nenhuma hipótese um membro, titular ou suplente, pode representar simultaneamente mais de uma categoria ou ocupar mais de uma vaga de representatividade, na mesma CADEC.

IV - A falta de indicação pelas entidades representativas não impede a instalação e funcionamento da CADEC.

V - O termo categoria utilizado neste Regimento Interno, se refere aos grupos de representantes dos integrados e da integradora que compõe esta CADEC.

VI - O período do mandato será de 2 anos, podendo ser alterado e/ou renovado em comum acordo entre as partes.

Art. 4º. Entre os membros será eleito um coordenador do integrador e um coordenador dos integrados.

Art. 5º. Pela atividade exercida na Comissão Paritária, os seus membros não receberão da CADEC qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios; como também não gozarão de qualquer outro privilégio.

Art. 6º. Em caso de vacância ou rescisão do contrato de integração, o suplente deverá assumir a vaga pelo período remanescente ao mandato; A falta de suplente levará a nova indicação, conforme as regras de escolha da categoria representada.

Art. 7º. Na ausência dos membros titulares e suplentes, no curso do mandato, serão escolhidos novos membros, com o intuito de terminarem o exercício em andamento.

Art. 8º. A decisão de destituição e de convocação do suplente deverá ser comunicada por escrito, em até 3 dias, para a categoria oposta, devendo constar na ata da primeira sessão após a destituição a identificação do suplente.

DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º. A Comissão Paritária reunir-se-á ordinariamente conforme agenda estabelecida em ata pelos representantes da CADEC e, extraordinariamente, por convocação de um dos seus coordenadores. Será definido pelos coordenadores de cada CADEC.

Parágrafo Único: As sessões ordinárias serão agendadas no fim de cada reunião, devendo constar em ata sua data, hora e local.

Art. 10. As reuniões da comissão paritária podem funcionar desde que estejam presentes dois membros de cada parte mantida a composição paritária, sendo obrigatoriamente presente o coordenador da integradora e o coordenador dos integrados, ou alguém indicado para a função com comunicação prévia de.

Art. 11. As deliberações da comissão paritária são tomadas por meio de consenso.

Parágrafo único. Em caso de não obter consenso nas deliberações, os Coordenadores em comum acordo, poderão solicitar apoio de entidade representativa para conciliar a solução do conflito.

Art. 12. As reuniões são secretariadas por um membro da comissão a ser designado pelos coordenadores.

Art. 13. Em toda reunião será lavrada ata que deverá constar:

- I – Data, hora e local da realização da reunião;
- II – Relação nominal dos membros;
- III – Sumário dos assuntos tratados e das decisões tomadas;
- IV – Assinaturas dos membros presentes.

Art. 14. Os coordenadores, de comum acordo, poderão criar grupos de estudos para subsidiar as decisões dos membros da comissão;

Art. 15. É de direito de cada membro da CADEC – previstos no caput do art. 3º deste Regulamento – se fazer acompanhar por especialistas e pessoas de sua confiança ou escolha, desde que seja previamente informado aos coordenadores com antecedência.

Art. 16. Toda e qualquer despesa da CADEC deverá ser aprovada previamente pelas partes, por demanda específica.

Art. 17. Todas as atas devem possuir no mínimo duas vias, devendo ser disponibilizadas obrigatoriamente para os coordenadores da Integradora e dos Produtores Integrados.

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 18. As sessões extraordinárias serão consideradas aquelas que queiram tratar sobre tema da sessão ordinária ou de interesse da categoria.

Art. 19. O funcionamento ocorrerá da mesma forma que descrita no artigo 9º deste Regimento.

DA MODIFICAÇÃO DO REGIMENTO

Art. 20. O regimento pode ser alterado, desde que não comprometa suas competências determinadas pela lei.

Art. 21. A proposta deve ser feita em sessão ordinária, não podendo aprovar qualquer alteração neste dia.

Art. 22. Em Sessão ordinária designada para a alteração, a proposta deve ser aceita por todos os membros da CADEC, constando em ata e sendo designada a alteração do Regimento até a próxima sessão ordinária.

DOS COORDENADORES

Art. 23. São atribuições dos coordenadores:

- I – representar a CADEC sempre em conjunto.
- II – cumprir e fazer cumprir este Regulamento, bem como as deliberações resultantes das reuniões do Colegiado;
- III – convocar as reuniões ordinárias e, também, reuniões extraordinárias da CADEC;
- IV – definir e divulgar a pauta de assuntos a serem discutidos em cada reunião, bem como definir o local e data de sua realização;
- V – promover a abertura e o encerramento das reuniões;
- VI – assegurar o bom andamento da dinâmica da CADEC;
- VII – propor ao Colegiado a realização de convite a profissionais que detenham relevante conhecimento sobre assunto em pauta, para participar de reunião na qualidade de membro convidado;
- VIII – divulgar, ampla e sistematicamente, resoluções e encaminhamentos resultantes das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado, conforme documento único e condensado pela CADEC.
- IX – estabelecer articulação permanente entre os representantes da agroindústria e os representantes dos integrados;
- X – exercer outras atividades inerentes ao cargo.

Parágrafo único. Cabe a cada coordenador garantir periodicidade mínima de inclusão na pauta das reuniões as funções e objetivos presentes nos incisos de I a XIII do Art. 2º deste Regimento.